

Dinâmicas Sociais e Económicas do Distrito de Santarém – Uma Abordagem Estratégica



REDE EUROPEIA ANTI-POBREZA/PORTUGAL
Núcleo Distrital de Santarém

Ficha Técnica

Título: O Distrito de Santarém: dos constrangimentos às oportunidades

Edição:

REAPN – Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal

Núcleo Distrital de Santarém

CNEMA – Apartado 331

2000-093

Tel: 243 306 279

Fax: 243 306 284

E-mail: santarem@reapn.org

Autora:

Helena Fernandes

Coordenação de Estágio:

João Gonçalves

Colaboradora:

Sara Nunes

Coordenação Técnica:

Ricardina Balbis dos Reis

Edição Gráfica:

Invenzione, Lda

Tiragem:

1000 Exemplares

Data de Edição:

Junho 2005

Índice

INTRODUÇÃO	5
Capítulo 1	
APRESENTAÇÃO DA REAPN	7
Capítulo 2	
ENQUADRAMENTO TEÓRICO	12
Capítulo 3	
ASPECTOS METODOLÓGICOS	17
Capítulo 4	
CARACTERIZAÇÃO SOCIO-ECONÓMICA DO DISTRITO	19
4.1 Breve enquadramento territorial	24
4.2 Dinâmicas socio-demográficas	27
4.2.1 População	27
4.2.1.1 População residente	27
4.2.2.2 Densidade populacional	32
4.2.2.3 Estrutura etária	35
4.2.2.4 Crescimento da população	42
4.2.2.5 Esperança (média) de vida à nascença	46
4.2.2.6 Taxa natalidade	55
4.2.2.7 Taxa de mortalidade	59
4.2.2.8 Imigração	62
4.2.2.9 Emigração	65
4.2.2.10 População estrangeira residente	67
Diagnóstico estratégico	70
4.3 Estrutura social	71
4.3.1 Saúde	71
4.3.1.1 Indicadores de saúde	73
4.3.1.2 Estabelecimentos e infra-estruturas de saúde	77
4.3.1.3 Patologias	81
4.3.1.4 Despesas com cuidados de saúde	96
Diagnóstico estratégico	100
4.3.2 Educação	102
4.3.2.1 Níveis de instrução	104
4.3.2.2 Alunos	109
4.3.2.3 Equipamentos escolares	115
4.3.2.4 Professores	118
4.3.2.5 (In)sucesso e abandono escolar	120
4.3.2.6 Despesas da população com o ensino	131
4.3.2.7 Despesa pública e financiamento escolar	132
Diagnóstico estratégico	135

4.3.3 Protecção social	138
4.3.3.1 Equipamentos sociais	140
4.3.3.2 Despesas e receitas da protecção social	142
4.3.3.3 Doença e maternidade	144
4.3.3.4 Pensões	149
4.3.3.5 Prestações familiares	154
4.3.3.6 Desemprego	160
4.3.3.7 Rendimento Social de Inserção (RSI)	165
Diagnóstico estratégico	171
4.3.4 Habitação, consumo e bem-estar	174
4.3.4.1 Alojamentos	175
4.3.4.2 Consumo e bem-estar	179
4.3.4.3 Consumo de bens culturais – tabelas	182
Diagnóstico estratégico	185
4.4 Estrutura material	186
4.4.1 Emprego e condições de trabalho	186
4.4.1.1 Estrutura da população activa	187
4.4.1.2 Desemprego	204
4.4.1.3 Emprego e remunerações	209
4.4.1.4 Acidentes de Trabalho.....	215
4.4.1.5 Trabalho Infantil.....	217
Diagnóstico estratégico	218
4.4.2 Produto e rendimento	220
4.4.2.1 Produto Interno Bruto (PIB)	220
Rendimento	226
Diagnóstico estratégico	231
1.1.1. Tecido económico e empresarial	232
4.4.3.1 Associações empresariais	232
4.4.3.2 Estrutura empresarial	233
Diagnóstico estratégico	248
Capítulo 5	
CONSIDERAÇÕES FINAIS	251
GLOSSÁRIO.....	255
SIGLAS.....	257
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	258
ANEXOS.....	261

INTRODUÇÃO

A pobreza e a exclusão social, enquanto problemáticas sociológicas complexas e multidimensionais, poderão ser sujeitas a variadíssimos estudos, que surtirão diferentes resultados em função da perspectiva adoptada e do paradigma a que se recorreu, bem como das metodologias e técnicas utilizadas.

O que pretendemos esclarecer, é que esta é apenas uma abordagem possível, que se deverá confrontar com tantas outras existentes sobre esta matéria, numa perspectiva sistémica de abordagem das problemáticas sociais.

Desta forma, será mais facilmente perceptível a importância do estudo de caracterização do meio em que os fenómenos de pobreza e de exclusão social se circunscrevem, por forma a contextualizar esta realidade, determinar as suas potencialidades e constrangimentos, com o objectivo de facilitar aos agentes sociais, neste caso, às ONG's (Organizações Não Governamentais) de Solidariedade Social, a definição de estratégias de actuação nos projectos de luta contra a pobreza.

A pobreza e a exclusão social não são fenómenos recentes, nem exclusivos dos países em vias de desenvolvimento, o que se verifica é uma alteração das suas configurações em termos de manifestações deste fenómeno, da natureza e da amplitude das políticas e acções de combate à pobreza. A pobreza não poderá, no caso português, ser dissociada de alguns factores estruturantes como o nível de desenvolvimento e, por outro lado, dissociada das dificuldades económicas e da reconversão dos tecidos económicos e sociais que determina os grupos e categorias sociais mais vulneráveis à pobreza. Este tema não faz parte do âmbito deste trabalho. Mas vejamos a título de exemplo João Ferreira de Almeida¹ que insere nesta categoria os idosos pensionistas, os agricultores de baixos rendimentos e os assalariados de baixo nível de remuneração, assim como outros grupos e categorias sociais que estão diluídos pelas diferentes categorias.

Acrescem a estas categorias “tradicionais”, outras que decorrem do processo de modernização e globalização, como os *desqualificados*, aproximando Portugal do que se passa nos outros países da Comunidade Europeia (C.E.), como o enfraquecimento das redes interpessoais que aumenta a vulnerabilidade de alguns grupos sociais para a pobreza.

A globalização é uma realidade cada vez mais visível, cada vez mais presente que provocou alterações estruturais, exigindo a transnacionalidade de inúmeras questões. Numa sociedade em constante mutação, um número sem precedentes de projectos locais e regionais vai ser desencadeado, generalizando-se práticas inovadoras que sugerem o estabelecimento de parcerias inter-institucionais. É neste contexto que surge a REAPN.

O mundo actual torna-se cada vez mais aberto e interdependente, dependente da cooperação entre todos os agentes sociais.

É nesta dinâmica que se tem assistido a uma alteração na abordagem da pobreza e exclusão social enquanto conceito. Este fenómeno passa a ter uma importância

¹ ALMEIDA, João Ferreira *et al*, *Exclusão Social: Factores e Tipos de Pobreza em Portugal*, Celta, Oeiras, 1994.

estrutural a nível mundial, há maior preocupação em termos de coesão, cooperação para a redução ou erradicação da pobreza.

O conceito de pobreza engloba as condições socio-económicas de vida, enquanto que o de exclusão social é mais amplo, está relacionado com as condições de vida e participação civil, social e política, está ligado ao conceito de cidadania.

No enquadramento teórico serão referidas algumas das abordagens mais comuns da pobreza e exclusão social e será proposta a discussão de algumas hipóteses com vista a um enquadramento teórico mais sólido.

Este estudo será, numa outra fase, complementado com uma pesquisa empírica das ONG's de Solidariedade Social do distrito de Santarém.

Em termos de metodologia, propõe-se para a primeira série de análise, a recolha de dados estatísticos para os indicadores² seleccionados e seu posterior tratamento para a obtenção de resultados, e para a segunda, a realização de um inquérito por questionário aos dirigentes das ONG's de Solidariedade Social do distrito.

A abordagem sistémica desta problemática tem por pressuposto o facto de os objectivos só poderem ser concretizados se houverem instrumentos de análise que permitam definir planos de acção, pelo que é fundamental que se tenha um conhecimento aprofundado da realidade em termos micro e macro para que as estratégias sejam ajustadas e eficazes no meio envolvente e, por outro lado, conhecer os agentes sociais enquanto intervenientes privilegiados neste processo, conhecer as suas práticas, os seus valores, a sua cultura, as suas representações, os seus modelos organizacionais.

Espera-se com esta investigação, criar um instrumento de trabalho, que, pela produção de informação veiculada, sirva de suporte aos agentes sociais públicos, associativos ou privados, na definição de programas de acção e políticas sociais consolidadas em função das necessidades, carências e áreas prioritárias de intervenção, por um lado, e por outro, a um conhecimento aprofundado das ONG's de Solidariedade Social nos aspectos já mencionados.

Este projecto de investigação é da responsabilidade da **Rede Europeia Anti-Pobreza (REAPN)**, que tem como âmbito de intervenção a luta contra a pobreza e a exclusão social. Sendo a investigação um dos seus instrumentos de acção, a REAPN promoveu através do seu núcleo distrital de Santarém o presente estudo, o qual foi realizado através de um estágio de final de licenciatura em Sociologia da Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e humanas.

Com o intuito de potenciar e capacitar os diferentes agentes sociais que intervêm nesta problemática, foi realizado este estudo, que numa I parte visa, através de uma análise das dimensões demográfica, social e material, dar conhecimento da realidade distrital a nível das suas potencialidades e constrangimentos, fazendo, sempre que possível, alguma reflexão sobre a sociedade, fornecendo algumas pistas de intervenção social.

Em suma, com a conclusão da II parte deste estudo, pretende-se criar um documento que permita, por um lado, conhecer o meio envolvente e o tecido institucional de solidariedade social e, por outro lado, observar a influência do contexto na estratégia institucional, até que ponto o sistema sociocultural reflecte a adaptação à envolvente, assim como a integração das suas subculturas.

Parte-se do pressuposto que é desta interacção que resulta um bom ou mau desempenho, um ajustamento a necessidades reais ou disfuncionalidades de gestão que se traduzem em práticas ineficazes.

² **Indicadores**, são elementos observáveis, a partir dos quais se pode recolher informação para verificação empírica.

Capítulo 1

APRESENTAÇÃO DA REAPN

1. BREVE HISTORIAL, OBJECTIVOS DE INTERVENÇÃO E VERTENTES DA ACÇÃO

A Rede Europeia Anti-Pobreza/ Portugal (REAPN) representa em Portugal a European Anti Poverty Network (EAPN). A EAPN é uma associação sem fins lucrativos (ASBL), sediada em Bruxelas e representa-se em cada Estado Membro da União Europeia por Redes Nacionais. A REAPN é uma entidade sem fins lucrativos, reconhecida como Associação de Solidariedade Social, de âmbito nacional, com constituição notarial em 17 de Dezembro de 1991. No ano de 1995, a REAPN foi reconhecida pelo Instituto de Cooperação Portuguesa como Organização Não Governamental para o Desenvolvimento (ONGD).

A REAPN desenvolve a sua actuação ao nível do combate à Pobreza e Exclusão Social, procurando desenvolver um modelo de intervenção integrada, através do apelo à participação e cooperação dos diferentes actores regionais e locais. Esta estratégia, consubstanciou-se, desde 1995, na criação de núcleos distritais em seis Distritos do país: Aveiro, Braga, Coimbra, Évora, Lisboa e Porto. Até 2003 a Rede Portuguesa consolidou a implementação de outros seis núcleos distritais: Beja, Castelo Branco, Faro, Guarda, Santarém e Setúbal.

Em termos de **objectivos de intervenção** a REAPN procura:

- Estabelecer / dinamizar uma interacção (rede) entre instituições, grupos e pessoas que trabalham no terreno da luta contra a pobreza e exclusão social;
- Colaborar na concepção de programas de acção e políticas sociais;
- Promover acções que aumentem a eficácia das políticas de luta contra a pobreza e a exclusão social;
- Incentivar acções inovadoras;
- Garantir a função de "grupo de pressão" para os menos favorecidos;
- Promover a integração social e o desenvolvimento cultural, económico, moral e físico das pessoas que vivem em situações de pobreza e exclusão social.

Em termos de **vertentes de acção** a REAPN desenvolve uma estratégia assente em três instrumentos preferenciais: a informação, a formação e a investigação.

1.1. INFORMAÇÃO:

- Trabalhar em REDE é antes de tudo proporcionar aos nossos associados um conjunto de informações e conhecimentos que possibilitem uma intervenção no terreno mais eficaz;
- Trabalhar em REDE é potenciar o acesso à informação e contribuir para a construção de uma opinião realista e fiável face aos fenómenos da pobreza e exclusão social;

- Informar na REDE é dar a conhecer aos associados aquilo que é feito no domínio da pobreza e exclusão social nos vários pontos do país e do estrangeiro (projectos, acções modelares, parceiros, ...);
- Informar na REDE é dinamizar um circuito de informação que passa pela produção de documentos periódicos - “FLASH REDE” (mensal), “REDITEIA” (bimestral) - que permitam manter os nossos associados actualizados face às grandes questões de política social e acção social que se colocam, assim como dar a conhecer programas e iniciativas que possam ser rentabilizadas pelos associados;
- Informar na REDE é abrir um espaço de diálogo e reflexão entre os associados por forma a encontrar soluções inovadoras para os problemas sociais (Seminários, Colóquios, Grupos de trabalho);
- Informar na REDE é apoiar tecnicamente e qualificar o trabalho dos nossos associados por forma a criar condições de sucesso ao funcionamento das instituições.

1.2. FORMAÇÃO:

- A formação na REDE tem como principal objectivo capacitar e qualificar os agentes sociais e institucionais para um trabalho mais eficaz;
- A formação na REDE tem também uma componente de sensibilização e esclarecimento muito forte, uma vez que visa modificar as representações sociais existentes sobre as questões da pobreza e exclusão social;
- A formação na REDE tem ainda como função alterar as práticas institucionais de intervenção social, identificando novas formas de acção, onde a inovação e a eficácia sejam atingidas;
- A formação na REDE visa desenvolver uma nova postura de acção junto dos nossos associados através do debate e discussão de problemáticas no âmbito social.

1.3. INVESTIGAÇÃO:

- A investigação é uma das bases fundamentais para o trabalho desenvolvido na REAPN uma vez que não se pode actuar sem conhecer primeiro o campo de análise;
- A investigação permite-nos conhecer a população com a qual actuamos e melhor adequar a nossa intervenção as suas necessidades interesses e expectativas;
- A vertente de pesquisa e análise sociológica permite também apoiar tecnicamente os nossos associados (diagnósticos, levantamentos, monografias).

2. ÁREA DO DESENVOLVIMENTO: OS NÚCLEOS DISTRITAIS

A este nível a REAPN, enquanto estrutura central, apoia a concepção, desenvolvimento e avaliação de todas as actividades levadas a cabo pelos Núcleos Distritais da organização. Actualmente a REAPN tem uma presença consolidada em todos os Distritos do País. Numa lógica de continuidade mas também de aprofundamento e consolidação, as **principais actividades** levadas a cabo pelos Núcleos Distritais visam essencialmente:

- Dinamizar o tecido socio-institucional local no sentido de potenciar uma intervenção social mais eficaz;
- Conhecer a realidade social envolvente;
- Capacitar os vários agentes sociais de princípios teórico-metodológicos e competências para uma intervenção em rede;

- Influenciar positivamente as medidas de política social, enquanto interlocutores privilegiados do terreno junto dos decisores políticos.

As principais **acções gerais** desenvolvidas caracterizam-se pelo:

- Fomento do trabalho em Rede;
- Caracterização da realidade socio-institucional local;
- Criação de Centros de Recursos com capacidade de resposta às necessidades da ONG's locais passando pela sistemática partilha de recursos;
- Criação de Centros de Documentação/Informação;
- Desenvolvimento de planos de formação;
- Desenvolvimento de estudos e investigações em áreas relevantes.

Em termos de **acções específicas** (por área) podemos dizer que as mesmas passam por:

2.1. INFORMAÇÃO:

- Organização de **Seminários, Conferências e Workshops**;
- Organização de **colóquios de informação/formação temáticos** enquanto acções de informação /sensibilização dirigidas a organizações não governamentais de âmbito local/regional, com vista a dar a conhecer as novas realidades e formas de actuação;
- Dinamização de informação através da criação de **Boletins Informativos Locais**;
- Criação de **Bases de Dados** sobre as realidades locais;
- **Disponibilização On-line** de informação e circulação via redes informáticas da mesma;
- **Divulgação e publicação de artigos temáticos** gerais e de informação sobre projectos e instituições;
- **Elaboração de candidaturas** através de processos alargados de parceria a projectos nacionais e comunitários.

2.2. FORMAÇÃO:

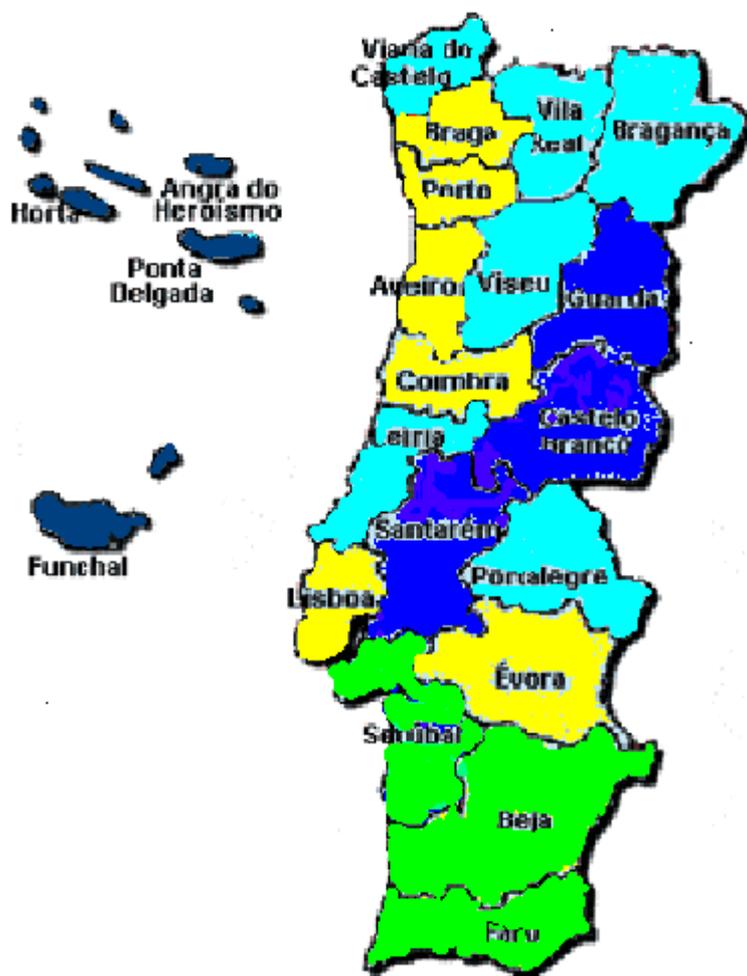
- Organização de **acções de formação tendo em vista a (re)qualificação de técnicos e/ou dirigentes de ONG's** tendo em vista o reforço das competências do tecido associativo e a preparação destes agentes para novas formas de fazer aos mais variados níveis (desde a gestão organizacional, concepção estratégica das intervenções, articulação inter-institucional e avaliação).
- Organização de **acções de formação para agentes comunitários de proximidade (mediadores sociais)** procedendo ao seu enquadramento operativo no terreno, ou seja, nas instituições que directamente trabalham com e para populações desfavorecidas, tendo em vista, a médio prazo, a **criação de uma rede informal de agentes de proximidade** cuja principal missão seja o facilitar o acesso e o garante dos direitos de cidadania de uma forma o mais próxima possível daqueles que mais necessitam, adoptando para o efeito estratégias e posturas específicas tendo em consideração o público-alvo com o qual se pretende intervir. Este tipo de acção consolida-se a longo prazo pela disponibilização nas instituições de agentes facilitadores (mediadores) da intervenção social;
- Organização de **acções de formação e aperfeiçoamento de novos perfis profissionais** nas áreas sociais que correspondam mais eficazmente às novas necessidades resultantes de problemas sociais e de grupos sociais vulneráveis que assumem novos contornos;

- Apoio técnico a entidades e/ou pessoas em nome individual, no sentido de **favorecer actividades de associativismo local e de articulação inter-institucional**;
- **Concepção e disseminação de produtos de formação (pacotes formativos)** e outros que, tendo como recurso os Núcleos Distritais da REAPN, através das novas tecnologias da informação, possam ser rentabilizados e utilizados por um mais vasto público. Este tipo de acção traduz-se na possibilidade de, através de redes informáticas, disponibilizar toda uma panóplia de instrumentos e orientações (modelos, protótipos, formação à distância, bancos de dados) a todos aqueles que procuram actuar no combate à pobreza e exclusão social.

2.3. INVESTIGAÇÃO

- Realização de estudos de investigação sobre temáticas sociais locais relevantes, nomeadamente procedendo a **diagnósticos aprofundados e partilhados** pelo mais vasto conjunto de actores possível;
- **Acompanhamento, ao nível nacional e regional, da aplicação das diversas medidas e políticas.** As acções de acompanhamento, que são organizadas tendo por base metodologias comuns, têm como principal objectivo constituir um observatório activo da aplicação das medidas enquanto instrumento de interlocução solidária onde os principais protagonistas serão as organizações não governamentais que, aos mais variados níveis (local, regional e nacional), combatem a pobreza e a exclusão social, não esquecendo, enquanto factor primordial, o envolvimento dos próprios excluídos em todas estas acções.

Figura I- A Territorialização da rede



- Legenda:
- Núcleos implementados em 1996
 - Núcleos implementados em 2001
 - Núcleos implementados em 2003
 - Núcleos em processo de implementação (2005)

Capítulo 2

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

A pobreza e a exclusão social enquanto fenómenos multidimensionais, serão sujeitos a uma abordagem sistémica, tendo sido seleccionadas algumas variáveis que pela sua pertinência em relação ao objecto de estudo mereceram especial destaque. É na sua articulação, no estabelecimento de correlações que se poderão diagnosticar as causas deste fenómeno. Daí a importância de se fazer uma caracterização sócio-económica do distrito, de conhecer a *espaçialização* da pobreza.

Como já se referiu, o fenómeno da pobreza e da exclusão social reúne o interesse de teóricos, investigadores, bem como, de uma forma generalizada, de todos os agentes sociais.

A crescente preocupação com estas problemáticas não poderão ser dissociadas do interessante resultado que o trabalho da REAPN nos transmite, já que, pela análise subjectiva da pobreza, os agentes sociais têm a percepção de que a pobreza continuará a aumentar³.

Esta problemática atingiu uma dimensão que não se restringe apenas ao nível local, regional e nacional, diríamos que atingiu uma dimensão *trans-societal*.

No domínio dos estudos sobre esta problemática, pensamos que será um pouco inovador a preocupação com o meio envolvente através da caracterização socio-económica do distrito.

Neste capítulo, propomos enunciar algumas das abordagens mais comuns da **pobreza** e **exclusão social** e propor à discussão algumas hipóteses com vista a um enquadramento teórico mais sólido dos estudos nesta área adaptado ao nível institucional.

O fenómeno da pobreza e exclusão social irá ser abordado nesta primeira fase de análise numa perspectiva de enfoque sobre o conceito de **pobreza objectiva**, tendo sido operacionalizado este conceito conforme se sintetizou no Quadro I. As variáveis foram seleccionadas tendo em consideração o objecto de estudo, que neste caso, não é a caracterização da população desfavorecida, mas sim observar as potencialidades e constrangimentos do distrito, a fim de apoiar os agentes sociais nos seus programas de acção e tomada de decisões já que a informação / conhecimento é na sociedade actual um dos principais factores de criação de vantagens e garantia de sucesso.

³ CAPUCHA, Luis (coord.) *et al.*, *ONG's de Solidariedade Social – Práticas e Disposições*, Porto, REAPN, 1996.

Quadro I – Explicitação da construção do modelo de análise

CONCEITO-CHAVE	VARIÁVEIS
POBREZA OBJECTIVA	<p>Dimensão demográfica</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ População <p>Dimensão social</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Saúde ▪ Educação ▪ Protecção social ▪ Habitação, consumo e bem-estar <p>Dimensão material</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Emprego e condições de trabalho ▪ Produto e rendimento ▪ Tecido económico e empresarial

A operacionalização proposta, baseia-se numa visão de complementaridade entre diversos indicadores de cariz objectivo.

Operacionalização do conceito de *Pobreza objectiva*

O conceito de *pobreza objectiva* pretende determinar os factores “materiais” de vulnerabilidade aos diversos tipos de pobreza seleccionados nesta análise e durante o período em estudo. As variáveis foram seleccionadas em função da sua pertinência na caracterização socio-económica do distrito.

Trata-se, neste momento, de explicitar o quadro conceptual deste estudo através de uma representação teórica, susceptível de exprimir a lógica subjacente ao fenómeno através de uma construção mental.

Sem a construção de um quadro teórico de referência não é possível haver uma experimentação válida, pois só assim se elaboram proposições que podem ser submetidas ao teste dos factos e que contribuem para tornar os fenómenos observáveis, inteligíveis, uma vez que as hipóteses de trabalho que constituem os eixos centrais de uma investigação, se apresentam como proposições que procuram dar resposta à pergunta inicial.

No sentido de clarificar o significado dos conceitos de *pobreza* e *exclusão social*, analisam-se de seguida algumas abordagens.

A *pobreza* caracteriza-se por ser um fenómeno multidimensional e por isso relativamente complexo de conceptualizar, como tal manifesta-se por um conjunto de carências a vários níveis que classificarei de materiais e simbólicas. No primeiro tipo

temos variáveis importantes como alimentação, educação, saúde, habitação, vestuário, situação profissional e participação na vida da sociedade; no segundo tipo reflecte-se ao nível das percepções, práticas e dinâmicas das populações carenciadas.

Os estudos sobre esta problemática recorrem geralmente a duas metodologias de análise da pobreza: do ponto de vista das condições de vida ou do rendimento⁴. Admitindo que os rendimentos são o critério mais directo de observação de situações de pobreza, coloca-se o problema da escassez de dados da principal fonte estatística – o INE, que dispõe de dados referentes ao Inquérito às Despesas e Receitas Familiares, bem como os dados do Recenseamento Geral da População, mas ficam desactualizados em pouco tempo, enquanto que a informação mais recente só existe a um nível muito agregado e apenas para alguns domínios, pelo que é impossível estimar com pequena margem de erro o número de pobres em Portugal⁵.

Os conceitos de pobreza são geralmente classificados em *pobreza relativa* ou *pobreza absoluta*, consoante se defina o limiar de pobreza com referência ao padrão de vida dominante na sociedade. Pode fazer-se referência a um lugar e tempo precisos (ex. menos de 65% do rendimento médio). Este conceito apresenta dificuldades pela necessidade de integrar as noções de património, rendimentos fixos, estabilidade dos rendimentos (pobreza relativa). Sem essa referência (pobreza absoluta), estamos perante um conceito que se refere a um conjunto de bens ou recursos abaixo dos quais se deve falar de pobreza. Este conceito levanta problemas metodológicos por exigir a definição das necessidades mínimas de subsistência.

Numa outra abordagem o conceito pode ser dividido em *pobreza subjectiva* – quando a avaliação é feita a partir das percepções que os indivíduos fazem da sua situação económica e condições de vida ou *pobreza objectiva* – quando a avaliação é feita com base em indicadores económicos.

Para não nos alongarmos muito em relação às diferentes formulações conceptuais, iremos apenas referir que o conceito de ***pobreza objectiva*** é actualmente operacionalizado com base na média ou mediana da distribuição do rendimento para análise do fenómeno da pobreza⁶.

Pobreza objectiva

São considerados carenciados, os indivíduos cujo rendimento seja inferior a 60% da mediana do rendimento líquido total.

Trata-se de uma metodologia utilizada por diversos autores e organismos como a OCDE, EUROSTAT ou INE. Não irei incluir neste conceito os recursos culturais e sociais.

Baseado na mesma variável rendimento, a definição oficial ou estatal considera um determinado montante como minimamente aceitável pelas entidades oficiais.

Trata-se de um conceito que envolve questões de natureza política em que o Rendimento Social de Inserção (RSI) pode funcionar em Portugal como um limiar de pobreza.

⁴ Coloca-se a questão metodológica da definição da privação de meios e limiar da pobreza que carece operacionalização a fim de ser possível classificar os indivíduos.

⁵ ALMEIDA, João Ferreira, *op cit.*, p. 18.

⁶ O limiar da *pobreza objectiva* (ou *monetária* de acordo com diversos autores) e recorrendo à definição do EUROSTAT, situa-se abaixo de 60% da mediana do rendimento líquido total.

Será interessante fazer a distinção entre o conceito de *pobreza* e *privação*.

Tendo por referência o padrão de vida dominante, são considerados *carenciados* ou em *privação* os indivíduos que não dispõem dos recursos necessários para fazer face às necessidades alimentares, terem as condições de vida (materiais, sociais e culturais) para participar nos padrões de vida dominantes.

Este conceito foi, de certa forma, empolgado com o fenómeno da globalização. Este, “expandiu” a atenção para as novas formas de manifestação de pobreza mais visíveis nos países mais desenvolvidos e que se traduz pela não participação no padrão de vida dominante devido à escassez de recursos simbólicos, como sejam as condições sociais e culturais. É neste contexto que o conceito de *exclusão social* ganha importância.

Neste contexto, a pobreza não é mais do que a situação de privação resultante da escassez de recursos.

Exclusão social

Poderá então ser definida como a não participação nos padrões de vida dominantes no sistema societal de pertença.

Pobreza e exclusão social são analisadas de forma isolada ou em conjunto. Ou seja, a exclusão social pode ser uma consequência da pobreza, devido à carência de recursos materiais ou poderá manifestar-se isoladamente do conceito de pobreza, já que há pobres que têm uma participação comunitária e há *excluídos* que não são pobres do ponto de vista “material”.

De acordo com João Ferreira de Almeida⁷, a marginalização ou exclusão social é uma das vertentes da pobreza.

Fazendo novamente referência a João Ferreira de Almeida⁸, as dificuldades de avaliação da pobreza resultam do facto de se tratar de um conceito relativo no tempo e no espaço, além de que tal noção tem por referência os valores dominantes numa dada sociedade, pelo que, para a sua compreensão, tem que se subordinar a uma teoria da estruturação e do funcionamento dessa mesma sociedade.

Assim sendo, uma das dimensões que poderá afectar a eficácia na luta contra a pobreza e a exclusão social, quando analisado a nível distrital, poderá ter a ver com os desfazamentos entre, por um lado, a dinâmica da realidade contextual dos grupos desfavorecidos e por outro, as práticas e disposições dos agentes sociais (entenda-se ONG's de Solidariedade Social) intervenientes no processo.

Podemos definir duas hipóteses que decorrem deste modelo:

H1: O sistema sociocultural das ONG's de Solidariedade Social reflecte a adaptação à envolvente, assim como a integração das suas subculturas;

H2: Os reflexos a nível institucional da relação formulada na hipótese anterior estará correlacionada com a cultura organizacional dos agentes sociais (designados como ONG's de Solidariedade Social), sendo que o conhecimento aprofundado das características socio-económicas do meio poderão afectar a eficácia organizacional.

⁷ ALMEIDA, João Ferreira, *op cit.*

⁸ ALMEIDA, João Ferreira, *op cit.*, p.17.

A operacionalização deste modelo teve por objectivo a passagem da linguagem dos conceitos à dos indicadores, ou seja, de factos observáveis – esta é a condição *sine qua non* para a sua validação empírica através de métodos quer quantitativos, quer qualitativos.

Resumidamente, o objectivo deste estudo de investigação da REAPN, no seguimento do enquadramento teórico seguido, é propor uma análise empírica das ONG's de Solidariedade Social numa perspectiva de interacção com a envolvente externa, respondendo à seguinte pergunta: qual a influência da envolvente contextual nas práticas e disposições das ONG's de Solidariedade Social e por outro lado, como é que o conhecimento aprofundado das características sócio-económicas do meio poderão afectar a eficácia organizacional?

O título dado a este trabalho reflecte precisamente a especificidade destas questões.

Esta problemática foi desenvolvida a partir dos conhecimentos gerados pela teorização da *pobreza e exclusão social*, que constituem o âmbito de intervenção das organizações seleccionadas.

Capítulo 3

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Após uma reflexão epistemológica, foi realizada uma pesquisa através da recolha de dados estatísticos existentes, a fim de observar o fenómeno em estudo, estes dados estatísticos foram posteriormente tratados para ser feita uma aproximação à realidade do fenómeno em estudo.

A partir dos indicadores seleccionados, procurou-se, tanto quanto possível, construir índices sintéticos, já que o recurso a tipologias qualitativas apenas será possível na segunda parte, de forma a permitir medir e/ou identificar a natureza do fenómeno considerado.

As variáveis foram observadas na perspectiva de que estão em interacção com outras variáveis pertinentes. No entanto, a sociologia, como qualquer outra ciência, não aborda o objecto específico na sua plenitude concreta, selecciona determinadas propriedades do seu objecto e tenta estabelecer entre elas relações recíprocas. A descoberta de tais relações constitui o fim último de toda a investigação científica.

As opções metodológicas, bem como as técnicas adoptadas procuram ser coerentes com os objectivos da investigação.

Uma outra opção metodológica que teve que ser definida diz respeito à delimitação do campo de observação, ou seja, quais os critérios de atribuição do estatuto de ONG's de Solidariedade Social, tendo-se seguido a solução encontrada pelo já mencionado estudo de Luís Capucha para a REAPN⁹, ou seja, foram englobadas as instituições que a Direcção Geral da Acção Social define como o campo das IPSS's e das ONG's que desenvolvem algum tipo de acção social.

É neste contexto que se propõe o estudo das ONG's de Solidariedade Social do distrito. Este ponto de vista, como já se evidenciou, leva a dois tipos de análise. A primeira procura fazer a caracterização socio-económica do distrito. A segunda investiga as dinâmicas dos agentes sociais definidos no processo de luta contra a pobreza e exclusão social.

Estes são os pontos centrais a partir dos quais a exposição irá ser orientada.

Baseando-nos no pressuposto de que qualquer transformação do meio afecta os diferentes agentes, o desafio que se coloca a qualquer dirigente de instituições de economia social é de assegurar a coerência entre aquele sistema e o seu contexto. Numa perspectiva sistémica e considerando que o sistema está em permanente mutação, será interessante analisar como é que as instituições criam soluções a nível da sua estrutura para se adaptarem e ajustarem à realidade.

Nesta primeira fase os elementos empíricos a utilizar provêm basicamente de fontes secundárias, nomeadamente de estatísticas realizadas por organismos oficiais.

A estrutura temática procura dar um contributo para o conhecimento da realidade social e económica ao nível do Distrito. Os dados foram desagregados, sempre que possível,

⁹ CAPUCHA, Luis, *op cit.*, pp.26-27.

ao nível mais baixo de concelho, mas também procuram fazer, tanto quanto possível, a análise da evolução temporal das variáveis e dos indicadores socio-económicos.

Foram feitas algumas das caracterizações mais importantes para o presente estudo, o que não esgota, obviamente, a grande quantidade de análise que estes dados permitem. Quando nos parece pertinente, são referidos alguns pormenores da metodologia seguida e esclarecidos os conceitos para a compreensão cabal dos dados obtidos.

Os dados estatísticos são apresentados em quadros sintéticos e em alguns casos foram representados graficamente ou apresentados sob a forma de cartograma. Após cada capítulo são realçados os traços mais relevantes que decorrem da análise da informação. Os dados são provenientes de diversas fontes estatísticas, no entanto, o INE foi a fonte privilegiada de recolha de dados.

Os dados são apresentados de forma a permitir, tanto quanto possível, uma análise com base na estrutura regional e nacional. Devido ao curto período de tempo para realização deste estudo, a evolução temporal das variáveis e dos indicadores socio-económicos não teve o realce que se pretendia. No entanto, sugere-se a actualização cíclica deste estudo e a criação de séries para apreensão de tendências de evolução.

Relativamente à inclusão das sub-regiões na Nomenclatura de Unidades Territoriais para fins Estatísticos (NUTS) II, houve alterações no período intercensitário, o que, em termos metodológicos, dificultou, de certa forma a análise comparativa a nível macro dos resultados. Em Agosto 2002 foram aprovadas em Conselho de Ministros as mais recentes alterações, em que o Médio Tejo e Lezíria do Tejo foram integradas no Centro e Alentejo, respectivamente.

Será, como já se referiu, privilegiada uma visão macro e micro. Macro, na medida em que serão analisadas várias dimensões do meio envolvente que afectam os agentes sociais com referência à estrutura nacional e micro porque será feita uma abordagem comparativamente à estrutura regional.

Integrado nos mesmos objectivos, serão disponibilizados estudos por todos os núcleos com referência à sua área de intervenção, pelo que a REAPN promove desta forma a divulgação de informação a nível da sua territorialização em Portugal, tendo, contudo, salvaguardado algumas especificidades regionais.

Capítulo 4

CARACTERIZAÇÃO SOCIO-ECONÓMICA DO DISTRITO

Em Portugal, enquanto país de desenvolvimento intermédio, existem factores estruturais de pobreza e que se prendem com as clivagens clássicas Norte/Sul, Litoral/Interior a que já se fez referência, o que vai ter reflexos a nível geográfico na distribuição do crescimento económico, bem como nas assimetrias do crescimento urbano. Tal permitiria fazer uma “cartografia” da pobreza em Portugal, não é esse, contudo, o objectivo deste estudo. Um outro factor, também já abordado, decorre do fenómeno da globalização, pelo que são acentuadas as carências de Portugal em termos de modernização, que se traduzem em fraco desenvolvimento económico, tecnológico e organizacional, pela fraca produtividade e fracos índices de escolarização média e de formação profissional, revelando um desfazamento em termos de qualificação, bem como de baixo nível de vida das famílias quando comparado com a média dos nossos parceiros da União Europeia. Estes novos factores, afastam alguns grupos sociais dos padrões de vida dominantes. Os processos de modernização conduzem também ao enfraquecimento das redes de relacionamento e solidariedade, por novas modalidades de exclusão social. Pelo que a modernização gera concomitâncias relativamente ao fenómeno da pobreza e da exclusão social, por um lado, dá origem a lógicas de desenvolvimento económico e de modernização e, por outro lado, na esteira de João Ferreira de Almeida¹⁰ cria novos riscos de segmentação social, decorrente de políticas de priorização, entre os sectores estabilizados e protegidos e os sectores precarizados e excluídos nos planos da economia, da protecção institucional e das redes de relações interpessoais.

O que se propõe com este trabalho de investigação, é *espacializar* indicadores socio-económicos pertinentes para o fenómeno da pobreza, bem como criar as bases para que seja possível identificar as categorias mais susceptíveis (ou em risco de se tornarem) à pobreza, a fim de contextualizar este fenómeno a nível distrital e caracterizar as estruturas da sociedade, por um lado, e por outro, constituir uma ferramenta de trabalho para todos os agentes sociais que actuam nesta área.

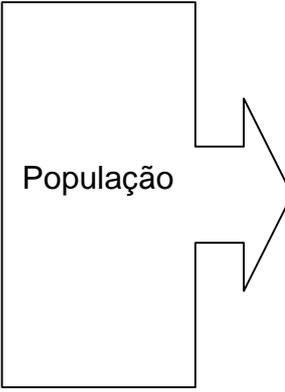
Pretende-se evidenciar as especificidades do distrito de Santarém e no interior do distrito, revelar a possível heterogeneidade de configurações socio-económicas, que permitam contextualizar o espaço em que a pobreza, que constitui o objecto último deste estudo, se gera e se reproduz e que se traduzem em situações de carência e exclusão; contextos que permitirão identificar as potencialidades e constrangimentos do meio envolvente, áreas geográficas com maior dinamismo socio-económico e outras que se caracterizam por uma maior estagnação.

¹⁰ ALMEIDA, João Ferreira de, *op. cit.*, p. 13.

Em Portugal não existe nenhuma fonte estatística que permita seguir, de modo sistemático, a evolução do fenómeno da pobreza. Qualquer análise de tipo quantitativo tem de ser feita a partir de indicadores indirectos, observando as seguintes dimensões: demográfica, material e social.

A problemática construída, conduziu à selecção de uma série de indicadores que revelaram maior pertinência para o estudo, os quais para melhor compreensão, poderão ser esquematizados da seguinte forma:

Quadro II – Esquema explicativo dos indicadores seleccionados

DIMENSÕES	VARIÁVEIS	INDICADORES
DEMOGRÁFICA	 <p>População</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ População residente ▪ Densidade populacional ▪ População por escalões etários (<14, 14-65, >65) ▪ Crescimento da população ▪ Esperança (média) de vida à nascença ▪ Índice de envelhecimento ▪ Taxa de natalidade ▪ Taxa de mortalidade ▪ Taxas de emigração e Imigração ▪ População estrangeira residente

SOCIAL

Saúde

- Número de médicos em actividade e por habitante
- Número de farmácias em actividade e por habitante
- Pessoal de enfermagem
- Número de hospitais (públicos e privados) e Centros de Saúde (incluindo extensões)
- Rastreio das principais patologias do Distrito (Sida, Tuberculose, etc.)
- Taxas de suicídio
- Óbitos por doença
- Óbitos por acidente de viação e de trabalho
- Taxas de alcoolismo
- Despesas com cuidados de saúde

Educação

- Escolaridade da população (<25, 25-45, >45)
- Taxa de analfabetismo
- Número alunos a frequentar os diversos níveis de ensino
- Número de equipamentos escolares (públicos e privados) em todos os níveis de ensino
- Número de professores segundo o nível de ensino
- Taxas de sucesso escolar por níveis de ensino
- Taxas de abandono escolar
- Despesas da população com a educação
- Ajudas financeiras a alunos carenciados (Bolsas, SASE, etc.)
- Despesa Pública com Educação

SOCIAL

Protecção social

Habituação, consumo e bem-estar

- Número total de equipamentos sociais e valências
- Distribuição de serviços e equipamentos por público-alvo
- Despesa com a protecção social por habitante
- Total da prestação da protecção social por habitante
- Total da despesa da protecção social com a doença
- Total da despesa da protecção social com a invalidez
- Total da despesa da protecção social com a velhice
- Total da despesa da protecção social com a sobrevivência
- Total da despesa da protecção social com a maternidade
- Total da despesa da protecção social com a família
- Total da despesa da protecção social com o desemprego
- Total da despesa da protecção social com acidentes de trabalho
- Total da despesa da protecção social com habitação
- Total das receitas e das despesas correntes com a protecção social
- Taxas de rendimento social de inserção (Ex – RMG)

- Tipologia dos Alojamentos
- Características dos alojamentos

MATERIAL

Emprego e condições de trabalho

Produto e rendimento

Tecido económico e empresarial

- Taxas de actividade por escalão etário
- Taxa de actividade por género
- Taxas de emprego total
- Taxas de emprego por sector de actividade
- Situação na profissão
- Taxas de desemprego e articulação com sector de actividade, escalão etário e género
- Taxa de desemprego de longa duração
- Taxas de acidentes de trabalho
- Número médio de horas de trabalho por sector de actividade
- Emprego infantil e juvenil
- Remunerações médias
- Caracterização do vínculo laboral
- Taxas das medidas e programas do mercado social de emprego

- PIB por habitante
- PIB crescimento anual
- PIB por pessoa activa
- Taxas de consumo por habitante

- Associações empresariais
- Empresas industriais e de serviços segundo o sector de actividade e número de trabalhadores

4.1 – Breve Enquadramento Territorial

O distrito de Santarém ocupa um território de 6.700 Km² – 7,5% da superfície continental. Está localizado estrategicamente no centro do país, entre a cordilheira central e as longas planícies alentejanas, o distrito de Santarém identifica-se fundamentalmente com a fértil região do Vale do Tejo. A sua capital administrativa é Santarém.

Segundo dados do Governo Civil de Santarém, o distrito encontra-se repartido, administrativamente, por 21 concelhos e 193 freguesias. Foi caracterizado pelo Governo Civil de Santarém¹¹ como sendo o segundo no país em número de municípios e o terceiro em superfície, pertencendo em termos estatísticos, à denominada Região de Lisboa e Vale do Tejo. No entanto, a partir dos Censos 2001 a sub-região do Médio Tejo ficou integrada no Alentejo e a Lezíria do Tejo em Lisboa. Em termos de NUTS III, cerca de 60% da superfície do distrito integra a Lezíria do Tejo, aproximadamente 34% o Médio Tejo e a restante parte (6%), correspondente ao concelho de Mação, faz já parte do Pinhal Interior Sul, abrangida pela Região Centro.

No distrito vivem cerca de 454.527 habitantes. Quanto ao tipo de povoamento, existem no território 1.483 aglomerados populacionais, dos quais 28 são vilas e 10 pequenas ou médias cidades.

Em termos de concentração urbanística, tendo em conta que este território é caracterizado por um habitat rural relativamente diversificado, cerca de 62% da população vive em aglomerados com menos de 2 mil habitantes e apenas cerca de 23% reside em centros urbanos com 5 mil ou mais habitantes, beneficiando de redes de sociabilidade e solidariedade promovidos pelo sistema de relações sociais típicos de uma “sociedade-providência”, o que deveria ser considerado em termos de planeamento urbano de modo a permitir a reprodução destes valores, paralelamente à modernização da sociedade.

Os concelhos a montante do distrito, constituem um território de transição entre o litoral Atlântico e as zonas de montanha interior, apresentando suaves vales formados por relevos de baixa altitude. Aí, detém tradicionalmente importância significativa a indústria transformadora, com destaque para as indústrias agro-alimentares, de madeira e cortiça, têxteis, de curtumes e de metalomecânica. Os concelhos mais a sul, essencialmente caracterizados por terrenos de planície, são de um modo geral de elevada fertilidade, onde se desenvolvem a agricultura e a pecuária extensiva.

O território distrital constitui uma zona de transição já que a par da proliferação de pequenos centros populacionais, coexiste um mundo rural diversificado, em que o rio Tejo e toda a sua bacia hidrográfica condiciona e dinamiza, de forma bem vincada, a estrutura social e económica do distrito de Santarém.

Em matéria de acessibilidades, o território distrital possui importantes eixos rodoviários e ferroviários que garantem boas acessibilidades inter e intra-regionais. Destaca-se sobretudo o IP1¹² e o IP6¹³, os quais com a construção do IC3¹⁴ e do IC10¹⁵ permitirão

¹¹ *Os Municípios do Distrito de Santarém em Factos e Números*, nº2, 1ªed, Gabinete de Estudos Regionais do Governo Civil de Santarém, 1996 (internet).

¹² Faz a ligação de Valença a Castro Marim.

¹³ Via rápida que liga à auto-estrada do Oeste (A8) e à A15 até Santarém.

¹⁴ Via de Cintura Sul a Coimbra. A nível regional permite interligar a A1, através do IC2 na margem esquerda do Rio Mondego, com a EN 17 – Estrada da Beira e com o IC3 – Tomar / Condeixa / Coimbra / IP3, criando um anel viário complementar à rede existente.

uma melhor ligação rodoviária entre o norte e o sul da região. Também em relação a infra estruturas ferroviárias, o distrito é percorrido pelas linhas do Norte e da Beira, sendo de realçar a existência de um importante entreposto ferroviário no Entroncamento e do parque intermodal de Riachos.

Em termos económicos, o território distrital baseia a sua actividade produtiva no tradicional sector agrícola, especialmente a sub região da Lezíria do Tejo, ganhando peso no contexto nacional as produções de vinho, horto-industriais e frutícolas, cereais de grão e, mais para o norte, o olival e a actividade florestal. Relativamente à actividade pecuária, o distrito evidencia-se pela excelência dos seus efectivos bovinos e equinos, com valor simultaneamente simbólico e económico. Por sua vez, o sector industrial assenta nas PME's, sobretudo nas agro-alimentares, fileira florestal, metalomecânica e empresas de material de transporte, curtumes e têxteis. Ainda também relevante para a sua base económica tem sido, nos últimos anos, a crescente preponderância do sector do comércio e serviços no tecido empresarial do distrito.

Síntese:

- No domínio social, ao nível de equipamentos e infra estruturas de âmbito comunitário, o distrito encontra-se bem dotado, sobretudo a nível de apoio à terceira idade.
- Tem uma localização privilegiada, adjacente à grande área urbana de Lisboa, que conjugado com uma boa acessibilidade, permite o acesso ao usufruto de outros equipamentos.

¹⁵ Ponte sobre o Rio Tejo em Santarém e acessos, integra um lanço de 10,8 Km. Permite uma ligação de qualidade entre os Concelhos de Almeirim e Santarém.

Figura II – Mapa do Distrito de Santarém



4.2 – Dinâmicas socio-demográficas

Tendo em consideração o pragmatismo da investigação, será privilegiada a análise dos ritmos de crescimento e das estruturas demográficas.

A análise será feita a um nível macro pela referência aos dados de Portugal e da região ou sub-região estatística em que se encontram integrados e a um nível micro, optou-se pela comparação entre os diversos concelhos que compõem o distrito.

De seguida, far-se-á o posicionamento do distrito de Santarém em relação aos indicadores seleccionados.

4.2.1 – População

4.2.1.1. População residente¹⁶

Em termos demográficos, os 454.527 habitantes existentes no distrito de Santarém em 2001 repartiam-se, com algumas assimetrias, pelos 21 concelhos, agrupados nas seguintes sub-regiões NUTS III*:

Quadro III – População Residente (HM)

MÉDIO TEJO			LEZÍRIA DO TEJO		
Concelhos	Área (km ²)	População 2001	Concelhos	Área (km ²)	População 2001
Abrantes	713	42.235	Almeirim	222	21.957
Alcanena	127	14.600	Alpiarça	94	8.024
Constância	80	3.815	Benavente	521	23.257
Entroncamento	14	18.174	Cartaxo	158	23.389
Ferreira do Zêzere	184	9.422	Chamusca	746	11.492
Mação*	401	8.334	Coruche	113	21.332
Ourém	417	46.216	Golegã	76	5.710
Sardoal	92	4.104	Rio Maior	272	21.110
Tomar	350	43.006	Salvaterra de Magos	245	20.161
Torres Novas	270	36.908	Santarém	558	63.563
V. N. Barquinha	49	7.610			
Total	2.697	234.532	Total	4.005	219.995
TOTAL (DISTRITO)	454.527				

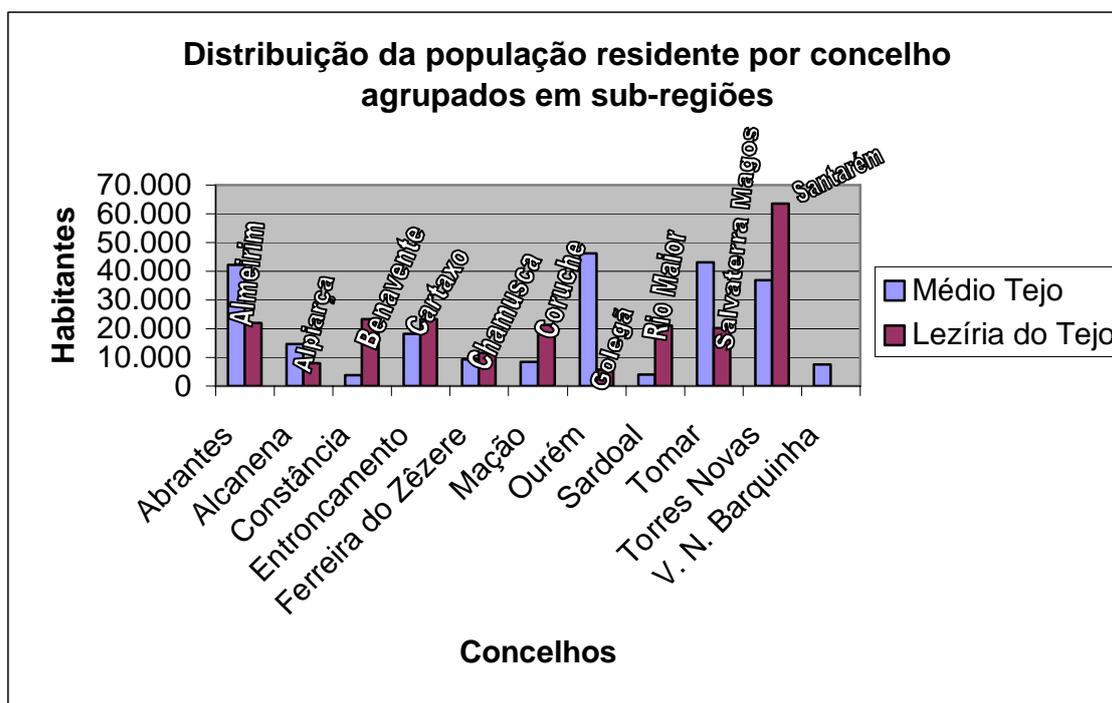
Fonte: INE – Censos 2001

¹⁶ *População Residente*, de acordo com o conceito definido pelo INE são as pessoas que, independentemente de no momento de observação estarem presentes ou ausentes numa determinada unidade de alojamento, aí habitam a maior parte do ano com a família ou detém a totalidade ou a maior parte dos seus haveres.

NOTA: *Por razões de integração geográfica, considera-se neste estudo o concelho de Mação no Médio Tejo.

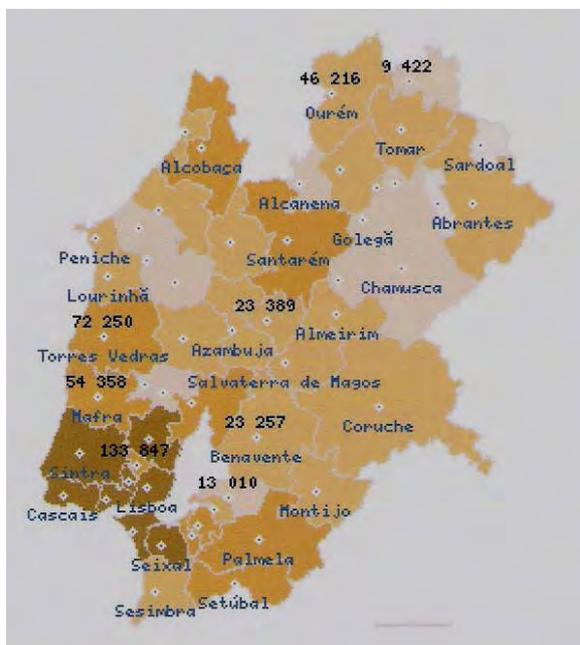
Em 2001 existiam 169.722 famílias clássicas¹⁷, o que corresponde a uma dimensão média de 2,68 pessoas por família. Comparativamente aos dados dos Censos de 1991 (444.880 pessoas residentes para 153.733 famílias – dimensão média de 2,89 pessoas por família) pode-se aferir que houve um crescimento populacional, tendo-se esse acréscimo verificado também no número médio de famílias, no entanto, houve uma ligeira redução no número de elementos por agregado comparativamente ao ano de referência – 1991.

Gráfico I – População Residente no distrito de Santarém por sub-região em 2001



¹⁷ O conceito de *Família Clássica* é definido pelo INE como um conjunto de pessoas que residem no mesmo alojamento e que têm relações de parentesco (de direito ou de facto) entre si, podendo ocupar a totalidade ou parte do alojamento. Considera-se igualmente qualquer pessoa independente que ocupe parte ou a totalidade de uma unidade de alojamento.

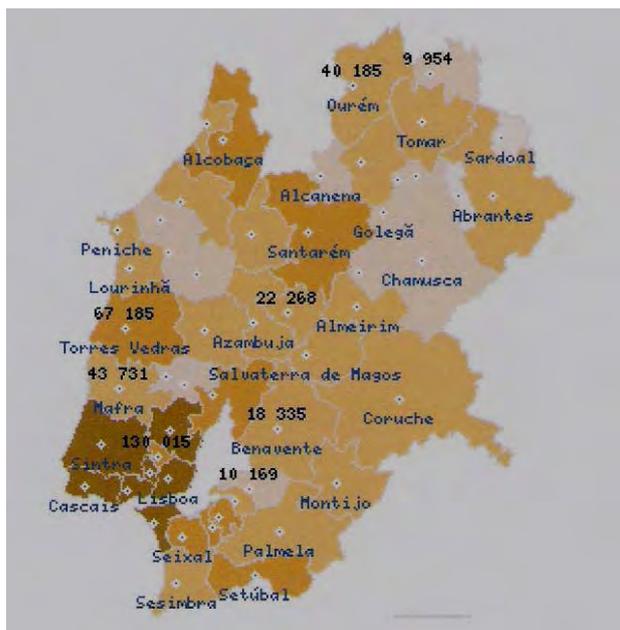
Figura III – Cartografia da População Residente na região de Lisboa e Vale do Tejo em 2001



Legenda	
	0 – 5000
	5000 - 15000
	15000 - 50000
	50000 - 150000
	150000 ou mais

Fonte: CCDRLVT

Figura IV – Cartografia da População Residente na região de Lisboa e Vale do Tejo em 1991



Legenda	
	0 - 5000
	5000 - 15000
	15000 - 50000
	50000 - 150000
	150000 ou mais

Fonte: CCDRLVT

A sub-região Médio Tejo representa 9.99%¹⁸ da população residente na região estatística a que pertence – o Centro, enquanto que a Lezíria do Tejo dá importante contributo populacional para a região do Alentejo com 28,33%¹⁹. A análise revela que a sub-região do Médio Tejo contribui com um valor não muito significativo, enquanto que a Lezíria do Tejo contribui bastante para a dinâmica populacional daquela região. Contudo, é preciso ter em conta que o Alentejo apresenta um volume populacional menor quando comparado com o centro.

Quando comparados os valores relativos aos diferentes concelhos, destacam-se pelo número de residentes os concelhos de Ourém, Tomar, Abrantes e Torres Novas da sub-região Médio Tejo; enquanto que apenas Santarém se destaca significativamente na sub-região Lezíria do Tejo. Com fraco volume populacional temos o concelho de Constância e Sardoal na primeira sub-região e na segunda Golegã e Alpiarça, apresentando os restantes concelhos uma certa homogeneidade.

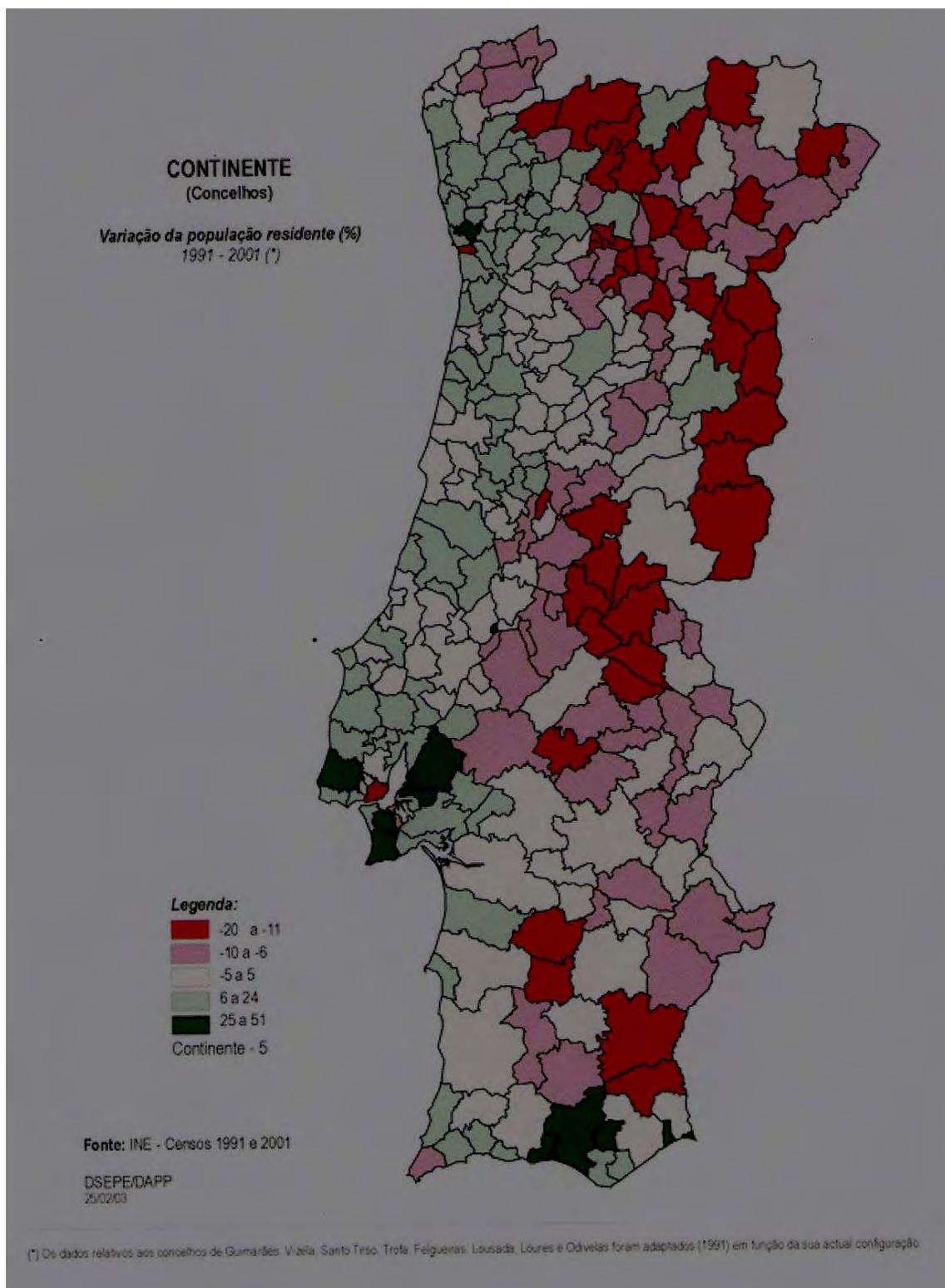
A nível global, em termos de dimensão populacional, destacam-se os concelhos de Santarém, capital administrativa do distrito com 63.563 residentes, seguida de distritos como Ourém com 46.216 e Tomar com 43.006, por outro lado, temos concelhos com muito fraco volume populacional como Constância com apenas 3.815 ou Sardoal com 4.104 residentes.

A distribuição da população residente, como se pode observar, apresenta algumas assimetrias, o que está correlacionado com a capacidade atractiva ou repulsiva dos diferentes concelhos e com os índices de crescimento económico.

¹⁸ A Região Centro tem, de acordo com os dados do INE – Censos 2001, 2.348.397 pessoas residentes.

¹⁹ A Região Alentejo tem, de acordo com os dados do INE – Censos 2001, 776.585 pessoas residentes.

Figura V – Variação da população residente (%) por concelhos (1991-2001)



4.1.2.2. Densidade populacional

A densidade populacional no distrito de Santarém aumentou, de forma ligeira entre 1991 e 2001.

Em 2001, o concelho do Entroncamento apresentava valores muito superiores à média do distrito (1.298 hab/km²) e de Portugal (112, 4 hab/km²). O segundo valor mais elevado pertencia a Vila Nova da Barquinha com 155 hab/km², sendo, no entanto, este rácio bastante inferior ao primeiro. Santarém, com o maior efectivo populacional do distrito, apresentava uma densidade populacional intermédia de 114 hab/km².

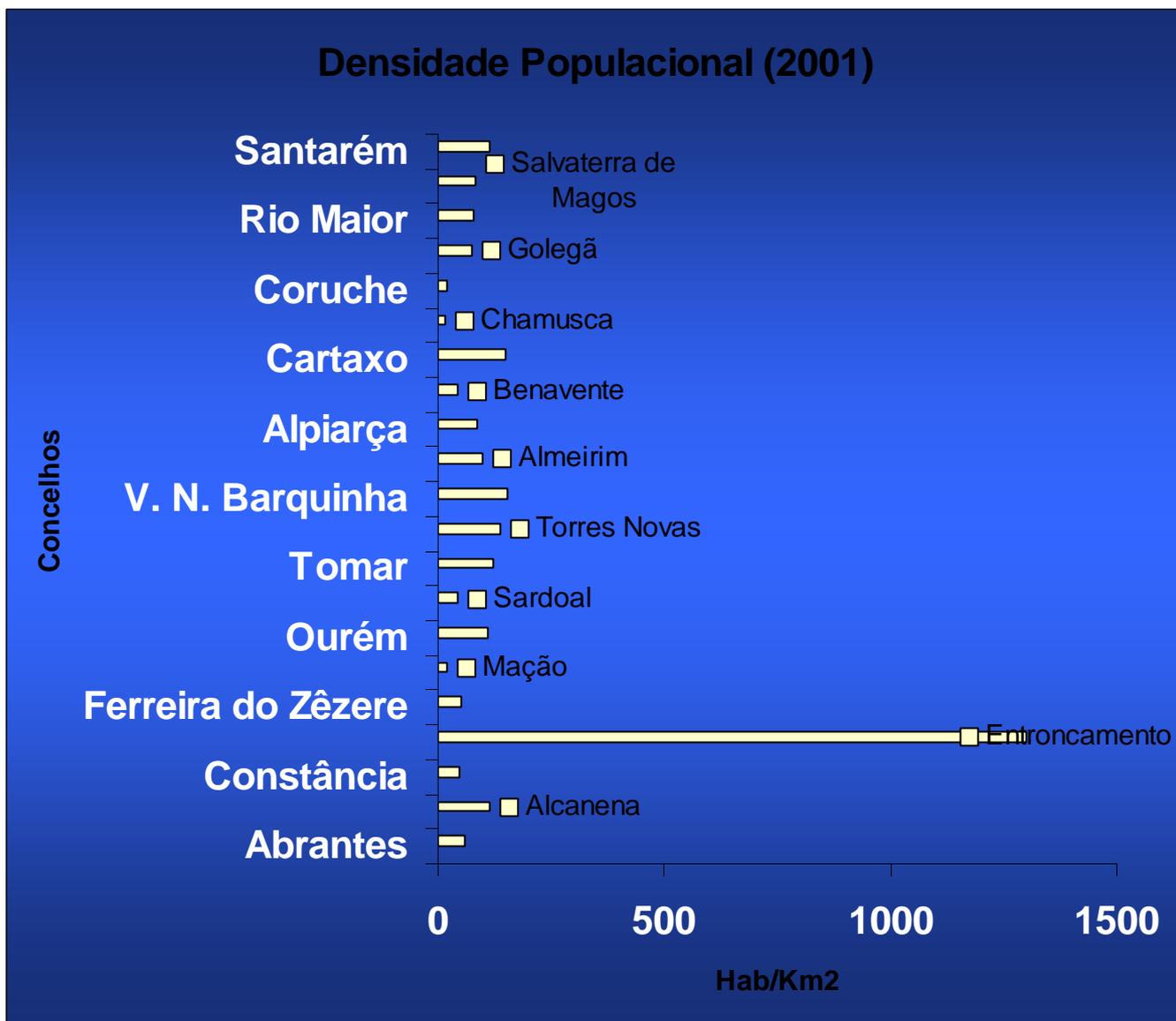
O distrito de Santarém ocupando cerca de 7,5% da superfície continental, apresentava uma densidade populacional baixa (67,6 hab/km²) em relação à média da Região de Lisboa e Vale do Tejo (295 hab/km²) e de Portugal (112, 4 hab/km²).

A densidade populacional revelava-se, em 2001, consideravelmente mais elevada nos concelhos mais próximos do litoral, comparativamente aos concelhos mais interiores [Figura IV]. Este fenómeno poderá estar associado a uma maior polarização nos centros urbanos e a conseqüente desertificação das zonas rurais.

Quadro IV – Densidade Populacional no distrito de Santarém, em 2001

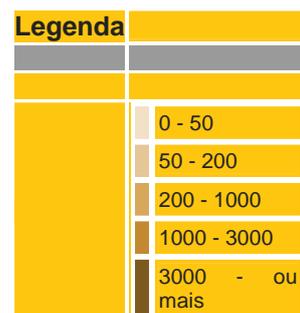
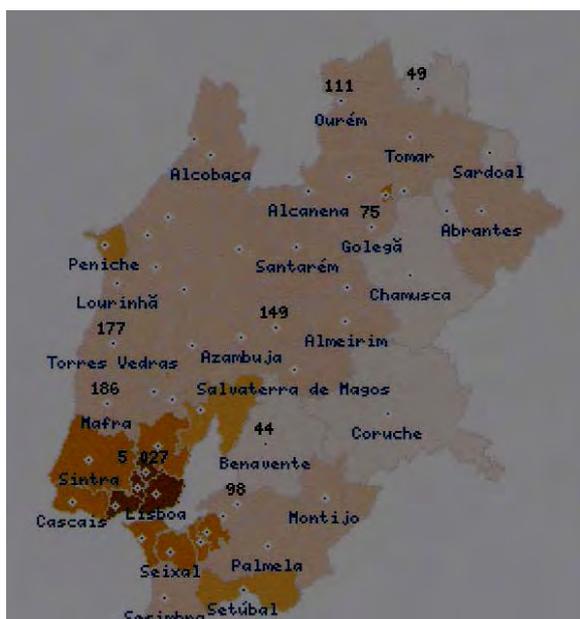
MÉDIO TEJO			Densidade	LEZÍRIA DO TEJO			Densidade
Concelhos	Área Total (km ²)	População 2001	Populacional Hab/Km ²	Concelhos	Área Total (km ²)	População 2001	Populacional Hab/Km ²
Abrantes	714,8	42 235	58,6	Almeirim	221,8	21 957	100,6
Alcanena	127,3	14 600	115,1	Alpiarça	94,4	8 024	85,9
Constância	80,4	3 815	47,3	Benavente	521,4	23 257	47,1
Entroncamento	13,7	18 174	1 391,8	Cartaxo	156,2	23 389	153,4
Ferreira do Zêzere	189	9 422	49,8	Chamusca	745,9	11 492	15,3
Mação	400	8 442	21	Coruche	1 116,9	21 332	18,8
Ourém	416,2	46 216	114,8	Golegã	76,6	5 710	74,3
Sardoal	92,1	4 104	44,1	Rio Maior	272,8	21 110	78,5
Tomar	350,8	43 006	122,9	Salvaterra de Magos	244,7	20 161	83,9
Torres Novas	270,7	36 908	137	Santarém	560,6	63 563	114,1
V. N. Barquinha	49,6	7 610	155				
total	2704,6		865,6	total	2894,4		771,9
Distrito	5599						
Portugal	91 946,7	10.356.117	113,2				

Gráfico II – Densidade Populacional²⁰ no distrito de Santarém em 2001



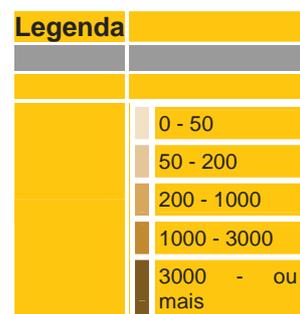
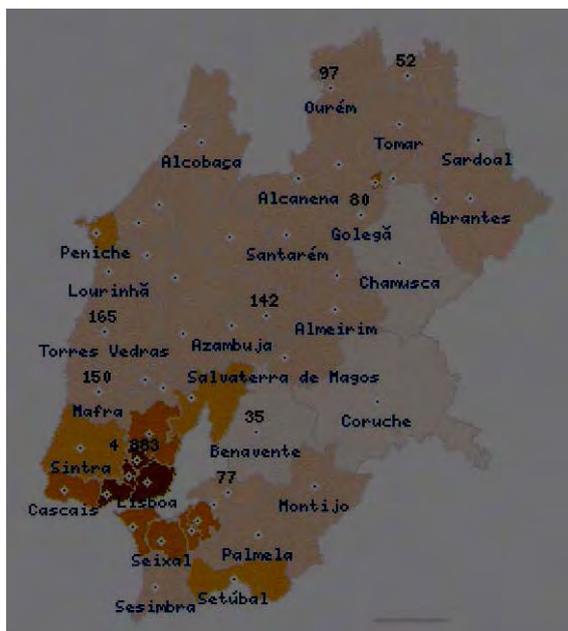
²⁰ O conceito de *Densidade Populacional*, é definido pelo INE como a intensidade do povoamento expressa pela relação entre o número de habitantes de uma área territorial determinada e a superfície desse território (habitualmente expressa em número de habitantes por quilómetro quadrado).

Figura VI – Cartografia da Densidade Populacional em 2001



Fonte: CCDRLVT

Figura VII – Cartografia da Densidade Populacional em 1991



Fonte: CCDRLVT

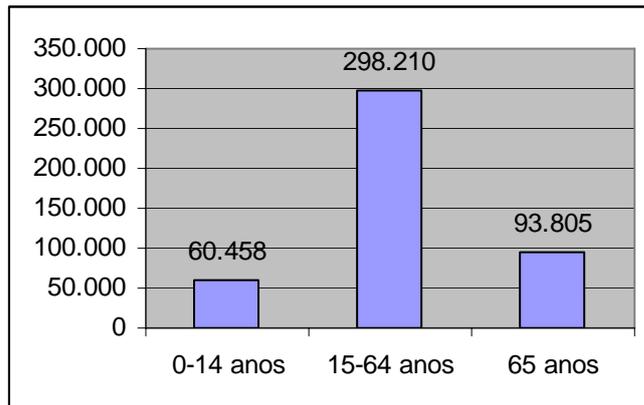
4.2.2.3. Estrutura Etária

Quadro V – Estimativas de População Residente, segundo Grandes Grupos Etários e Sexo, em 31/12/2002

NUTS	Total		0 a 14 anos		15 a 24 anos		25 a 49 anos		50 a 64 anos		65 e mais anos	
	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H
Concelhos												
Portugal	10 407 465	5 030 247	1 645 753	842 950	1 390 999	707 398	3 838 387	1 902 297	1 796 784	852 196	1 735 542	725 406
Médio Tejo	228 590	110 181	32 341	16 488	29 242	14 999	80 433	40 709	38 708	18 041	47 870	19 949
Abrantes	41 874	20 377	5 252	2 686	4 889	2 557	14 656	7 574	7 225	3 396	9 855	4 162
Alcanena	14 659	7 168	2 011	1 035	1 994	1 051	5 171	2 638	2 562	1 223	2 932	1 227
Constância	3 805	1 845	503	263	487	242	1 377	678	690	339	749	323
Entroncamento	19 113	9 291	3 155	1 621	2 219	1 116	7 552	3 737	3 261	1 541	2 930	1 279
Ferreira do Zêzere	9 418	4 521	1 220	623	1 205	632	2 926	1 507	1 478	692	2 601	1 74
Mação	8 077	3 866	841	444	761	405	2 206	1 195	1 286	574		
Ourém	47 804	22 878	7 737	3 885	6 691	3 397	16 946	8 483	7 347	3 341	9 085	3 770
Sardoal	4 061	1 988	506	276	526	273	1 308	692	588	270	1 134	477
Tomar	43 099	20 573	6 024	3 115	5 464	2 794	14 868	7 471	7 445	3 393	9 302	3 798
Torres Novas	37 074	17 787	4 929	2 493	4 822	2 441	12 911	6 509	6 681	3 171	7 726	3 167
V.N da Barquinha	7 683	3 753	998	490	937	495	2 699	1 403	1 450	687	1 606	684
Lezíria do Tejo	244 148	118 810	34 033	17 506	30 485	15 695	85 977	43 423	44 779	21 445	48 876	20 744
Almeirim	22 303	10 693	3 109	1 587	2 748	1 400	7 831	3 855	4 255	2 051	4 358	1 797
Alpiarça	8 109	3 923	1 006	521	943	506	2 655	1 354	1 583	767	1 929	780
Benavente	24 545	12 158	4 151	2 178	3 115	1 579	9 082	4 605	4 329	2 089	3 867	1 702
Cartaxo	23 965	11 733	3 354	1 736	3 031	1 559	8 666	4 363	4 413	2 145	4 496	1 927
Chamusca	11 414	5 525	1 339	686	1 426	705	3 822	2 007	2 160	1 023	2 692	1 116
Coruche	21 023	10 162	2 393	1 150	2 371	1 224	6 924	3 514	4 040	1 912	5 291	2 359
Golegã	5 691	2 690	775	409	708	352	1 928	960	1 040	483	1 243	488
Rio Maior	21 428	10 531	3 248	1 708	2 793	1 455	7 721	3 842	3 735	1 801	3 926	1 723
Salvaterra de Magos	20 523	9 946	2 863	1 443	2 606	1 374	7 313	3 668	3 863	1 836	3 881	1 625
Santarém	63 959	30 667	8 897	4 608	8 063	4 136	22 335	11 139	11 407	5 328	13 264	5 459

Fonte: INE, Estimativas Provisórias de População Residente para 31.12.2002, aferidas dos resultados definitivos dos Censos 2001, ajustados com as taxas de cobertura

Gráfico II – Estrutura da População do Distrito por Grupos Etários, em 2001



Quadro VI - População Residente, segundo Grandes Grupos Etários e Sexo, em 1991

NUTS	1991			
	Total HM	0 a 14 anos HM	15 a 65 anos HM	65 e mais anos HM
CONCELHOS	Nº			
Portugal	9.867.147	1.972.403	6.552.000	1.342.744
Lisboa e Vale do Tejo	3.289.486	454.524	1.756.524	309.660
Médio Tejo	231.449	39.753	143.131	38.535
Abrantes	45.697	7.406	29.576	8.715
Alcanena	14.343	2.732	9.237	2.404
Constância	4.170	799	2.723	648
Entroncamento	14.226	2.531	9.992	1.703
Ferreira do Zêzere	9.954	1.732	5.821	2.401
Mação	10.060	1.228	5.708	3.124
Ourém	40.185	8.076	25.623	6.486
Sardoal	4.430	749	2.586	1.095
Tomar	43.139	7.645	27.932	7.562
Torres Novas	37.692	6.800	24.501	6.391
Vila Nova da Barquinha	7.553	1.283	5.140	1.130
Lezíria do Tejo	213.401	40.964	153.192	38.813
Almeirim	21.380	3.709	14.322	3.349
Alpiarça	7.711	1.216	4.950	1.545
Benavente	18.335	3.481	12.575	2.279
Cartaxo	22.268	3.945	14.705	3.618
Chamusca	12.282	2.128	7.883	2.271
Coruche	23.634	3.598	18.837	4.381
Golegã	6.072	1.058	3.844	1.170
Rio Maior	20.119	3.797	13.175	3.147
Salvaterra de Magos	18.979	3.476	12.791	2.712
Santarém	62.621	10.980	40.479	11.162

Gráfico III – Estrutura da População do Distrito por Grupos Etários, em 1991

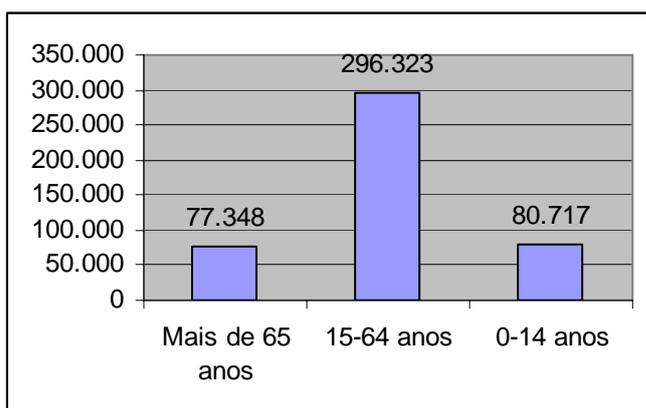


Figura VIII – Grupos etários em 2001 (%)



Legenda	
	0-14
	15-24
	25-64
	65 ou mais

Fonte: CCDRLVT

A estrutura etária da população residente no distrito revela, à semelhança do que se passa a nível nacional, um duplo envelhecimento: na base e no topo da pirâmide. Em 2001, o grupo dos residentes mais idosos (65 ou + anos) representava cerca de 20.1% do total, enquanto o grupo dos residentes mais jovens (0-14 anos) representava apenas 13.0%.

O fenómeno do envelhecimento demográfico, o qual será analisado pormenorizadamente mais adiante, definido como o aumento da importância relativa de idosos na população total, é transversal a todos os concelhos, sendo que apenas no concelho de Entroncamento se mantém uma proporção de jovens superior à de idosos.

Durante o período intercensitário, a proporção de jovens diminuiu passando de 18,14% em 1991 para 13,0% em 2001. Ao contrário, a proporção de idosos aumentou de 17.39% para 20,1% na última década.

A população entre os 15 e os 65 anos regista uma taxa de variação negativa (2.69%), que reflecte a tendência de, por um lado, a diminuição dos efectivos da geração da década de oitenta. Altura em que a substituição das gerações deixou de ser assegurada e, por outro lado, acompanha a evolução dos idosos. Pelo que se conclui a diminuição da população activa, o que também é válido em termos de prospectiva nas próximas gerações.

A sub-região da Lezíria do Tejo comparativamente com a do Médio Tejo (6.2%) está mais envelhecida, pois apresenta um maior diferencial (8.1%) entre a proporção da população idosa e de jovens. Note-se que a Lezíria do Tejo está integrada na região do Alentejo, a qual foi caracterizada pelo INE²¹ como a região mais envelhecida, enquanto que a região Centro de que faz parte o Médio Tejo, registou um envelhecimento pronunciado.

Um outro estudo realizado pelo INE²² revela que a distribuição da população idosa pelo território nacional não é homogénea, é maior no Alentejo, seguido pelo Algarve e Centro. O litoral, que abrange parte da sub-região da Lezíria do Tejo, possui uma população comparativamente menos envelhecida, o que vem evidenciar uma vez mais um dos eixos problemáticos de análise – a relação dicotómica entre as regiões do litoral e do interior, estruturantes das dinâmicas demográficas.

Quando comparada com a estrutura da população a nível nacional, verifica-se e confirma-se que o distrito de Santarém regista um envelhecimento na base e no topo da pirâmide, já que se verifica um diferencial de 3 pontos percentuais negativos de população jovem e de 3,6 pontos percentuais negativos de população idosa. É bem evidente que a população do distrito, definida como idosa, é superior à do total de Portugal.

Em termos de população em idade escolar e activa (15-65 anos), o distrito apresenta um diferencial negativo de 4.1%.

Apesar do maior peso verificado na população idosa, o distrito de Santarém apresenta, contudo, uma estrutura demográfica semelhante à distribuição a nível nacional já que a grande maioria da população está em idade activa, no grupo etário dos 15 aos 65 anos e tem uma baixa representatividade da população jovem (0-14 anos).

Quando cruzado com outros dados demográficos, verifica-se que as principais causas do fenómeno do envelhecimento demográfico são as baixas taxas de natalidade, as migrações e o maior número de efectivos idosos associado ao aumento da esperança média de vida.

²¹ INE, “Censos 2001, resultados definitivos”, in *Destaque*, 21 de Outubro 2002.

²² *O envelhecimento em Portugal – Situação demográfica e sócio-económica recente das pessoas idosas*, Serviço de Estudos sobre População do Departamento de Estatísticas Censitárias e da População, INE, 2002.

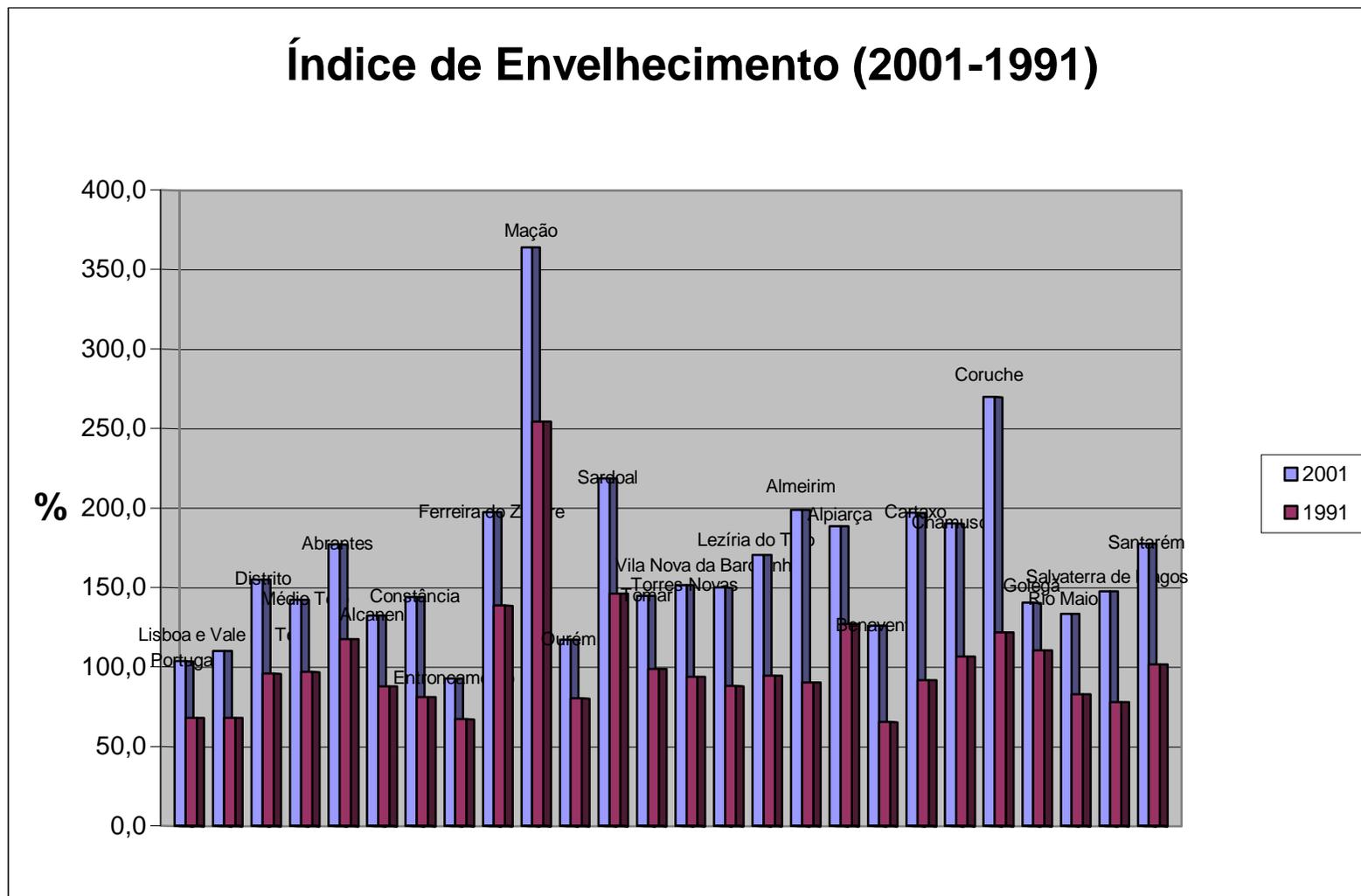
Quadro VII – Índice de Envelhecimento

NUTS		
	2001	1991
CONCELHOS		
Portugal	103,6	68,1
Lisboa e Vale do Tejo	110,2	68,1
Distrito	155,2	95,8
Médio Tejo	142,3	96,9
Abrantes	177,1	117,7
Alcanena	132,4	88,0
Constância	144,1	81,1
Entroncamento	92,8	67,3
Ferreira do Zêzere	197,4	138,6
Mação	364,1	254,4
Ourém	117,4	80,3
Sardoal	218,7	146,2
Tomar	144,8	98,9
Torres Novas	151,6	94,0
Vila Nova da Barquinha	149,9	88,1
Lezíria do Tejo	170,6	94,7
Almeirim	198,9	90,3
Alpiarça	188,7	127,1
Benavente	126,1	65,5
Cartaxo	197,1	91,7
Chamusca	190,3	106,7
Coruche	269,8	121,8
Golegã	140,4	110,6
Rio Maior	133,6	82,9
Salvaterra de Magos	147,7	78,0
Santarém	177,6	101,7

Fonte: INE

Nota: *Índice de envelhecimento* é a relação entre a população idosa (com 65 ou mais anos) e a população jovem (dos zero aos 14 anos) por cada 100 indivíduos.

Gráfico IV – Índice de Envelhecimento (2001-1991)



O índice de envelhecimento do distrito vem corroborar o envelhecimento geral da população do distrito. Em 2001 era de 155.2%, enquanto que a média nacional era de 103,6.

A nível micro as duas sub-regiões do distrito apresentam valores elevados, sendo que a Lezíria do Tejo (170.6%) é superior ao Médio Tejo (142.3%). Os diferentes concelhos seguem a tendência de envelhecimento da população, com especial destaque para Mação (364.1%), Coruche (269.8%) e Sardoal (218.7%). Apenas o Entroncamento apresenta algum *rejuvenescimento* com um valor inferior à média nacional em 10.8%.

Relativamente ao intervalo intercensitário a que se referem os dados estatísticos, o que se conclui é que houve um envelhecimento muito rápido, com mais 59.4 idosos para cada 100 jovens em 2001.

A distribuição concelhia do envelhecimento revela que a sub-região Lezíria do Tejo está mais envelhecida do que na do Médio Tejo. Genericamente, constata-se que o interior é mais envelhecido do que os concelhos mais próximos do litoral.

Figura IX – Índice de Envelhecimento, por concelho, 2001



Fonte: Anuários Estatísticos Regionais, INE, 2003, p.16

4.2.2.4. Crescimento da população

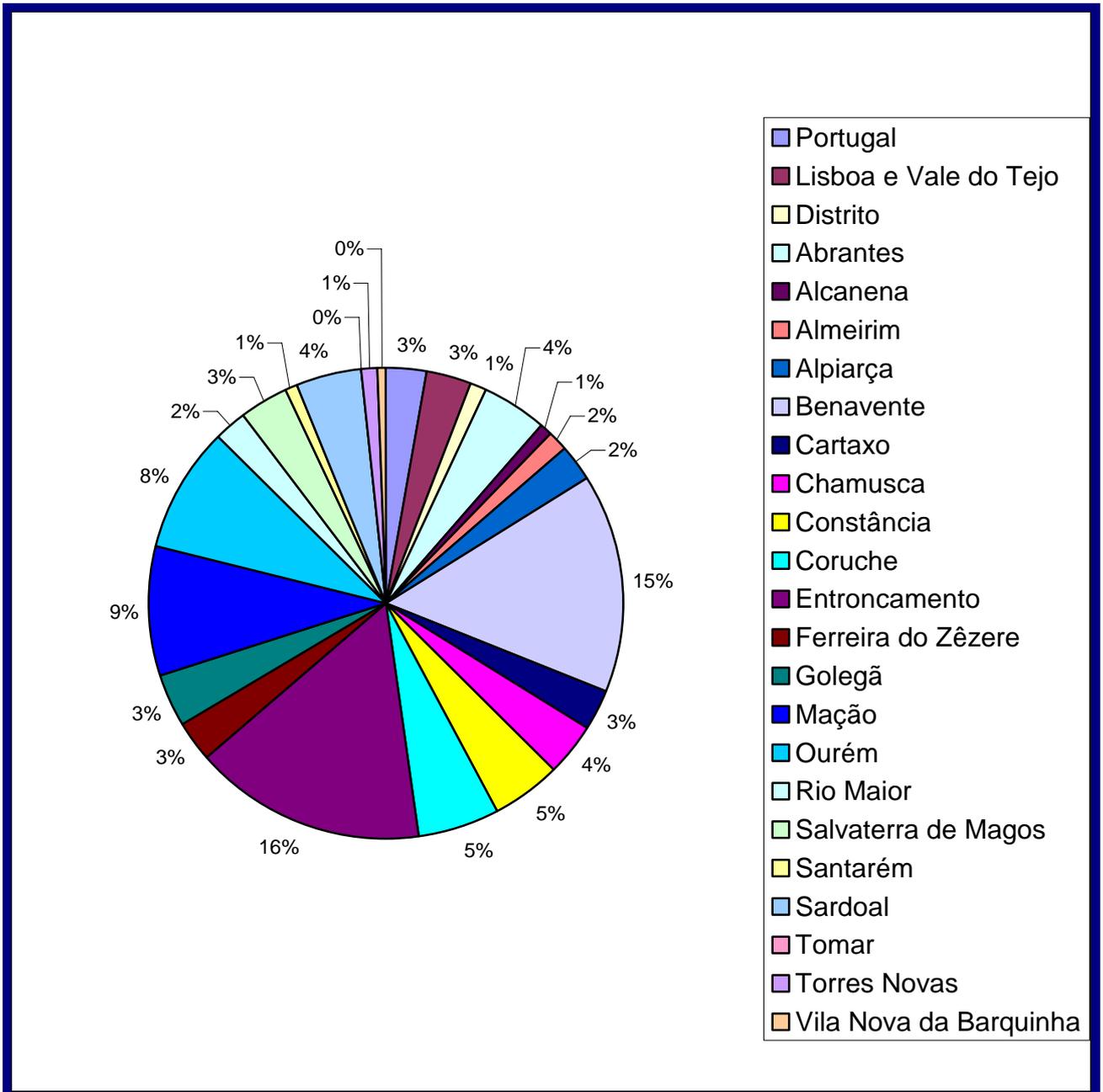
Quadro VIII – Evolução da situação demográfica no Distrito, 1991-2001

Zona Geográfica	População Residente (HM)		Variação 2001-1991 (HM)	
	2001	1991	Total	%
PORTUGAL	10.356.117	9.867.147	488.970	5.0
LISBOA E VALE DO TEJO	3.467.483	3.289.486	177.997	5.4
DISTRITO	454.527	444.880	9.647	2.0
Abrantes	42.235	45.697	-3.462	-7.6
Alcanena	14.600	14.373	227	1.6
Almeirim	21.957	21.380	577	2.7
Alpiarça	8.024	7.711	313	4.1
Benavente	23.257	18.335	4.922	26.8
Cartaxo	23.389	22.268	1.121	5.0
Chamusca	11.492	12.282	-790	-6.4
Constância	3.815	4.170	-355	-8.5
Coruche	21.332	23.634	-2.302	-9.7
Entroncamento	18.174	14.226	3.948	27.8
Ferreira do Zêzere	9.442	9.954	-532	-5.3
Golegã	5.710	6.072	-362	-6.0
Mação	8.438	10.060	-1.622	-16.1
Ourém	46.216	40.185	6.031	15.0
Rio Maior	21.110	20.119	991	4.9
Salvaterra de Magos	20.161	18.979	1.182	6.2
Santarém	63.563	62.621	942	1.5
Sardoal	4.104	4.430	-326	-7.4
Tomar	43.006	43.139	-133	-0.3
Torres Novas	36.908	37.692	-784	-2.1
Vila Nova da Barquinha	7.610	7.553	57	0.8

Fonte: INE – Censos 2001
 INE – Censos 1991

Nota: Por razões de integração geográfica, considera-se neste estudo o concelho de Mação no Médio Tejo.

Gráfico V – Distribuição da taxa de variação populacional (2001-1991)



Em 2001 verificou-se um aumento populacional no distrito de Santarém de 2.0% relativamente a 1991.

O crescimento verificado torna-se mais ténue se comparado com o crescimento a nível nacional (5.0%) ou da região de Lisboa e Vale do Tejo (5.4%).

De acordo com os resultados do INE²³ verificou-se igualmente, na generalidade das regiões (NUTS II), um aumento da população residente; as exceções ocorreram no Alentejo e na Madeira, onde o respectivo número de habitantes decresceu entre os dois referidos momentos censitários.

No seio do distrito, este crescimento populacional revelou-se mais forte nos concelhos de Entroncamento (27.8%), Benavente (26.8%) e Ourém (15.0%), não sendo extensível a todos os concelhos do Distrito. Assistiu-se a decréscimos populacionais nos concelhos mais a leste com especial incidência em Mação (-16.1%), Coruche (-9.7%) e Constância (-8.5%).

²³ *Estatísticas demográficas 2002*, Lisboa, INE, p.30.

4.2.2.5. Esperança (média) de vida à nascença

A utilização deste indicador na caracterização distrital é importante porque para além de estar correlacionado com outros indicadores demográficos como a mortalidade e a estrutura etária da população, é ele próprio um indicador de bem-estar social.

Quadro IX – Esperança (média) de Vida à Nascença (HM)

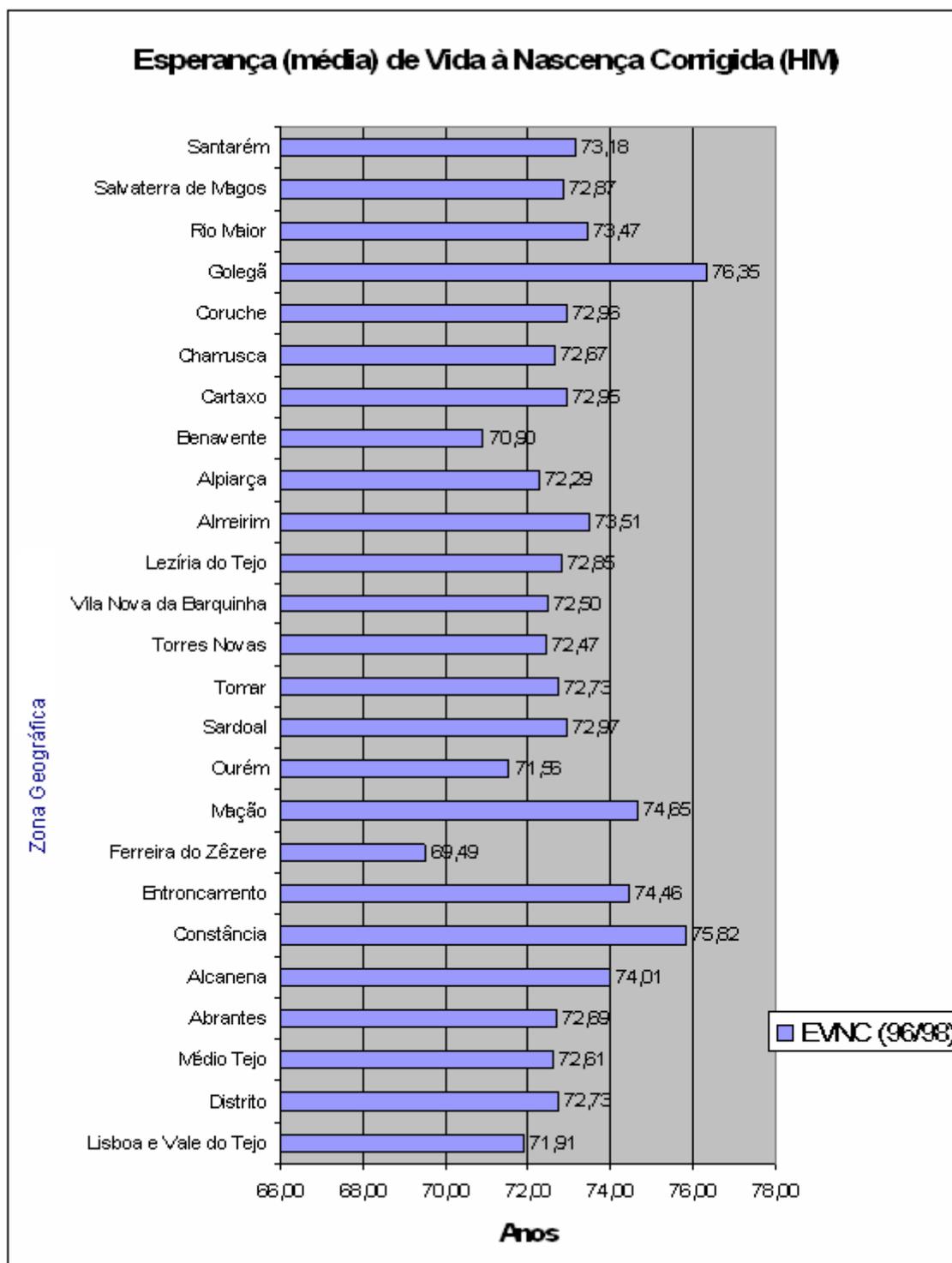
NUTS CONCELHOS	92/94		93/95		94/96		95/97		96/98	
	Esperança Vida à Nascença	Esperança Vida à Nascença Corrigida								
	anos		anos		anos		anos		anos	
Lisboa e Vale d	70,78	71,24	70,87	71,40	71,05	71,45	71,26	71,62	71,59	71,91
Distrito	73,26	71,58	73,47	71,72	73,75	72,00	74,00	72,29	74,40	72,73
Médio Tejo	73,48	71,17	73,77	71,35	74,04	71,63	74,37	72,05	74,87	72,61
Abrantes	74,69	71,57	74,54	71,25	74,76	71,57	75,25	72,25	75,74	72,69
Alcanena	72,86	71,50	72,22	70,56	73,03	71,38	73,97	72,48	75,30	74,01
Constância	72,30	70,85	73,52	71,96	75,58	74,77	75,86	74,98	76,64	75,82
Entroncamen	72,84	73,84	73,09	74,23	72,53	73,80	73,00	74,26	73,10	74,46
Ferreira do Zê	73,27	67,64	74,57	69,12	75,61	70,62	74,71	69,16	74,83	69,49
Mação	76,47	69,43	76,08	69,39	77,35	71,90	78,04	72,56	79,27	74,65
Ourem	71,75	70,34	71,98	70,42	71,89	70,15	72,46	70,71	73,34	71,56
Sardoal	75,06	69,94	75,16	69,23	76,18	70,78	75,96	71,04	77,22	72,97
Tomar	73,12	71,00	73,71	71,60	74,07	71,94	74,27	72,17	74,74	72,73
Torres Novas	73,86	72,24	74,35	72,55	74,13	72,25	74,39	72,49	74,42	72,47
Vila Nova da	72,09	71,08	72,54	71,45	72,68	71,77	73,45	72,49	73,31	72,50
Lezíria do Tejo	73,03	71,98	73,16	72,09	73,45	72,36	73,62	72,52	73,93	72,85
Almeirim	73,32	73,42	73,35	73,46	73,02	73,09	73,44	73,56	73,38	73,51
Alpiarça	74,54	71,66	73,51	70,41	73,87	70,80	74,24	71,14	75,39	72,29
Benavente	68,93	70,49	68,81	70,28	69,60	70,88	70,18	71,38	69,87	70,90
Cartaxo	71,86	71,61	72,87	72,65	73,14	72,83	73,15	72,79	73,20	72,95
Chamusca	74,17	71,74	73,32	70,54	73,32	70,94	73,59	71,09	74,69	72,67
Coruche	72,59	70,26	73,38	71,21	73,90	71,94	74,22	72,43	74,66	72,96
Golegã	76,54	74,80	77,34	75,60	77,68	76,12	77,51	76,94	77,96	76,35
Rio Maior	72,54	71,61	72,78	71,84	73,96	73,07	74,48	73,70	74,17	73,47
Salvaterra de	71,84	72,33	71,42	71,86	71,39	71,72	71,36	71,47	72,89	72,87
Santarém	74,47	72,95	74,39	72,81	74,55	72,93	74,65	72,96	74,88	73,18

Fonte: INE, Cadernos Regionais - Região Centro, 2001, nº 12

Nota: *Esperança de Vida* é o número médio de anos que restam para viver a um indivíduo no momento do nascimento, no ano ou período de referência, mantendo-se as condições de mortalidade no momento.

Por *Esperança de Vida à Nascença Corrigida*, entenda-se o cálculo já mencionado para a EMV ponderado pela estrutura etária das Populações, numa tentativa de anular alguns casos de enviesamentos ao efectuar comparações.

Gráfico VI – Esperança (média) de Vida à Nascimento Corrigida (HM) – 1996/98



Quadro X – Esperança (média) de Vida à Nascimento (H)

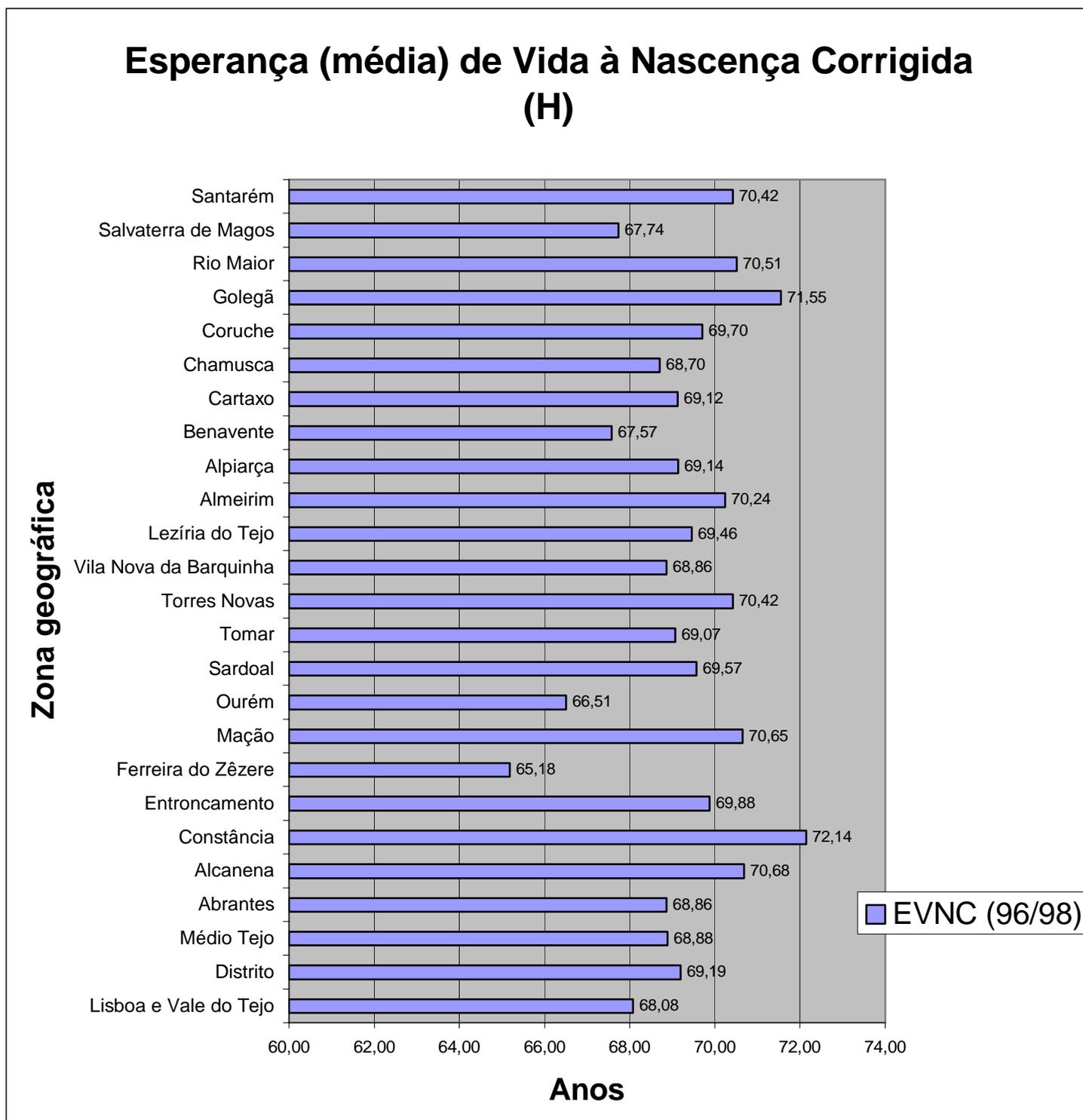
NUTS	92/94		93/95		94/96		95/97		99/00	
	Esperança Vida à Nascimento	Esperança Vida à Nascimento Corrigida	Esperança Vida à Nascimento	Esperança Vida à Nascimento Corrigida	Esperança Vida à Nascimento	Esperança Vida à Nascimento Corrigida	Esperança Vida à Nascimento	Esperança Vida à Nascimento Corrigida	Esperança Vida à Nascimento	Esperança Vida à Nascimento Corrigida
	anos		anos		anos		anos		anos	
Lisboa e Vale do Tejo	66,93	67,81	67,06	67,69	67,07	67,64	67,19	67,88	67,63	68,09
Distrito	69,95	67,83	70,01	67,82	70,21	68,04	70,59	68,51	71,16	68,19
Médio Tejo	69,99	67,90	69,85	66,99	70,20	67,36	70,87	68,16	71,52	68,88
Abrantes	70,67	69,96	70,35	66,43	70,66	68,29	71,86	68,29	72,48	68,86
Alcanena	68,40	68,45	68,72	66,49	68,37	68,76	70,76	68,76	72,33	70,68
Constância	69,24	67,93	67,51	66,97	71,44	71,99	72,47	71,99	72,86	72,14
Entroncamento	69,86	71,40	69,22	70,97	68,83	70,09	68,59	70,09	68,50	69,88
Ferreira do Zêzere	69,99	64,07	70,28	64,42	71,84	64,37	70,67	64,37	71,43	66,16
Mação	72,51	63,90	71,97	64,06	73,68	68,25	75,43	68,25	76,89	70,65
Ourém	67,92	66,15	68,16	66,17	67,74	65,89	68,12	65,89	68,88	66,51
Serpa	71,73	66,39	71,84	66,04	73,47	67,13	72,25	67,13	73,99	69,57
Tomar	69,08	67,06	69,37	67,26	70,11	68,66	70,72	68,66	71,09	69,07
Torres Novas	69,97	67,90	70,61	68,26	70,67	69,60	71,66	69,60	72,34	70,42
Vila Nova da Barquinha	68,20	67,39	68,64	67,41	68,15	67,45	68,61	67,45	69,85	68,86
Lezíria do Tejo	70,21	68,66	70,16	68,64	70,22	68,71	70,30	68,66	70,80	68,46
Almeirim	69,87	69,88	69,02	68,98	68,83	69,62	69,59	69,62	70,11	70,24
Alpiarça	70,97	67,69	71,02	67,76	70,76	68,46	71,38	68,46	71,79	69,14
Benavente	66,19	66,33	64,02	64,66	65,81	67,41	67,08	67,41	67,29	67,57
Castelo	69,95	69,42	71,11	70,70	70,25	69,29	70,04	69,29	69,76	66,12
Chamusca	70,75	67,71	69,22	66,34	69,73	66,14	69,45	66,14	71,33	68,70
Conche	70,18	66,76	70,65	67,63	71,27	68,49	71,23	68,49	72,22	69,70
Golegã	73,23	71,16	73,76	71,37	74,12	70,18	72,60	70,18	73,65	71,55
Rio Maior	69,20	67,57	70,43	68,94	71,21	70,39	71,69	70,39	71,68	70,51
Salvaterra de Magos	68,44	68,61	67,87	67,94	67,23	66,38	68,36	66,36	67,85	67,74
Santarém	72,17	70,22	71,87	69,95	71,68	70,05	71,88	70,05	72,17	70,42

Fonte: INE, Cadernos Regionais - Região Centro, 2001, nº 12

Nota: *Esperança de Vida* é o número médio de anos que restam para viver a um indivíduo no momento do nascimento, no ano ou período de referência, mantendo-se as condições de mortalidade no momento.

Por *Esperança de Vida à Nascimento Corrigida*, entenda-se o cálculo já mencionado para a EMV ponderado pela estrutura etária das Populações, numa tentativa de anular alguns casos de enviesamentos ao efectuar comparações.

Gráfico VII – Esperança (média) de Vida à Nascimento Corrigida (H) – 1996/98



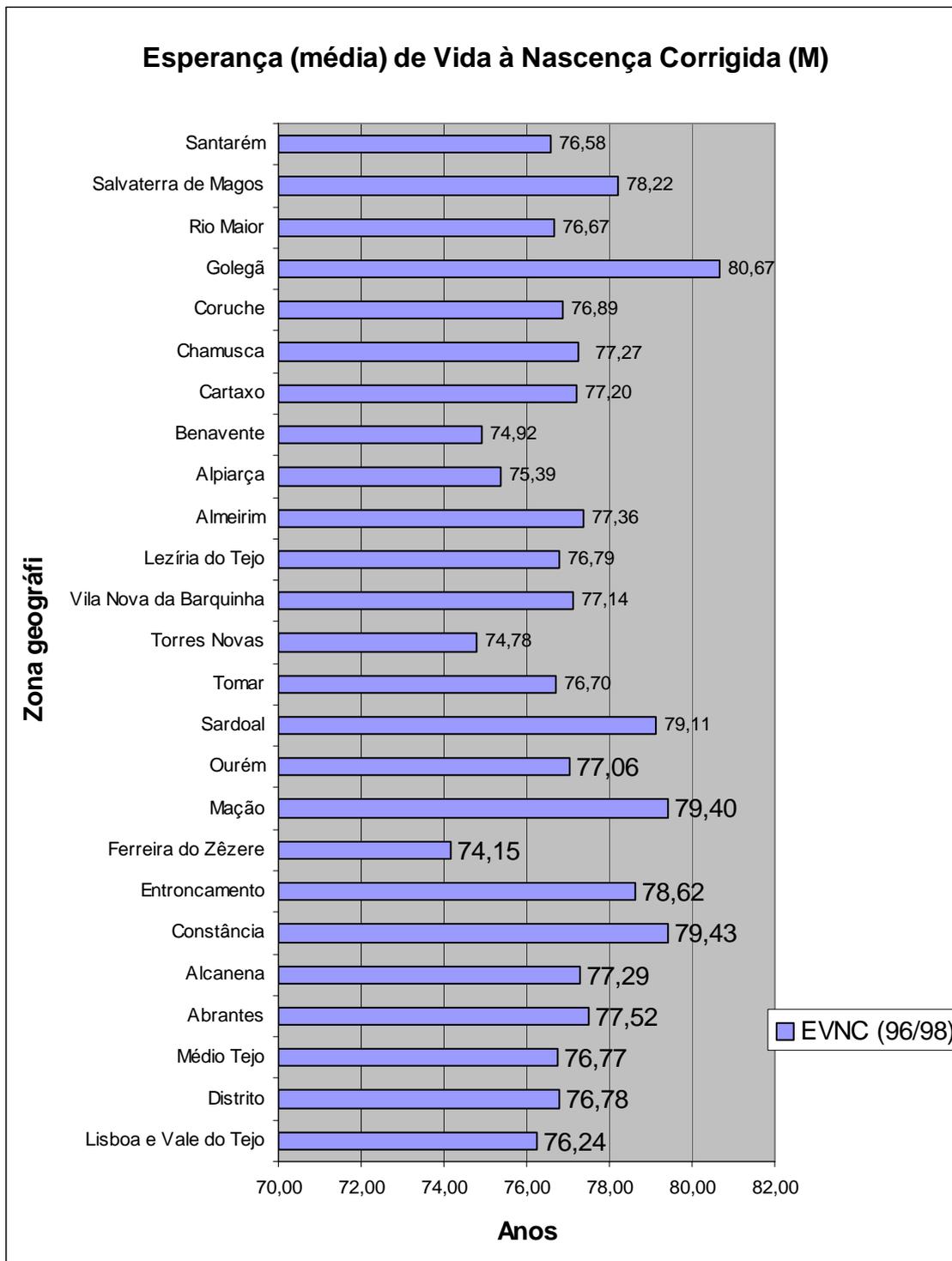
Quadro XI – Esperança (média) de Vida à Nascimento Corrigida (M)

NUTS CONCELHOS	92/94		93/95		94/96		95/97		96/98	
	Esperança Vida à Nascimento	Esperança Vida à Nascimento Corrigida								
	anos		anos		anos		anos		anos	
Lisboa e Vale do Tejo	75,11	75,40	75,36	75,64	75,54	75,61	75,83	76,09	76,01	76,24
Distrito	77,07	75,93	77,32	76,16	77,71	76,54	77,61	76,60	78,02	76,78
Médio Tejo	77,77	76,11	77,99	76,29	78,13	76,42	78,05	78,31	78,48	76,77
Abrantes	79,18	77,04	79,18	76,90	79,51	77,36	79,35	77,21	79,72	77,52
Alcanena	78,46	78,00	76,71	75,90	77,88	77,21	76,93	75,97	78,22	77,29
Constância	76,92	75,17	79,73	78,43	79,54	78,40	79,19	78,24	80,11	79,43
Entroncamento	76,49	76,96	77,27	77,84	76,58	77,39	77,15	78,00	77,58	78,62
Ferreira do Zêzere	77,15	72,39	78,96	74,72	79,00	75,38	78,27	74,23	77,99	74,15
Mação	80,39	75,63	79,93	75,03	80,98	78,35	80,72	77,24	81,95	79,40
Ourem	75,50	74,49	75,77	74,67	76,33	75,12	77,03	75,90	78,15	77,06
Sardoal	78,77	74,63	78,97	73,90	79,57	74,51	80,94	78,30	81,71	79,11
Tomar	77,87	76,18	78,39	76,78	78,06	76,29	77,77	75,95	78,39	76,70
Torres Novas	78,24	77,31	78,14	76,99	77,80	75,43	77,32	75,66	75,71	74,78
Vila Nova da Barquinha	77,05	76,33	77,03	76,28	77,15	76,55	77,91	77,43	77,60	77,14
Lezíria do Tejo	76,36	75,75	76,65	76,02	77,29	76,66	77,57	76,88	77,55	76,79
Almeirim	77,27	77,52	78,06	78,28	77,73	77,89	77,84	78,01	77,24	77,36
Alpiarça	78,19	76,46	76,43	73,99	77,21	74,86	77,32	74,27	78,56	75,39
Benavente	73,33	74,89	74,28	75,82	74,40	75,91	74,52	76,08	73,48	74,92
Cartaxo	74,07	73,97	74,85	74,72	76,50	76,39	77,02	76,91	77,17	77,20
Chamusca	78,35	76,62	78,08	76,86	77,84	75,94	78,43	77,33	78,54	77,27
Coruche	75,56	74,15	76,41	74,87	77,23	75,85	77,98	77,06	77,82	76,89
Golegã	79,74	78,57	80,61	79,56	80,89	80,10	81,72	81,14	81,51	80,67
Rio Maior	76,75	76,35	76,88	75,35	77,33	76,87	77,67	77,25	77,07	76,67
Saivelma de Magos	76,19	76,94	75,57	76,28	76,34	76,75	76,58	76,76	78,11	78,22
Santarém	77,07	75,95	77,35	76,21	77,90	76,84	78,05	76,75	78,00	76,58

Fonte: INE, Cadernos Regionais - Região Centro, 2001, nº 12

Nota: *Esperança de Vida* é o número médio de anos que restam para viver a um indivíduo no momento do nascimento, no ano ou período de referência, mantendo-se as condições de mortalidade no momento.
Por *Esperança de Vida à Nascimento Corrigida*, entenda-se o cálculo já mencionado para a EMV ponderado pela estrutura etária das Populações, numa tentativa de anular alguns casos de enviesamentos ao efectuar comparações.

Gráfico VIII - Esperança (média) de Vida à Nascimento Corrigida (M) – 1996/98



A esperança de vida à nascença (corrigida) no Distrito tem sofrido ligeiras oscilações nos triénios em análise, sendo a última de 0,44, o que significa uma variação positiva mínima. Tendo em consideração que se trata de um reduzido intervalo de comparação e

o facto de se registar uma EMVC (Esperança Média de Vida Corrigida) de 72.73 superior à média da região de Lisboa e Vale do Tejo (71.91), são favoráveis os valores registados. Para este fenómeno poderá ter contribuído o envelhecimento da população ao longo do período em análise, para além deste factor, a autora do estudo realizado pelo INE²⁴ atribui papel de relevo à melhoria das condições de vida da população.

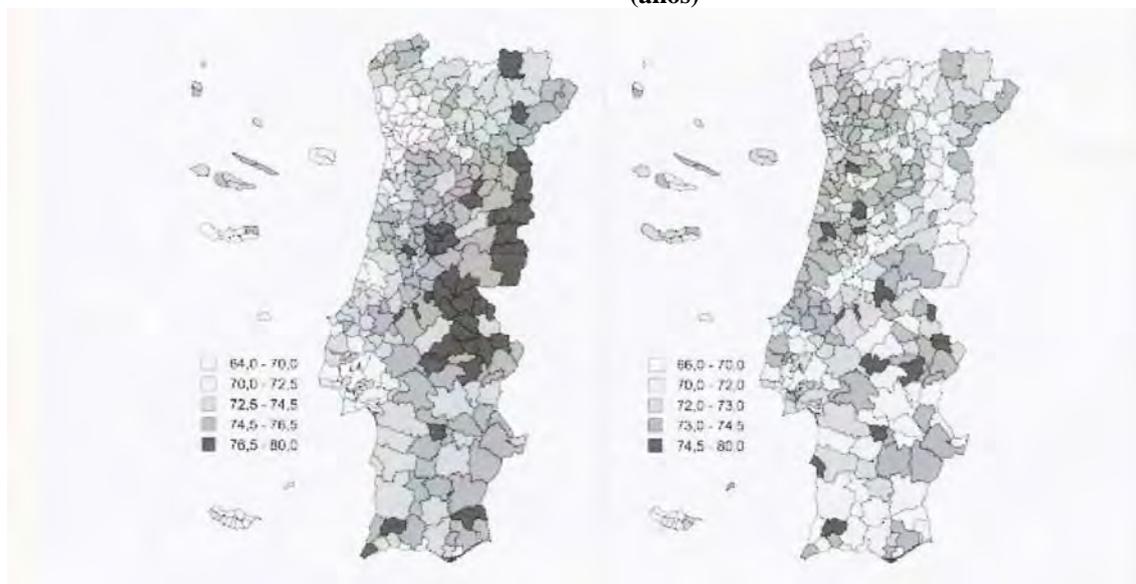
A sobremortalidade masculina, contribui para a maior esperança média de vida por parte das mulheres e justifica a diferença em termos de género. No Distrito as mulheres tinham uma EMVC de 76.78 enquanto que o valor para os homens era de 69.19. No entanto houve um acréscimo de 0.68 anos nos homens e 0.18 anos nas mulheres, reflectindo o atenuar da sobremortalidade masculina.

De acordo com os resultados dos quadros acima apresentados, pode-se verificar a dualidade interior/litoral, o que se torna mais evidente quando cartografados [Figura X e XI] em que as zonas a verde mais forte identificam os valores mais elevados e as tonalidades mais suaves, os valores mais baixos.

No entanto, a EMVC desvaneceu a dualidade territorial observada, dando lugar “a uma dispersão geográfica de tonalidades”²⁵. Esta situação é explicada pelo facto de ambos os indicadores reflectirem o número de óbitos ocorridos, que por sua vez está dependente da estrutura etária da população, pelo que se pode concluir que este indicador não está directamente correlacionado com esta dualidade, mas sim outros que estão na base da sua construção.

Figura XI – Esperança de Vida à Nascença por Concelhos, no triénio 96/98 (anos)

Figura XII - Esperança de Vida à Nascença Corrigida por concelhos, no triénio 96/98 (anos)



Fonte: ALMEIDA, Vanessa; *Natalidade Mortalidade e Esperança de Vida à Nascença nos Concelhos Portugueses, uma correcção pela estrutura etária*, Núcleo de Estudos Regionais da Direcção Regional do Centro, INE.

²⁴ ALMEIDA, Vanessa, *Natalidade Mortalidade e Esperança de Vida à Nascença nos Concelhos Portugueses, uma correcção pela estrutura etária*, Cadernos Regionais – Região Centro, 2001, nº 12, INE-DRC.

²⁵ ALMEIDA, Vanessa, *op. cit.*

Recorrendo a dados do INE²⁶ mais recentes, apenas disponíveis para NUTS II [Quadro XII], verifica-se uma subida considerável da EMVN (Esperança Média de Vida à Nascimento) na região de Lisboa e Vale do Tejo, a que pertencia o Distrito no período em análise. As mulheres viviam em média mais 7,1 anos do que os homens.

Quadro XII – Esperança média de Vida à Nascimento, NUTS II 1991-2000

		1990/1991	1999/2000
Portugal	H	70,6	73,0
	M	77,6	79,9
Norte	H	70,3	73,3
	M	77,1	80,1
Centro	H	71,0	74,3
	M	78,0	80,5
Lisboa e Vale do Tejo	H	71,0	72,7
	M	78,0	79,8
Alentejo	H	70,6	73,1
	M	77,8	79,8
Algarve	H	70,0	72,6
	M	77,9	80,3
R.Autónoma Açores	H	68,5	68,9
	M	75,6	76,8
R.Autónoma Madeira	H	67,4	68,2
	M	76,7	77,5

Fonte: INE, DECP/SEP

²⁶ “Novas Estimativas Intercensitárias, Portugal, NUTS II, NUTS III e Concelhos, 1991-2000”, in *Destaque do INE*, INE, 9 de Maio 2002.

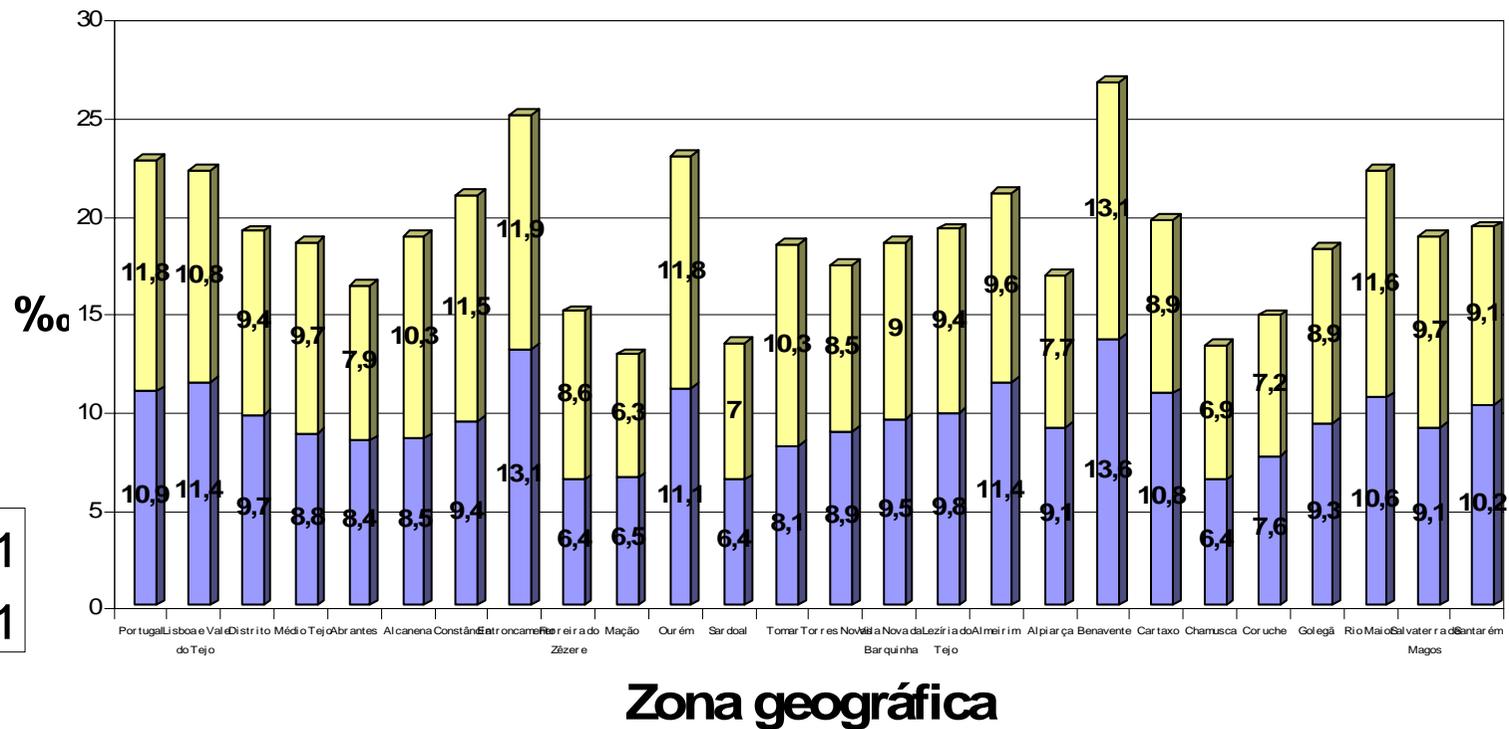
4.2.2.6. Taxa de Natalidade

Quadro XIII – Taxas de Natalidade 1991-2001

Taxas de Natalidade (2001-1991)			
NUTS	CONCELHOS	2001	1991
		permilagem (‰)	permilagem (‰)
Portugal		10,9	11,8
Lisboa e Vale do Tejo		11,4	10,8
Distrito		9,7	9,4
Médio Tejo		8,8	9,7
Abrantes		8,4	7,9
Alcanena		8,5	10,3
Constância		9,4	11,5
Entroncamento		13,1	11,9
Ferreira do Zêzere		6,4	8,6
Mação		6,5	6,3
Ourém		11,1	11,8
Sardoal		6,4	7
Tomar		8,1	10,3
Torres Novas		8,9	8,5
Vila Nova da Barquinha		9,5	9
Lezíria do Tejo		9,8	9,4
Almeirim		11,4	9,6
Alpiarça		9,1	7,7
Benavente		13,6	13,1
Cartaxo		10,8	8,9
Chamusca		6,4	6,9
Coruche		7,6	7,2
Golegã		9,3	8,9
Rio Maior		10,6	11,6
Salvaterra de Magos		9,1	9,7
Santarém		10,2	9,1

Nota: O concelho de Azambuja faz parte de Lezíria do Tejo, mas não foi considerado na desagregação por não fazer parte do Distrito.
O concelho de Mação, por motivos de integração geográfica, foi incluído na sub-região Médio Tejo
Taxa Bruta de Natalidade obtém-se dividindo o total de nascimentos num determinado período pela população média existente nesse mesmo período.

Taxas de Natalidade distrito Santarém (2001-1991)



Este indicador demográfico, permite verificar que a natalidade a nível distrital (9.7%) em 2001 foi inferior à respectiva média nacional (10.9%). No plano infra-regional, a NUTS III do Médio Tejo apresenta um valor abaixo da média distrital e nacional (8.8%), enquanto que a Lezíria do Tejo apresenta uma taxa de natalidade ligeiramente acima da média distrital e acima do Médio Tejo, embora não atinja os valores nacionais. A distribuição dos valores a nível concelhio apresenta alguma diversidade, em que as taxas de natalidade mais elevadas e que superam a média nacional, são, como seria de esperar, pela dinâmica demográfica já evidenciada o concelho de Benavente (13.6%), Entroncamento (13.1%), Almeirim (11.4%) e Ourém (11.1%). As taxas mais baixas situam-se nos concelhos de Ferreira do Zêzere (6.4%), Sardoal (6.4%), Chamusca (6.4%) e Mação (6.5%).

As taxas de natalidade apresentam em termos médios uma tendência muito ténue de crescimento (0.3%) em relação a 1991, tendo contribuído de forma mais favorável a Lezíria do Tejo (0.4%), já que o Médio Tejo, pelo contrário, apresenta uma ligeira quebra (-0.9%) no período em análise.

A dinâmica distrital apresenta, neste indicador e no período em análise, uma inversão da tendência nacional de redução da taxa de natalidade, aproximando-se de forma ligeira dos valores de crescimento da região de Lisboa e Vale do Tejo (0.6%). Note-se que esta é a única região continental cujas taxas têm vindo a crescer nos últimos anos. As taxas de natalidade mais elevadas pertencem à Região Autónoma dos Açores, seguida da Região Autónoma da Madeira. As taxas mais baixas situam-se no Alentejo.

O cruzamento com dados fornecidos por outros indicadores permite concluir que, apesar da tendência positiva face aos valores obtidos, como a tendência crescente do índice de envelhecimento, o aumento da esperança média de vida e, com o conseqüente crescimento da percentagem da população idosa, o ligeiro crescimento da natalidade verificado não é suficiente para compensar o declínio da percentagem de jovens na população.

No período intercensitário, verifica-se um ligeiro aumento da natalidade na unidade territorial em análise – o distrito de Santarém – que ainda fica consideravelmente aquém da média nacional e da região de Lisboa e Vale do Tejo²⁷.

²⁷ Neste caso optou-se por reportar à região de Lisboa e Vale do Tejo devido a tornar possível a comparação entre o período censitário, além de que também se encontram disponível os dados de 2001 com base nas NUTS antigas.

4.2.2.7. Taxa de Mortalidade

Quadro XIV – Taxas de Mortalidade (2001-1991)

Taxas de Mortalidade (2001-1991)			
NUTS	CONCELHOS	2001 permilagem (‰)	1991 permilagem (‰)
Portugal		10,2	10,5
Lisboa e Vale do Tejo		10,2	10,4
Distrito		13,3	12,6
Médio Tejo		13,6	12,9
Abrantes		14,4	12,5
Alcanena		11,7	14,4
Constância		8,7	12,9
Entroncamento		7,8	9,3
Ferreira do Zêzere		17,2	21
Mação		22,4	18,7
Ourém		11,8	11,9
Sardoal		17,6	16,7
Tomar		13,7	12,5
Torres Novas		11,9	11,8
Vila Nova da Barquinha		12,8	11,5
Lezíria do Tejo		12,9	12,2
Almeirim		11,6	12,7
Alpiarça		15,7	15,3
Benavente		8,4	9,3
Cartaxo		12,3	13
Chamusca		14,2	12,9
Coruche		13,1	12
Golegã		17,1	13,7
Rio Maior		12,1	12,5
Salvaterra de Magos		11,6	10,7
Santarém		13	12,4

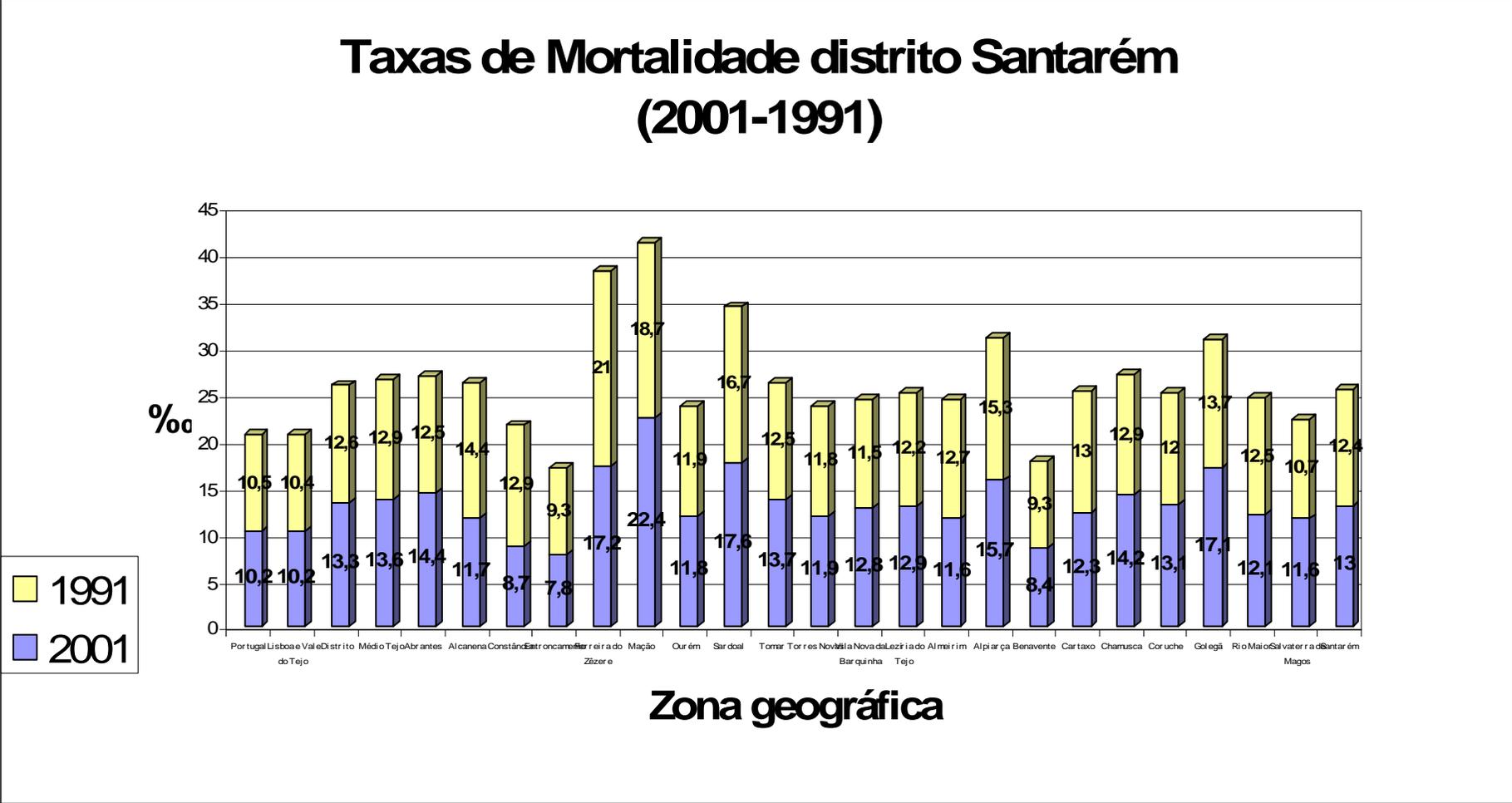
Fonte: INE

Nota: O concelho de Azambuja faz parte de Lezíria do Tejo, mas não foi considerado na desagregação por não fazer parte do Distrito.

O concelho de Mação, por motivos de integração geográfica, foi incluído na sub-região Médio Tejo

Taxa Bruta de Mortalidade obtém-se dividindo o total de óbitos num determinado período pela população média existente nesse mesmo período.

Gráfico X – Taxas de Mortalidade distrito Santarém (2001-1991)



Em 2001, a mortalidade a nível distrital aumentou (0.7%) face a 1991 e apresentava valores superiores (13.3%) aos nacionais (10.2%) e de Lisboa e Vale do Tejo (10.2%). A nível nacional, as taxas de mortalidade apresentaram os valores mais elevados no Alentejo e os mais baixos no Norte.

Em termos de NUTS III o Médio Tejo (13.6%), apresentava um valor ligeiramente superior ao verificado no Distrito (13.3%), situando-se a Lezíria do Tejo (12.9%) um pouco abaixo (12.9%) desse valor.

Quando a unidade de observação passa para o nível concelhio, a mortalidade assume um diferencial segundo a zona geográfica, em que os concelhos com valores mais elevados são Mação (22.4%), Sardoal (17.6%), Ferreira do Zêzere (17.2%) e Golegã (17.1%). Quanto aos concelhos identificados com valores mais baixos são o Entroncamento (7.8%), Benavente (8.4%), Constância (8.7%) e Salvaterra de Magos (11.6%), caracterizando-se por serem concelhos com um índice de envelhecimento relativamente baixo, pelo que seria, de certa forma de esperar esta distribuição, muito embora a estrutura etária seja apenas um factor que poderá influenciar e com o qual se poderá cruzar. No entanto, a análise da mortalidade é multifactorial “tem-se verificado que a mortalidade varia com o nível socio-económico, com a profissão, com o lugar de residência e com certas características étnicas e religiosas.”²⁸.

Genericamente, verifica-se um aumento residual da mortalidade no distrito e que assume algum relevo a nível macro, dado o diferencial positivo.

²⁸ NAZARETH, J. Manuel; *Introdução à Demografia, Teoria e Prática*, Lisboa, Editorial Presença, 1996, p.132.

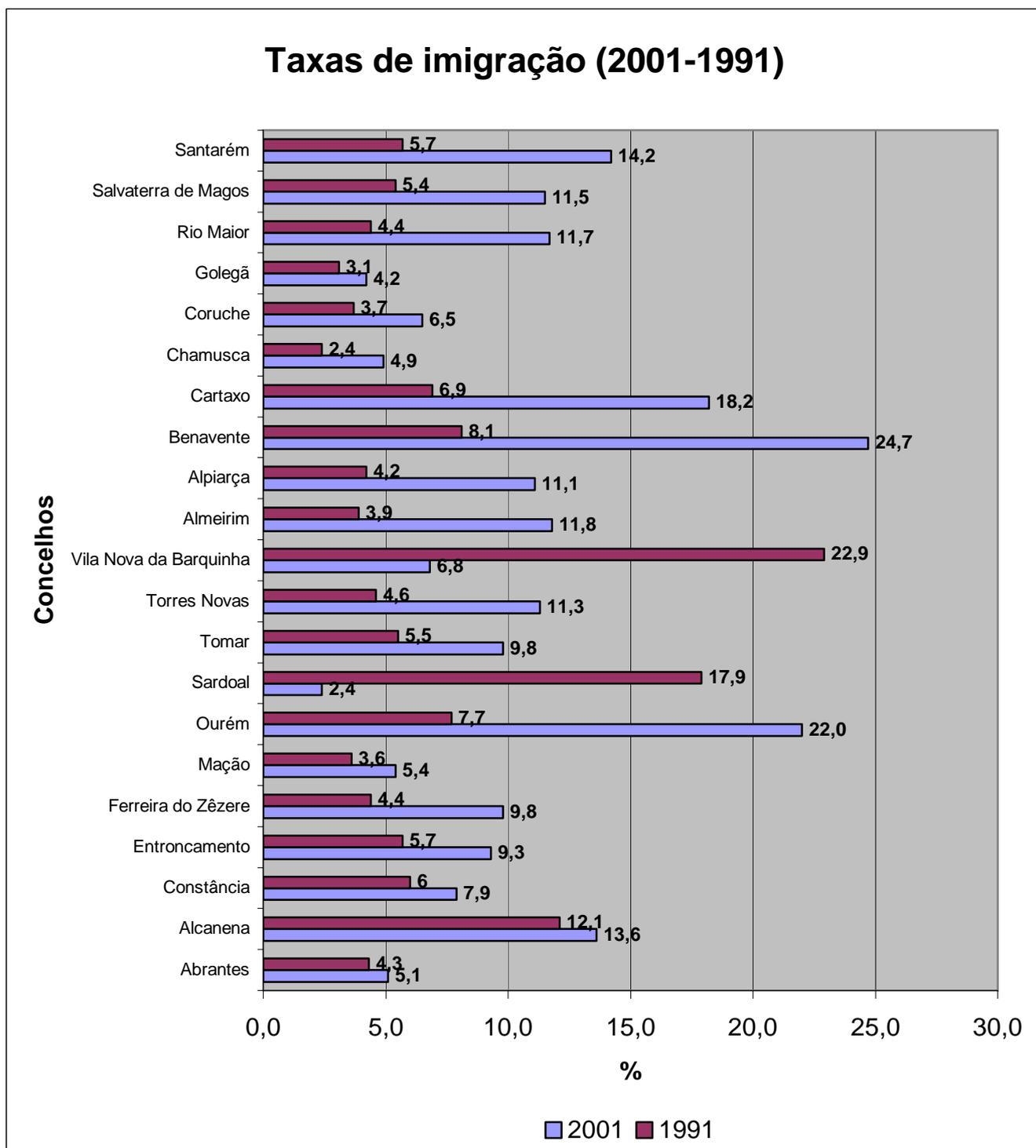
4.2.2.8. Imigração

Taxa de Imigração

Quadro XV – Taxa de Imigração (2001-1991)

NUTS	CONCELHOS	Taxa de Imigração	
		2001	1991
		permilagem (‰)	
Portugal		24,3	15,9
Distrito		12,6	6,0
Médio Tejo		11,2	6,9
Abrantes		5,1	4,3
Alcanena		13,6	12,1
Constância		7,9	6,0
Entroncamento		9,3	5,7
Ferreira do Zêzere		9,8	4,4
Mação		5,4	3,6
Ourém		22,0	7,7
Sardoal		2,4	17,9
Tomar		9,8	5,5
Torres Novas		11,3	4,6
Vila Nova da Barquinha		6,8	22,9
Lezíria do Tejo		14,2	5,2
Almeirim		11,8	3,9
Alpiarça		11,1	4,2
Benavente		24,7	8,1
Cartaxo		18,2	6,9
Chamusca		4,9	2,4
Coruche		6,5	3,7
Golegã		4,2	3,1
Rio Maior		11,7	4,4
Salvaterra de Magos		11,5	5,4
Santarém		14,2	5,7
<p>Fonte: INE, Censos 1991, Censos 2001</p> <p>Nota: O concelho de Azambuja faz parte de Lezíria do Tejo, mas não foi considerado na desagregação por não fazer parte do Distrito.</p> <p>O concelho de Mação, por motivos de integração geográfica, foi incluído na sub-região Médio Tejo</p> <p>Taxa Bruta de Imigração obtém-se dividindo o total de imigrantes num determinado período pela população média existente nesse mesmo período.</p>			

Gráfico XI – Taxas de Imigração (2001-1991)



A análise dos dados, permite inferir que no Distrito, em 2001, ocorreu um fluxo de imigração positivo (12.6%) que se atenua quando comparado com os valores nacionais (24.3%). No entanto, este crescimento é bastante acentuado face a 1991 (+6.6%), o qual

será interessante continuar a observar a fim de se avaliar a tendência deste fluxo e de que forma poderá reestruturar a composição social²⁹ do Distrito.

Em termos de NUTS III o Médio Tejo (11.2%) apresenta valores inferiores ao distrito (12.6%) e a Portugal (24.3%), enquanto que a Lezíria do Tejo (14.2%) apresenta valores superiores ao Distrito, mas inferiores em relação aos de Portugal, de que se conclui que foi esta última sub-região que obteve maior contributo em termos de contingente de efectivos estrangeiros que passaram a residir em Portugal.

Refira-se que houve uma distribuição homogénea em termos de evolução positiva em todos os concelhos, tendo-se apenas registado duas excepções em Sardoal (2.4%) que perdeu 15.5% de população estrangeira no período intercensitário e Vila Nova da Barquinha (6.8%) que reduziu em 16.1% a sua taxa de imigração, o que reflecte a incapacidade atractiva destes dois concelhos. O que, de certa forma, estará correlacionado com o índice de desenvolvimento, carecendo este pressuposto de outras confirmações.

Merecem destaque alguns concelhos pelos elevados valores de imigração registados, tais como Benavente (24.7%), Ourém (22.0%) e Cartaxo (18.2%).

Registe-se um crescimento acentuado da taxa de imigração generalizado a todas as unidades territoriais, com as devidas excepções, já evidenciadas.

²⁹ Numa primeira fase os imigrantes são sobretudo do sexo masculino, em idade activa, sendo que, se seguem estratégias de integração do agregado familiar após um percurso integrativo de “sucesso” no país acolhedor, o que poderá, a confirmar-se a tendência, provocar alguma mudança na estrutura da sociedade. Por todos estes motivos seria interessante fazer um estudo mais aprofundado sobre esta temática.

4.2.2.9. Emigração

Os dados estatísticos sobre a emigração são bastante exíguos principalmente a partir dos anos oitenta, tendo o INE, principal entidade nacional de recolha de dados estatísticos, alterado a metodologia de recolha de informação a esse nível, devido à abertura de fronteiras e à dificuldade de controlo deste fenómeno a partir daí.

Os dados disponíveis são feitos com base nos recenseamentos da população e feitas estimativas com base numa amostra. De forma a não comprometer a qualidade dos resultados não é feita a sua desagregação ao nível pretendido, pelo que não será possível fazer uma análise do distrito neste âmbito.

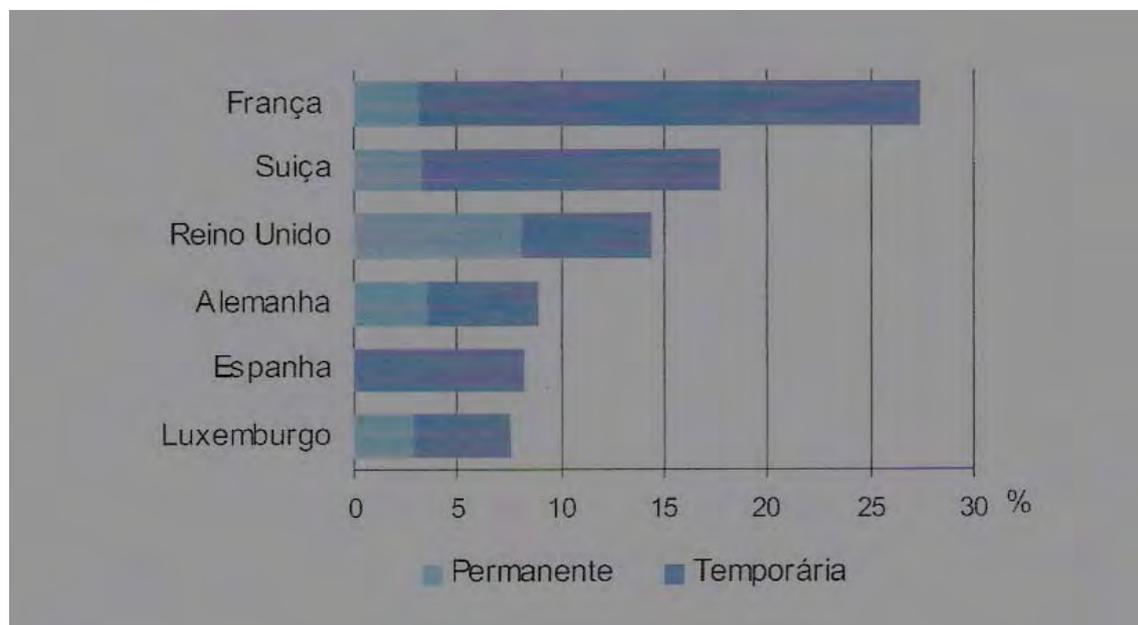
No entanto, sendo este um importante indicador de pobreza podendo estar associado a condições de vida depauperadas e ao despovoamento de algumas unidades territoriais, faremos uma muito breve abordagem deste fenómeno a nível nacional.

Segundo os dados mais recentes do INE³⁰, a emigração em Portugal é maioritariamente temporária, com destino à Europa, de indivíduos em idade activa e com o ensino básico. Trata-se de uma emigração que não tem “as características e o volume de outros tempos”³¹.

Quanto aos países de destino, segundo a mesma fonte, são essencialmente a França (7.399), a Suíça (4.785) e o Reino Unido (3.893), que no conjunto representam mais de 59% do total da emigração.

Nos principais destinos de emigração, a componente temporária é claramente superior, com excepção do Reino Unido uma vez que nesse caso a emigração permanente apresenta um valor superior à temporária.

Gráfico XII – Principais países de destino da Emigração segundo o tipo, 2003



Fonte: INE – Estatísticas Migratórias – Emigração 2003

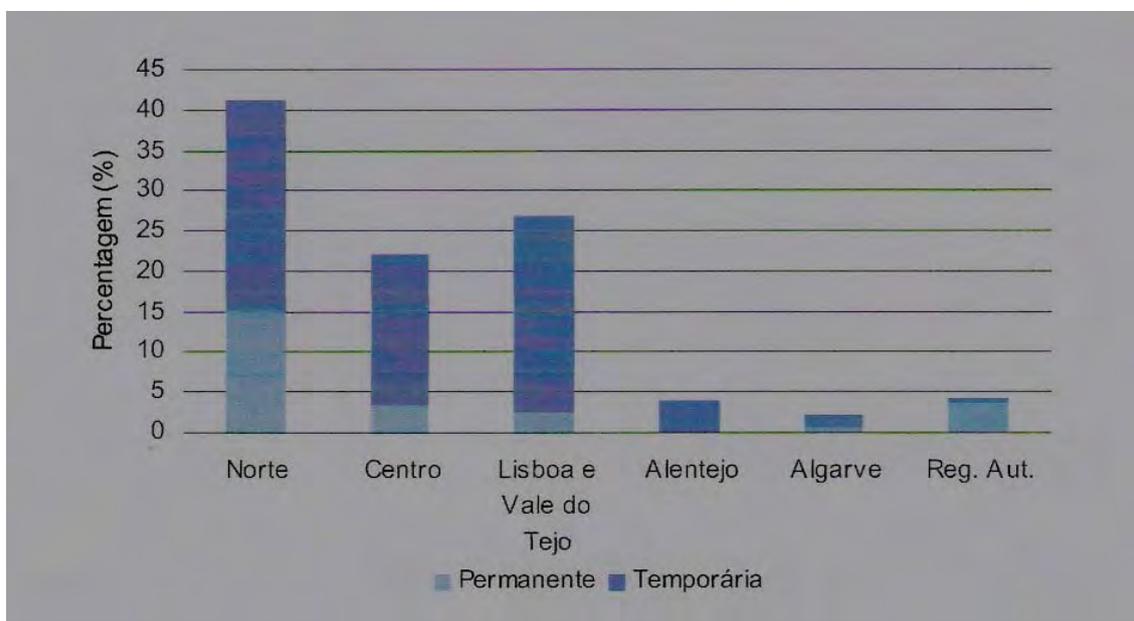
No que se refere à distribuição geográfica da residência “os emigrantes são provenientes sobretudo da NUTS II Norte e, em menor escala, de Lisboa e Vale do Tejo e do Centro.

³⁰ “Estatísticas Migratórias – Emigração 2003” in *Destaque*, INE, 11 de Junho 2004.

³¹ “Estatísticas Migratórias – Emigração 2003”, *op. cit.*, p.1.

As regiões do Alentejo, Algarve e as regiões autónomas apresentam valores relativamente reduzidos.

Gráfico XIII – Emigração Total, Permanente e Temporária segundo a Distribuição Geográfica da Residência, 2003.



Fonte: INE – Estatísticas Migratórias – Emigração 2003

As regiões autónomas são as únicas regiões do país onde a emigração permanente é superior à temporária. Nas restantes regiões, a emigração temporária é claramente maioritária, com destaque para o Alentejo onde a totalidade da emigração é de carácter temporário.”³².

³² *Ibid.*, p. 3.

4.1.2.10. População Estrangeira Residente

Em 2001, de acordo com a última informação censitária disponível, residiam em situação regularizada, no distrito, 5.627 cidadãos estrangeiros.

Entre 2001 e 1991 registou-se um acréscimo de 3.020 estrangeiros com estatuto de residente.

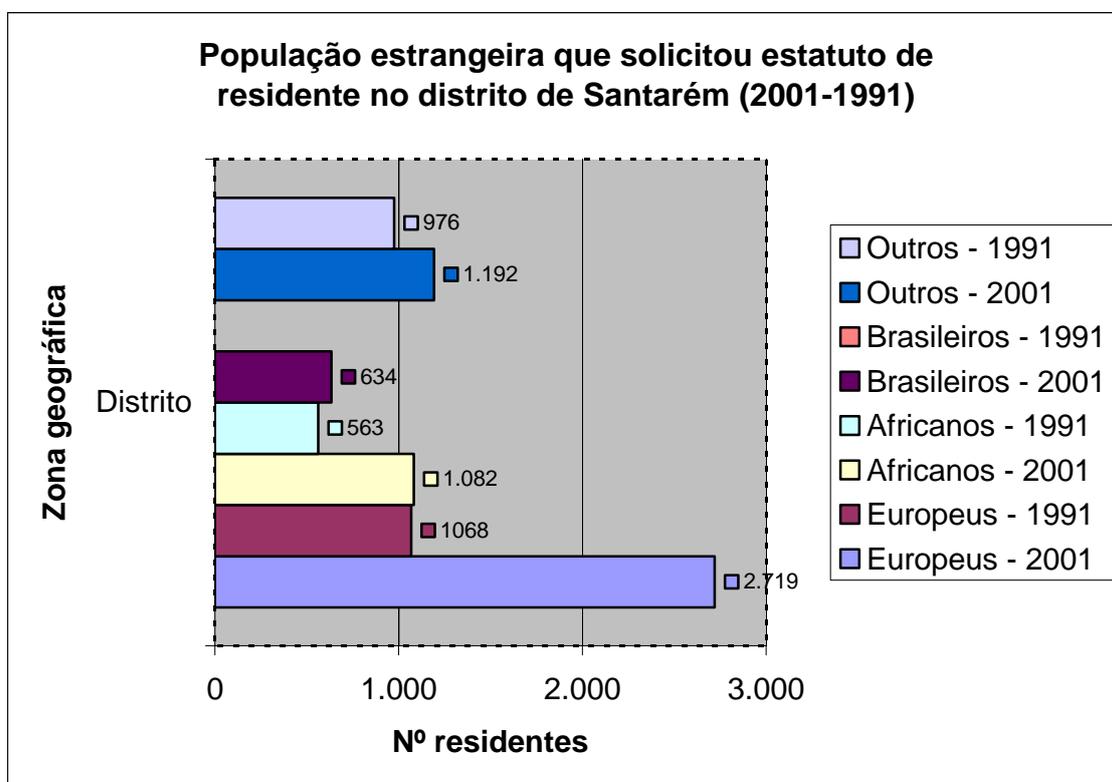
Tendo por referência as nacionalidades da população estrangeira, merecem particular destaque os europeus (2.719) os outros (1.192) não discriminados e os africanos (1.082) que, relativamente ao total de estrangeiros residentes no distrito em 2001, representam 48.3%, 21.2% e 19.2% respectivamente.

A categoria *Europeus* é a categoria com maior número de efectivos a residir no distrito e com maior crescimento registado.

Quadro XVI – População Estrangeira com residência legalizada (2001-1991)

NUTS	<i>População estrangeira com residência legalizada (2001-1991)</i>									
	CONCELHOS	Estrangeiros residentes - 2001				Estrangeiros residentes - 1991				
	Total	Europeus	Africanos	Brasileiros	Outros	Total	Europeus	Africanos	Outros	
Portugal	10.407.465	57.208	103.271	31.869	51.089	9.867.147	37.474	36.629	82.416	
Distrito	932.365	2.719	1.082	634	1.192	432.249	1068	563	976	
Médio Tejo	228.590	1300	493	267	499	219.942	663	306	544	
Abrantes	41.874	81	46	40	46	45.502	62	64	69	
Alcanena	14.659	89	47	8	46	14.201	59	32	81	
Constância	3.805	6	5	9	10	4.145	11	2	12	
Entroncamento	19.113	45	66	18	37	14.146	17	36	27	
Ferreira do Zêzere	9.418	77	7	3	4	9.910	35	1	8	
Mação	8.077	15	11	9	10	10.024	14	4	18	
Ourém	47.804	583	115	90	187	39.730	247	50	7	
Sardoal	4.061	8	2	—	—	4.417	3	3	73	
Tomar	43.099	217	97	35	65	42.904	89	73	73	
Torres Novas	37.074	191	85	49	85	37.466	119	34	18	
Vila Nova da Barquinha	7.683	23	13	6	9	7.521	7	7	158	
Lezíria do Tejo	244.148	1.419	589	367	693	212.307	405	257	432	
Almeirim	22.303	90	67	44	53	21.297	25	26	32	
Alpiarça	8.109	74	8	3	3	7.679	13	9	10	
Benavente	24.545	182	132	109	133	18.187	58	49	41	
Cartaxo	23.965	183	60	77	96	22.115	59	42	52	
Chamusca	11.414	37	12	2	5	12.253	7	8	14	
Coruche	21.023	97	18	10	13	23.547	47	10	30	
Golegã	5.691	4	8	6	6	6.053	4	8	7	
Rio Maior	21.428	152	36	20	34	20.030	36	19	34	
Salvaterra de Magos	20.523	80	53	40	55	18.878	42	9	50	
Santarém	63.959	520	193	56	112	62.268	114	77	162	

Gráfico XIV – População Estrangeira que solicitou estatuto de residente no distrito de Santarém (2001-1991)



NOTA: Em 1991 não houve discriminação para a categoria *brasileiros*, estando incluídos em *outros*, pelo que, esta última categoria poderá ser incorrectamente sobreavaliada.

Potencialidades

- Localização geo-estratégica.
- Aumento favorável da esperança média de vida

Constrangimentos

- Distribuição assimétrica da população residente no distrito.
- Baixa densidade populacional, evidenciando fraca atractividade.
- Crescimento populacional muito fraco.
- Crescimento ténue da mortalidade
- Concelhos com fraca dinâmica demográfica, que requerem intervenção urgente: Mação, Sardoal e Coruche.
- Fraco dinamismo demográfico do distrito.

Oportunidades

- Ligeiro aumento da natalidade.
- Crescimento acentuado da taxa de imigração em que os europeus têm o maior número de efectivos a residir no distrito, como causa exterior de alteração dos comportamentos demográficos.
- Concelhos que apresentam uma dinâmica socio-demográfica bastante favorável: Entroncamento, Benavente e Ourém.
- Padrões demográficos intermédios.

Ameaças

- Duplo envelhecimento na base e no topo da pirâmide.
- Diminuição da população activa.
- Baixa representatividade da população jovem.
- Eixos problemáticos de análise litoral/interior e urbano/rural estruturantes das dinâmicas demográficas.
- Desertificação das zonas rurais.
- Acentuadas assimetrias regionais em quase todas as vertentes: necessidade, por um lado de planeamento para a definição de estratégias de complementaridade, e existência de problemas complexos de coesão social, económica e territorial.
- Problema de inserção da população estrangeira que constitui um grupo social mais vulnerável e que por isso exige uma maior responsabilização pública.
- A dimensão da família reduziu-se, com o inerente isolamento das populações mais idosas.
- Número de idosos superior ao de jovens.

4.3 – *Estrutura Social*

4.3.1 – *Saúde*

Os indicadores de saúde são importantes para a análise do bem-estar geral da população. De um vasto número de indicadores, optou-se por seleccionar alguns dos mais relevantes na contextualização deste estudo.

A análise sectorial do país revela melhorias nas condições de saúde da população portuguesa, aproximando-o do paradigma de países mais desenvolvidos, beneficiando dos efeitos de globalização e de coesão com os padrões dos países comunitários, mas também é unânime que ainda subsistem muitas fragilidades. O Programa Operacional de Saúde (POS) explica este facto pela evolução favorável das condições socio-económicas da população portuguesa, o crescimento e melhoria da qualidade dos serviços. Contudo, uma análise realizada pela OCDE sobre Portugal, caracteriza o sector de saúde pela sua relativa baixa eficiência. Neste sentido, existindo carências, torna-se necessário a dinamização dos sectores social e privado para actuação nessas áreas.

O Serviço Nacional de Saúde³³ procura assegurar que todos os cidadãos tenham acesso aos seus serviços, nomeadamente consultas nos centros de saúde, serviços de urgência, atendimento permanente nos hospitais e aos meios de diagnóstico complementares.

Não obstante, outros problemas continuam a coexistir, em particular a dificuldade de conseguir consulta no próprio dia nos centros de saúde das diferentes localidades, o número de medicamentos não comparticipados tem aumentado, e diminuído o montante das comparticipações nos restantes, o que encarece bastante os medicamentos.

Alguns sectores da população como os doentes e idosos, que já se encontram de certa forma em situação de vulnerabilidade à exclusão social, ficam ainda mais penalizados pelas deficiências do sistema.

Seria interessante na segunda parte deste estudo, aquando da caracterização das ONG's verificar quais têm intervenção neste domínio, partindo do pressuposto de que as camadas da população que se encontram em situação de exclusão apresentam uma baixa procura de cuidados preventivos e têm deficientes níveis de saúde e bem-estar.

Para uma melhor referência da situação de Portugal face aos parceiros comunitários, foram incluídos alguns dados estatísticos [Quadro XVII] que apesar de estarem desactualizados dão uma visão de conjunto relativamente a alguns indicadores de saúde.

³³ O SNS é o conjunto de instituições e serviços, dependentes do Ministério da Saúde, no entanto, abrange ainda os estabelecimentos privados e profissionais de saúde em regime liberal, com os quais tenham sido celebrados contratos ou convenções, que garantam o acesso dos utentes em condições semelhantes aos oferecidos pelo SNS.

4.3.1.1. Indicadores de Saúde

Quadro XVIII – Indicadores de saúde do Distrito, 2001-2002

NUTS CONCELHOS	Taxa Média de Mortalidade Infantil	Médicos por 1000 Habitantes	Farmácias por 10000 Habitantes	Pessoal de Enfermagem por 1000 Habitantes	Consultas por Habitante	Camas	
	1998/02	2002	por 10 ⁴	%	Nº	por 1000 Habitantes	Taxa de Ocupação
	‰					‰	%
Portugal	5,4	3,2	2,5	3,9	3,6	4,2	66,5
Centro	4,3	2,7	2,8	3,9	3,8	4,1	70,3
Distrito	4,1	1,5	2,9	2,9	3,8	2,3	64,0
Médio Tejo	3,6	1,4	2,8	3,3	3,9	2,7	64,3
Abrantes	3,7	2,0	3,1	5,9	5,0	6,3	66,3
Alcanena	4,7	0,8	3,4	2,1	4,7	1,7	51,5
Constância	5,8	0,5	5,3	3,9	5,3	4,4	6,0
Entroncamento	2,6	1,7	2,1	2,2	3,7	4,0	69,0
Ferreira do Zêzere	5,5	0,2	3,2	0,9	4,5	-	-
Mação	11,0	0,4	3,7	1,2	4,5	-	-
Ourém	2,4	0,8	2,9	0,9	2,9	-	-
Sardoal	6,6	1,2	2,5	1,0	2,8	-	-
Tomar	3,1	1,8	2,1	3,5	3,6	2,4	63,3
Torres Novas	6,0	1,5	2,7	5,3	3,8	3,4	68,6
Vila Nova da Barquinha	-	0,5	3,9	0,9	3,6	-	-
Alentejo	4,5	1,7	3,2	3,0	3,7	2,8	67,8
Lezíria do Tejo	4,5	1,6	3,0	2,5	3,7	2,0	63,8
Almeirim	5,9	1,4	2,2	0,9	3,3	-	-
Alpiarça	8,2	0,9	3,7	0,7	3,0	-	-
Benavente	2,9	0,8	2,0	0,7	3,9	-	-
Cartaxo	2,6	1,2	3,3	0,7	4,5	-	-
Chamusca	4,9	0,6	5,3	1,9	2,4	0,9	101,5
Coruche	6,9	0,9	2,4	0,9	4,2	-	-
Golegã	3,5	1,1	5,3	1,4	4,5	-	-
Rio Maior	5,5	0,9	1,9	0,9	2,1	0,6	83,6
Salvaterra de Magos	3,0	0,6	2,9	0,7	3,7	-	-
Santarém	4,4	3,5	3,6	7,0	4,2	7,3	62,4

Fonte: INE, Anuário Estatístico, 2002.

Nota: O concelho de Azambuja faz parte de Lezíria do Tejo, mas não foi considerado na desagregação por não fazer parte do Distrito.

O concelho de Mação, por motivos de integração geográfica, foi incluído na sub-região Médio Tejo.

Gráfico XV – Indicadores de Saúde do Distrito, 2001-2002

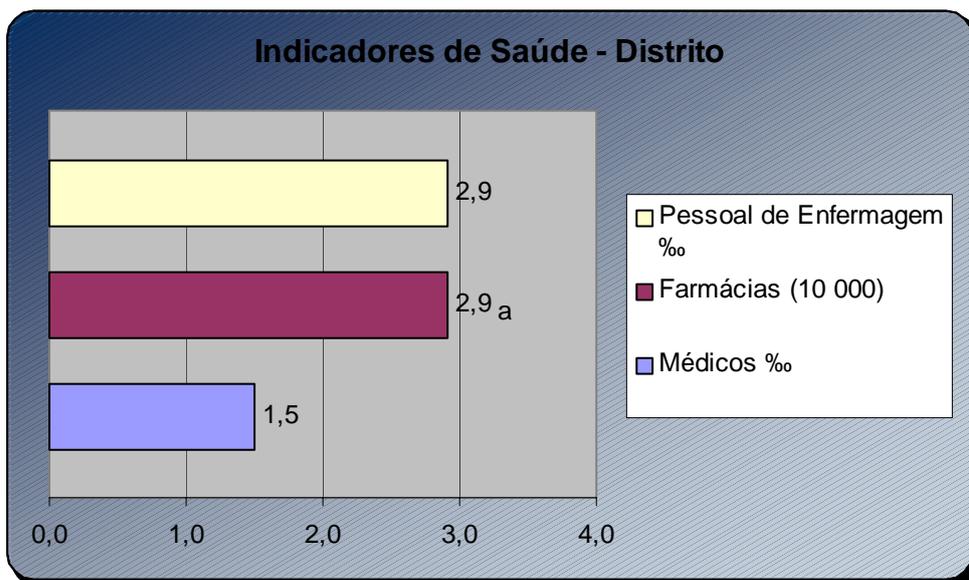
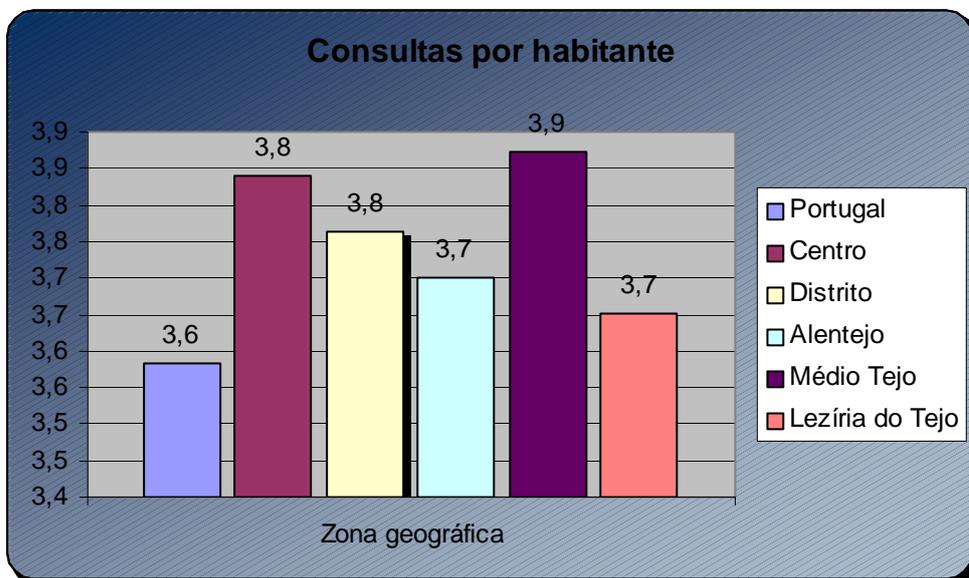


Gráfico XVI – Consultas por habitante, em 2001, NUTS I, II e Distrito



Em matéria de saúde, a análise dos principais indicadores de saúde revela que o distrito possui uma taxa de mortalidade infantil (4.1%) inferior aos valores nacionais (5.4%) e aos valores de referência das novas NUTS II, Centro (4.3%) e Alentejo (4.5%).

A sub-região do Médio Tejo possui uma taxa inferior (4.1‰) à Lezíria do Tejo (4.5‰), sendo que a nível concelhio se destaca o valor de Mação (11.0‰) e de Alpiarça (8.2‰) que se afastam do padrão do distrito pelos elevados valores de mortalidade infantil registada, enquanto que os concelhos de Ourém (2.4‰), Entroncamento (2.6‰) e Cartaxo (2.6‰) são os mais baixos do distrito.

Os dados referentes à taxa de mortalidade infantil, bem como de outros indicadores demográficos como a esperança média de vida ou o índice de envelhecimento confirmam a generalização da saúde pública.

O número de médicos em actividade, por habitante (1.5‰) poderá ser insuficiente, se comparado com o paradigma nacional (3.2‰), bem como do Centro (2.7‰) e Alentejo (1.7‰) do qual se aproxima mais.

Tanto o Médio Tejo (1.4‰), como a Lezíria do Tejo (1.7‰) apresentam valores similares, no entanto, quando desagregada a informação, revelam assimetrias. A análise geral é deficitária pelos baixos valores que atinge em Ferreira do Zêzere (0.2‰) e Mação (0.4‰). Com valor acima da média nacional apenas se destaca Santarém (3.5‰), que é a capital do distrito.

Verifica-se algum estrangulamento no acesso aos cuidados de saúde pela insuficiência de médicos, comprometendo a eficácia e eficiência do sistema de saúde, evidenciando desigualdades em termos regionais, em que Santarém é o único pólo de maior oferta de médicos.

Para continuar a análise do pessoal de saúde no Distrito, verifica-se que o pessoal de enfermagem se encontra igualmente abaixo (2.9‰) da média nacional (3.9‰).

Em relação ao nível III das NUTS, o Médio Tejo (3.3‰) tinha uma melhor oferta relativamente ao Distrito (2.9‰), enquanto que a Lezíria do Tejo tinha um menor peso (2.5‰) de enfermeiros.

Também este pessoal se encontra desigualmente distribuído em 2001 já que alguns concelhos como Santarém (7.0‰), Abrantes (5.9‰) e Torres Novas (5.3‰) se encontram concentrados a maior parte do pessoal de enfermagem em exercício.

As assimetrias verificadas, bem como a concentração do pessoal médico e paramédico estão de certa forma empolados. Este facto explica-se pela localização dos principais hospitais do Distrito, que por isso carecem de maior número de pessoal, mas garantem o acesso dos utentes aos seus serviços, pese embora a dificuldade de deslocação de alguns grupos sociais.

O número médio de consultas por habitante (3.8) está ligeiramente acima do padrão nacional (3.6), o mesmo se passa com a distribuição pelas sub-regiões do Médio Tejo (3.9) e Lezíria do Tejo (3.7).

A nível concelhio, apresenta algumas variações, em que os concelhos que apresentaram um maior número de consultas realizadas por habitante foram Constância (5.3) e Abrantes (5.0) e no sentido oposto, Rio Maior (2.1) e Chamusca (2.4).

A distribuição do número de camas pelos habitantes (2.3‰), quando comparado com a média nacional (4.2‰) apresenta-se deficitária (isto se tivermos em conta a equidade do sistema e não as verdadeiras carências evidenciadas pela auto percepção dos residentes no distrito para as quais não se dispõe de dados). No entanto, cruzando com os dados referentes à taxa de ocupação, mantendo-se constantes todos os factores determinantes da saúde pública, o número de camas parece ser satisfatório.

Quando desagregados ao nível de concelho, verifica-se que a maioria dos concelhos não dispõe de camas, o que vem evidenciar que a maior parte das camas estão concentradas nos hospitais públicos distritais, sendo a maior oferta proporcionada por Santarém (7.3‰) e Abrantes (6.3‰).

A análise dos diferentes indicadores, permite concluir, genericamente, que o Distrito possui padrões de desenvolvimento regionais próximos da realidade nacional, muito embora ainda se assinalem assimetrias substanciais na distribuição dos técnicos de saúde que se concentram sobretudo nos concelhos em que existe Hospital, o que poderá gerar iniquidades que importa avaliar. Refira-se a título explicativo o problema da distância em relação aos Hospitais e SAP's.

4.3.1.2. Estabelecimentos e Infra-estruturas de Saúde

Quadro XIX – Centros de Saúde e suas Extensões em 2001

NUTS	Centros de Saúde			Extensões dos Centros de Saúde	Camas	Consultas	Internamentos	Dias de Internamento	Pessoal ao Serviço			
	CONCELHOS	Com Internamento	Sem Internamento						Total	Médico	Enfermagem	
							Nº					
Portugal		79	313	1.953	1.279	27.652.305	23.464	311.818	29.593		7.192	7.624
Lisboa e Vale do Tejo		7	81	424	71	9.582.067	337	16.235	9.029		2.609	2.174
Distrito		2	19	164	22	1.502.303	125	7.364	1.417		300	361
Médio Tejo		-	11	98	-	768.628	-	-	671		147	177
Abrantes		-	1	21	-	162.945	-	-	121		28	31
Alcanena		-	1	7	-	65.186	-	-	59		10	15
Constância		-	1	2	-	16.328	-	-	17		4	4
Entroncamento		-	1	-	-	64.127	-	-	49		12	13
Ferreira do Zêzere		-	1	6	-	42.286	-	-	34		6	8
Mação		-	1	7	-	37.250	-	-	39		6	10
Ourém		-	2	16	-	137.101	-	-	134		25	43
Sardoal		-	1	3	-	11.421	-	-	19		3	4
Tomar		-	1	26	-	127.014	-	-	110		30	26
Torres Novas		-	1	14	-	115.136	-	-	105		25	26
Vila Nova da Barquinha		-	1	3	-	27.084	-	-	23		4	7
Lezíria do Tejo		2	8	66	22	733.675	125	7.364	746		153	184
Almeirim		-	1	4	-	72.766	-	-	82		15	20
Alpiarça		-	1	-	-	24.232	-	-	23		6	6
Benavente		-	1	5	-	93.944	-	-	74		13	17
Cartaxo		-	1	7	-	105.368	-	-	79		18	16
Chamusca		1	-	8	10	28.034	52	3.704	78		9	22
Coruche		-	1	3	-	89.660	-	-	74		18	20
Golegã		-	1	1	-	25.593	-	-	26		4	8
Rio Maior		1	-	10	12	45.659	73	3.660	86		14	20
Salvaterra de Magos		-	1	5	-	75.729	-	-	54		10	14
Santarém		-	1	23	-	172.690	-	-	170		46	41

Fonte: INE, Estatísticas da Saúde.

Notas: O pessoal ao serviço é apresentado por local de actividade.

O concelho de Azambuja faz parte de Lezíria do Tejo, mas não foi considerado na desagregação por não fazer parte do Distrito. O concelho de Mação, por motivos de integração geográfica, foi incluído na sub-região Médio Tejo.

Quadro XX – Hospitais distritais em 2001

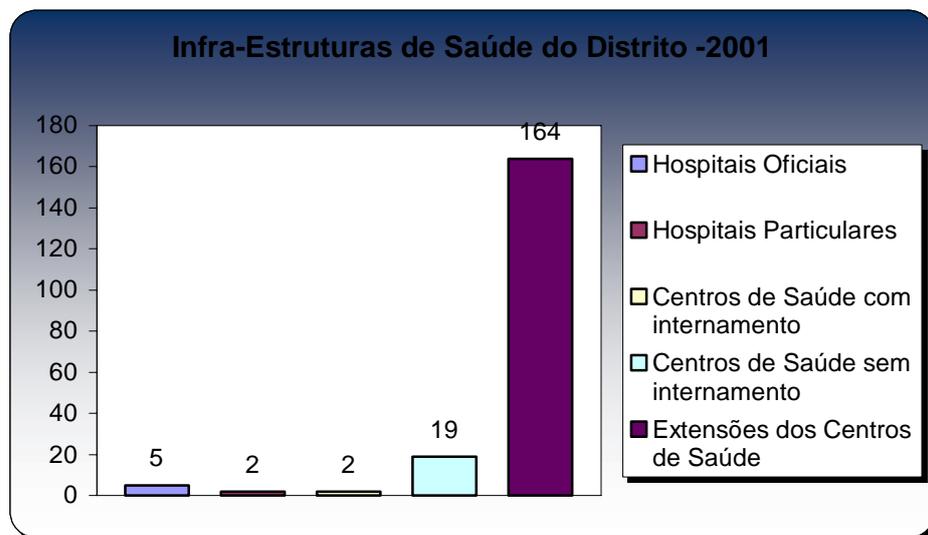
NUTS	Hospitais		Camas	Consultas	Internamentos	Dias de Internamento	Pessoal ao Serviço			
	CONCELHOS	Oficiais					Particulares	Total	Médico	Enfermagem
		Nº								
Portugal		122	95	42.089	9.348.147	1.189.220	10.209.664	109.958	19.887	32.506
Lisboa e Vale do Tejo		43	34	15.646	3.671.034	447.267	3.700.046	44.918	8.794	12.106
Distrito		5	2	977	202.666	34.013	226.020	2.857	398	934
Médio Tejo		4	2	513	104.081	18.512	120.285	1.574	178	525
Abrantes		1	-	264	47.138	8.829	63.866	622	73	219
Alcanena		-	1
Constância		1	-	17	4.078	248	372	51	3	11
Entroncamento		-	1
Ferreira do Zêzere		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mação		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ourém		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sardoal		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tomar		1	-	105	26.106	4.005	24.268	398	45	126
Torres Novas		1	-	127	26.759	5.430	31.779	503	57	169
Vila Nova da Barquinha		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lezíria do Tejo		1	-	464	98.585	15.501	105.735	1.283	220	409
Almeirim		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alpiarça		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Benavente		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cartaxo		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Chamusca		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Coruche		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Golegã		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rio Maior		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Salvaterra de Magos		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Santarém		1	-	464	98.585	15.501	105.735	1.283	220	409

Fonte: INE, Estatísticas da Saúde.

Notas: O pessoal ao serviço é apresentado por local de actividade.

O concelho de Azambuja faz parte de Lezíria do Tejo, mas não foi considerado na desagregação por não fazer parte do Distrito. O concelho de Mação, por motivos de integração geográfica, foi incluído na sub-região Médio Tejo.

Gráfico XVII – Infra-estruturas de Saúde do Distrito – 2001



No que se refere à distribuição geo-espacial de farmácias, é possível afirmar que o distrito está bem equipado, com eventuais situações de maior dificuldade de acesso nos concelhos de Rio Maior e Benavente, os quais apresentam um diferencial negativo de 1.0 e 2.0 farmácias por 10.000 habitantes. Esta dinâmica inscreve-se perfeitamente numa lógica de mercado.

Os Centros de Saúde fazem parte dos serviços oficiais para prestação de cuidados de saúde à população e encontram-se organizados no Serviço Nacional de Saúde (SNS). Cabe à Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo a promoção do desenvolvimento e articulação de diferentes sub-regiões de saúde, entre as quais de Santarém, bem como a coordenação das actividades das instituições e serviços prestadores de cuidados de saúde integrados no SNS.

O distrito dispõe de 5.4% da totalidade de Centros de Saúde dispersos pelo país e 8.4% da totalidade das extensões dos Centros de Saúde existentes.

Todos os concelhos do distrito dispõem de um Centro de Saúde. Apenas Ourém dispõe de dois equipamentos desta natureza. Na Chamusca e em Rio Maior os respectivos centros eram em 2001 equipados com internamento, ao contrário dos restantes, que não dispõem de internamento.

As extensões dos Centros de Saúde distribuem-se de forma desigual pelos diferentes concelhos, mas uma análise mais fina exigiria o confronto destes dados com o número de residentes. Tomar (26), Santarém (23) e Abrantes (21) apresentam maior número de extensões.

Segundo dados do Governo Civil de Santarém³⁴ referentes à oferta de equipamentos de saúde, não era referenciado a existência de Centro de Saúde ou respectiva Extensão em 15 freguesias localizadas na Lezíria do Tejo e 11 no Médio Tejo; os Postos de

³⁴ *As Freguesias do Distrito de Santarém - Algumas referências e principais indicadores territoriais, sociais e económicos*, GER – Gabinete de Estudos Regionais, Governo Civil de Santarém, Março 2001.

Enfermagem e as Farmácias estavam distribuídos por cerca de 65% das freguesias da região e assinalavam a existência de 12 Hospitais ou Clínicas privadas no distrito.

A nível distrital existem 5 hospitais oficiais em Santarém, Tomar, Torres Novas, Abrantes e Constância e 2 particulares em Alcanena e Entroncamento.

Em termos gerais, tanto quanto os dados estatísticos permitem inferir, o distrito encontra-se relativamente bem equipado em termos de infra-estruturas de saúde, com algumas carências em algumas freguesias que não dispõem de Extensão de Centro de Saúde ou dispõem de horários de atendimento muito reduzidos. Com os dados disponíveis não é possível fazer uma análise da qualidade dos serviços prestados, a qual não poderia ser feita apenas a partir de dados quantitativos, no entanto seria fundamental a fim de averiguar a real eficácia e eficiência dos serviços prestados aos utentes. Note-se que o sistema apenas está a ser avaliado pelo acesso aos cuidados de saúde públicos.

A aplicação da política de privatização de alguns hospitais ainda não permite retirar dados conclusivos relativamente à sua rendibilidade e eficiência.

A igualdade de acesso à saúde é um dos objectivos do SNS. Esta acessibilidade está institucionalmente assegurada, o que garante que as categorias sociais mais carenciadas não sejam excluídas do acesso aos cuidados de saúde.

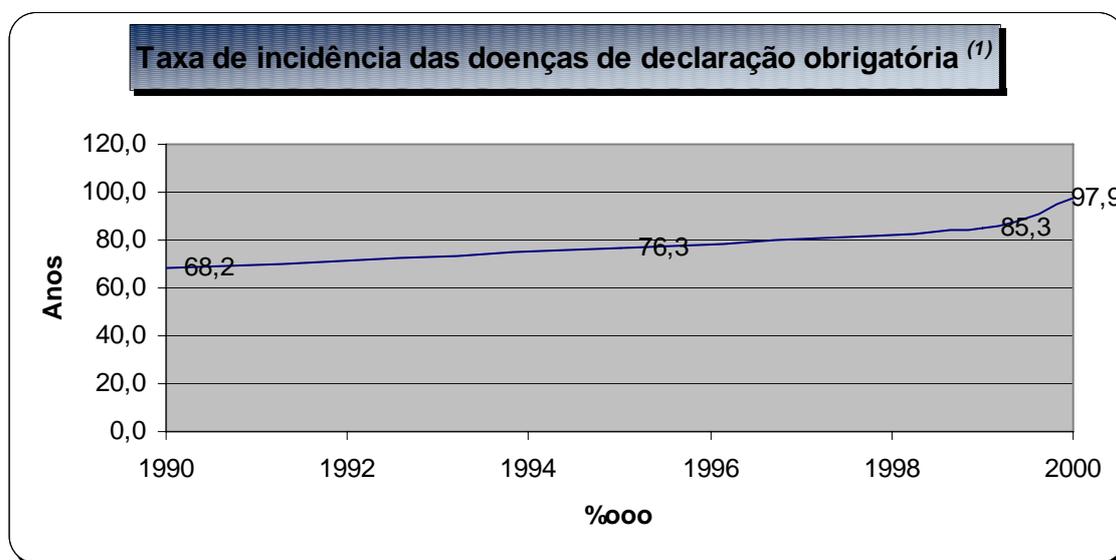
No entanto, o acesso aos serviços e infra-estruturas de saúde também está condicionado pela desigual distribuição territorial, o que acontece no distrito embora de forma ténue, em que os maiores centros urbanos se encontram melhor apetrechados, quando comparados com as áreas de cariz mais rural.

4.3.1.3. Patologias

Analise-se de seguida algumas das principais patologias do distrito a fim de apurar se existe alguma incidência crítica.

O rastreio das principais patologias do distrito é um indicador pertinente para avaliar, de forma indirecta, os comportamentos e estilos de vida da população e para desenvolver medidas de prevenção de problemas de saúde prioritários, uma vez que podem pôr em risco a saúde pública e verificar a eventual necessidade de mudança com o intuito de adaptar o sistema de saúde à realidade.

Gráfico XVIII – Taxa de incidência das doenças de declaração obrigatória



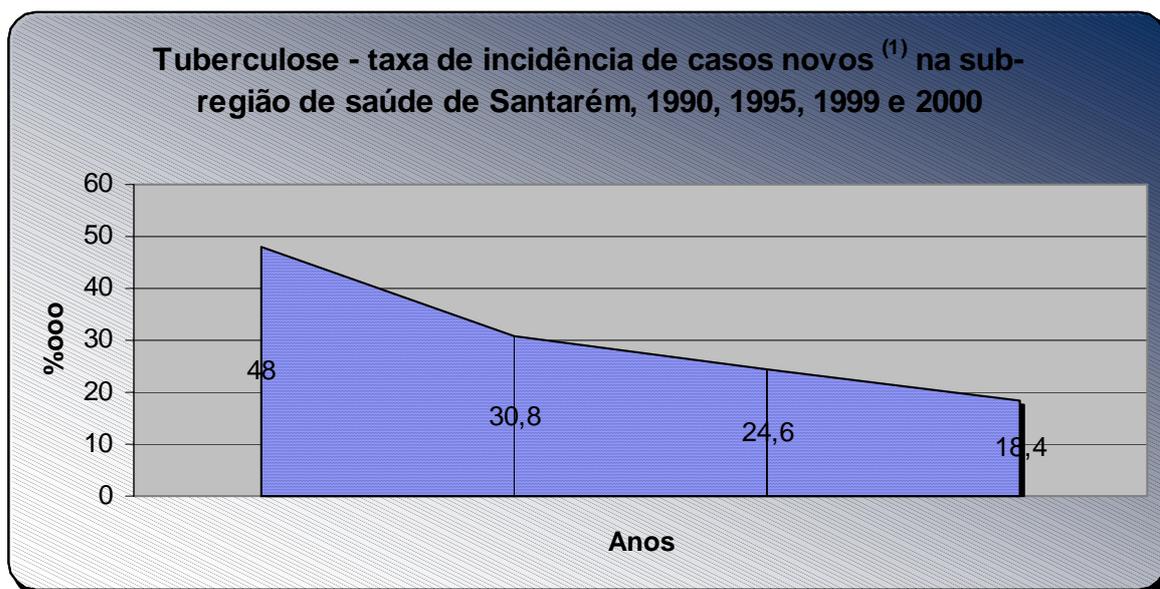
(1) Não inclui as notificações dos casos de tuberculose.

Nota: Nas taxas referentes a 1995, 1999 e 2000, foi utilizada a população ajustada aos resultados dos Censos 2001.

Fonte: DGS/DSIA

A taxa de incidência das doenças de declaração obrigatória tem crescido, com uma certa regularidade ao longo do período em análise [Gráfico XVIII], tendo acelerado entre 1999 e 2000, muito embora, no gráfico acima não estejam incluídos os casos de tuberculose.

Gráfico XIX – Tuberculose – taxa de incidência de casos novos na sub-região de saúde de Santarém em 1990, 1995, 1999 e 2000



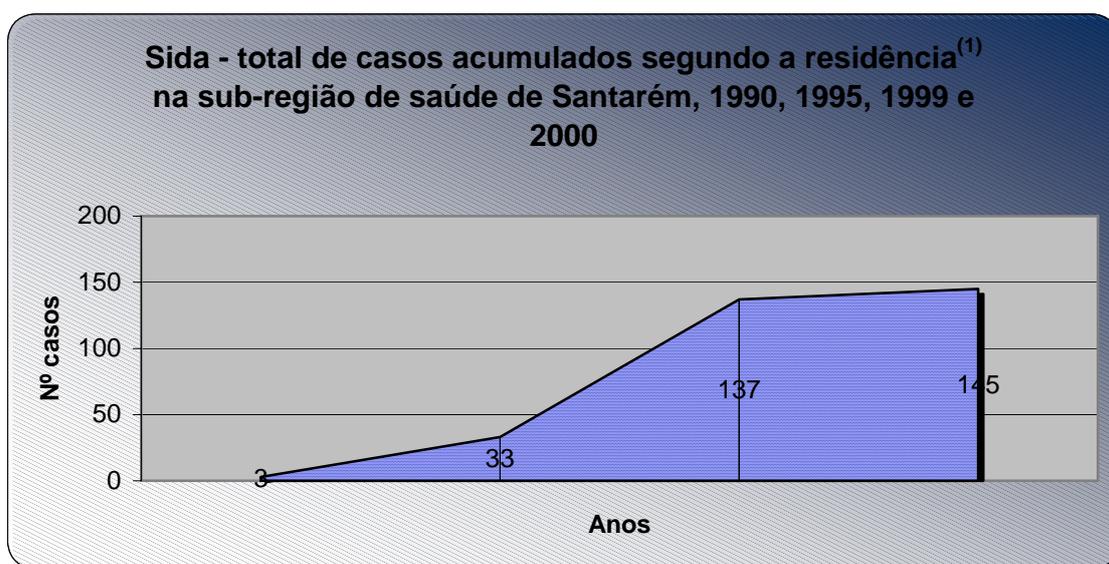
(1) Inclui os casos de retratamentos e/ou recidivas.

Fonte: DGS/SVIG-TB

O número de casos reportados de **tuberculose**, tem vindo a baixar consideravelmente, com regularidade, em especial entre 1999 e 2000.

No entanto a tuberculose, continua a ser a situação mais problemática verificada no distrito em termos de doenças de declaração obrigatória, com 34 casos diagnosticados em homens e 17 em mulheres, referentes ao ano de 2002 [Quadro XXI], embora não atinja dimensões preocupantes como em outros distritos. Os dados disponíveis não se encontram desagregados ao nível de concelho, pelo que não é possível analisar a sua distribuição no território.

Gráfico XX – Sida – total de casos acumulados na sub-região de saúde de Santarém em 1990, 1995, 1999 e 2000



(1) Considera-se a residência à data da notificação. Casos acumulados desde 1983.

Fonte: INSA, CVEDT/CNLS

A **sida** é uma patologia que tem sofrido um crescimento acentuado e preocupante se tivermos em consideração que no intervalo de um ano 1999-2000 foram detectados 8 novos casos. Refira-se que a sub-região de Santarém faz parte da região de Lisboa e Vale do Tejo, tendo sido esta região a que registou, em 2002, maior número de óbitos (591 casos, com um contributo de 59.2% relativamente ao total de casos registados no país) por doença causada pelo vírus da imunodeficiência humana (VIH) quando comparado em termos de distribuição geográfica de residência (NUTSII antiga).

A apreciação da distribuição das **doenças de declaração obrigatória** (CID-10) no distrito aponta para 140 casos que correspondem a 2.3% do total registado em Portugal, com maior incidência nos homens (87 – 62.1%) do que nas mulheres (53 - 37.9%), o que parece evidenciar que o sector masculino se encontra mais exposto a este tipo de doenças.

Apenas os distritos de Beja, Bragança, Évora, Guarda, Portalegre, Viana do Castelo, Açores e Madeira, apresentam valores inferiores aos do distrito. Estes dados não parecem reflectir melhores condições de saúde, pelo contrário, os valores são superiores, apesar do maior volume populacional desses centros.

Refira-se que o VIH não está incluído na listagem [Quadro XXI], por isso, a tuberculose respiratória surge como a doença mais problemática com 34 casos registados em 2002, igualmente repartidos pelos dois sexos. Não se fez qualquer consideração a todos os outros casos, pela fraca incidência registada.

Quadro XXI – Casos notificados de doenças de declaração obrigatória, por sexo, segundo a distribuição geográfica (NUTS I/Distritos)

2002		Unidade: n.º																					
Distribuição geográfica		Portugal	Aveiro	Beja	Braga	Bragança	Castelo Branco	Coimbra	Évora	Faro	Guarda	Leiria	Lisboa	Portalegre	Porto	Santarém	Setúbal	Viana do Castelo	Vila Real	Viseu	Açores	Madeira	Estrangeiro
Doenças de declaração obrigatória (CID-10)																							
TOTAL	HM	6 003	349	123	342	117	141	261	83	212	82	202	1 442	46	1 306	140	531	65	170	192	89	104	6
	H	4 073	238	72	237	63	87	167	59	152	44	114	1 004	24	911	87	372	52	118	120	62	84	6
	M	1 930	111	51	105	54	54	94	24	60	38	88	438	22	395	53	159	13	52	72	27	20	-
02 FEBRE TIFOIDE E PARATIFOIDE (A01)	H	46	-	-	1	2	4	-	-	1	1	4	9	-	2	3	3	3	1	11	-	-	1
	M	52	1	-	2	1	7	2	-	9	2	6	3	3	3	3	3	-	1	6	-	-	-
03 OUTRAS SALMONELoses (A02)	H	173	11	2	23	2	-	1	1	5	3	-	56	4	30	5	20	2	-	4	4	-	-
	M	155	11	-	20	5	1	1	2	1	3	1	50	1	32	4	13	-	-	4	6	-	-
04 SHIGELOSE (A03)	H	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	M	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
05 BOTULISMO (A05.1)	H	2	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-
	M	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-
06 TUBERCULOSE RESPIRATORIA (A15 E A16)	H	2 336	133	24	141	7	40	50	13	102	13	51	653	8	668	34	230	25	35	52	23	34	-
	M	814	51	12	47	1	10	8	3	27	10	38	240	2	216	17	83	3	11	20	7	10	-
07 TUBERCULOSE DO SISTEMA NERVOSO CENTRAL (A17)	H	36	1	-	2	-	-	-	-	2	-	2	9	-	14	1	4	-	-	1	-	-	-
	M	19	1	-	-	-	1	1	-	-	-	1	7	-	6	-	2	-	-	-	-	-	-
08 TUBERCULOSE MILIAR (A18)	H	100	5	1	4	-	-	1	-	4	-	2	39	-	25	3	14	-	-	2	-	-	-
	M	19	1	-	-	-	-	1	-	1	-	-	7	-	5	-	2	-	-	1	-	1	-
10 CARBÚNCULO (A22)	H	2	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	M	2	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
11 BRUCELOSE (A23)	H	130	-	5	-	16	8	11	2	9	17	5	8	8	2	6	3	2	18	10	-	-	-
	M	76	-	-	2	5	4	2	1	4	11	2	7	9	-	2	7	1	9	10	-	-	-
12 LEPTOSPIROSE (A27)	H	27	-	-	1	-	-	3	-	-	-	1	7	-	4	-	-	1	-	-	10	-	-
	M	10	-	-	-	-	-	1	-	-	1	3	1	-	-	-	-	-	-	2	2	-	-
13 DOENÇA DE HANSEN (A30)	H	3	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-
	M	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
15 TÉTANO (exc. TÉTANO NEONATAL, A33) (A34 E A35)	H	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-
	M	8	2	-	1	-	-	1	-	-	-	1	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-
17 TOSSSE CONVULSA (A37)	H	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	M	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-	-
18 INFECÇÃO MENINGOCÓCICA (exc. M. MENIN., A39.0) (A39)	H	62	6	-	4	-	2	6	-	1	-	6	6	-	19	1	4	1	4	1	1	-	-
	M	57	3	1	5	-	-	1	1	2	-	2	16	3	17	2	2	1	1	-	-	-	-
19 MENINGITE MENINGOCÓCICA (A39.0)	H	117	13	2	9	1	1	4	-	-	1	3	35	-	24	3	9	1	5	2	1	3	-
	M	99	10	1	3	1	-	7	-	2	2	4	25	-	23	3	7	3	5	3	-	-	-
20 DOENÇA DOS LEGIONÁRIOS (LEGIONELOSE) (A48.1)	H	21	-	-	1	-	1	2	-	2	-	1	5	-	7	-	-	1	-	1	-	-	-
	M	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
21 INFECÇÃO POR HAEMOPHILUS INFLUENZAE (A49.2)	H	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-
	M	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-
22 SÍFILIS CONGÊNITA (A50)	H	14	1	-	3	1	-	-	-	1	-	-	-	-	2	1	4	-	1	-	-	-	-
	M	10	-	-	1	-	-	-	-	2	-	-	1	-	4	1	-	-	-	1	-	-	-

23 SÍFILIS PRECOCE (A61)	H	68	8	1	4	-	1	5	-	1	-	2	21	-	9	2	5	3	1	-	-	5
	M	61	4	-	4	-	-	3	-	1	1	6	9	-	21	2	5	1	-	-	1	3
24 INFECÇÃO GONOCÓCICA (A54)	H	42	3	-	-	-	2	-	2	-	-	-	27	-	2	2	1	2	-	-	-	1
	M	13	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	7	1	1	2	1	-	-	-	-	-
25 DOENÇA DE LYME (A69.2)	H	2	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
	M	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
26 FEBRE ESCARO-NODULAR (A77.1)	H	260	4	30	1	27	17	57	19	7	6	13	24	3	11	5	12	1	13	10	-	-
	M	247	4	30	1	38	22	40	14	7	7	14	14	1	8	8	13	-	13	13	-	-
27 FEBRE Q (A78)	H	11	-	-	-	-	3	-	1	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-
	M	4	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-
29 DOENÇA DE CREUTZFELDT-JACOB (A81.0)	H	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	M	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
32 SARAMPO (B05)	H	5	1	-	1	-	-	1	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	M	3	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
33 RUBÉOLA (excl. RUBÉOLA CONGÊNITA, P35.0)	H	12	1	-	2	1	-	1	-	-	1	-	4	-	1	1	-	-	-	-	-	-
	M	17	1	-	3	-	3	3	-	-	-	-	3	-	1	-	1	-	2	-	-	-
34 HEPATITE POR VÍRUS A (B15)	H	48	3	-	1	-	-	-	1	-	-	3	13	-	16	1	4	1	-	3	2	-
	M	16	-	1	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	5	-	1	-	-	4	2	1
35 HEPATITE POR VÍRUS B (B16)	H	105	21	-	6	1	-	11	2	1	-	7	15	-	23	4	8	-	2	2	1	1
	M	50	8	1	3	2	1	4	-	-	-	6	3	-	13	1	2	-	1	1	4	-
36 HEPATITE POR OUTROS VÍRUS ESPECÍF. (excl. HEP. POR VÍRUS C, B17)	H	4	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	1	-	-	-	-	-
	M	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
37 HEPATITE POR VÍRUS C (B17.1)	H	174	6	-	6	-	2	2	10	4	-	4	7	-	10	5	20	1	32	14	13	38
	M	31	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	-	5	3	2	-	2	-	3	5
38 OUTRAS HEPATITES POR VÍRUS NÃO ESPECÍF. (B19)	H	5	-	-	-	-	-	-	2	-	-	2	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
	M	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
39 PAROTIDITE EPIDÊMICA (B26)	H	179	18	4	23	5	6	8	5	6	2	10	21	1	25	6	17	6	5	6	5	-
	M	119	8	-	12	1	4	16	-	3	-	3	18	1	24	4	11	2	6	4	2	-
40 MALÁRIA (SEZONISMO) (B50-B54)	H	64	2	-	1	-	-	2	-	3	-	-	28	-	12	2	5	-	-	1	2	1
	M	21	-	-	-	-	-	1	-	1	-	1	12	-	3	-	2	-	-	-	1	-
41 LEISHMANIOSE VISCERAL (B55)	H	7	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	3	-	-	-	-	-
	M	6	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-	1	-	-	-
42 EQUINOCOCOSE (HIDATÍDOSE) (B67)	H	5	-	2	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-
	M	6	-	3	-	-	1	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
44 MENINGITE POR HAEMOPHILOS (G00.0)	H	5	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	1	-	2	-	-	-	-	-	-	-
	M	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	1	-	-	1	-	-

Fonte: Direcção-Geral da Saúde (DGS).

Quadro XXII - Óbitos por causa de morte (CID-10 - lista europeia sucinta) e sexo, segundo a distribuição geográfica de residência (NUTS II antiga)

2002		Portugal											Unidade: n.º
Causa de morte e sexo	Total Geral	Conteúdo											
		Total	Conteúdo					R. A. Açores	R. A. Madeira	Residência ignorada	Estrangeiro		
			Total	Norte	Centro	Lisboa e Vale do Tejo	Alentejo					Algarve	
Total	HM	106 690	106 258	100 880	31 865	20 952	35 818	7 572	4 673	2 669	2 671	38	432
	H	55 687	55 377	52 494	16 674	10 728	18 456	4 035	2 601	1 462	1 389	32	310
	M	51 003	50 881	48 386	15 191	10 224	17 362	3 537	2 072	1 207	1 282	6	122
01 Algumas doenças infecciosas e parasitárias	HM	2 042	2 031	1 956	613	196	973	89	85	28	39	8	11
	H	1 465	1 458	1 410	432	136	709	66	67	19	22	7	7
	M	577	573	546	181	60	264	23	18	9	17	1	4
02 Tuberculose	HM	345	345	336	115	33	151	19	18	4	5	-	-
	H	271	271	263	88	26	117	16	16	4	4	-	-
	M	74	74	73	27	7	34	3	2	-	1	-	-
03 Infecção meningocócica	HM	32	32	32	12	10	10	-	-	-	-	-	-
	H	15	15	15	3	7	5	-	-	-	-	-	-
	M	17	17	17	9	3	5	-	-	-	-	-	-
04 Doença pelo vírus da imunodeficiência humana (VIH)	HM	999	995	972	272	46	591	23	40	7	9	7	4
	H	824	821	804	234	40	479	22	29	6	5	6	3
	M	175	174	168	38	6	112	1	11	1	4	1	1
05 Hepatite viral	HM	51	51	49	16	11	17	1	4	-	2	-	-
	H	37	37	36	13	8	10	1	4	-	1	-	-
	M	14	14	13	3	3	7	-	-	-	1	-	-
06 Tumores (neoplasmas)	HM	22 788	22 747	21 713	6 938	4 065	8 251	1 500	959	526	508	-	41
	H	13 467	13 446	12 833	4 148	2 367	4 785	948	585	337	276	-	21
	M	9 321	9 301	8 880	2 790	1 698	3 466	552	374	189	232	-	20
07 Tumores malignos	HM	22 273	22 234	21 233	6 813	3 956	8 088	1 446	930	511	490	-	39
	H	13 201	13 182	12 583	4 086	2 312	4 698	915	572	331	288	-	19
	M	9 072	9 052	8 650	2 727	1 644	3 390	531	358	180	222	-	20
08 Tumor maligno do lábio, cavidade oral e faringe	HM	607	604	552	168	110	212	37	25	25	27	-	3
	H	513	512	468	136	94	182	35	21	21	23	-	1
	M	94	92	84	32	16	30	2	4	4	4	-	2
09 Tumor maligno do esófago	HM	543	542	521	222	88	174	18	19	5	16	-	1
	H	449	448	434	179	72	149	15	19	4	10	-	1
	M	94	94	87	43	16	25	3	-	1	6	-	-
10 Tumor maligno do estômago	HM	2 524	2 523	2 441	991	423	772	155	100	38	44	-	1
	H	1 577	1 577	1 519	595	272	484	99	69	27	31	-	-
	M	947	946	922	396	151	288	56	31	11	13	-	1
11 Tumor maligno do cólon	HM	2 205	2 203	2 140	628	390	908	131	83	30	33	-	2
	H	1 228	1 227	1 201	348	215	510	85	43	13	13	-	1
	M	977	976	939	280	175	398	46	40	17	20	-	1
12 Tumor maligno da junção rectossigmoidé, do recto ou do ânus e do canal anal	HM	926	926	892	258	196	336	71	31	16	18	-	-
	H	547	547	532	155	109	209	42	17	8	7	-	-
	M	379	379	360	103	87	127	29	14	8	11	-	-
13 Tumor maligno do fígado e das vias biliares intra-hepáticas	HM	691	690	669	213	140	258	28	30	12	9	-	1
	H	457	457	445	139	102	171	15	18	7	5	-	-
	M	234	233	224	74	38	87	13	12	5	4	-	1
14 Tumor maligno do pâncreas	HM	949	948	909	271	184	368	52	34	18	21	-	1
	H	486	486	461	133	89	190	28	21	13	12	-	-
	M	463	462	448	138	95	178	24	13	5	9	-	1
15 Tumor maligno da laringe, da traqueia ou dos brônquios e dos pulmões	HM	3 417	3 409	3 193	1 198	432	1 180	239	144	129	87	-	8
	H	2 809	2 802	2 618	995	340	948	215	120	114	70	-	7
	M	608	607	575	203	92	232	24	24	15	17	-	1
16 Melanoma maligno da pele	HM	146	146	135	51	20	47	12	5	4	7	-	-
	H	83	83	78	35	12	22	6	3	1	4	-	-
	M	63	63	57	16	8	25	6	2	3	3	-	-
17 Tumor maligno da mama	HM	1 588	1 584	1 506	386	287	659	107	67	32	46	-	4
	H	38	38	38	9	9	14	5	1	-	-	-	-
	M	1 550	1 546	1 468	377	278	645	102	66	32	46	-	4
18 Tumor maligno do colo do útero	HM	220	218	208	71	40	75	7	15	5	5	-	2
	H	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	M	220	218	208	71	40	75	7	15	5	5	-	2
19 Tumor maligno de outras partes e partes não especificadas do útero	HM	367	367	346	89	65	146	26	20	14	7	-	-
	H	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	M	367	367	346	89	65	146	26	20	14	7	-	-
20 Tumor maligno do ovário	HM	338	338	321	75	46	158	26	16	8	9	-	-
	H	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	M	338	338	321	75	46	158	26	16	8	9	-	-

43 Úlcera gástrica, duodenal péptica de localização não especificada ou gastrojejunal	HM	374	368	353	81	66	155	31	20	9	6	-	6
	H	186	164	178	41	27	84	14	12	8	-	-	4
	M	186	164	175	40	39	71	17	8	3	6	-	2
44 Doenças crónicas do fígado	HM	1 660	1 653	1 548	637	392	439	47	33	45	56	1	7
	H	1 217	1 213	1 134	435	275	354	44	26	38	40	1	4
	M	443	440	414	202	117	85	3	7	8	18	-	3
45 Doenças da pele e do tecido celular subcutâneo	HM	382	381	364	97	111	101	27	28	7	10	-	1
	H	199	188	160	38	45	44	15	8	3	5	-	1
	M	223	223	214	89	66	57	12	20	4	5	-	-
46 Doença do sistema desten- denso e do tecido conjuntivo	HM	202	201	247	76	41	90	29	9	5	9	-	1
	H	92	91	89	29	20	32	5	3	2	-	-	1
	M	170	170	158	49	21	58	24	6	3	9	-	-
47 Artrite reumatóide ou artrite	HM	112	112	107	35	17	36	17	2	3	2	-	-
	H	28	28	27	11	7	8	1	-	1	-	-	-
	M	84	84	80	24	10	28	16	2	2	2	-	-
48 Doenças do aparelho genitourinário	HM	2 091	2 087	2 006	549	471	702	167	116	40	42	-	4
	H	1 113	1 111	1 063	276	273	347	100	67	24	24	-	2
	M	978	976	942	273	198	355	67	49	16	18	-	2
49 Doença do rim e do ureter	HM	1 784	1 781	1 707	441	390	829	154	93	34	40	-	3
	H	961	959	914	221	234	319	91	48	22	23	-	2
	M	823	822	793	220	156	310	63	44	12	17	-	1
50 Gravidez, parto e puerpério	HM	8	7	6	2	2	2	-	-	1	-	-	1
	H	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	M	8	7	6	2	2	2	-	-	1	-	-	1
51 Algumas afecções originadas no período perinatal	HM	329	327	306	137	28	119	13	9	11	10	-	2
	H	177	176	164	73	13	64	10	4	6	5	-	2
	M	152	152	142	64	15	55	3	5	5	5	-	-
52 Malformações congénitas e anomalias cromossómicas	HM	261	255	234	81	43	87	12	11	11	8	2	6
	H	142	137	126	44	24	52	3	3	6	5	-	5
	M	119	118	108	37	19	35	9	8	5	3	2	1
53 Malformações congénitas do sistema nervoso	HM	31	31	27	8	5	11	3	-	3	1	-	-
	H	13	13	11	5	3	2	1	-	1	1	-	-
	M	18	18	16	3	2	9	2	-	2	-	-	-
54 Malformações congénitas do aparelho circulatório	HM	120	115	110	38	20	46	2	4	3	2	-	5
	H	70	66	64	23	10	28	-	3	1	1	-	4
	M	50	49	46	15	10	18	2	1	2	1	-	1
55 Síntomas, sinais e resultados anormais de exames clínicos e de laboratório, não classificados em outra parte	HM	10 032	9 999	9 679	3 468	2 450	2 276	796	589	140	276	8	33
	H	4 599	4 574	4 380	1 593	1 096	1 058	354	277	64	128	8	26
	M	5 433	5 425	5 199	1 875	1 352	1 218	442	312	76	150	-	8
56 Síndrome da morte súbita na infância	HM	6	6	6	4	1	-	-	1	-	-	-	-
	H	3	3	3	2	1	-	-	-	-	-	-	-
	M	3	3	3	2	-	-	-	1	-	-	-	-
57 Outras mortes	HM	4 679	4 652	4 445	1 316	1 053	1 414	386	266	24	178	5	27
	H	2 689	2 668	2 555	791	597	799	214	154	19	89	5	21
	M	1 990	1 984	1 890	525	456	615	172	112	5	89	-	6
58 Causas externas	HM	5 741	5 621	5 328	1 843	1 052	1 818	454	361	133	146	14	120
	H	4 223	4 128	3 890	1 172	788	1 323	336	291	109	118	11	86
	M	1 518	1 493	1 438	471	264	495	118	70	24	28	3	25
59 Acidentes	HM	4 092	3 905	3 694	1 227	791	1 153	280	243	99	102	10	97
	H	2 902	2 827	2 662	869	569	827	204	193	78	79	8	75
	M	1 190	1 078	1 032	358	222	326	76	50	21	23	2	22
60 Acidentes de transporte	HM	2 220	2 170	2 084	650	433	657	179	165	50	33	3	50
	H	1 739	1 702	1 632	496	352	496	140	148	42	27	1	37
	M	481	468	452	154	81	161	39	17	8	6	2	13
61 Quedas	HM	624	607	585	210	138	175	22	20	10	27	5	17
	H	401	387	353	126	79	120	17	11	7	22	5	14
	M	223	220	212	84	59	55	5	9	3	5	-	3
62 Intoxicação acidental por a- drugs e exposição a substâncias nocivas	HM	77	75	66	23	5	30	2	6	2	6	1	2
	H	60	58	52	20	4	23	1	4	2	3	1	2
	M	17	17	14	3	1	7	1	2	-	3	-	-
63 Lesões autoprovocadas intencionalmente	HM	1 212	1 199	1 149	391	170	475	137	78	24	24	2	13
	H	847	835	809	217	133	364	106	69	23	21	2	12
	M	265	264	260	74	37	111	31	7	1	3	-	1
64 Agressões	HM	182	181	178	61	19	74	8	16	-	3	-	1
	H	125	128	122	40	14	52	6	10	-	3	-	-
	M	57	56	56	21	5	22	2	6	-	-	-	1
65 Eventos cuja intenção é indeterminada	HM	297	288	262	48	64	109	25	26	10	14	2	9
	H	222	214	192	36	47	72	19	16	8	13	1	8
	M	75	74	70	12	17	28	6	7	2	1	1	1

Fonte: INE, Estatísticas da Saúde 2002

Os principais resultados dos óbitos por causa de morte [Quadro XXII] evidenciam que as principais causas de morte na região de Lisboa e Vale do Tejo (uma vez que não foi

possível obter informação estatística mais desagregada), são as doenças do aparelho circulatório que representam 40.6% do total de óbitos em 2002, tumores (neoplasmas) com 23.0% e tumores malignos com 22.6%.

Uma observação superficial destes dados revela uma melhoria dos cuidados de saúde em virtude da tipologia da causa de morte. No entanto, ainda existem valores elevados para algumas doenças infecciosas e parasitárias ou para doença pelo vírus da imunodeficiência humana (VIH).

Quadro XXIII – Suicídio por género, segundo a distribuição geográfica de residência (NUTS II antiga)

2002 Unidade: n.º

Suicídio por sexo	Total Geral	Portugal										Estrangeiro	
		Total	Continente						R. A. Açores	R. A. Madeira	Residência ignorada		
			Total	Norte	Centro	Lisboa e Vale do Tejo	Alentejo	Algarve					
Lesões auto provocadas intencionalmente	HM	1 212	1 199	1 149	291	170	475	137	76	24	24	2	13
	H	947	935	889	217	133	364	106	69	23	21	2	12
	M	265	264	260	74	37	111	31	7	1	3	-	1

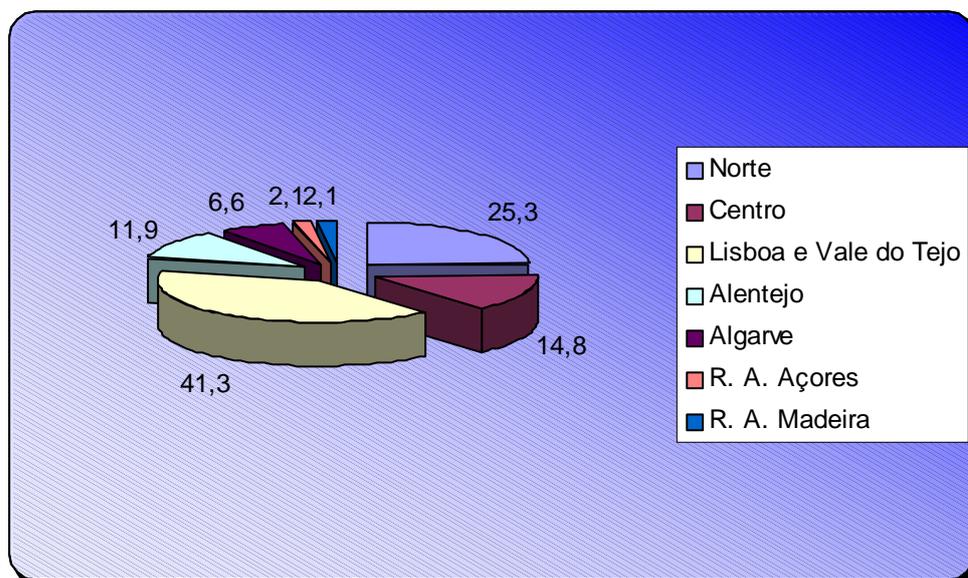
Fonte: INE, Estatísticas da Saúde 2002

Quadro XXIV – Suicídio por sexo, segundo a distribuição geográfica de residência (NUTS II antiga)

2002

Causa de morte e género		Continente							R. A. Açores	R. A. Madeira
		Total	Norte	Centro	Lisboa e Vale do Tejo	Alentejo	Algarve			
Lesões autoprovocadas intencionalmente	HM	1 149	25,3	14,8	41,3	11,9	6,6	2,1	2,1	
	H	889	18,9	11,6	31,7	9,2	6,0	2,0	1,8	
	M	260	6,4	3,2	9,7	2,7	0,6	0,1	0,3	

Gráfico XXI – Distribuição do Suicídio por NUTS II (2002)



Relativamente ao **suicídio**, mais uma vez não foi possível obter dados mais desagregados, pelo que a unidade de análise é a região de Lisboa e Vale do Tejo. A distribuição gráfica deste indicador revela que foi precisamente a região de Lisboa e Vale do Tejo que concentrou, em 2002, maior número de casos de suicídio : 41,3%, correspondente a 475 ocorrências. As outras regiões, com valores consideravelmente mais baixos foram o Norte e o Centro, com 25,3% e 19,8% respectivamente. Seria interessante fazer um estudo sobre as causas do suicídio e compreender os padrões da sua distribuição espacial. De uma forma muito grosseira, recorrendo a esta distribuição, será que o suicídio está relacionado com o maior isolamento e quebra de laços de solidariedade que se verifica nos centros urbanos e com o isolamento territorial dos meios rurais?

Conforme se pode ver no Quadro XXV com dados obtidos pela Sociedade Portuguesa de Suicidologia, desagregados ao nível NUTS III, os valores são mais elevados no sul do país do que no norte, o que vem de certa forma confirmar a probabilidade de a ocorrência de casos de suicídio estar correlacionada com factores de isolamento. Contudo, há certamente outras variáveis explicativas que justifiquem o fenómeno e façam evidenciar a distribuição geográfica, tais como cultura ou religião.

Quadro XXV – Taxas de suicídio por 100.000 habitantes (NUTSIII, média anual 1996-99)

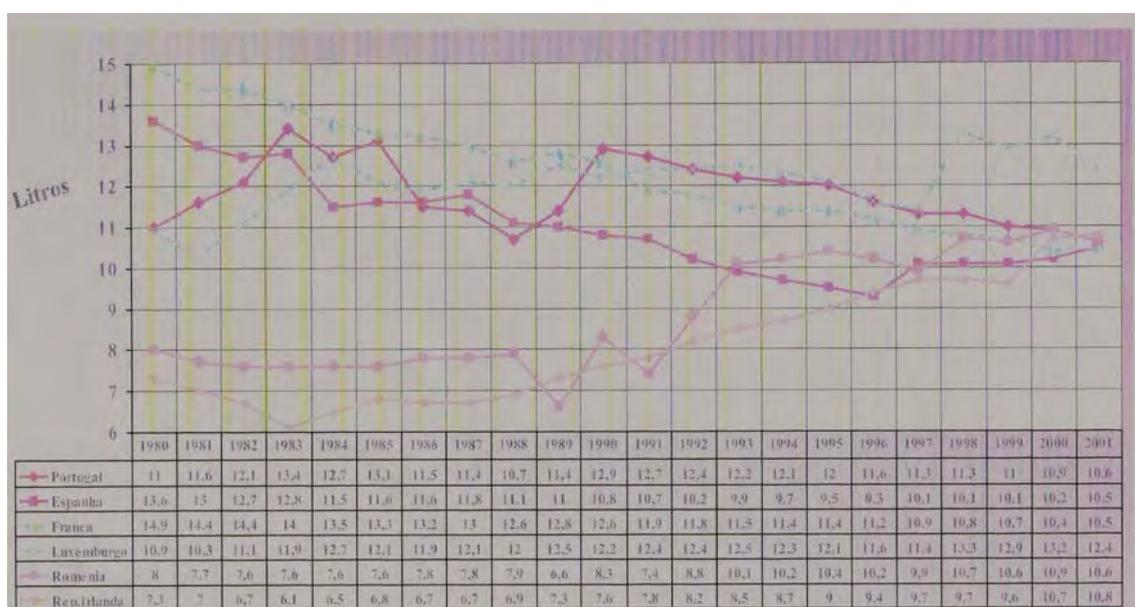
Minho-Lima	3.1
Cávado	1.4
Ave	1.1
Grande Porto	0.5
Tâmega	2.1
Entre Douro e Vouga	2.4
Douro	2.1
Alto Trás-os-Montes	3.2
Baixo Vouga	2.6
Baixo Mondego	3.3
Pinhal Litoral	6.3
Pinhal Interior Norte	6.8
Dão-Lafões	2.0
Pinhal Interior Sul	6.9
Serra da Estrela	1.4
Beira Interior Norte	3.8
Beira Interior Sul	2.8
Cova da Beira	5.9
Oeste	13.2
Grande Lisboa	7.5
Península de Setúbal	8.4
Médio Tejo	8.4
Lezíria do Tejo	14.0
Alentejo Litoral	28.4
Alto Alentejo	17.1
Alentejo Central	19.8
Baixo Alentejo	19.4
Algarve	14.4
R. A. Açores	6.0
R. A. Madeira	3.0

Fonte: INE/SPS

Os valores apurados são preocupantes na medida em que o distrito obteve uma taxa de 11.2%, o que o situa num patamar problemático face aos valores apurados, pelo que será de todo o interesse delinear estratégias de intervenção em crise e definir medidas de prevenção do suicídio.

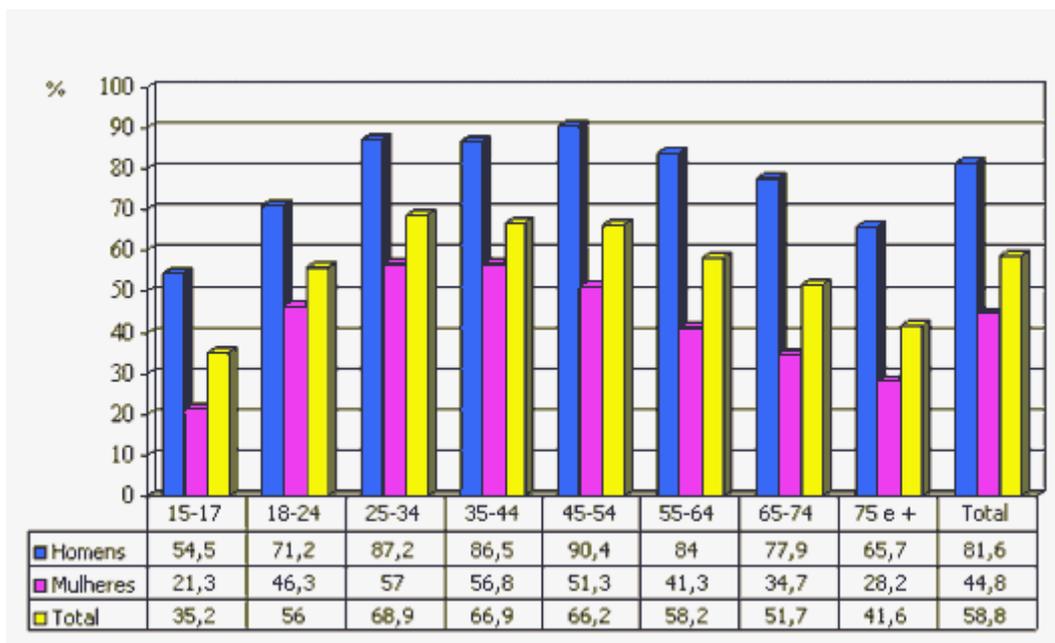
Portugal é um dos maiores consumidores mundiais de **bebidas alcoólicas**, muito embora em 2001 se tenha revelado alguma convergência nos padrões de consumo de alguns países europeus [Gráfico XXII]. A amplitude e a gravidade dos problemas ligados ao consumo de álcool, em termos de saúde pública, impõem a definição de medidas amplas de prevenção e intervenção social, com especial incidência nos grupos sociais de maior risco. Como é perceptível pela distribuição por grupo etário, o consumo de bebidas alcoólicas é praticamente transversal a todos os níveis etários, sendo de destacar a precocidade no contacto com esta substância, já que mais de 50% da população mais jovem (15-17 anos) referiu o consumo de álcool em 1999.

Gráfico XXII – Evolução dos consumos per capita de álcool puro em alguns países europeus (1980-2001)



Fonte: World Drink Trends/CRAS

Gráfico XXIII - : Percentagem de pessoas que consumiram algum tipo de bebida alcoólica, por sexo e grupo etário, em 1999, na região de Lisboa e Vale do Tejo (NUTS II)



Fonte: INS/CRAS, 1999 (dados dos Inquéritos Nacionais de Saúde)

Conforme salientado pelo CRAS (Centro Regional de Alcoologia do Sul), o consumo diário considerado sem risco ou com risco diminuto para a saúde é de 16 gr. no sexo feminino e 24 gr. no sexo masculino.

Segundo a Sociedade Portuguesa de Alcoologia, as causas de mortalidade pelo alcoolismo deve-se às neoplasias das vias aero-digestivas superiores (tumores do trato respiratório e digestivo), causadas a maior parte das vezes pela associação do tabaco e do álcool, às cirroses. Outras causas de morte pelo álcool são acidentes de circulação mortais, acidentes de trabalho, homicídios voluntários e suicídios.

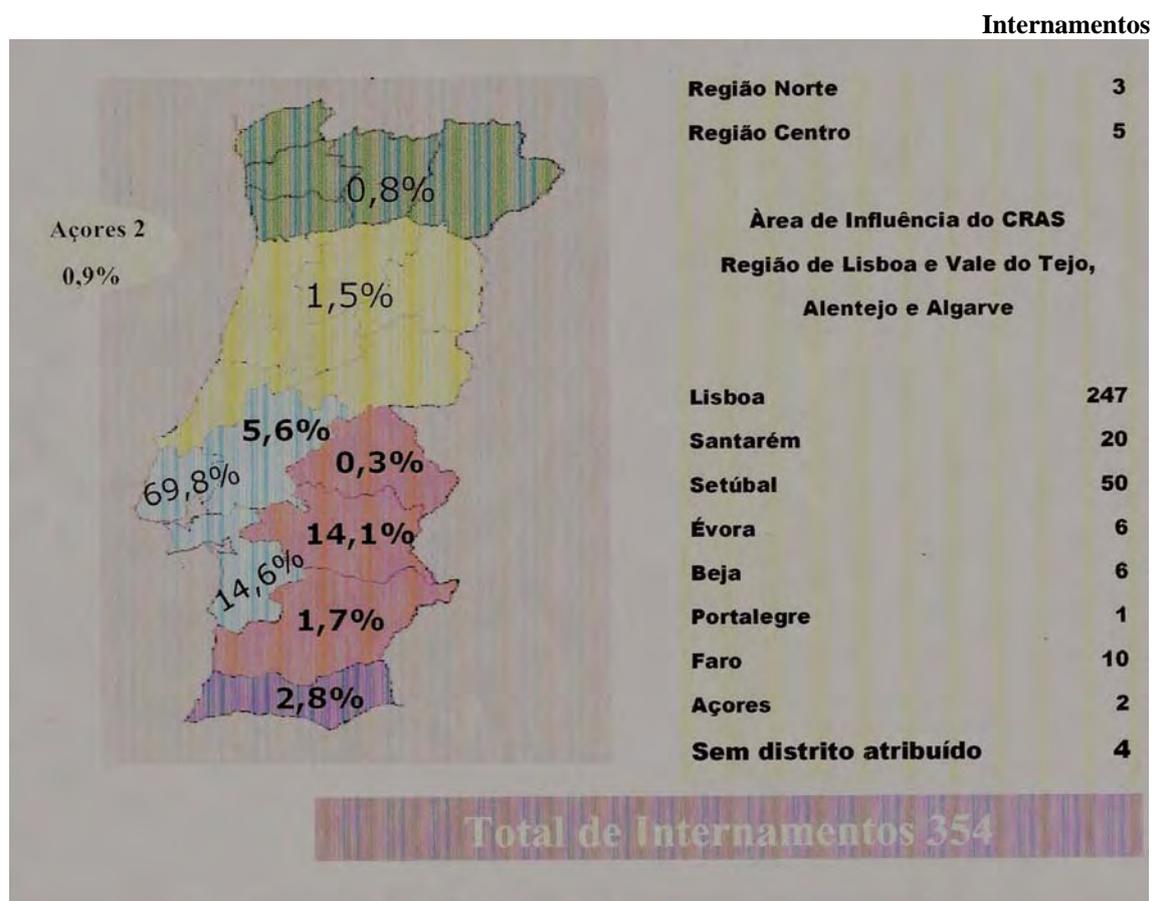
O apuramento de situações problemáticas do distrito, foi possível obter através dos dados facultados pelo CRAS [Figuras XI e XII], a partir dos quais se criou um *ranking*, em que o distrito de Santarém surge em 3º lugar quer no que se refere a consultas, quer a internamentos resultantes do consumo excessivo de álcool:

Quadro XXVI – *Ranking* de situações de internamento e consulta resultantes do consumo excessivo de álcool, em 2003

Distrito	Internamentos	%	Distrito	Consultas	%
Lisboa	247	69.8	Lisboa	5.537	73.4
Setúbal	50	14.6	Setúbal	857	11.4
Santarém	20	5.6	Santarém	421	5.6

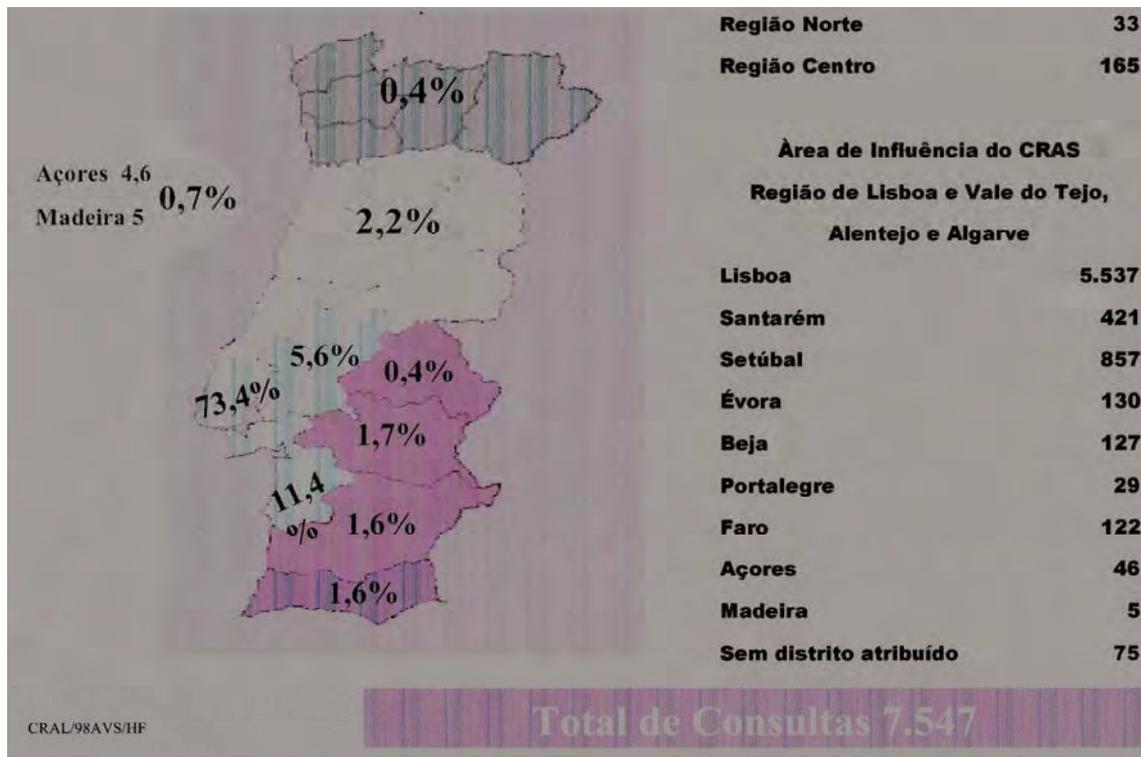
Fonte: CRAS

Figura XIII – Distribuição do total de internamentos por distrito e regiões de saúde de proveniência dos doentes, em 2003



Fonte: CRAS

Figura XIV – Distribuição do total de consultas por distrito e regiões de saúde de proveniência dos doentes, em 2003



Fonte: CRAS

Dada a dimensão do problema do consumo de álcool, seria útil confrontar, na segunda parte do estudo, a capacidade das estruturas de apoio e tratamento não só de alcoólicos, mas também de toxicod dependentes, face ao grande crescimento do consumo de substâncias tóxicas.

4.3.1.4. Despesas com cuidados de saúde

Nas últimas décadas, o desenvolvimento do sistema de saúde e a melhoria dos cuidados de saúde e de acesso aos cidadãos corresponde a um aumento considerável da despesa pública com a saúde³⁵.

No que se refere às despesas com a saúde, conforme se pode ver no Quadro XXVII, em Portugal, 8.2% do PIB em 2000 foi afecto à despesa com cuidados de saúde. Este valor estava 0.2 pontos acima da média europeia, para os dados disponíveis em 2000. Nesse mesmo ano, Portugal apresentava uma percentagem de despesas públicas (5.8%) em saúde que se enquadrava na média europeia, representando 70.7% do total das despesas em saúde (-1.7% do que a média europeia gastava em despesas públicas de saúde), correspondendo o restante valor às despesas privadas dos portugueses com a sua saúde.

Quadro XXVII – Despesas totais e despesas públicas em saúde, em relação ao PIB, 1996/2000 (União Europeia)

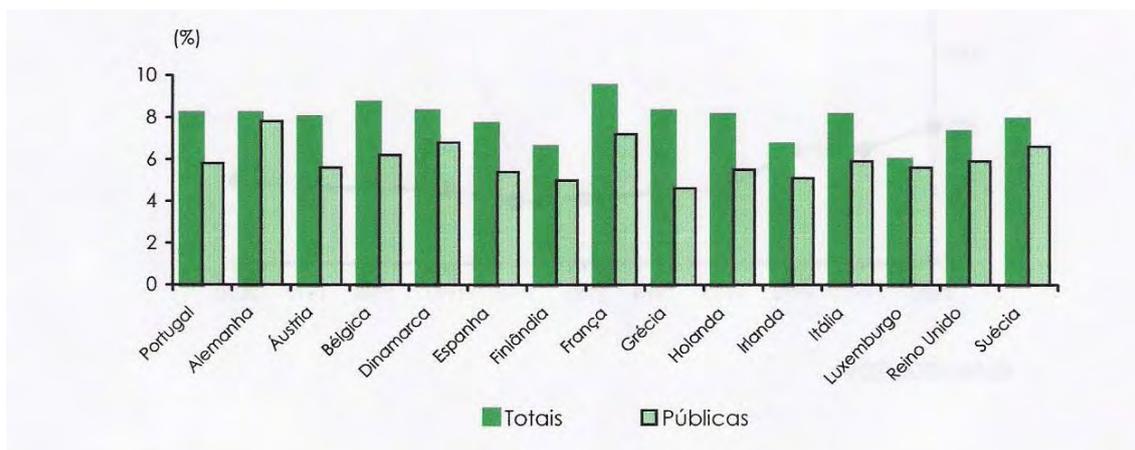
Países	1996		1997		1998		1999		2000	
	Totais	Públicas								
Portugal	8,5	5,5	8,6	5,5	8,3	5,6	8,4	5,9	8,2	5,8
Alemanha	10,6	8,3	10,5	8,1	10,3	7,8	8,4	-	8,2	-
Áustria	8,8	6,1	8,0	5,6	8,0	5,7	8,1	5,6	8,0	5,6
Bélgica	8,8	6,4	8,5	6,0	8,5	6,0	8,7	6,2	8,7	6,2
Dinamarca	8,3	6,8	8,2	6,8	8,4	6,9	8,5	7,0	8,3	6,8
Espanha	7,7	5,5	7,6	5,4	7,6	5,4	7,7	5,4	7,7	5,4
Finlândia	7,7	5,8	7,3	5,6	6,9	5,3	6,9	5,2	6,6	5,0
França	9,6	7,3	9,4	7,2	9,3	7,1	9,4	7,1	9,5	7,2
Grécia	8,9	4,9	8,7	4,8	8,7	4,7	8,7	4,7	8,3	4,6
Holanda	8,3	5,5	8,2	5,5	8,1	5,5	8,2	5,4	8,1	5,5
Irlanda	7,0	5,1	6,9	5,3	6,8	5,2	6,8	5,2	6,7	5,1
Itália	7,5	5,4	7,7	5,6	7,7	5,6	7,8	5,7	8,1	5,9
Luxemburgo	6,4	5,9	5,9	5,4	5,8	5,4	6,0	5,6	-	-
Reino Unido	7,0	5,8	6,8	5,4	6,8	5,5	7,1	5,7	7,3	5,9
Suécia	8,4	7,1	8,1	6,8	7,9	6,6	-	-	-	-

Fonte: OECD, Health Data 2002/DGS,DSIA

Nota: Os dados do gráfico relacionados com a Alemanha, Luxemburgo e Suécia referem-se ao último ano disponível no quadro.

Gráfico XXIV – Despesas totais e públicas em saúde (%) em relação ao PIB, na EU, 2000

³⁵ BARRETO, António (org), *A Situação Social em Portugal 1960-1999*, Lisboa, ICS, 2000, p. 44.



Fonte: OECD, Health Data 2002/DGS,DSIA

Uma outra fonte a ter em consideração, cujos dados foram obtidos através de uma metodologia completamente diferente é o Inquérito aos Orçamentos Familiares (IOF) do INE, tendo a última edição sido realizada em 2000. O principal objectivo do IOF é conhecer a estrutura das despesas de consumo dos agregados familiares e obtenção de informação sobre as condições de vida das famílias.

Quadro XXVIII – Estrutura da despesa média anual dos agregados, em saúde (2000), por NUTS II

Despesas com saúde	Norte	Centro	Lisboa V. Tejo	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
	4.6	5.2	5.6	5.3	6.0	5.8	5.4

Fonte: INE, IOF, 2000

A região de Lisboa e Vale do Tejo, a que pertenciam duas sub-regiões do distrito de Santarém no momento de realização do inquérito, apresenta uma afectação das despesas do agregado familiar de 5.6 no que se refere à saúde, o que comparativamente à média das restantes regiões significa que houve uma despesa média superior em 0.2. Não se dispõe de dados mais desagregados, pelo que não é possível fazer uma análise mais fina da estrutura regional de despesas com a saúde. Além disso, não é possível fazer muitas considerações com os dados disponíveis. Os gastos com a saúde estão dependentes de vários atributos populacionais, como a estrutura etária das diferentes regiões, o grau de incidência de doenças, o índice de envelhecimento, as condições de vida ou o nível socio-económico e cultural.

O SNS português é financiado através dos impostos e o acesso aos cuidados de saúde primários e hospitalares é gratuito, sendo, no entanto, em alguns casos requerido o pagamento de uma taxa moderadora, de que alguns estratos da população estão mesmo isentos.

Para uma melhor referência, serão fornecidos alguns dados e sua distribuição gráfica relativa ao investimento público na saúde quer pelo Ministério da Saúde, quer pelo Ministério da Solidariedade e Segurança Social que estão directamente afectos à saúde.

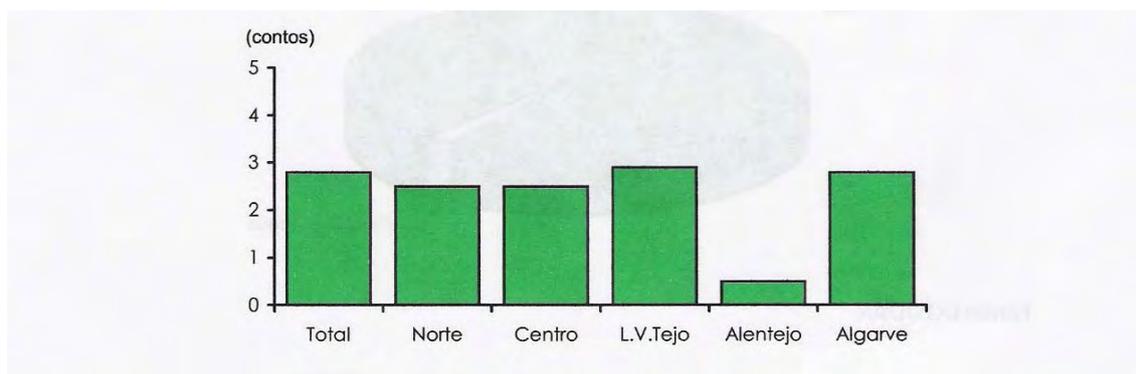
Quadro XXIX – Total do investimento do Ministério da Saúde executado (PIDDAC e FEDER) e montante *per capita*, por regiões e sub-regiões de saúde, 2000

Regiões e Sub-regiões de Saúde	Investimento executado	Investimento per capita
Total (1)	26914482	2,8
RS Norte	8032906	2,5
Braga	595751	0,7
Bragança	439052	3,0
Porto	6460551	3,7
Viana do Castelo	151315	0,6
Vila Real	386237	1,7
RS Centro	5933798	2,5
Aveiro	602306	0,9
Castelo Branco	990007	4,8
Coimbra	2723109	6,2
Guarda	393832	2,2
Leiria	385632	0,8
Viseu	838912	2,1
RS Lisboa e Vale Tejo	9606121	2,9
Lisboa	3224361	1,5
Santarém	4116701	9,1
Setúbal	2265059	2,9
RS Alentejo	210738	0,5
Beja	64270	0,4
Évora	54449	0,3
Portalegre	92019	0,7
RS Algarve	1071768	2,8
Faro	1071768	2,8

(1) Inclui um montante não regionalizável de 2059151 contos, que corresponde aos Serviços Centrais.

Fonte: DGS (Direcção Geral de Saúde), DSIA/IGIF, DPC

Gráfico XXV – Investimento executado (PIDDAC + FEDER) *per capita*, por regiões de saúde, 2000



Fonte: DGS (Direcção Geral de Saúde), DSIA/IGIF, DPC

Verifica-se que a sub-região de saúde de Santarém recebeu o maior montante de investimento *per capita* canalizado pelo Ministério da Saúde através dos fundos estruturais europeus PIDDAC (Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central) e FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional) em 2000.

Quadro XXX – Montante de subsídios atribuídos pela Segurança Social, por doença, referentes à população activa, 1990-2000

(10 ⁶ Esc)		
Anos	Subsídios por doença (1)	Encargos com doenças profissionais
1990	55685,9	284,6
1991	68145,9	346,3
1992	78757,1	439,6
1993	73407,9	628,9
1994	80212,4	576,0
1995	94733,3	494,3
1996	94742,6	435,1
1997	92068,3	663,6
1998	91555,6	333,8
1999	85440,9	1736,0
2000	90672,3	1450,7

Nota: O aumento de encargos com as doenças profissionais em 1999 e 2000, está relacionado com pagamentos referentes a anos anteriores.

(1) Inclui a tuberculose

Fonte: DGS, DSIA/MSST, Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social

Gráfico XXVI – Subsídios atribuídos por doença, 1990-2000



Fonte: DGS, DSIA/MSST, Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social

Embora os dados não reportem a zonas geográficas, note-se que, a nível nacional, se tem notado uma certa estabilização na média dos subsídios atribuídos por doença, com tendência para um ligeiro crescimento nos dois últimos anos referenciados no gráfico acima.

Potencialidades

- Distrito bem equipado em termos de recursos hospitalares e taxa de cobertura das farmácias.
- Número suficiente de infra-estruturas hospitalares.
- Baixa taxa de mortalidade infantil, reflectindo a universalização dos serviços de saúde.
- A sub-região de saúde de Santarém recebeu o maior montante de investimento *per capita* de Portugal canalizado pelo Ministério da Saúde através dos fundos estruturais europeus PIDDAC e FEDER em 2000.

Constrangimentos

- As assimetrias verificadas com a concentração do pessoal médico e paramédico estão de certa forma empolados devido à localização dos principais hospitais do distrito que, por isso, carecem de maior número de pessoal, mas garantem o acesso dos utentes aos seus serviços, pese embora a dificuldade de deslocação de alguns grupos sociais devido à distância. Apesar disso, ainda se verifica uma necessidade de alargamento de recursos humanos, sobretudo nos meios rurais, de forma a assegurar a equidade de acesso aos serviços de saúde.
- Inexistência de Centro de Saúde ou Extensão em 11 freguesias do Médio Tejo e 15 da Lezíria do Tejo.
- Horário de atendimento muito reduzidos em algumas Extensões de Centros de Saúde.
- Insuficiência dos sistemas de vigilância, particularmente no tratamento de dados e na pronta disponibilização dos indicadores de saúde.

Oportunidades

- Alteração dos modelos organizacionais e métodos de administração das infra-estruturas.

Ameaças

- Cobertura regional não está otimizada e revela preocupantes assimetrias territoriais, colocando estratos da população em risco de deficiente acesso à saúde. Torna-se urgente garantir a mobilidade dos cidadãos.
- Exclusão territorial de áreas geográficas de cariz mais rural.
- Principais patologias do distrito são a tuberculose respiratória e a sida, que atingem valores preocupantes e exigem medidas preventivas.
- Principais causas de morte na RLVT são doenças do aparelho circulatório, tumores (neoplasmas) e tumores malignos.
- Valores da taxa de suicídio colocam o distrito num patamar problemático, pelo que será de todo o interesse delinear estratégias de intervenção em crise e definir medidas de prevenção do suicídio.
- Manutenção de hábitos e estilos de vida prejudiciais à saúde por segmentos importantes da população distrital, como o elevado consumo de álcool, apontando para a necessidade de um esforço concertado no sentido de modificar atitudes e comportamentos considerados nocivos.
- Forte dependência em termos de recursos médicos das instituições hospitalares (sistema hospitalocêntrico). Evidencia necessidade de reforçar os cuidados de saúde primários em termos de recursos médicos.

4.3.2 – Educação

Fazer uma caracterização do distrito em termos de educação tem por fim apreender os modelos de organização e desenvolvimento do sistema educativo, bem como dar a conhecer os principais problemas gerados pelo sistema, como seja o financiamento da educação, o combate ao abandono escolar, o analfabetismo, a reforma do ensino secundário ou o reordenamento da rede escolar, o desemprego de professores ou a qualificação das aprendizagens, a avaliação sistemática da qualidade do ensino nos diferentes níveis. Nem todas estas questões serão devidamente aprofundadas, esta é apenas uma vertente deste estudo. No entanto, será feita uma abordagem panorâmica sobre a problemática da educação no Distrito.

Em linhas gerais, o Ministério da Educação³⁶ faz a seguinte prospecção em termos de tendências do sistema de ensino em Portugal:

- Diminuição da população escolar, em que o ensino secundário será um dos níveis mais afectado, tornando-se urgente as medidas de combate ao insucesso escolar e à saída precoce do sistema educativo, muito embora também esteja subjacente a redução do grupo etário da população mais jovem decorrente de outros fenómenos demográficos como a redução da taxa de natalidade e de fecundidade;
- Persistência das elevadas taxas de analfabetismo, muito embora se trate de um fenómeno residual e circunscrito entre as gerações jovens, o mesmo não é válido para as populações mais idosas, com maior incidência nas mulheres e nas regiões mais pobres, sendo preocupante nestas categorias ainda que este fenómeno se encontre empolado pelo aumento da esperança média de vida e do índice de envelhecimento;
- Melhorias registadas no combate ao abandono escolar durante a escolaridade obrigatória, no entanto, esta evolução está sustentada por outro problema – o insucesso. As elevadas taxas de retenção constituem uma preocupação a ter em conta;
- Taxa de escolarização do ensino secundário ainda distante dos valores dos nossos parceiros europeus. É necessária uma requalificação e credibilidade do ensino secundário, capaz de responder às necessidades actuais e futuras da sociedade portuguesa tal como será necessário torná-lo mais atractivo.

Estas e outras questões revelam um atraso estrutural de Portugal em relação à educação que se repercute na vida activa e na capacidade de integração no mercado de trabalho. Quando se fala de educação, não se poderá deixar de fazer uma referência à sua articulação com a formação profissional. A formação profissional já não pode ser entendida como uma requalificação na população em idade activa ou como um aperfeiçoamento ou reciclagem de conhecimentos e aquisição de competências. Esta pode e deve ser entendida como uma opção estratégica no combate ao insucesso e abandono escolar, como forma de facilitar a (re)integração no mercado de trabalho. Devido às características da sociedade actual, em mudança permanente e apresentando Portugal os mais elevados valores de população activa com baixos níveis de qualificação num mercado altamente competitivo, a educação e a formação profissional devem fazer parte dos percursos individuais ao longo da vida visando o acréscimo de qualificação da população activa, convergindo para o nível educativo dos nossos

³⁶ *Os Números da Educação no Recenseamento – Análise comparada dos dados de 1991 e 2001: tendência e prospectiva*, Lisboa, Ministério da Educação, 2002.

parceiros da União Europeia e que de outro modo demoraria décadas. Um dos grandes défices da capacidade de crescimento económico de Portugal, é a baixa produtividade, a qual está correlacionada com os recursos materiais e humanos, sendo por isso necessário uma requalificação destes últimos através do desenvolvimento de competências e uma renovação dos primeiros através da adopção de novas tecnologias. A inovação e criatividade seriam transversalmente assegurados e institucionalizados. O novo paradigma de gestão é baseado na economia da informação e na sociedade do conhecimento, é, pois, central garantir aos cidadãos equidade no acesso à informação e ao conhecimento.

Peter Drucker, por vezes denominado o “padrinho” da gestão moderna, foi professor e consultor de gestores empresariais de topo, de organizações de recursos humanos e do governo. Este “guru” da gestão acredita que a turbulência e a incerteza podem ser convertidas em oportunidades. Drucker aconselha uma reconversão dos conceitos. Assim, no seu livro *Concept of the Corporation*³⁷, redefiniu os trabalhadores como um recurso e não como um custo.

Em termos de recursos humanos, Drucker explica a grande alteração «é necessário aprender a gerir em situações em que não se tem autoridade de chefia, quando não se é controlado, nem se está a controlar. É aí que reside a mudança fundamental»³⁸.

Ou seja, a variável importante deixa de ser a autoridade, para se tornar a competência, logo, «a informação está a substituir a autoridade»³⁹ e as organizações tendem a tornar-se mais horizontais.

Ou seja, não são só os membros das organizações que podem contribuir ou facilitar a mudança através de uma responsabilização⁴⁰, a própria organização reestrutura-se para operar a mudança.

³⁷ DRUCKER, Peter, *Concept of the Corporation*, 1946.

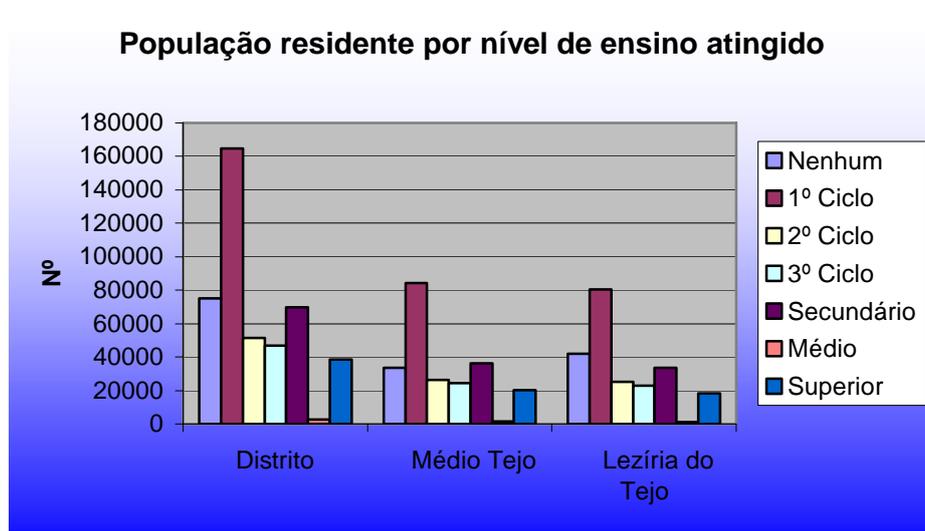
³⁸ Exame, nº 56, Novembro, 1993. Publicado originalmente na *Harvard Business Review*, 1993, nº3, “The Post-Capitalist Executive: na Interview with Peter F. Drucker.

³⁹ *Ibid.*, p. 146.

⁴⁰ A gestão de carreira é feita pelos indivíduos, o que significa que se desvinculam da organização. Esta passa a encarar os seus membros como indivíduos e não como uma abstracção – uma força de trabalho.

4.3.2.1. Níveis de instrução

Gráfico XXVII – Nível de escolaridade atingido pela população residente no Distrito de Santarém – 2001



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação - 2001 (Resultados Definitivos)

Quadro XXXI – Nível de ensino atingido pela população residente no distrito de Santarém – 2001

Zona Geográfica	Total		Nenhum		1º Ciclo		2º Ciclo		Básico 3º Ciclo		Secundário		Médio		Superior		Analfabetos com 10 ou mais anos		Taxa de Analfabetismo	
	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	1991	2001
	Distrito	446085	215113	75261	27721	164704	78998	51562	28041	46958	26136	69815	36549	2678	1501	38539	16167	46402	14541	15.4
Médio Tejo	226090	108734	33401	12528	84095	39834	26314	14072	24254	13573	36250	19389	1466	811	20310	8527	20454	5986	13.1	10.0
Abrantes	42235	20486	6606	2401	16084	7675	4735	2550	4244	2426	6718	3695	281	141	3567	1598	4441	1310	14.7	11.5
Alcanena	14600	7125	1887	789	5632	2674	1793	980	1651	932	2488	1285	69	33	1080	432	1134	386	10.6	8.5
Constância	3815	1846	540	202	1483	706	460	233	435	250	624	334	26	19	247	102	361	104	12.5	10.4
Entroncamento	18174	8825	2077	857	4877	2071	1749	919	2062	1084	4364	2519	219	153	2826	1222	666	148	5.2	4.1
Ferreira do Zêzere	9422	4504	1846	647	4345	2184	1177	654	843	479	882	402	23	11	306	127	1416	430	19.3	16.4
Mação	8442	4047	1715	575	3746	1844	1003	568	612	356	884	485	40	16	442	203	1411	403	22.4	17.9
Sardoal	4104	1999	632	229	1758	867	570	302	484	280	436	206	10	6	214	109	451	131	15.4	12.0
Tomar	43006	20499	6132	2259	15809	7313	4595	2445	4522	2516	7270	3882	354	220	4324	1864	3794	1090	12.5	9.7
Torres Novas	36908	17703	4694	1816	13638	6227	3907	2148	4027	2303	6545	3569	209	111	3888	1529	2780	830	10.3	8.3
Vila Nova da Barquinha	7610	3705	1047	370	2776	1290	832	444	911	507	1323	754	72	49	649	291	602	157	9.7	8.7
Ourém	46216	22042	7940	2958	17693	8827	6496	3397	5075	2796	5600	2743	203	68	3209	1253	4809	1400	16.9	11.7
Lezíria do Tejo	219995	106379	41860	15193	80609	39164	25248	13969	22704	12563	33565	17160	1212	690	18229	7640	25948	8555	17.7	14.0
Almeirim	21957	10490	4198	1602	8289	4044	2435	1377	2033	1124	3116	1605	102	57	1784	681	2927	944	18.7	14.7
Alpiarça	8024	3873	1580	611	3252	1566	772	448	811	433	1021	557	32	19	556	239	1172	369	20.7	16.0
Benavente	23257	11497	3782	1649	7878	3945	2993	1633	2797	1530	4072	2017	104	60	1631	663	2105	726	14.9	10.2
Cartaxo	23389	11414	3291	1336	8410	4082	2527	1392	2497	1374	4533	2317	168	113	1963	800	1950	644	11.8	9.2
Chamusca	11492	5558	2129	800	5105	2494	1482	834	1130	637	1090	561	37	24	519	208	1687	571	19.8	15.9
Coruche	21332	10329	5491	2060	8104	4149	2184	1252	1807	1014	2511	1328	67	37	1168	489	4385	1492	27.2	22.2
Golegã	5710	2694	998	357	2143	1015	667	335	618	366	841	426	27	16	416	179	701	202	15.8	13.5
Rio Maior	21110	10364	3281	1415	8318	4048	2704	1480	2247	1262	3015	1497	85	42	1460	620	2018	738	14.2	10.6
Salvaterra de Magos	20161	9761	4570	1742	6984	3496	2583	1406	2055	1149	2816	1449	86	48	1067	471	3310	1083	22.1	18.1
Santarém	63563	30399	9108	3621	22126	10325	6901	3812	6709	3674	10550	5403	504	274	7665	3290	5693	1786	12.0	9.9

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação - 2001 (Resultados Definitivos)

Nota: O concelho de Azambuja faz parte de Lezíria do Tejo, mas não foi considerado na desagregação por não fazer parte do Distrito. O concelho de Mação, por motivos de integração geográfica, foi incluído na sub-região Médio Tejo.

A partir do gráfico [Gráfico XXVII] e da tabela [Quadro XXXI], em relação aos **níveis de ensino**, é possível salientar o maior peso dos residentes que possuem o 1º Ciclo (36.9%), se bem que os que não possuem qualquer tipo de escolaridade (16.9%) ainda têm um enorme peso na estrutura educativa do Distrito. O número de residentes que possuem o ensino secundário (15.7%) está a aproximar-se dos que não possuem qualquer qualificação.

As sub-regiões do Médio Tejo e Lezíria do Tejo revelam uma distribuição semelhante do nível de ensino pela população, sendo apenas de sublinhar que o Médio Tejo revela um número ligeiramente maior de residentes que possuem o 1º Ciclo, enquanto que na Lezíria do Tejo o nível de literacia é consideravelmente mais baixo.

A estrutura educativa do distrito revela-se bastante preocupante dado o baixo nível de ensino atingido e atendendo a que está muito longe das escolaridade obrigatória de 12 anos a partir do ano lectivo 2005/2006. A população adulta do distrito possui na sua maioria 4 anos de escolaridade. Quando comparada com a situação portuguesa no mesmo período de análise (2001), verifica-se que a estrutura educativa do distrito se revela análoga à situação geral em Portugal, sendo apenas de referenciar o maior peso da população do Distrito que não possui qualquer nível de ensino representando um diferencial positivo de 2.6%, enquanto que os residentes que possuem o ensino superior é menor em 2.2%.

Quadro XXXII – Taxas de escolaridade pelos diferentes níveis de ensino em Portugal e no Distrito (2001)

	<i>Nenhum</i>	<i>1º Ciclo</i>	<i>2º Ciclo</i>	<i>3º Ciclo</i>	<i>Secundário</i>	<i>Médio</i>	<i>Superior</i>
Portugal	14.3	35.1	12.6	10.9	15.7	0.8	10.8
Distrito	16.9	36.9	11.6	10.5	15.7	0.6	8.6

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação - 2001 (Resultados Definitivos)

Com uma estrutura educativa desta natureza, com graves carências em termos de escolarização e qualificação, muito embora se encontre empolada devido a factores demográficos como a esperança média de vida e o crescimento do índice de envelhecimento, é fundamental a aposta no capital humano, no seu desenvolvimento, na sua valorização, marcada por programas de formação regulares sobretudo da população activa e dos jovens que abandonam precocemente o ensino ou revelem insucesso escolar, a assegurar pela articulação entre o sector público e privado, bem como pelo envolvimento de todos os agentes sociais de intervenção dada a importância estrutural desta matéria. Esta preocupação já está institucionalizada, existem programas nacionais de intervenção, mas faria todo o sentido haver uma maior responsabilização das autarquias e agentes locais pelo impacto real que está a ter na população através da monitorização da sua execução a nível local e regional.

Refira-se a este propósito o exemplo do sucesso emergente no Japão consequente da optimização do seu potencial humano através de uma inovação social.

A taxa de analfabetismo⁴¹ no distrito (12.0%) embora tenha registado uma descida significativa, durante o período intercensitário, de 3.4%, ainda se encontra 3% acima da média nacional, (9.0%) que já é significativamente relevante.

Ao nível III de NUTS, a Lezíria do Tejo (14.0%) apresenta valores superiores aos do Médio Tejo (10.0%).

Os concelhos acompanham a tendência de descida, contudo, revelam assimetrias, sendo que, como já se evidenciou, os que pertencem à Lezíria do Tejo apresentam valores superiores. Destacam-se o Entroncamento por se afastar nitidamente dos valores distritais com uma taxa reduzida de 4.1%, o que se poderá explicar pelo facto de ser um concelho muito peculiar em termos demográficos pela posse de uma população jovem, sendo que as taxas de analfabetismo estão associadas aos grupos etários mais envelhecidos. No sentido oposto destacam-se Coruche (22.1%), Salvaterra de Magos (18.1%), Mação (17.9%) e Ferreira do Zêzere (16.4%), o que também poderá ser explicado pela estrutura etária da sua população e a fraca atractividade destas zonas.

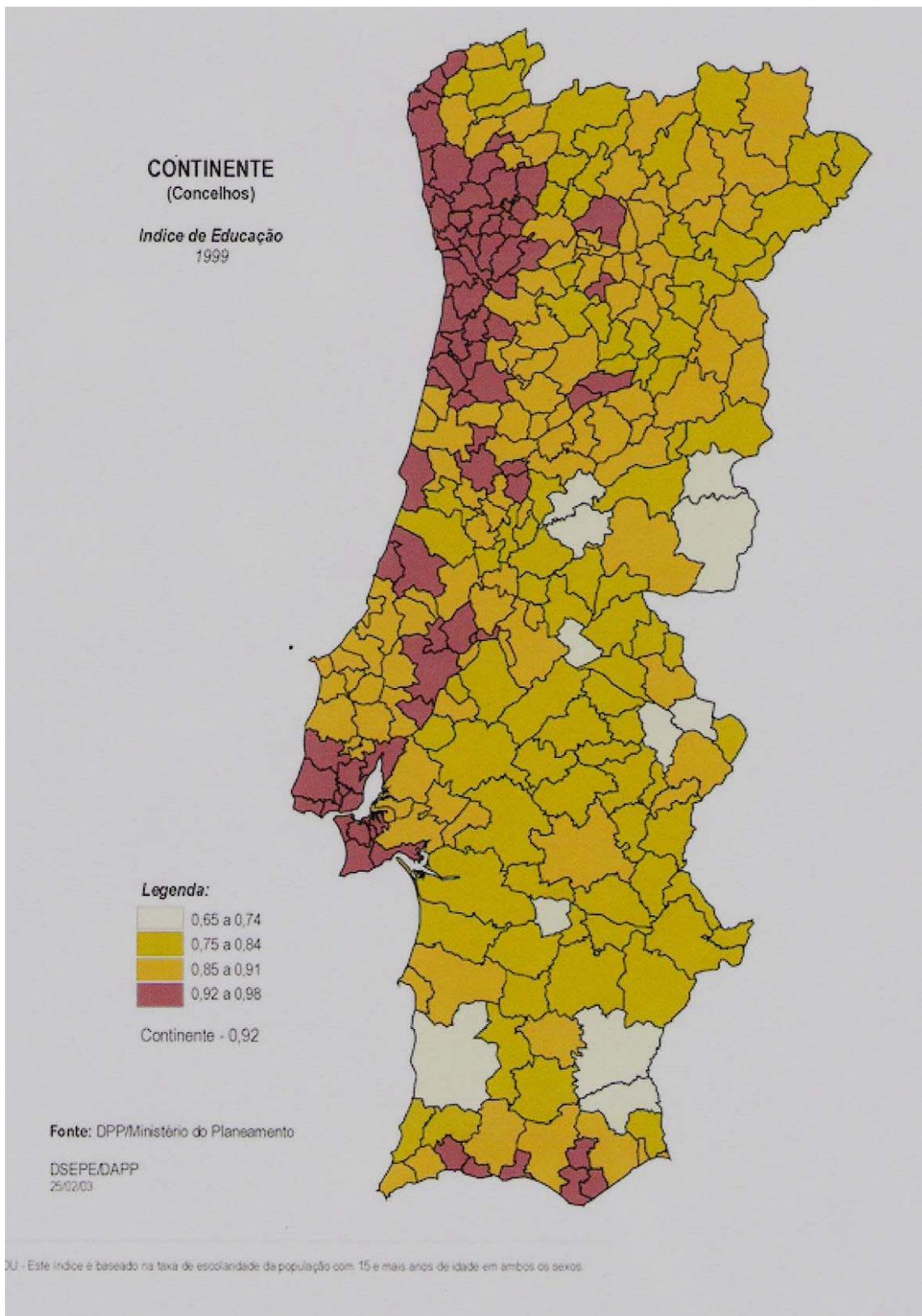
A análise deste indicador revela algumas mudanças sociais na década em análise. Mudanças estas decorrentes da democratização do ensino a partir de 1974 (25 de Abril). Contudo, a análise vem também confirmar os problemas a nível educacional e reforçar a necessidade de progressos qualitativos a nível regional. Estes problemas terão de ser combatidos não só com a (re)qualificação do factor humano que passa pela sensibilização de todos os agentes envolvidos, e em especial pela sensibilização dos pais para a importância social e estrutural da educação, sobretudo nos casos daqueles que já se encontram excluídos da sociedade ou se encontram mais vulneráveis à situação de pobreza.

Será também pertinente o estudo do impacto da população imigrante na estrutura de ensino da população residente, dado o crescimento significativo de residentes estrangeiros.

Este diagnóstico revela vincadas assimetrias nos níveis de instrução entre o litoral/interior e norte/sul, apontando para a necessidade de redução das disparidades intra e para o aumento da coesão entre o Médio Tejo e a Lezíria do Tejo bem como entre os vários concelhos que as integram, numa palavra – desenvolvimento.

⁴¹ Relação entre a população com 10 ou mais anos que não sabe ler nem escrever com o total da população com 10 ou mais anos.

Figura XV – Índice de Educação, por concelho em 1999



O mapa revela uma diferenciação entre as zonas do litoral e do interior, em que o litoral apresenta um nível de escolarização mais elevado.

Por concelhos constata-se que na educação o factor urbano assume importância, dada a importância generalizada dos municípios sede de concelho, a que não é indiferente a localização dos equipamentos de maior dimensão.

4.3.2.2. Alunos

Os *clusters* regionais e concelhios produzidos pela frequência de alunos matriculados pelos diversos níveis de ensino justifica-se pelo maior número de população residente pertencente ao grupo etário mais jovem, ou seja, a concentração de alunos pelos diferentes níveis de educação está dependente da estrutura etária da população. Ourém e Entroncamento detêm, neste indicador, os valores mais elevados de alunos matriculados no sector privado, provavelmente devido a um índice mais elevado de desenvolvimento económico. Para além destes factores, está ainda dependente da localização das infra-estruturas de ensino e da sua dimensão.

No plano do distrito, os níveis de frequência dos diferentes níveis de ensino seguem a tendência nacional com algumas oscilações, no cômputo geral positivamente, excepto no que se refere ao ensino superior, tanto no público como no privado, apresentando um diferencial negativo de 4.2% e 4.0% respectivamente. A grande diferença face aos valores nacionais verifica-se nos valores no ensino privado, em que a sua frequência é muito diminuta, praticamente nula na maioria dos concelhos.

A nível das NUTS III, a Lezíria do Tejo revela valores ligeiramente superiores talvez influenciados pelo concelho sede de distrito, estando este índice associado ao investimento público na educação.

Em termos de variação do número de alunos matriculados nos diferentes níveis de ensino entre os anos lectivos de 2001/2002 e 2002/2003 verifica-se uma tendência de redução do número de alunos que frequentam o Ensino Básico, com especial incidência para o 3º Ciclo, o Ensino Secundário e o Ensino Superior Privado. Esta redução poderá, nos dois primeiros casos, estar relacionada com abandono escolar e no último caso com uma contenção de despesas, mobilizando os alunos para o Ensino Superior Público. No sentido oposto, verifica-se um crescimento na frequência da Educação Pré-Escolar e no Ensino Superior Público, o que poderá evidenciar uma melhoria das condições de vida de alguns agregados.

Genericamente, na educação, como se evidenciou, a distribuição dos alunos matriculados nos estabelecimentos escolares da região por níveis de ensino revela que o maior défice regional face aos valores do Continente se situa no ensino superior. No ano lectivo de 2002/2003 a proporção de alunos que frequentavam o ensino superior era de 10.8% no distrito de Santarém e de 19% no Continente, uma diferença de – 8.2%. Outro défice que foi possível detectar foi o baixo grau de frequência do ensino privado.

Uma tendência bastante preocupante que foi possível apurar foi a redução de alunos que frequentam o 3º Ciclo e o ensino secundário e que se estende, de uma forma geral, a todo o território nacional, afastando o distrito e Portugal dos valores desejados.

Refira-se que dois anos lectivos não é um período de referência suficientemente alargado para se perceberem profundas mudanças sociais, no entanto, podemos aperceber-nos de tendências do sistema de ensino. O decréscimo da população escolar em quase todos os níveis de ensino também poderá evidenciar a quebra de natalidade, enquanto que o aumento de frequência nos níveis extremos – ensino pré-escolar e ensino superior poderá estar correlacionada com factores de ordem socio-económica.

Quadro XXXIII – Alunos Matriculados, segundo o Ensino Ministrado, em 2002/2003

NUTS	Ensino Público e Privado												
	Educação Pré-Escolar		Ensino Básico						Ensino Secundário		Escolas Profissionais	Ensino Superior	
			1º Ciclo		2º Ciclo		3º Ciclo						
	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado	
CONCELHOS	Nº												
Continente	117.915	117.293	418.538	46.159	223.703	29.765	324.930	42.411	287.800	36.399	31.736	284.240	109.850
Centro	34.366	24.953	97.154	5.298	47.641	8.725	72.153	14.187	71.117	8.851	9.419	78.157	8.921
Médio Tejo	4.115	1.952	8.849	580	4.569	865	7.031	1.263	6.902	1.434	1.119	3.366	37
Abrantes	550	447	1.446	43	859	-	1.169	-	1.336	-	175	326	-
Alcanena	268	135	583	-	354	-	608	-	407	-	-	-	-
Constância	124	19	181	-	105	-	124	-	22	-	-	-	-
Entroncamento	245	278	688	192	466	-	669	19	740	185	336	-	37
Ferreira do Zêzere	194	34	387	-	216	-	332	-	244	-	-	-	-
Mação	172	-	256	-	169	-	182	-	168	-	-	-	-
Ourém	1.047	376	2.186	74	647	826	1.030	1.195	775	1.249	313	-	-
Sardoal	134	-	165	-	102	-	190	-	188	-	-	-	-
Tomar	814	210	1.708	135	979	-	1.525	-	1.661	-	122	3.040	-
Torres Novas	573	453	1.281	136	710	39	1.165	49	1.390	-	173	-	-
Vila Nova da Barquinha	166	-	224	-	131	-	219	-	139	-	-	-	-
Alentejo	9.952	7.634	29.926	848	16.309	860	24.633	1.140	22.710	349	3.512	19.946	1.918
Lezíria do Tejo	3.040	1.916	9.044	-	4.686	233	7.123	221	6.152	62	703	4.225	946
Almeirim	259	296	922	-	443	-	659	-	758	-	-	-	-
Alpiarça	111	68	274	-	127	-	214	-	191	-	-	-	-
Benavente	430	150	1.212	-	654	-	839	-	514	-	-	-	-
Cartaxo	242	246	996	-	528	-	818	-	837	-	-	-	-
Chamusca	168	70	378	-	167	-	380	-	264	-	-	-	-
Coruche	273	94	706	-	378	-	566	-	371	-	111	-	-
Golegã	116	43	212	-	122	-	213	-	95	-	-	-	-
Rio Maior	433	100	869	-	646	-	911	-	733	-	152	467	-
Salvaterra de Magos	175	237	902	-	476	-	698	-	617	-	265	-	-
Santarém	833	612	2.573	-	1.145	233	1.825	221	1.772	62	175	3.758	946

Fonte: Ministério da Educação, Departamento de Avaliação, Prospectiva e Planeamento - Estatísticas preliminares.

Nota: O concelho de Azambuja faz parte de Lezíria do Tejo, mas não foi considerado na desagregação por não fazer parte do Distrito. O concelho de Mação, por motivos de integração geográfica, foi incluído na sub-região Médio Tejo.

Quadro XXXIV – Alunos Matriculados, segundo o Ensino Ministrado, em 2001/2002

NUTS	Ensino Público e Privado												
	Educação Pré-Escolar		Ensino Básico						Ensino Secundário		Escolas Profissionais	Ensino Superior	
			1º Ciclo		2º Ciclo		3º Ciclo					Público	Privado
	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado			
CONCELHOS	Nº												
Continente	108 556	114 572	423 479	47 859	221 895	27 976	336 588	40 204	303 782	38 753	31 849	278 587	111 370
Lisboa e Vale do Tejo	26 372	48 375	132 629	27 251	71 432	11 444	107 523	15 115	112 864	14 500	9 433	105 153	58 465
Médio Tejo	3 894	1 863	8 898	569	4 582	850	7 419	1 369	7 606	1 466	1 098	3 128	104
Abrantes	509	417	1 502	37	875	-	1 255	-	1 528	-	162	262	-
Alcanena	277	132	576	-	365	-	664	-	572	-	-	-	-
Constância	104	18	177	-	108	-	127	-	36	-	-	-	-
Entroncamento	221	261	681	156	501	-	699	22	824	178	350	-	104
Ferreira do Zêzere	206	35	410	-	189	-	342	-	267	-	-	-	-
Ourém	1 013	358	2 160	89	639	795	1 127	1 273	900	1 288	311	-	-
Sardoal	91	-	166	-	115	-	183	-	183	-	-	-	-
Tomar	807	213	1 725	133	975	-	1 596	-	1 862	-	122	2 866	-
Torres Novas	525	429	1 297	154	685	55	1 208	74	1 280	-	153	-	-
Vila Nova da Barquinha	141	-	204	-	130	-	218	-	154	-	-	-	-
Lezíria do Tejo	2 827	1 822	8 905	-	4 718	-	7 380	15	6 464	64	552	4 184	1 159
Almeirim	219	263	941	-	436	-	732	-	757	-	-	-	-
Alpiarça	103	63	241	-	149	-	213	-	219	-	-	-	-
Benavente	339	149	1 121	-	636	-	875	-	584	-	-	-	-
Cartaxo	242	247	984	-	509	-	840	-	738	-	-	-	-
Chamusca	176	47	397	-	200	-	401	-	283	-	-	-	-
Coruche	272	92	722	-	395	-	585	-	421	-	46	-	-
Golegã	76	38	203	-	134	-	221	-	113	-	-	-	-
Rio Maior	434	98	839	-	585	-	999	-	873	-	151	361	-
Salvaterra de Magos	175	246	872	-	475	-	597	-	553	-	286	-	-
Santarém	791	579	2 585	-	1 199	-	1 917	15	1 923	64	69	3 823	1 159

Fonte: Ministério da Educação, Departamento de Avaliação, Prospectiva e Planeamento - Estatísticas preliminares.

Nota: O concelho de Azambuja faz parte de Lezíria do Tejo, mas não foi considerado na desagregação por não fazer parte do Distrito. O concelho de Mação, por motivos de integração geográfica, foi incluído na sub-região Médio Tejo.

**Quadro XXXV – Variação do Número de Alunos Matriculados entre 2001/2002 e 2002/2003,
segundo o Ensino Ministrado**

NUTS	Ensino Público e Privado												
	Educação Pré-Escolar		Ensino Básico						Ensino Secundário		Escolas Profissionais	Ensino Superior	
			1º Ciclo		2º Ciclo		3º Ciclo					Público	Privado
	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado			
CONCELHOS	Nº												
Continente	9.359	2.721	-4.941	-1.700	1.808	1.789	-11.658	2.207	-15.982	-2.354	-113	5.653	-1.520
Médio Tejo	221	89	-49	11	-13	15	-388	-106	-704	-32	21	238	-67
Abrantes	41	30	-56	6	-16	-	-86	-	-192	-	13	64	-
Alcanena	-9	3	7	-	-11	-	-56	-	-165	-	-	-	-
Constância	20	1	4	-	-3	-	-3	-	-14	-	-	-	-
Entroncamento	24	17	7	36	-35	-	-30	-3	-84	7	-14	-	-67
Ferreira do Zêzere	-12	-1	-23	-	27	-	332	-	244	-	-	-	-
Mação	172	-	256	-	169	-	-160	-	-99	-	-	-	-
Ourém	34	18	26	-15	8	31	-97	-78	-125	-39	2	-	-
Sardoal	43	-	-1	-	-13	-	7	-	5	-	-	-	-
Tomar	7	-3	-17	2	4	-	-71	-	-201	-	0	174	-
Torres Novas	48	24	-16	-18	25	-16	-43	-25	110	-	116	-	-
Vila Nova da Barquinha	25	-	20	-	1	-	1	-	-15	-	-	-	-
Lezíria do Tejo	213	94	139	-	-32	233	-257	206	-312	-2	151	41	-213
Almeirim	40	33	-19	-	7	-	-73	-	1	-	-	-	-
Alpiarça	8	5	33	-	-22	-	1	-	-28	-	-	-	-
Benavente	91	1	91	-	18	-	-36	-	-70	-	-	-	-
Cartaxo	0	-1	12	-	19	-	-22	-	99	-	-	-	-
Chamusca	-8	23	-19	-	-33	-	-21	-	-19	-	-	-	-
Coruche	1	2	-16	-	-17	-	-19	-	-50	-	65	-	-
Golegã	40	5	9	-	-12	-	-8	-	-18	-	-	-	-
Rio Maior	-1	2	30	-	61	-	-88	-	-140	-	1	106	-
Salvaterra de Magos	0	-9	30	-	1	-	101	-	64	-	-21	-	-
Santarém	42	33	-12	-	-54	233	-92	206	-151	-2	106	-65	-213

Fonte: Ministério da Educação, Departamento de Avaliação, Prospectiva e Planeamento - Estatísticas preliminares.

Nota: O concelho de Azambuja faz parte de Lezíria do Tejo, mas não foi considerado na desagregação por não fazer parte do Distrito. O concelho de Mação, por motivos de integração geográfica, foi incluído na sub-região Médio Tejo.

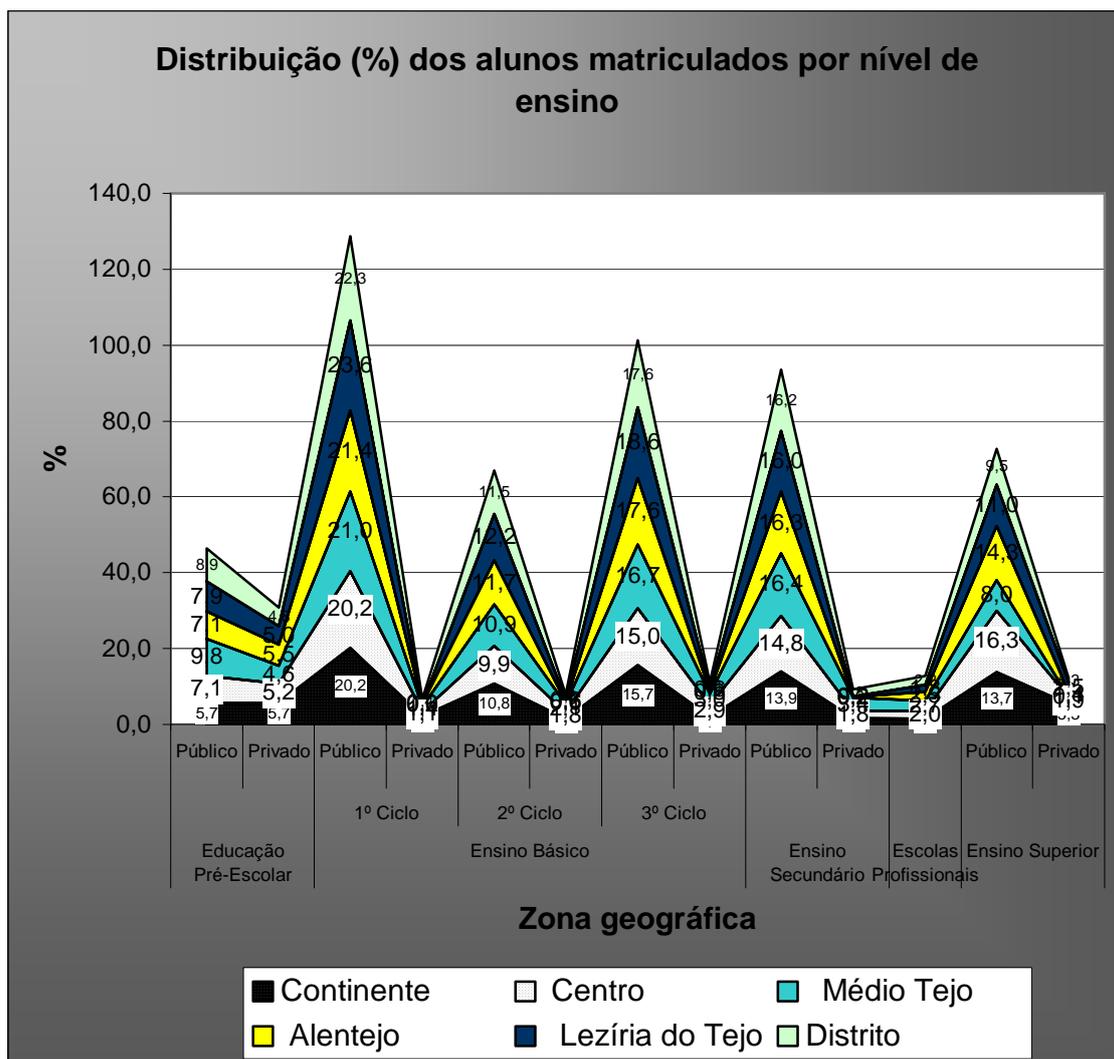
Quadro XXXVI – Alunos Matriculados (%), segundo o Ensino Ministrado, em 2002/2003

NUTS	Ensino Público e Privado												
	Educação Pré-Escolar		Ensino Básico						Ensino Secundário		Escolas Profissionais	Ensino Superior	
			1º Ciclo		2º Ciclo		3º Ciclo						
	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado	
CONCELHOS	%												
Continente	5,7	5,7	20,2	2,2	10,8	1,4	15,7	2,0	13,9	1,8	1,5	13,7	5,3
Distrito	8,9	4,8	22,3	1,4	11,5	1,3	17,6	1,8	16,2	1,8	2,2	9,5	1,3
Centro	7,1	5,2	20,2	1,1	9,9	1,8	15,0	2,9	14,8	1,8	2,0	16,3	1,9
Médio Tejo	9,8	4,6	21,0	1,4	10,9	2,1	16,7	3,0	16,4	3,4	2,7	8,0	0,1
Abrantes	8,7	7,0	22,8	0,7	13,5	-	18,4	-	21,0	-	2,8	5,1	-
Alcanena	11,4	5,7	24,8	-	15,0	-	25,8	-	17,3	-	-	-	-
Constância	21,6	3,3	31,5	-	18,3	-	21,6	-	3,8	-	-	-	-
Entroncamento	6,4	7,2	17,8	5,0	12,1	-	17,4	0,5	19,2	4,8	8,7	-	1,0
Ferreira do Zêzere	13,8	2,4	27,5	-	15,4	-	23,6	-	17,3	-	-	-	-
Mação	18,2	-	27,0	-	17,8	-	19,2	-	17,7	-	-	-	-
Ourém	10,8	3,9	22,5	0,8	6,7	8,5	10,6	12,3	8,0	12,9	3,2	-	-
Sardoal	17,2	-	21,2	-	13,1	-	24,4	-	24,1	-	-	-	-
Tomar	8,0	2,1	16,8	1,3	9,6	-	15,0	-	16,3	-	1,2	29,8	-
Torres Novas	9,6	7,6	21,5	2,3	11,9	0,7	19,5	0,8	23,3	-	2,9	-	-
Vila Nova da Barquinha	18,9	-	25,5	-	14,9	-	24,9	-	15,8	-	-	-	-
Alentejo	7,1	5,5	21,4	0,6	11,7	0,6	17,6	0,8	16,3	0,2	2,5	14,3	1,4
Lezíria do Tejo	7,9	5,0	23,6	-	12,2	0,6	18,6	0,6	16,0	0,2	1,8	11,0	2,5
Almeirim	7,8	8,9	27,6	-	13,3	-	19,7	-	22,7	-	-	-	-
Alpiarça	11,3	6,9	27,8	-	12,9	-	21,7	-	19,4	-	-	-	-
Benavente	11,3	3,9	31,9	-	17,2	-	22,1	-	13,5	-	-	-	-
Cartaxo	6,6	6,7	27,2	-	14,4	-	22,3	-	22,8	-	-	-	-
Chamusca	11,8	4,9	26,5	-	11,7	-	26,6	-	18,5	-	-	-	-
Coruche	10,9	3,8	28,3	-	15,1	-	22,6	-	14,8	-	4,4	-	-
Golegã	14,5	5,4	26,5	-	15,2	-	26,6	-	11,9	-	-	-	-
Rio Maior	10,0	2,3	20,2	-	15,0	-	21,1	-	17,0	-	3,5	10,8	-
Salvaterra de Magos	5,2	7,0	26,8	-	14,1	-	20,7	-	18,3	-	7,9	-	-
Santarém	5,9	4,3	18,2	-	8,1	1,6	12,9	1,6	12,5	0,4	1,2	26,5	6,7

Fonte: Ministério da Educação, Departamento de Avaliação, Prospectiva e Planeamento - Estatísticas preliminares.

Nota: O concelho de Azambuja faz parte de Lezíria do Tejo, mas não foi considerado na desagregação por não fazer parte do Distrito. O concelho de Mação, por motivos de integração geográfica, foi incluído na sub-região Médio Tejo.

Gráfico XXVIII – Distribuição (%) dos alunos matriculados por nível de ensino



Fonte: Ministério da Educação, Departamento de Avaliação, Prospectiva e Planeamento - Estatísticas preliminares.

4.3.2.3. Equipamentos escolares

Quadro XXXVII – Estabelecimentos de Ensino, segundo o Ensino Ministrado, em 2002/2003

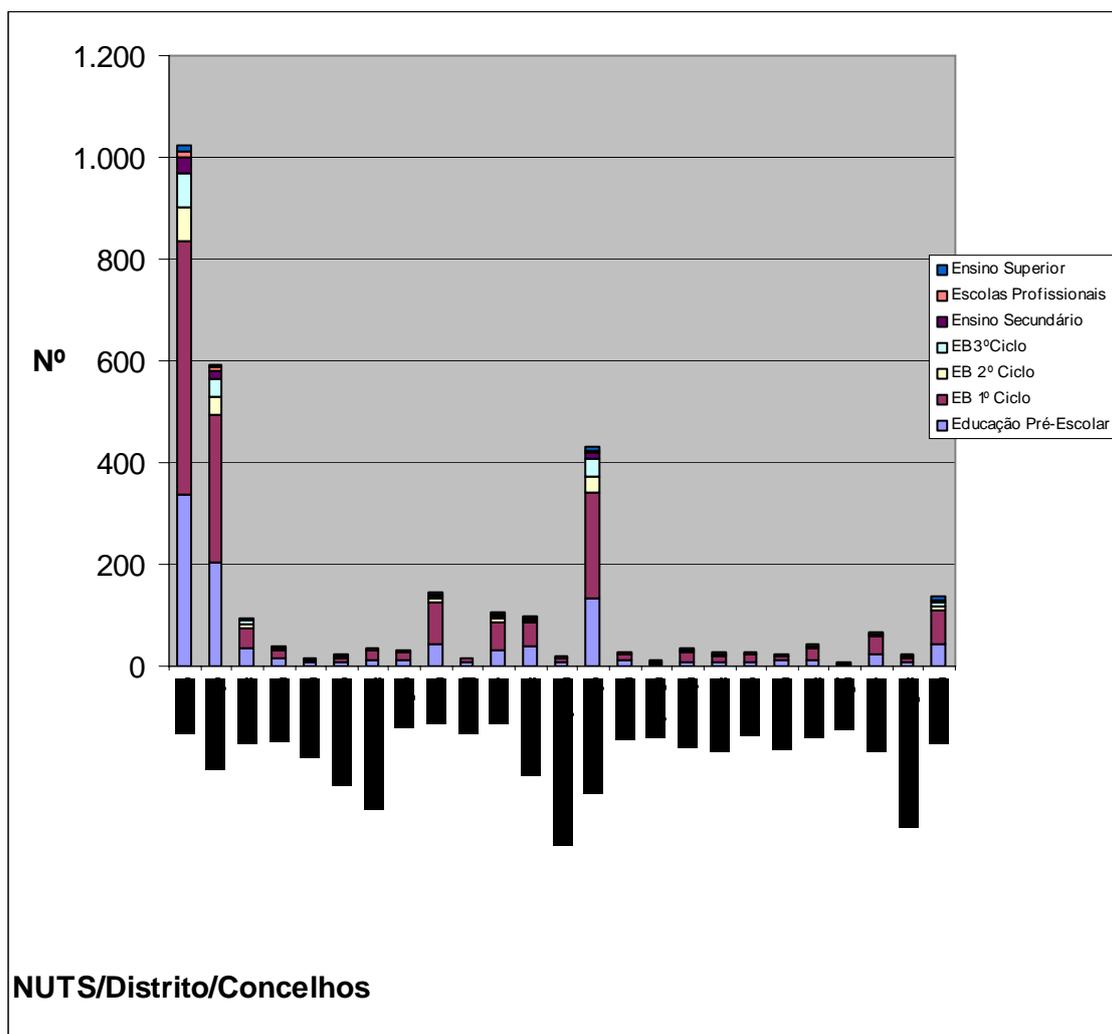
NUTS	Ensino Público e Privado													
	Educação Pré-Escolar		Ensino Básico						Ensino Secundário		Escolas Profissionais	Ensino Superior		
			1º Ciclo		2º Ciclo		3º Ciclo					Público	Privado	
	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado				
CONCELHOS	Nº													
Continente	4.253	2.024	8.082	500	1.102	236	1.130	224	488	148	218	171	145	
Centro	1.493	457	2.929	60	283	55	303	56	134	35	62	44	26	
Distrito	275	63	488	9	61	5	62	6	27	5	12	8	3	
Médio Tejo	172	31	282	9	31	4	29	5	15	3	7	3	1	
Abrantes	26	8	38	1	11	-	6	-	3	-	1	1	-	
Alcanena	13	2	18	-	2	-	3	-	1	-	-	-	-	
Constância	5	1	7	-	1	-	1	-	1	-	-	-	-	
Entroncamento	3	4	4	3	1	-	2	1	1	1	2	-	1	
Ferreira do Zêzere	11	1	21	-	1	-	1	-	1	-	-	-	-	
Mação	11	-	15	-	4	-	1	-	1	-	-	-	-	
Ourém	40	5	80	1	3	3	4	3	1	2	2	-	-	
Sardoal	6	-	8	-	1	-	1	-	1	-	-	-	-	
Tomar	30	3	53	2	5	-	5	-	3	-	1	2	-	
Torres Novas	31	7	45	2	4	1	4	1	2	-	1	-	-	
Vila Nova da Barquinha	7	-	8	-	2	-	2	-	1	-	-	-	-	
Alentejo	380	138	735	12	149	8	123	9	58	5	28	15	6	
Lezíria do Tejo	103	32	206	-	30	1	33	1	12	2	5	5	2	
Almeirim	9	3	10	-	2	-	3	-	1	-	-	-	-	
Alpiarça	2	1	4	-	1	-	1	-	1	-	-	-	-	
Azambuja	2	4	20	-	3	-	4	-	1	-	-	-	-	
Benavente	7	2	11	-	3	-	4	-	1	-	-	-	-	
Cartaxo	6	2	14	-	2	-	3	-	1	-	-	-	-	
Chamusca	9	1	10	-	2	-	1	-	1	-	-	-	-	
Coruche	10	2	23	-	4	-	3	-	1	-	1	-	-	
Golegã	2	1	2	-	1	-	1	-	1	-	-	-	-	
Rio Maior	22	1	35	-	4	-	3	-	1	-	1	1	-	
Salvaterra de Magos	4	3	10	-	2	-	3	-	1	-	1	-	-	
Santarém	30	12	67	-	6	1	7	1	2	2	2	4	2	

Fonte: Ministério da Educação, Departamento de Avaliação, Prospectiva e Planeamento - Estatísticas Preliminares.

Notas: O mesmo estabelecimento é contado tantas vezes quantos os graus de ensino que ministra. No 2º ciclo, estão incluídos os estabelecimentos de Ensino Básico Mediatizado. No Ensino Superior Privado está incluída a Universidade Católica Portuguesa.

O concelho de Azambuja faz parte de Lezíria do Tejo, mas não foi considerado na desagregação por não fazer parte do Distrito. O concelho de Mação, por motivos de integração geográfica, foi incluído na sub-região Médio Tejo.

Gráfico XXIX – Distribuição dos Estabelecimentos de Ensino por NUTS/Distrito/Concelhos, segundo o Ensino Ministrado



Fonte: Ministério da Educação, Departamento de Avaliação, Prospectiva e Planeamento - Estatísticas Preliminares.

O maior número de equipamentos escolares no sistema público, à semelhança do que se passa a nível nacional verifica-se no 1º Ciclo do Ensino Básico e na Educação Pré-Escolar; o sistema privado tem um peso bastante diminuto no distrito, apenas assume significado na Educação Pré-Escolar.

Recorde-se que o maior aumento de alunos se registou na Educação Pré-Escolar e no Ensino Superior Público.

A distribuição dos equipamentos escolares a nível concelhio revela que todos os concelhos possuem infra-estruturas escolares para todos os níveis de ensino, à excepção do Ensino Superior que apenas tem representação em Santarém, Tomar, Abrantes, Entroncamento e Rio Maior. Relativamente à sua dispersão pelo território distrital, verifica-se que as áreas mais urbanas, com maior concentração populacional possuem maior número de equipamentos.

No que diz respeito à sua qualidade e à satisfação das necessidades da população, como é óbvio, não é possível inferir a partir de dados apenas de natureza quantitativa. De acordo com dados do Governo Civil «todas as freguesias do distrito estavam equipadas com escolas do primeiro ciclo e só 3 autarquias da Lezíria do Tejo e 6 do Médio Tejo não possuíam, em Junho de 2000, escolas para o ensino pré-escolar. No entanto, apenas 40 freguesias do distrito estavam apetrechadas com escolas do 2º e 3º ciclo, enquanto só em 37 autarquias existiam instalações para o ensino secundário. As instalações do ensino superior e as escolas profissionais, em número muito satisfatório, encontravam-se sediadas nas freguesias correspondentes aos grandes centros populacionais»⁴², o que nos dá uma visão ainda mais desagregada da realidade do distrito.

De uma forma muito grosseira poder-se-á afirmar que os principais problemas do distrito em termos de educação, a partir do EB 2º Ciclo, não residem no número de equipamentos disponíveis, mas estarão provavelmente relacionados com o abandono e o insucesso escolar que será abordado mais adiante no ponto 4.3.2.5.

⁴² *As Freguesias do Distrito de Santarém - Algumas referências e principais indicadores territoriais, sociais e económicos*, GER – Gabinete de Estudos Regionais, Governo Civil de Santarém, Março 2001.

4.3.2.4 Professores

Quadro XXXVIII – Pessoal Docente, segundo o Ensino Ministrado, em 2002/2003

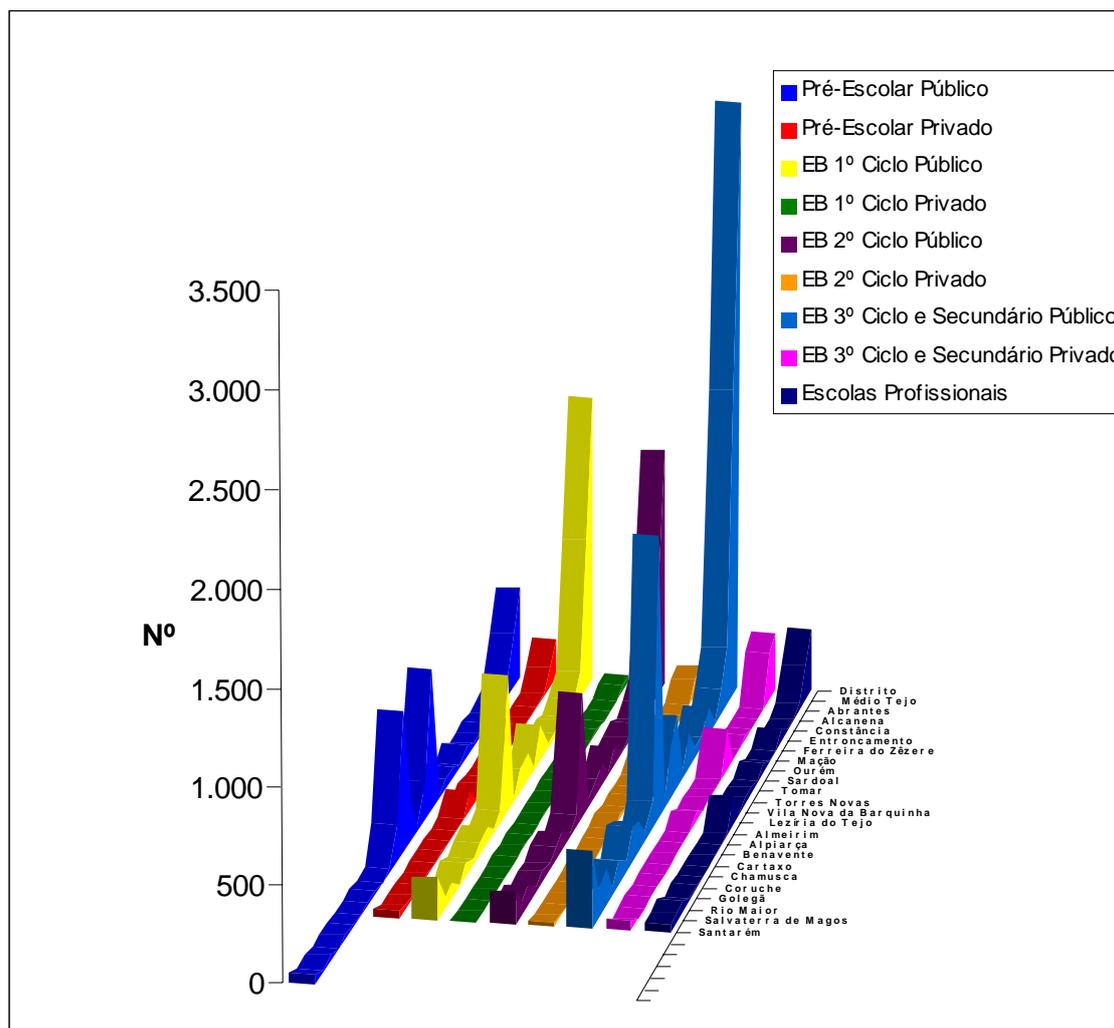
NUTS	Ensino Público e Privado								
	Educação Pré-Escolar		Ensino Básico				Ensino Básico e Secundário		Escolas Profissionais
	Público	Privado	1º Ciclo		2º Ciclo		3º Ciclo e Secundário		
			Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado	
CONCELHOS	Nº								
Continente	7.673	6.677	33.111	2.492	30.824	2.959	73.245	7.812	6.719
Centro	2.340	1.414	8.358	287	7.078	836	18.362	2.235	1.808
Distrito	485	215	1.549	36	1.277	105	3.182	303	334
Médio Tejo	288	109	819	35	625	82	1.672	252	186
Abrantes	34	22	153	4	121	-	320	-	33
Alcanena	18	7	58	-	62	-	149	-	-
Constância	10	1	17	-	16	-	25	-	-
Entroncamento	17	16	52	12	55	1	162	22	60
Ferreira do Zêzere	13	2	36	-	29	-	55	-	-
Mação	15	-	36	-	17	-	54	-	-
Ourém	66	19	194	4	89	71	188	216	45
Sardoal	12	-	17	-	16	-	47	-	-
Tomar	58	14	153	7	117	-	388	-	22
Torres Novas	46	28	118	8	89	10	279	14	26
Vila Nova da Barquinha	14	-	21	-	31	-	59	-	-
Alentejo	742	445	2.730	49	2.386	116	5.659	226	641
Lezíria do Tejo	197	106	730	1	652	23	1.510	51	148
Almeirim	19	14	67	-	65	-	151	-	-
Alpiarça	6	3	21	-	17	-	50	-	-
Benavente	23	7	89	-	87	-	158	-	-
Cartaxo	14	11	67	1	66	-	190	-	-
Chamusca	14	7	38	-	30	-	65	-	-
Coruche	17	5	73	-	45	-	122	-	17
Golegã	7	2	15	-	21	-	39	-	-
Rio Maior	31	5	76	-	86	-	190	-	48
Salvaterra de Magos	12	12	62	-	62	-	143	-	42
Santarém	54	40	222	-	173	23	402	51	41

Fonte: Ministério da Educação, Departamento de Avaliação, Prospectiva e Planeamento - Estatísticas Preliminares.

Notas: Os docentes com funções lectivas que leccionam simultaneamente em mais do que um ciclo de estudos são considerados, para efeitos estatísticos, como docentes do ciclo de estudos onde leccionaram o maior número de horas. Os docentes que não estão a exercer funções lectivas e ocupam outros cargos, nomeadamente de apoio educativo ou de carácter directivo, podem ser considerados, para efeitos estatísticos, como docentes do mais elevado nível de ensino para que estão habilitados a leccionar. Assim, esporadicamente, pode acontecer que alguns concelhos apresentem níveis de ensino sem estabelecimentos de ensino e sem alunos mas com pessoal docente.

O concelho de Azambuja faz parte de Lezíria do Tejo, mas não foi considerado na desagregação por não fazer parte do Distrito. O concelho de Mação, por motivos de integração geográfica, foi incluído na sub-região Médio Tejo.

Gráfico XXX - Pessoal Docente no Distrito, segundo o Ensino Ministrado, em 2002/2003



Fonte: Ministério da Educação, Departamento de Avaliação, Prospectiva e Planeamento - Estatísticas Preliminares.

O maior contingente de professores pertence ao EB 3º Ciclo e Ensino Secundário Público (42.5%), logo seguido pelo EB 1º Ciclo Público (20.7%) e pelo EB 2º Ciclo Público (17.1%). Comparativamente à distribuição destas proporções a nível nacional, são semelhantes, sendo que a diferença mais significativa reside na categoria Educação Pré-Escolar Público com um valor positivo para o distrito em 2%.

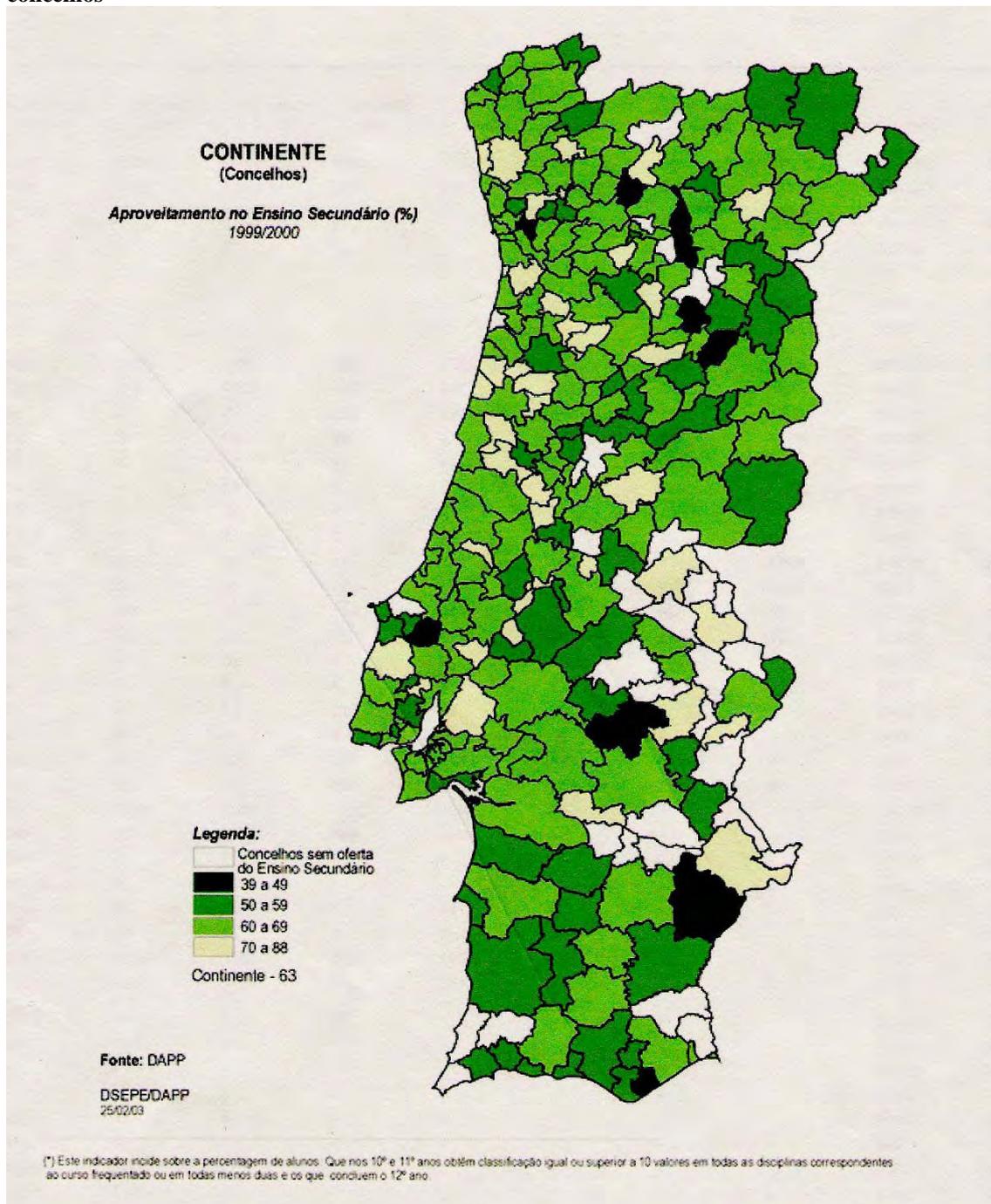
As oscilações do número de professores, verificadas a nível concelhio estão fortemente dependentes do número de equipamentos e do tipo de ensino ministrado.

Face aos valores nacionais, tanto quanto os dados quantitativos permitem apurar, não se pode considerar que haja algum tipo de carência em termos de recursos humanos docentes no distrito, o que uma análise mais fina poderia, naturalmente, refutar.

4.3.2.5 (In)sucesso e abandono escolar

Para melhor avaliar a dimensão do problema veja-se a Figura XV, a qual é bastante elucidativa.

Figura XVI – Cartograma do Aproveitamento Escolar⁴³, por concelhos



Fonte: Ministério da Educação, Departamento de Avaliação, Prospectiva e Planeamento

⁴³ Este indicador incide sobre os alunos que nos 10º e 11º anos obtêm classificação igual ou superior a 10 valores em todas as disciplinas correspondentes ao curso frequentado ou em todas menos duas e os que concluem o 12º ano.

Quadro XXXIX – Aproveitamento Escolar no Ensino Secundário (%) no distrito de Santarém, em 1999/2000

Aproveitamento no Ensino Secundário (%) – 1999/2000	
Concelhos	Aproveitamento (%-HM-1999/2000)
Constância (1)	50
Mação (2)	51,4
Chamusca (3)	54,2
Ferreira do Zêzere (4)	55,6
Torres Novas (5)	57
Almeirim (6)	58,9
Tomar (7)	63
Santarém (8)	64,5
Alcanena (9)	65,1
Coruche (10)	65,4
Abrantes (11)	67,3
Ourém (12)	68,2
Rio Maior (12)	68,2
Salvaterra de Magos (13)	68,9
Benavente (14)	69,9
Sardoal (15)	71,3
Golegã (16)	73
Alpiarça (17)	74
Entroncamento (18)	74,7
Vila Nova da Barquinha (19)	75
Cartaxo (20)	78,8
DISTRITO	66,1

Fonte: Ministério da Educação, Departamento de Avaliação, Prospectiva e Planeamento

Nota: Os números a seguir ao concelho (nº) representam o *ranking* distrital no sentido ascendente

No conjunto dos vários concelhos, a taxa média de aproveitamento é de 66.1%, enquanto que do Continente é de 63%. Os concelhos que estão melhor posicionados no ranking distrital são Entroncamento, Vila Nova da Barquinha e Cartaxo, os que revelam valores mais baixos são Constância, Mação e Chamusca.

A nível de NUTS III a Lezíria ocupa a 2ª posição num ranking de 28 posições e o Médio Tejo a 8ª posição em termos de melhor aproveitamento escolar no secundário, colocando-nos em posição algo vantajosa face ao panorama nacional, mas não menos preocupante a tendência evidenciada pela evolução do sistema de ensino e pelos baixos níveis de instrução da população.

O insucesso, a retenção e o abandono escolares parecem revelar alguns dos principais pontos de bloqueio do sistema educativo. Este evidencia diferenças relativas ao desenvolvimento de competências e de valores durante a infância que seriam urgentes esbater de forma a assegurar maior equidade social. A estes problemas estão associadas situações sociais adversas, tais como pobreza e exclusão, pelo que é necessário perceber as dinâmicas destes fenómenos educativos.

As informações podem ser obtidas a partir de duas fontes:

- XIV Recenseamento Geral da População, relativo ao ano de 2001, publicado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), a partir do qual poderão ser extraídos dados para quatro indicadores essenciais:
 1. **Taxa de abandono escolar** – total de indivíduos com 10-15 anos que não concluíram o 3º ciclo e não se encontram a frequentar a escola, por cada 100 indivíduos do mesmo grupo etário;
 2. **Taxa de saída antecipada** – total de indivíduos com 18-24 anos que não concluíram o 3º ciclo e não se encontram a frequentar a escola, por cada 100 indivíduos do mesmo grupo etário;
 3. **Taxa de saída precoce** – total de indivíduos com 18-24 anos que não concluíram o ensino secundário e não se encontram a frequentar a escola, por cada 100 indivíduos do mesmo grupo etário.
 4. **Retenção** - total dos efectivos escolares que permanecem, por razões de insucesso ou de tentativa voluntária de melhoria de qualificações, no ensino básico (1º, 2º e 3º ciclos), por cada 100 alunos que iniciaram esse mesmo ensino.
- Estatísticas da Educação, relativas ao ano lectivo de 1999/2000, publicados pelo Departamento de Avaliação, Planeamento e Prospectiva do Ministério da Educação.

A nível nacional, os resultados apurados podem ser sintetizados no seguinte quadro, no qual se faz também referência aos valores do Recenseamento de 1991:

Quadro XL – Taxas de abandono por idades, dos 10 aos 15 anos (%)

PORTUGAL		
Idades	1991	2001
10	3.5	0.0
11	4.2	1.4
12	5.0	1.7
13	9.9	2.2
14	19.5	3.4
15	29.2	7.1
Total: 10-15	12.5	2.7

Fonte: Ministério da Educação, 2003

Da análise da tabela anterior, sobressai a grande evolução entre o período censitário devido, entre outros factores, à adopção da escolaridade obrigatória, não fosse este indicador revelador de um grande atraso estrutural em relação aos nossos parceiros

comunitários, pelo que a recuperação de 9.8% não é satisfatório, visto que em 2001 ainda havia 2.7% da população que não conclui a escolaridade mínima obrigatória. Constatase, também, que são os últimos anos que mais contribuem para o abandono escolar pelo que este poderá ser associado ao insucesso e retenção que acabam, por culminar com o abandono escolar.

Quadro XLI – Saída antecipada e saída precoce (%)

PORTUGAL		
Idades	1991	2001
Saída antecipada	54.1	24.6 (*)
Saída precoce	63.7	44.8

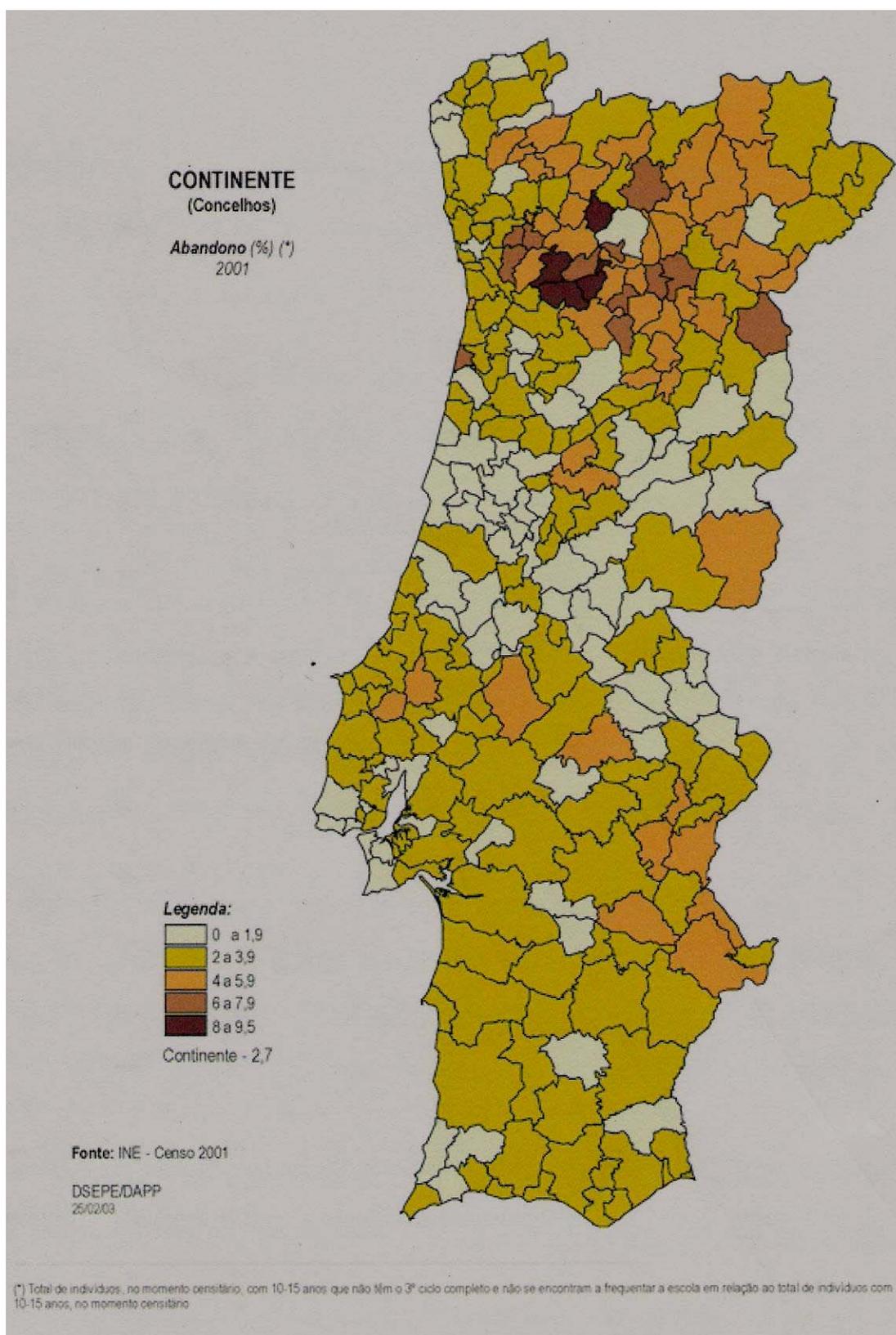
Fonte: Ministério da Educação, 2003

(*) O Entroncamento ocupava a segunda posição de nível mais baixo de saída escolar antecipada.

Muito embora tenha havido progresso em relação à saída antecipada e saída precoce, os valores registados em 2001 ainda colocam Portugal numa posição de manifesto atraso face aos seus parceiros europeus. É também possível concluir que a redução do abandono escolar deslocou os problemas para estes dois indicadores provocando a retenção de alunos até ao 3º ciclo devido à escolaridade obrigatória, enquanto que dos que permanecem no sistema de ensino, 44.8% não termina o ensino secundário. Tal, é bastante preocupante.

Estes números esclarecem a verdadeira dimensão do problema quando decompostos ao nível local e regional.

Figura XVII – Cartograma do Abandono Escolar em 2001, por concelhos



Fonte: Ministério da Educação, Departamento de Avaliação, Prospectiva e Planeamento

Quadro XLII – Abandono Escolar no distrito de Santarém, em 2001

Abandono Escolar (%)	
Concelho	Abandono (%-HM-2001)
Entroncamento (17)	1,2
Mação (16)	1,3
Tomar (15)	1,4
Ourém (14)	1,7
Torres Novas (14)	1,7
Cartaxo (13)	1,9
Vila Nova da Barquinha (13)	1,9
Constância (12)	2,2
Santarém (12)	2,2
Ferreira do Zêzere (11)	2,3
Alpiarça (10)	2,4
Alcanena (9)	2,5
Golegã (9)	2,5
Benavente (8)	2,8
Coruche (7)	3
Salvaterra de Magos (6)	3,1
Abrantes (5)	3,3
Almeirim (4)	3,5
Sardoal (3)	3,7
Rio Maior (2)	4,1
Chamusca (1)	5,2
DISTRITO	2,6

Fonte: Ministério da Educação, Departamento de Avaliação, Prospectiva e Planeamento

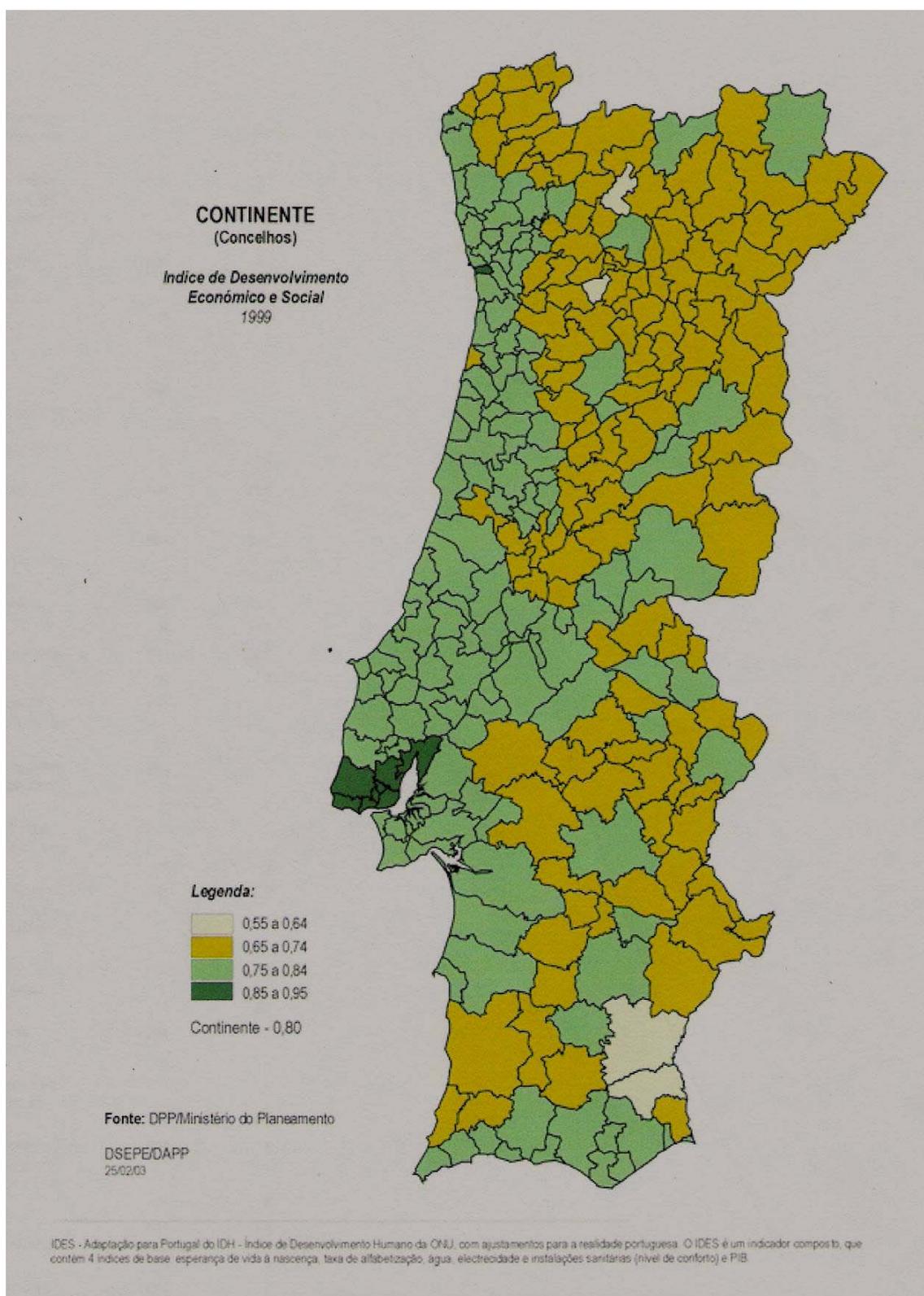
Nota: Os números a seguir ao concelho (nº) representam o *ranking* distrital no sentido descendente

A nível distrital, o valor obtido (2.6%) situa-se na média nacional, sendo, por isso, como já se evidenciou, um valor preocupante.

Pelos valores da tabela acima [Quadro XLI] podemos perceber que ainda existem bastantes concelhos acima daquela fasquia, como seja Benavente, Coruche, Salvaterra de Magos, Abrantes, Almeirim, Sardoal, Rio Maior e Chamusca, sendo estes últimos os mais preocupantes casos de abandono escolar. Por outro lado, alguns concelhos apresentam valores reduzidos como o Entroncamento (1.2%) mas que mesmo assim não apresenta uma taxa nula de crianças em idade de escolaridade obrigatória que não concluíram o 3º ciclo nem se encontravam a frequentar a escola, em 2001.

A situação está mais agravada a jusante do distrito.

Figura XVIII – Índice de Desenvolvimento Económico e Social por concelhos, 1999



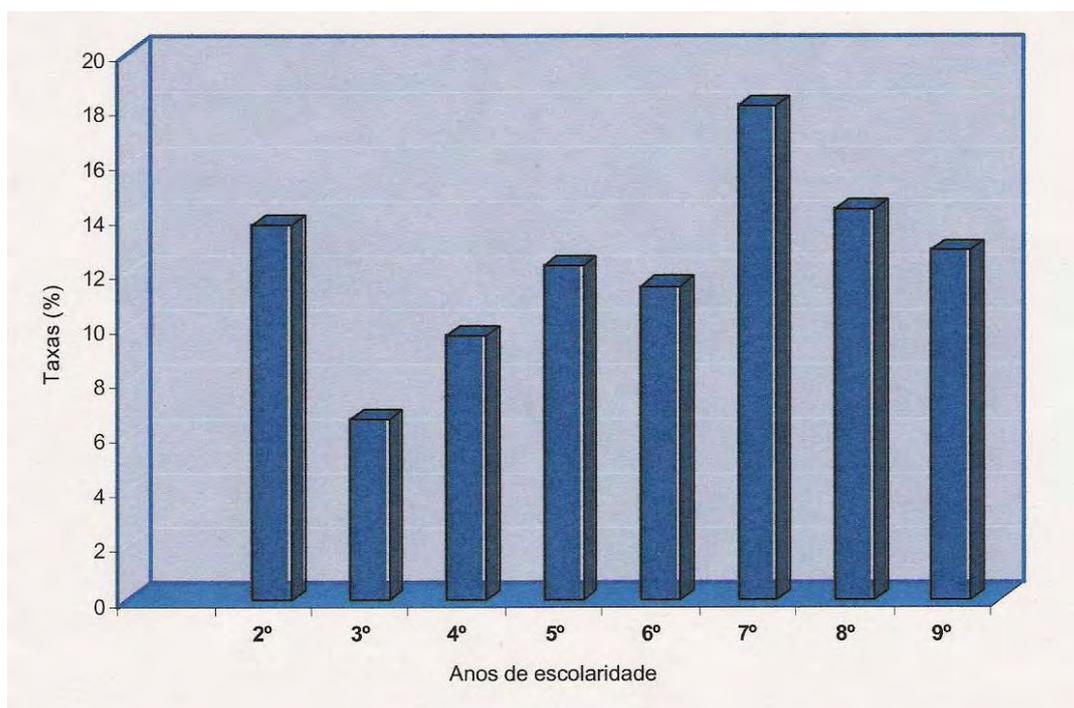
Fonte: Ministério da Educação, Departamento de Avaliação, Prospectiva e Planeamento
A representação cartográfica revela as diferenças regionais e locais ao nível de concelho. A identificação de potenciais factores estruturantes destes fenómenos permite

circunscrever dinâmicas diferenciadas que sustentam lógicas locais e regionais do abandono e das saídas do sistema educativo.

O Ministério da Educação realizou em 2003 o cruzamento de dados territoriais com a sua caracterização sócio-económica, o que permitiu identificar o fenómeno do abandono escolar com as oportunidades de integração precoce no mercado de trabalho e com o insucesso escolar. Foi ainda possível concluir que o abandono escolar está mais associado à idade do que ao ano de escolaridade que se frequenta e é geralmente precedido de histórias de insucesso repetido.

O período correspondente à escolaridade obrigatória obedece a lógicas simbólicas e materiais que quando associadas ao fenómeno do insucesso escolar se traduzem em retenção no sistema de ensino.

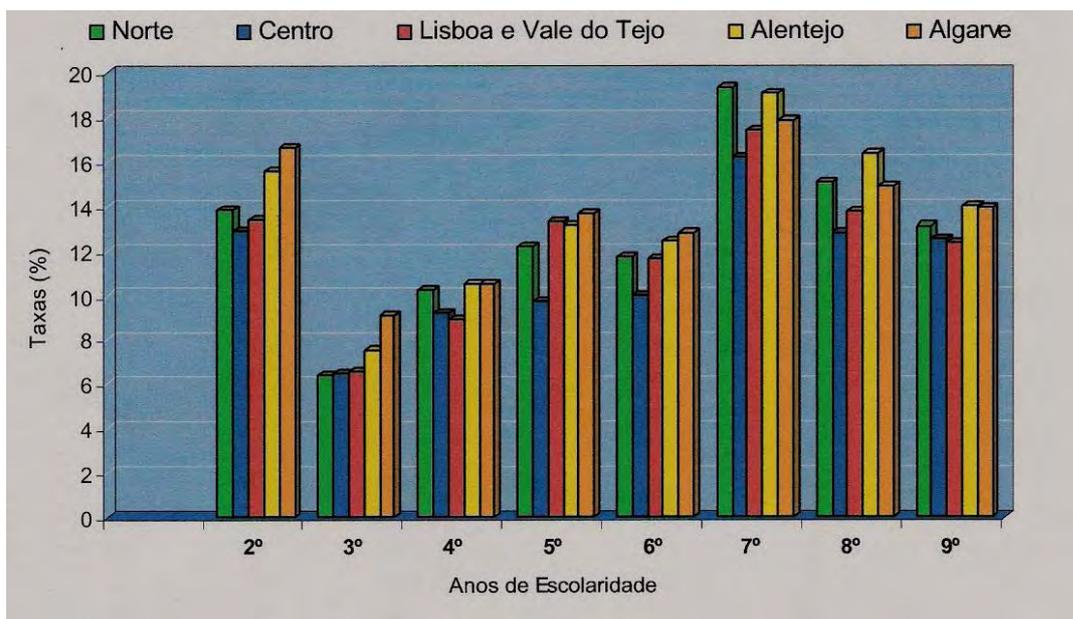
Gráfico XXXI – Taxas de Retenção na Escolaridade Obrigatória, Continente, 1999-2000



Fonte: Ministério da Educação, 2003

A nível nacional, os anos de escolaridade críticos são o 2º, o 5º e o 7º. Esta distribuição é explicada pelo facto de o 2º não ter retenção no precedente, enquanto que os outros dois revelam as dificuldades na passagem de ciclo em especial do último ciclo, evidenciado um sistema de ensino que promove “patamares” de educação, manifestando desfasamentos e desarticulação entre os diferentes níveis de ensino e dificuldades de adaptação a novas escolas a que obriga a segmentação das tipologias. Esta conclusão é confirmada pela relativa distribuição homogénea a nível regional.

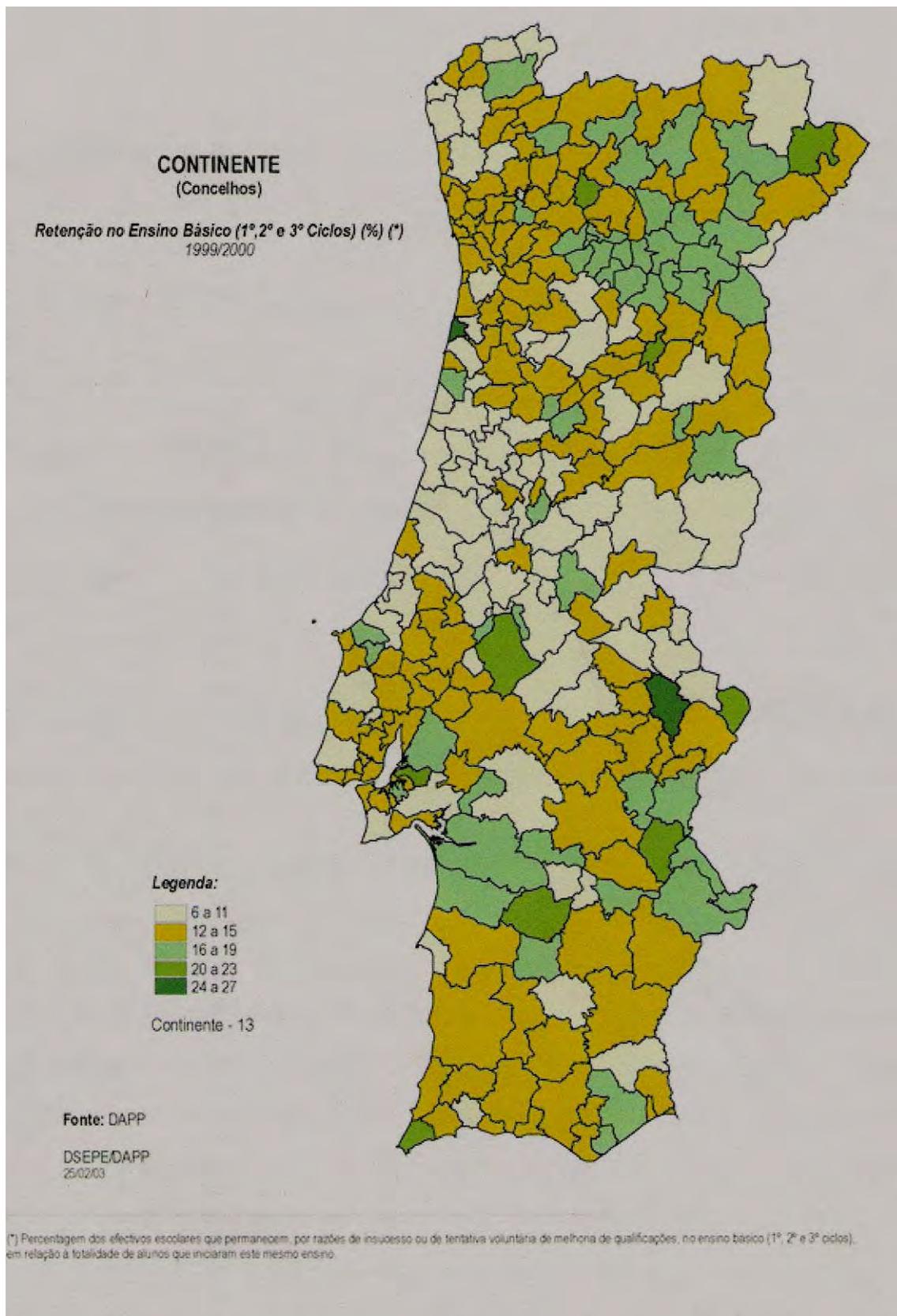
Gráfico XXXII – Taxas de retenção na Escolaridade Obrigatória, NUTS II, 1999-2000



Fonte: Ministério da Educação, 2003

É notório o mesmo padrão de retenção a nível regional, evidenciando os problemas do sistema educativo que se acentuam com contextos sociais adversos do agregado familiar.

Figura XIX – Cartograma da Retenção no Ensino Básico (%), por concelhos, em 1999/2000



Fonte: Ministério da Educação, Departamento de Avaliação, Prospectiva e Planeamento

Figura XX – Cartograma de Saídas precoces (%) do sistema de ensino, por concelhos, em 2001

Fonte: Ministério da Educação, Departamento de Avaliação, Prospectiva e Planeamento

Os fenómenos do insucesso e do abandono escolares como foi possível demonstrar pela sua expressão a nível distrital carecem da definição de estratégias mais incisivas com o contributo de políticas macro, mas, uma vez mais se evidencia a necessidade de todos os agentes sociais regionais e locais darem o seu contributo de forma articulada.

Os baixos níveis de qualificação são um problema transversal ao desenvolvimento da sociedade portuguesa e continuam, apesar do seu crescimento favorável, a ter bastante expressão. O paradigma educacional é outro, os padrões comparativos são mais exigentes. Os principais problemas do sistema educativo do distrito residem no insucesso escolar e na retenção dos efectivos escolares na escolaridade obrigatória. A definição de estratégias de actuação deverá (re)integrar estes efectivos por forma a colmatar este défice, assegurando-lhes simultaneamente uma vocação técnica e profissionalizante. A grande aposta deverá ser nas estratégias de prevenção a nível do pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico e no combate ao trabalho infantil⁴⁴. Este é um fenómeno de dimensão nacional que representa uma entrada precoce na vida activa, normalmente entre os 10 e os 15 anos. Esta entrada precoce na vida activa está normalmente associada ao insucesso e abandono escolar de crianças cujas famílias vivem em precárias condições económicas e assim se dá uma reprodução, através das novas gerações, pela falta de obtenção de níveis de qualificação mais elevados, condenando frequentemente os indivíduos à situação de trabalhadores indiferenciados, característica dos titulares de baixos níveis de instrução. Acresce ainda a falta de condições e a elevada proporção de acidentes de trabalho.

Este fenómeno é difícil de quantificar uma vez que sai fora dos esquemas legais de contratação, o único instrumento disponível são as estatísticas do emprego produzidas pelo INE, apesar das suas limitações já que contemplam o escalão etário 10-14 anos e pelas razões apontadas não é um indicador muito fidedigno. A sua dispersão geográfica está correlacionada com a actividade económica, concentrando-se em especial nas zonas mais industrializadas.

4.3.2.6 Despesas da população com o ensino

Relativamente a este indicador, apenas foi possível obter dados a partir do IOF (Inquérito aos Orçamentos Familiares) realizado pelo INE em 2000. No entanto, a metodologia adoptada por este instrumento não permite desagregar a informação a nível mais baixo que NUTS II. Por se tratar de estimativas feitas com base em amostras, correr-se-ia o risco de perder a fiabilidade necessária.

Neste indicador adoptou-se a referência à Região de Lisboa e Vale do Tejo a que pertenciam os concelhos que fazem parte do distrito de Santarém à data de realização do último IOF. As despesas foram calculadas para os agregados familiares por estrutura de despesas da COICOP (Classificação do Consumo Individual por Objectivo), sendo que para a categoria do “Ensino”, nesta região para a totalidade de agregados familiares, as despesas médias anuais foram de 261 Euros, o que corresponde a uma proporção de

⁴⁴ De acordo com o Código do Trabalho (art. 58.º, nº 1 e nº 2), «é válido o contrato de trabalho celebrado directamente com o menor que tenha completado 16 anos de idade e tenha concluído a escolaridade obrigatória, salvo oposição escrita dos seus representantes legais», «o contrato celebrado directamente com o menor que não tenha completado 16 anos de idade ou não tenha concluído a escolaridade obrigatória só é válido mediante autorização escrita dos seus representantes legais».

1.7% do total das despesas do COICOP. Entre todas as categorias de despesas, o ensino é o que apresenta o mais baixo valor de despesa familiar.

A nível nacional o ensino também ocupa a posição mais baixa, com uma média de 175 Euros, o que faz com que a Região de Lisboa e Vale do Tejo tenha em média uma vantagem de 86 Euros de investimento na educação. Em Portugal as despesas médias com o ensino representam 1.3% das despesas totais em 2000, registando aumentos sucessivos entre 1989 e 1995 de 0.6% e 0.1% respectivamente.

A região em análise evidencia de facto, valores acima da média do país, esta situação poderá ser explicado pelo índice de desenvolvimento socio-económico desta região, mas também pelo tipo e pela localização de alguns dos equipamentos escolares e que podem produzir diferenças mais significativas quando a unidade de análise se desagrega ao nível de concelho.

4.3.2.7 Despesa pública e financiamento escolar

A distribuição das despesas públicas, assim como da acção social escolar pelas diferentes áreas geográficas não foi possível obter, pelo que se fará apenas uma breve contextualização da situação nacional.

Quadro XLIII – Despesas do Ministério da Educação, em 2000

2000		<i>(milhões de euros)</i>	
	Despesa Total	Despesas de Investimento	
1	2	3	
Total	6.190,98	236,22	
Educação Pré-Escolar (1)	312,07	7,85	
Ensino Básico e Secundário	4.359,69	127,90	
1º ciclo do Ensino Básico	907,35	-	
2º e 3º ciclos e Ensino Secundário (2)	3.069,85	126,78	
Ensino Particular e Cooperativo	191,67	-	
Escolas Profissionais (3)	22,82	0,04	
Educação Especial	97,57	1,08	
Educação de Adultos	31,03	-	
Ensino Português no Estrangeiro	39,40	-	
Ensino Superior (4)	1.077,50	86,65	
Universitário	801,73	76,73	
Politécnico	275,77	9,92	
Acção Social Escolar	274,34	9,43	
no Ensino não Superior (5)	113,72	0,49	
no Ensino Superior (4)	160,62	8,94	
Administração e Despesas não repartidas	167,38	4,39	

(1) Inclui os encargos com a componente educativa das IPSS. A despesa de investimento compreende o investimento realizado no âmbito do programa de expansão e desenvolvimento da educação pré-escolar

(2) Inclui os encargos com o ensino nocturno

(3) Não inclui o financiamento dos fundos comunitários às Escolas Profissionais Privadas

(4) Não inclui o financiamento dos fundos comunitários

(5) A partir deste ano inclui os encargos com o pessoal dos refeitórios, que anteriormente estavam considerados em "Ensino Básico e Secundário - 2º e 3º ciclos e Ensino Secundário"

Fonte: Gabinete de Gestão Financeira do Ministério da Educação.

A maior despesa pública com a educação incidiu no Ensino Básico e Secundário, em especial no 2º e 3º ciclos e Ensino Secundário, logo seguido pelo Ensino Superior, com um valor mais elevado no universitário, o que se pode explicar pela estrutura educativa e equipamentos necessários.

O investimento mais elevado também se verificou no 2º e 3º ciclos e ensino secundário devido ao maior nível de recursos necessários, mas note-se que se trata do tipo de ensino mais crítico já que se trata da escolaridade obrigatória e sua continuidade, por isso parte do investimento talvez tenha sido utilizado como *input* para tornar o ensino mais atractivo para este grupo de alunos e assim fixá-lo no sistema de ensino. Quanto à sua distribuição no território, terão, certamente, critérios e orientações diferenciadas na aplicação dos investimentos no sistema educativo em função dos padrões de desenvolvimento a nível regional e local e tendo em consideração as acentuadas assimetrias presentes no território distrital.

O financiamento escolar assume diferentes características, procurando colmatar as necessidades dos alunos em função da categoria socio-económica do agregado familiar de pertença, numa tentativa de promover a inclusão de alunos em situações de maior carência económica, intervindo no âmbito do combate à exclusão social, igualdade de oportunidades no acesso à educação. Tem por objectivo dotar o indivíduo de condições que lhe permitam a sua permanência no sistema de ensino.

Conforme definido pelo Ministério da Educação⁴⁵, tem por objecto a generalidade dos alunos dos ensinos básico e secundário que frequentam escolas públicas ou particulares ou ainda cooperativas em regime de contrato de associação e paralelismo pedagógico, com fixação de preços acessíveis à generalidade dos alunos e que se traduz em serviços de alimentação (refeitório, bufetes, leite escolar), seguro escolar, papelarias, alojamento e transportes escolares (em parcerias com as autarquias), quer a concessão de auxílios económicos aos alunos com menores recursos económicos, sob a forma de subsídios escolares, isenção ou redução de propinas, ou redução de taxas dos serviços de acção Social Escolar (ASE).

Os Auxílios Económicos Directos (AED) são formas de apoio individualizado aos alunos com carências socio-económicas, com necessidade de participações monetárias para fazer face às despesas correntes da frequência escolar. As condições de acesso são fixadas anualmente através do limite de rendimento familiar *per capita* para escalonamento dos alunos a subsidiar até 100% (escala A), 50% (escala B), bem como os *plafonds* para participação em livros e material escolar, alimentação, alojamento e actividades de complemento curricular.

Relativamente ao apoio aos alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE), quando integrados no ensino regular, têm um único escalão de capitação cujo valor é equiparado ao ordenado mínimo nacional estipulado anualmente. Estes alunos têm direito a material específico quantificado pelo professor de apoio educativo e a transportes até 3 Km para frequência de sala de apoio, além de todos os subsídios usufruídos pelos alunos integrados no escalão A.

As bolsas de mérito são destinadas aos alunos do ensino secundário subsidiados pelo escalão A ou B e com média igual ou superior a 4 no 9º ano e média de 15 valores no 10º ano aos alunos que revelem mérito escolar, mediante análise da condição económica da respectiva família.

No ensino superior, no âmbito da promoção da igualdade de oportunidades, está previsto o financiamento dos alunos com menores recursos materiais, bem como o

⁴⁵ <http://www.drel.min-edu.pt>

alargamento dos apoios prestados aos alunos no âmbito da acção social, a discriminação positiva do mérito académico, em particular dos alunos mais carenciados e o apoio à criação e desenvolvimento de condições adequadas ao ensino dos estudantes portadores de deficiência física ou sensorial.

O organismo responsável pela Acção Social do Ensino Superior é a FAE. A Acção Social Escolar registou em 2000 uma despesa de 274,34 milhões Euros, correspondente a 4.4% da despesa total do ME e um investimento total de 9,43 milhões Euros. O Ensino Superior obteve a maior despesa e investimento comparativamente ao Ensino não Superior, evidenciando a sua importância e procura de aumento dos padrões de qualidade.

Existem diversas instituições – ONG's que no terreno intervêm na população em idade escolar, bem como para a população em idade activa, no entanto, este apoio social será desenvolvido na segunda parte deste trabalho aquando do diagnóstico das diferentes entidades consideradas.

Quando alargada a série cronológica de análise verifica-se a que despesa pública com a educação teve de acompanhar o crescimento deste sector. «A preços constantes de 1990, o orçamento subiu de 80,8 milhões de contos para 651,4 em 1997. A preços correntes, a rubrica ultrapassou os mil milhões de contos em 1999. O que representava apenas 1.5% do produto em 1972 é agora mais de 5,5%. Foi no conjunto da função social do Estado, o sector cujos orçamentos mais subiram. Apesar desta evolução, a comparação com os restantes países europeus revela ainda profundos atrasos.» ... «Finalmente a despesa pública revela que Portugal está entre os países em que é mais alta a percentagem do produto gasta com a educação.»⁴⁶.

Dada a importância estratégica da educação no desenvolvimento do país e sua paridade face aos parceiros comunitários combatendo os atrasos estruturais, o investimento na qualificação da população portuguesa, a valorização do factor humano já é um desígnio nacional. A promoção da qualificação e desenvolvimento de recursos humanos através da articulação entre a educação e a formação permite atenuar assimetrias sociais e regionais. Contudo, a sua eficácia depende da forma como está implementada no terreno. As ONG's de solidariedade social também aqui poderão ter um papel fulcral, ao funcionarem como agências de observação da realidade e como grupos de pressão, mas também devem ser agentes da mudança colmatando as necessidades da população.

⁴⁶ BARRETO, António (org), *A Situação Social em Portugal 1960-1999*, Lisboa, ICS, 2000, pp. 45-46.

Potencialidades

■ O Entroncamento apresentava uma taxa de analfabetismo reduzida (1.2%), mas mesmo assim não apresentava uma taxa nula de crianças em idade de escolaridade obrigatória que não concluíram o 3º ciclo nem se encontravam a frequentar a escola, em 2001.

Constrangimentos

- Graves carências em termos de escolarização e qualificação.
- A população adulta do distrito possui na sua maioria 4 anos de escolaridade.
- Baixo grau de frequência do ensino privado.
- Rede de ensino pré-escolar não abrange todas as freguesias do distrito.
- A taxa de analfabetismo no distrito (12.0%) embora tenha registado uma descida significativa durante o período intercensitário de 3.4%, ainda se encontra 3% acima da média nacional (9.0%), o que já é significativamente relevante.
- Benavente, Coruche, Salvaterra de Magos, Abrantes, Almeirim, Sardoal, Rio Maior e Chamusca, apresentam maior debilidade em casos de abandono escolar.

Oportunidades

■ A nível de NUTS III a Lezíria ocupa a 2ª posição num ranking de 28 posições e o Médio Tejo a 8ª posição em termos de melhor aproveitamento escolar no secundário, colocando-nos em posição algo vantajosa face ao panorama nacional.

■ Valorização do factor humano através do investimento na qualificação da população, quer em idade escolar, quer em idade activa, bem como no reforço do ensino generalizado do pré-escolar e o combate ao trabalho infantil.

Ameaças

■ Vincadas assimetrias nos níveis de instrução entre o litoral/interior e norte/sul, apontando para a necessidade de redução das disparidades intra-regionais e para o aumento da coesão entre o Médio Tejo e a Lezíria do Tejo, bem como entre os vários concelhos que as integram.

Ao nível concelhio constata-se que na educação, o factor urbano assume importância, dada a importância generalizada dos municípios sede de concelho, a que não é indiferente a localização dos equipamentos de maior dimensão.

■ A distribuição dos alunos matriculados nos estabelecimentos escolares da região por níveis de ensino revela que o maior défice regional face aos valores do Continente se situa no ensino superior.

■ Uma tendência bastante preocupante que foi possível apurar foi a redução de alunos que frequentam o 3º Ciclo e o ensino secundário e que se estende, de uma forma geral, a todo o território nacional, afastando o distrito e Portugal dos valores desejados.

Refira-se que dois anos lectivos não é um período de referência suficientemente alargado para se aperceberem profundas mudanças sociais, no entanto, podemos aperceber-nos de tendências do sistema de ensino. O decréscimo da população escolar em quase todos os níveis de ensino também poderá evidenciar a quebra de natalidade, enquanto que o aumento de frequência nos níveis extremos – ensino pré-escolar e ensino superior poderá estar correlacionada com factores de ordem socio-económica.

Ameaças

■ Os principais problemas do sistema educativo do Distrito residem no insucesso escolar e na retenção dos efectivos escolares na escolaridade obrigatória. A definição de estratégias de actuação deverá (re)integrar estes efectivos por forma a colmatar este défice, assegurando-lhes simultaneamente numa vocação técnica e profissionalizante, mas a grande aposta deverá ser nas estratégias de prevenção a nível do pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico e no combate ao trabalho infantil.

4.3.3 – Protecção Social

Pretende-se neste capítulo, criar bases de reflexão sobre a dinâmica de planeamento de intervenção social para a erradicação da pobreza e exclusão social, desde a sua concepção, com a definição de objectivos bem consistentes, a sua missão, os recursos materiais e humanos a afectar e a sua operacionalização e posterior avaliação sistemática de resultados.

Não é possível avaliar dinamicamente a vulnerabilidade à exclusão social sem ter em conta o papel do Estado, através do seu sistema de protecção social e de instituições diversas no combate à pobreza.

O sistema público de segurança social passou por um crescimento muito significativo em 4 décadas. Em 1960 era praticamente incipiente, enquanto que nos finais dos anos 90 estava muito próximo da sua universalização⁴⁷, o que só foi possível com a criação do regime não contributivo em 1974.

As dinâmicas do desenvolvimento demográfico, já tratadas neste estudo, bem como a subida da taxa de desemprego provocada pelo extensivo período de recessão económica e a alteração do próprio paradigma da economia para a *e-economy*, em que a tecnologia e o conhecimento se unem, apresentam grandes desafios para o sistema e colocam-no bastante dependente de ONG's de solidariedade social na área do combate à pobreza e exclusão social.

A avaliação genérica das políticas sociais deve ter em conta a distribuição das diferentes medidas de protecção por três níveis distintos de intervenção: políticas sociais globais (regime geral e regime especial), medidas compensatórias específicas destinadas a categorias sociais vulneráveis (regime não contributivo) e medidas directas de assistência a situações de pobreza (acção social) e ainda o regime social voluntário que se destina a dar protecção aos indivíduos que não exerçam qualquer actividade profissional (ex. RSI) criado no âmbito do combate à exclusão social.

Em Portugal, a maioria das medidas institucionais de protecção social passa pela segurança social. No entanto, importa referir que, apesar das profundas alterações que o sistema de protecção social tem vindo a sofrer, ainda não se encontra verdadeiramente consolidado o Estado Providência.

Neste âmbito, o Estado tem vindo a incentivar e apoiar a actividade de instituições privadas de solidariedade social – neste estudo designadas por ONG's de solidariedade social.

Para além da segurança social, existem outros domínios de intervenção estatal que têm repercussões importantes na condição de vida das categorias mais vulneráveis à pobreza, tais como:

- O IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional que intervém na área do emprego, responsável pela (re)integração no mercado de trabalho através da realização de acções de formação profissional, a atribuição de incentivos para a criação de emprego em especial de jovens, deficientes e empregados de longa duração;
- A ASE – Acção Social Escolar que actua no domínio da educação, refira-se o alargamento da escolaridade obrigatória para 12 anos, promovendo a fixação dos indivíduos ao sistema de ensino e o sucesso escolar, bem como o apoio socio-económico aos alunos mais carenciados;

⁴⁷ BARRETO, António (org), “Portugal e a Europa: quatro décadas” in *A Situação Social em Portugal 1960-1999*, Lisboa, ICS, 2000, p. 51.

- A ANEFA – Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos, que actua ao nível da qualificação e formação ao longo da vida no âmbito do combate ao abandono escolar;
- O INH – Instituto Nacional da Habitação e o IGAPHE – Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado, que têm a responsabilidade de criar habitação social e rendas sociais e o controlo da habitação a preços controlados através dos empréstimos a juros bonificados a cooperativas, empresas privadas ou câmaras municipais, a reparação de prédios degradados e o realojamento de populações residentes em barracas, ainda neste âmbito, refiram-se programas e medidas como o PER (Programa Especial de Realojamento para as Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto) criado ao abrigo do Decreto-Lei nº 163/1993;
- O URBAN – Centro de Estudos de Urbanismo e de Arquitectura;
- O SNS – Serviço Nacional de Saúde tem a competência de assegurar o acesso de todos os cidadãos aos seus serviços e equipamentos, no entanto, ainda se registam graves carências no que diz respeito à sua implementação, como já se abordou no capítulo referente à *saúde*. No domínio da justiça as políticas de discriminação positiva das categorias mais vulneráveis à pobreza são praticamente inexistentes ⁴⁸.

⁴⁸ ALMEIDA, João Ferreira *et al*, *Exclusão Social: Factores e Tipos de Pobreza em Portugal*, Celta, Oeiras, 1994.

4.3.3.1. Equipamentos sociais

Quadro XLIV – Equipamentos Sociais no Distrito/NUTSIII/concelhos, em 2002

NUTS	Equipamentos Sociais					
	TOTAL	Creche ⁴⁹	Lar de Idosos	Centro de Dia	Habitantes	Equipamentos <i>per capita</i>
CONCELHOS	Nº					%
Distrito	211	54	55	102	475.364	0,043
Médio Tejo	121	24	36	61	234.532	0,054
Abrantes	22	6	4	12	42.235	0,052
Alcanena	12	3	2	7	14.600	0,082
Constância	4	2	1	1	3.815	0,105
Entroncamento	3	1	1	1	18.174	0,017
Ferreira do Zêzere	7	1	2	4	9.422	0,074
Mação	11	1	3	7	8442	0,130
Ourém	21	3	6	12	46.216	0,045
Sardoal	3	1	1	1	4.104	0,073
Tomar	17	3	8	6	43.006	0,040
Torres Novas	17	3	5	9	36.908	0,046
Vila Nova da Barquinha	4	-	3	1	7.610	0,053
Lezíria do Tejo	90	30	19	41	240.832	0,037
Almeirim	8	4	1	3	21.957	0,036
Alpiarça	2	-	1	1	8.024	0,025
Benavente	8	3	2	3	23.257	0,034
Cartaxo	10	3	2	5	23.389	0,043
Chamusca	5	1	1	3	11.492	0,044
Coruche	9	3	2	4	21.332	0,042
Golegã	4	1	1	2	5.710	0,070
Rio Maior	8	1	1	6	21.110	0,038
Salvaterra de Magos	12	3	4	5	20.161	0,060
Santarém	24	11	4	9	65.563	0,037

Fonte: INE/CESAP, 2002

Em termos de equipamentos, verifica-se a ausência de creches em Vila Nova da Barquinha e Alpiarça. O Entroncamento apenas dispõe de 1 equipamento para cada categoria, o que poderá evidenciar uma real carência de equipamentos, em especial de creches, se considerarmos que é o concelho mais rejuvenescido do distrito.

⁴⁹ O conceito de *creche*, segundo o INE, engloba o equipamento socio-educativo destinado a acolher crianças dos 3 meses aos 3 anos durante o período diário de impedimento das famílias por motivos de ordem profissional ou outros.

Em termos gerais o Médio Tejo está melhor equipado do que a Lezíria do Tejo, sendo que os concelhos melhor dotados são os que registam taxas populacionais mais elevadas, com a excepção já mencionada do Entroncamento e a Golegã, que apesar do baixo volume populacional dispõe de 2 centros de dia. Esta ocorrência de disparidades entre as áreas rurais e urbanas em termos de défices em infra-estruturas e equipamentos sociais básicos, promove a exclusão social da sua população residente ou a procura deste tipo de equipamentos noutras freguesias melhor apetrechadas. No entanto, nas áreas urbanas assiste-se a novas formas de marginalidade e exclusão resultante de uma maior fragmentação social.

Quadro XLV – Distribuição dos Equipamentos Sociais por público-alvo, 2002

DISTRITO	Freguesias	Cobertura Freguesia (%)		
		Creche	Lar de Idosos	Centro de Dia
Equipamentos				
211	201	26.9%	27.4%	50.7%
			78.1%	

Fonte: INE/CESAP, 2002

No âmbito dos equipamentos de apoio à primeira infância, o distrito apresenta uma cobertura de 26.9% das freguesias. Ao nível de equipamentos de apoio à terceira idade distribui-se por 78.1% das suas freguesias. Esta distribuição equivale a 25.6% da totalidade de equipamentos sociais relativamente a creches, 26.1% a lares de idosos e 48.3% a centros de dia. Pelo que se conclui que a nível distrital existe uma melhor, não óptima, estrutura de apoio à terceira idade, enquanto que a primeira infância necessita de alargamento do seu espectro de oferta, dadas as limitações provocadas pela inexistência deste tipo de equipamento em várias freguesias.

De acordo com os valores da Carta Social de 2001, o distrito de Santarém encontra-se bem posicionado relativamente à sua distribuição percentual em termos de equipamentos, quando comparado com outros distritos. Apenas apresentam valores superiores, por ordem crescente do número de equipamentos disponíveis, os seguintes distritos: Aveiro, Coimbra, Braga, Setúbal, Porto e Lisboa.

Muito embora sejam considerados equipamentos sociais, «toda a estrutura física onde se desenvolvem as diferentes respostas sociais ou estão instalados os serviços de enquadramento às respostas que se desenvolvem directamente junto dos utentes como, por exemplo, as amas e as creches familiares, o apoio ocupacional domiciliário para deficientes, as equipas de apoio social directo para toxicodependentes, ou o apoio domiciliário para deficientes, pessoas infectadas com VIH/Sida e idosos.»⁵⁰.

⁵⁰ Carta Social, Ministério da Solidariedade Social e do Trabalho, DEPP, 2001..

As infra-estruturas de acção social no distrito ultrapassam os valores médios nacionais, colocando-o bem posicionado, tendo este nível sido atingido sobretudo com a contribuição dos equipamentos de apoio à terceira idade.

4.3.3.2. Despesas e receitas da protecção social

Quadro XLVI – Despesas de Protecção Social por habitante, em Portugal, 1995-2001

Despesas de protecção social per capita							
							Unid: Euros
Anos	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
1	2	3	4	5	6	7	8
Desp. Prot. Social / Pop. Residente	1 9081	8762	0412	2932	5272	708	2 979

Fonte: INE/População residente - Estimativas da população residente, em 31 de Dezembro.

A análise das **despesas com a protecção social** permite constatar a concretização do alargamento do sistema. A despesa anual com a segurança social por habitante cresceu entre 1995-2001, à excepção de 1996, em que se verifica uma ligeira quebra, para novamente voltar a crescer no ano seguinte.

Quadro XLVII – Despesas da Protecção Social, por natureza, em Portugal, 2000-2001

Despesas da protecção social, por natureza			
			Unid: 10 ³ Euros
Natureza	Anos	2000	2001
1		2	3
TOTAL		27 794 149	30 788 079
Prestações sociais		23 719 973	25 816 905
Custos de funcionamento		699 381	798 299
Outras despesas		2 154 801	2 779 443
Transferências		1 219 994	1 393 432

Fonte: Inquérito à Protecção Social (INE)

Entre 2000 e 2001 verifica-se um aumento das prestações totais de protecção de 2.096.932.000 Euros. Da totalidade de prestações, as funções de velhice e invalidez e a saúde (invalidez e doença) são as que mais contribuem para o valor total das prestações, tendo estas duas categorias registado crescimento. A única categoria que registou decréscimo foi a *exclusão social* o que poderá estar relacionado com alterações nas condições de acesso a esta função. Destaque-se também a subida considerável na função de habitação o que se relaciona com a política de erradicação de barracas e de realojamento social e no aumento das rendas sociais.

Quadro XLVIII – Receitas da Protecção Social, por natureza, em Portugal, 2000-2001

Receitas da protecção social, por natureza		
Unid: 10 ³ Euros		
Natureza	Anos	
	2000	2001
1	2	3
TOTAL	27 113 032	29 395 921
Quotizações da Entidade Patronal	9 209 110	10 314 693
Quotizações da Pessoa Protegida	4 505 432	4 990 287
Contribuições Públicas	10 129 377	10 516 563
Outras	2 049 119	2 180 946
Transferências	1 219 994	1 393 432

Fonte: Inquérito à Protecção Social (INE)

Face a 2000, verifica-se um aumento geral das **receitas de protecção social**, em especial nas quotizações da entidade patronal. O aumento total das receitas da protecção social foi de 2.282.889.000 Euros, o que permitiu atingir um resultado positivo de 185.957.000 Euros, em que o orçamento conseguiu fazer face às despesas e cresceu de forma pouco significativa. Embora não se possa considerar que tenha havido um reforço, também não houve agravamento da situação orçamental.

4.3.3.3 Doença e maternidade

Quadro XLIX – Montante líquido processado com prestações de Doença e Maternidade por centro distrital e tipo de subsídio, em 2002

							(milhares €)
			Subsídio por Doença	Subsídio por Maternidade	Subsídio por Paternidade	Subsídio por Licença Parental	total
	Outras Doenças	Tuberculose	total				
total	463 677	5 440	469 117	151 972	4 473	5 986	631 548
Aveiro	37 292	339	37 631	10 467	411	466	48 975
Beja	2 164	30	2 194	1 080	17	20	3 311
Braga	35 930	389	36 319	11 556	378	723	48 976
Bragança	1 998	32	2 030	583	7	1	2 621
Castelo Branco	3 310	59	3 369	1 686	54	59	5 168
Coimbra	11 339	60	11 399	4 516	120	137	16 172
Évora	4 175	14	4 189	1 632	87	14	5 922
Faro	9 094	70	9 164	4 674	197	-	14 035
Guarda	4 375	64	4 439	1 398	29	13	5 879
Leiria	16 231	71	16 302	5 724	144	194	22 364
Lisboa	131 759	1 751	133 510	52 046	1 309	2 076	188 941
Portalegre	2 570	13	2 583	1 216	22	14	3 835
Porto	124 976	1 748	126 724	30 759	970	1 343	159 796
Santarém	14 504	56	14 560	4 227	136	170	19 093
Setúbal	27 173	407	27 580	7 977	253	452	36 262
Viana do Castelo	5 835	76	5 911	2 439	85	111	8 546
Vila Real	4 501	41	4 542	1 484	29	11	6 066
Viseu	10 584	130	10 714	3 180	126	121	14 141
R. A. Açores	7 337	60	7 397	2 390	68	24	9 879
R. A. Madeira	8 530	30	8 560	2 938	31	37	11 566

notas Montantes processados ao longo do ano
(-) dado não disponível

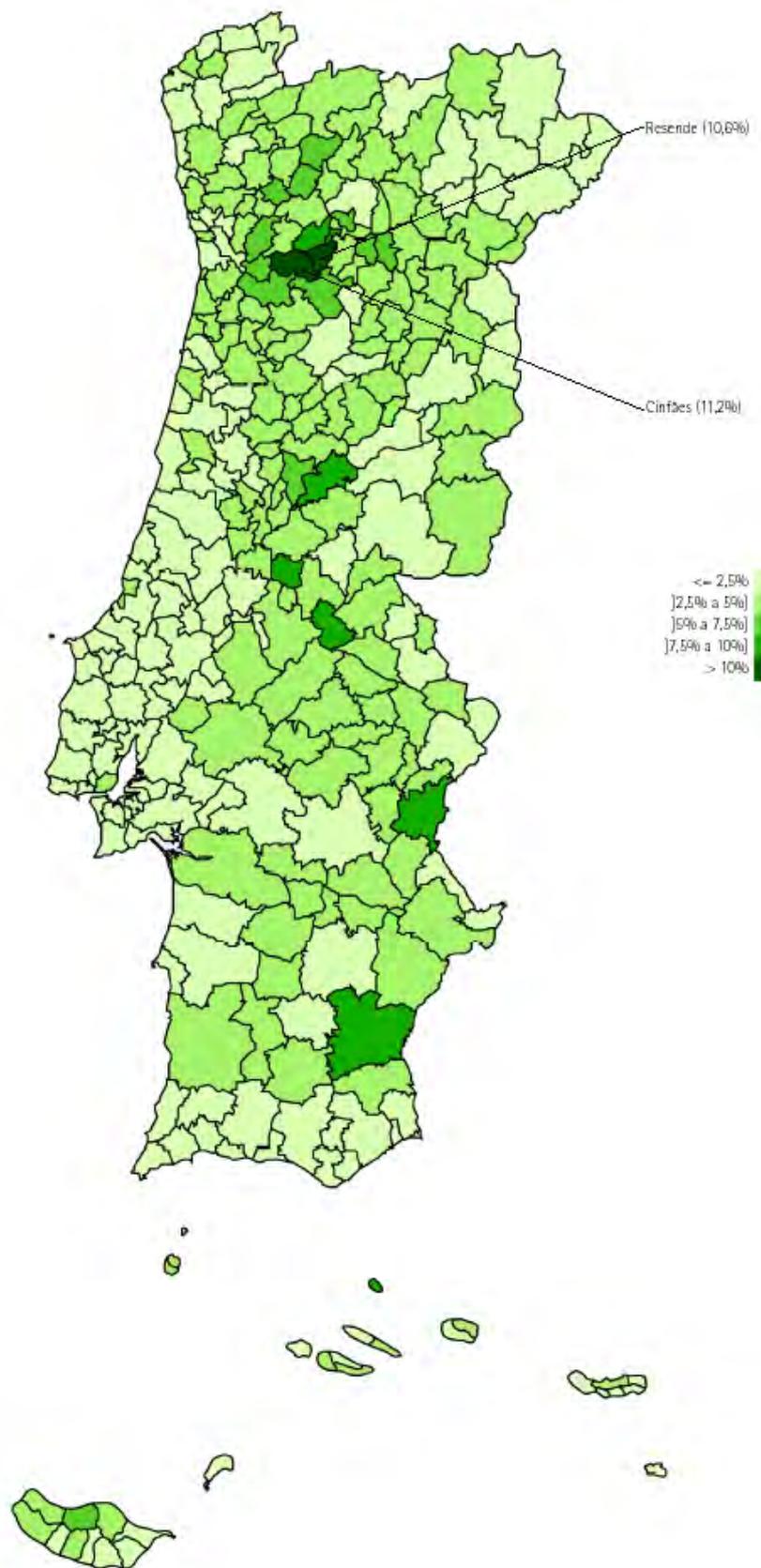
Fonte: Segurança Social/IIES

O montante despendido com a função “Saúde” teve um aumento real de 34,5% entre 1995 e 1999⁵¹.

Em 2002 foi processado no distrito de Santarém o montante líquido de 14.560.000 Euros correspondente a prestações de doença. O 7º distrito que maior montante de subsídio de doença atribuiu, entre a totalidade dos 18 distritos e 2 regiões autónomas. Aquele valor equivale a 3.1% do total nacional distribuído a este tipo de subsídio.

⁵¹ Portugal Social 1991-2001, INE.

Figura XXI – Beneficiários com subsídio por *outras doenças* em Dezembro de 2002 face à população activa por concelho de residência



Fonte: Segurança Social/IIES

A maior concentração proporcional de beneficiários relativamente à população registada nos concelhos que revelam maior interioridade, o que poderá estar correlacionado com as variáveis demográficas como o envelhecimento demográfico e as alterações na estrutura da população activa com a diminuição do grupo correspondente à população activa, o que vai contribuir para empolar estes valores naquelas áreas. Refiram-se os concelhos de Salvaterra de Magos, Coruche, Chamusca, Abrantes, Sardoal ou Mação.

Quadro L – Variação do nº de beneficiários com subsídio por *outras doenças* em 2002 face a 2001 por centro distrital

Centro distrital	%
Faro	5,3
Guarda	3,0
Porto	2,8
Portalegre	0,0
Beja	-0,8
Viana do Castelo	-1,2
Évora	-2,0
Coimbra	-3,8
Aveiro	-4,2
Santarém	-4,3
B. A. Madalva	-4,8
Viseu	-6,7
PORTUGAL	-6,9
Vila Real	-6,9
B. A. Açores	-7,8
Castelo Branco	-8,2
Lisboa	-12,5
Setúbal	-12,6
Bragança	-16,9
Braga	-17,0
Ledra	-17,1

Fonte: Segurança Social/IIES

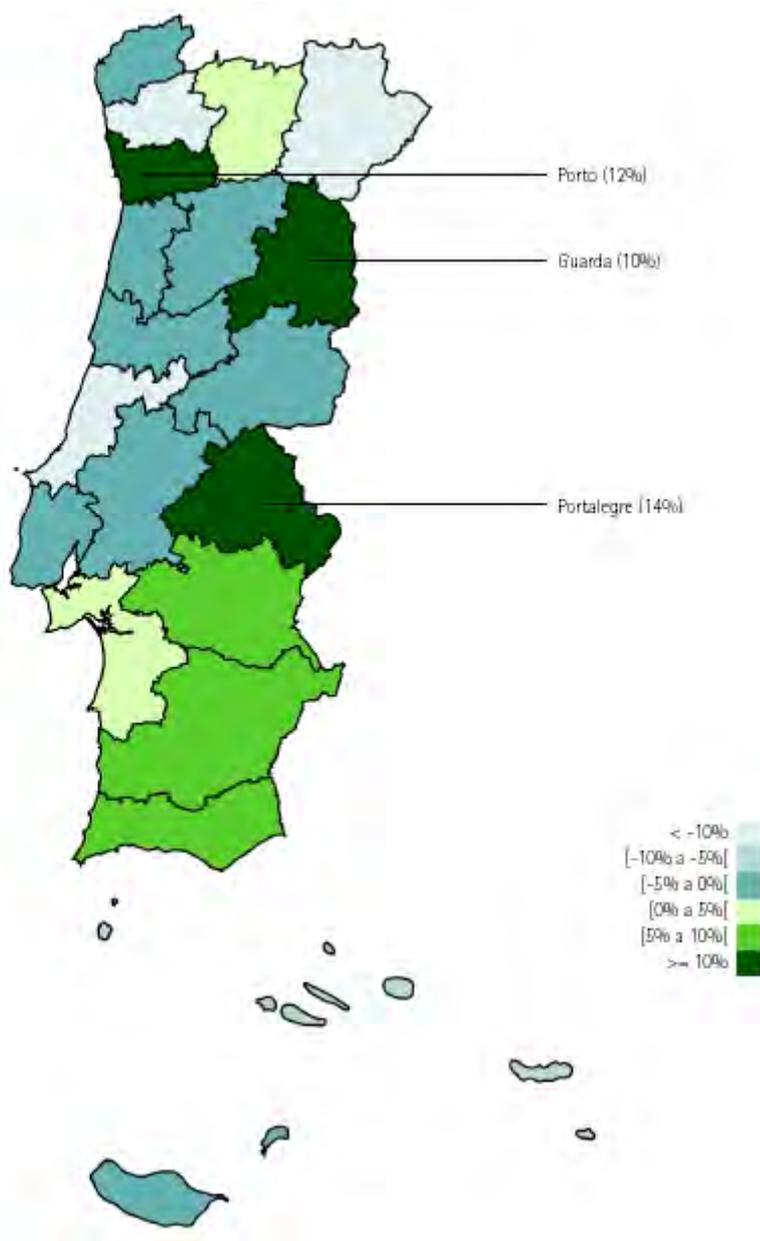
De 2001 para 2002, registou-se a nível nacional, um decréscimo de 6.9% do número de beneficiários com subsídio por outras doenças. Apenas 3 centros distritais (Faro, Guarda e Porto) verificaram um aumento do número de beneficiários. Santarém obteve uma taxa de variação de - 4.3% o que o coloca numa tendência de redução do número de beneficiários de *outras doenças*.

Os subsídios com a *maternidade* tiveram um valor absoluto de 4.227 Euros, o que corresponde a um valor relativo de 22.1% do total da despesa com a doença e maternidade, enquanto que o subsídio de paternidade corresponde a 0.7% e por licença parental de 0.9%.

O distrito de Santarém ocupava, em 2002, a 9ª posição no *ranking* de despesas com a protecção social nesta tipologia de funções.

Comparativamente aos restantes distritos, Santarém ocupava o 7º lugar no que respeita a despesas com a protecção social com a função *saúde e maternidade*.

Figura XXII – Variação do número de beneficiários por maternidade em 2002 face a 2001 por centro distrital



Fonte: Segurança Social/IIES

Quadro LI – Beneficiários por maternidade face à população activa feminina em 2002 por centro distrital

Centro distrital	%
Porto	4,2
Braga	3,9
R. A. Açores	3,7
R. A. Madeira	3,7
Aveiro	3,7
Viana do Castelo	3,4
Lisboa	3,3
PORTUGAL	3,3
Leiria	3,3
Faro	2,9
Viseu	2,9
Portalegre	2,8
Santarém	2,6
Coimbra	2,6
Évora	2,6
Castelo Branco	2,6
Guarda	2,5
Vila Real	2,4
Beja	2,1
Setúbal	2,0
Bragança	1,4

Fonte: Segurança Social/IIES

A nível nacional o número de beneficiários com subsídio por maternidade decresceu 1% em 2002.

A proporção de beneficiários por subsídio de maternidade em relação à população feminina em idade activa no distrito de Santarém era de 2.6%, o que comparativamente aos restantes distritos, o coloca numa posição ligeiramente abaixo da média nacional (3.3%). Note-se que a taxa de natalidade em Santarém é inferior à média nacional.

A nível distrital, destaque para as despesas com a função *saúde* que estão acima da média nacional. Embora esta variável se encontre bastante agregada, seria interessante num outro âmbito, num outro estudo, perceber as causas, a fim de se actuar a nível de prevenção destas ocorrências. Destaque-se o aspecto evidenciado pela associação entre a maior concentração proporcional de beneficiários e os concelhos que revelam maior interioridade.

A função *maternidade* encontra-se numa posição intermédia face aos restantes centros distritais, relativamente às despesas com a protecção social desta função.

4.3.3.4. Pensões

As pensões diferem bastante em função da sua natureza. Em 2003, no distrito de Santarém, a pensão média anual de invalidez foi de 3.392,84 Euros, de velhice foi de 3.591,96 Euros e de sobrevivência de 1.938,41, o que equivale a um montante médio mensal de 260,99 Euros, 276,30 Euros e de 149,11 Euros respectivamente.

No final de 2003, existiam no distrito, 131.428 pensionistas activos⁵² da Segurança Social, o que equivale a 27.6% da população total residente no distrito. A nível nacional esta proporção era de 25.9% do número total de habitantes.

O envelhecimento da população afigura-se como o grande desafio colocado à Segurança Social, como aliás já se evidenciou. As proporções que toma são de facto preocupantes ao assumir valores como os do distrito de Santarém, que teve uma despesa total com pensões de 414.522.000 Euros, apenas ultrapassado por Aveiro, Braga, Lisboa, Porto e Setúbal, pese embora as diferenças regionais em termos do número de habitantes, que não estão ponderadas nesta análise.

Quadro LII – Despesas com pensões em 2003 por centro distrital e tipo de pensão

	Invalidez	Velhice	Sobrevivência	total
total	1 197 420	6 325 563	1 306 751	8 829 734
Aveiro	70 843	390 613	77 695	539 151
Beja	20 311	123 077	25 006	168 394
Braga	94 297	355 484	74 506	524 287
Bragança	18 127	95 965	18 035	132 127
Castelo Branco	22 774	152 170	31 605	206 549
Coimbra	55 480	267 587	54 440	377 507
Évora	21 124	133 862	25 180	180 165
Faro	27 082	216 289	44 378	287 750
Guarda	20 692	117 720	23 261	161 672
Leiria	52 210	270 457	54 776	377 443
Lisboa	266 151	1 590 752	305 065	2 161 969
Portalegre	16 332	104 346	20 830	141 508
Porto	194 285	925 511	205 221	1 325 016
Santarém	49 030	301 387	64 105	414 522
Setúbal	109 647	525 041	101 766	736 454
Viana do Castelo	30 876	134 932	27 644	193 452
Vila Real	21 906	122 275	27 575	171 757
Viseu	28 717	211 056	44 894	284 667
R. A. Açores	31 818	85 090	27 963	144 871
R. A. Madeira	24 401	126 177	31 598	182 176
Estrangeiro	21 317	75 770	21 208	118 295

nota Montantes processados ao longo do ano, relativos aos pensionistas activos em 31 de Dezembro

Fonte: Segurança Social/IIES

⁵² São considerados apenas os pensionistas activos, ou seja, aqueles que se encontram registados em 31 de Dezembro, não contemplando por isso os pensionistas suspensos que foram registados durante o ano excluindo o mês de Dezembro.

Quadro LIII – Peso relativo dos montantes processados em 2003 por tipo de pensão

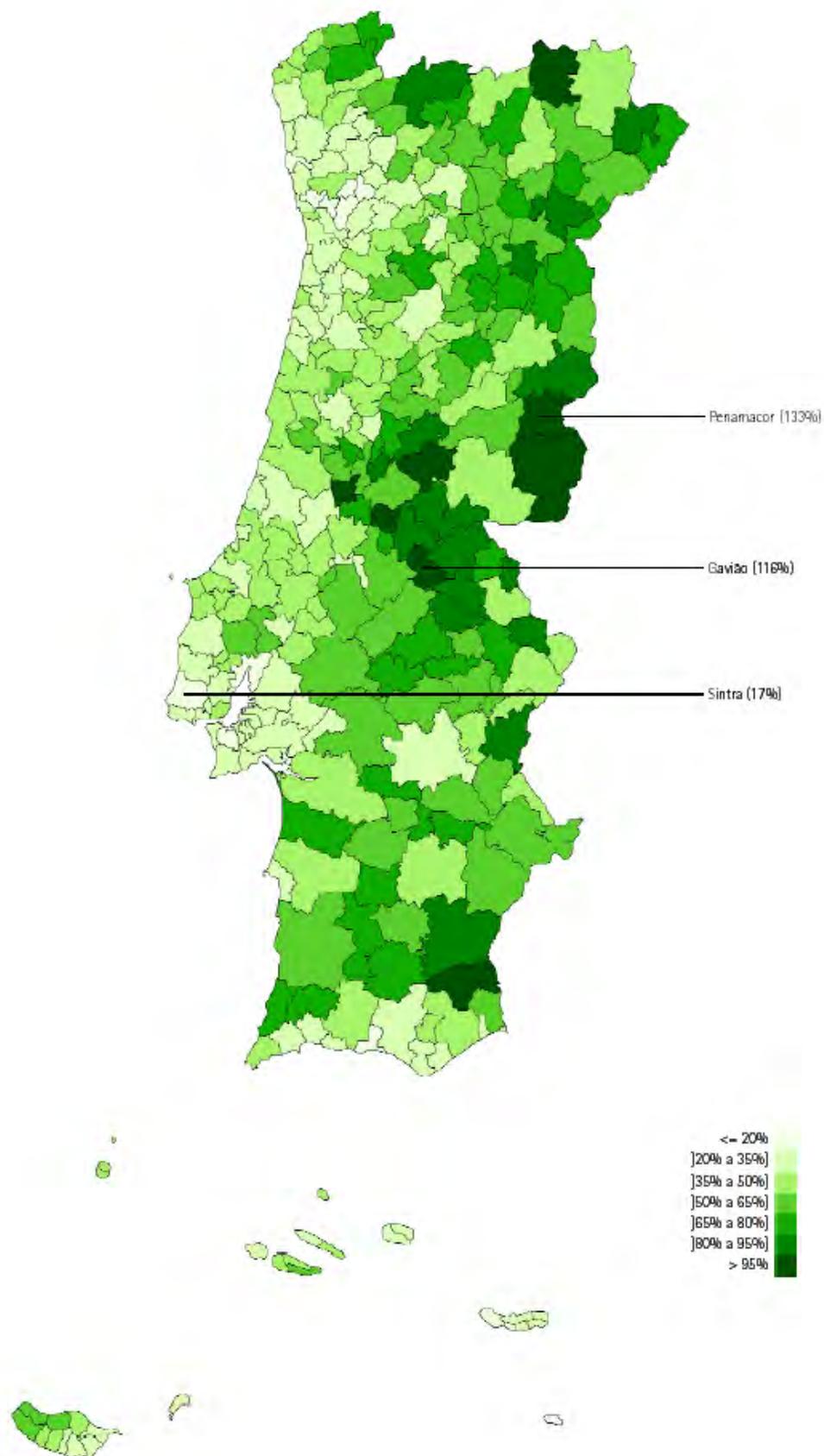
DESPESA PENSÕES (%)	
TOTAL	100%
Invalidez	11.8 %
Velhice	72.7%
Sobrevivência	15.5%

Fonte: Segurança Social/IIES

Por cada 100 pensionistas com processamento em 2003, 72.7 eram pensionistas por velhice, 15.5 por sobrevivência e 11.8 por invalidez.

Face o enorme peso da categoria de pensões por velhice, é interessante observar a seguinte cartografia da distribuição destes pensionistas.

Figura XXIII – Pensionistas por velhice em 2003 face à população activa por concelho de residência



Fonte: Segurança Social/IIES

A nível nacional, por cada 100 residentes economicamente activos, existiam 34 pensionistas por velhice.

Volta-se a repetir o fenómeno da interioridade. Os concelhos do interior do distrito registaram, em 2003, uma grande incidência de pensionistas por velhice face à população economicamente activa, o que também é válido para o território nacional.

O distrito de Santarém evidenciava em 2003 um elevado número de pensionistas, designadamente por velhice e uma pensão mensal média por pensionista inferior a 7.4% comparativamente à média nacional.

O envelhecimento demográfico que é bastante acentuado no distrito de Santarém, conduz à redução da relação entre população em idade activa e pensionistas, o que se traduz numa redução do PIB e um aumento da despesa com as pensões, até porque o montante médio tende a aumentar com o alargamento da vida activa.

A conjugação das variáveis demográficas e territoriais, bem como a estrutura económica parecem influenciar a distribuição das despesas em protecção social com as pensões, pelo que os concelhos do interior, de cariz mais rural, apresentam a maior concentração neste tipo de despesa.

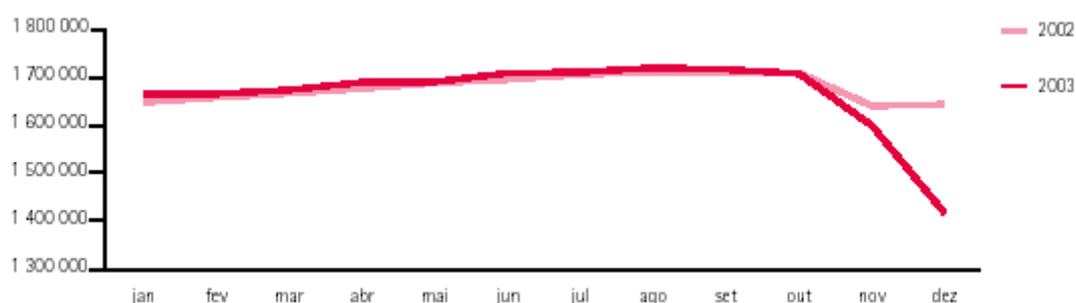
Pensões pagas pela Segurança Social em 2003

NUTS Concelhos	Total		Invalidez		Velhice		Sobrevivência	
	Total	Pensionistas em 31.12.03	Total	Pensionistas em 31.12.03	Total	Pensionistas em 31.12.03	Total	Pensionistas em 31.12.03
Portugal	8 868 972	8 710 511	1 188 489	1 176 031	6 366 391	6 249 121	1 314 092	1 285 359
Médio Tejo	213 023	208 751	25 706	25 484	154 117	150 866	33 201	32 400
Abrantes	47 060	46 119	5 211	5 158	34 404	33 700	7 445	7 262
Alcanena	13 254	13 025	1 531	1 518	9 719	9 543	2 004	1 964
Constância	2 922	2 858	328	328	2 095	2 040	499	490
Entroncamento	16 004	15 748	1 805	1 796	11 628	11 440	2 571	2 511
Ferreira do Zêzere	10 352	10 089	1 458	1 440	7 384	7 177	1 510	1 472
Mação	11 819	11 568	910	908	8 996	8 792	1 913	1 868
Sardoal	5 436	5 323	739	732	3 816	3 729	881	862
Tomar	44 624	43 853	5 852	5 802	31 848	31 248	6 924	6 803
Torres Novas	36 868	36 060	3 859	3 838	27 657	27 031	5 352	5 191
Vila Nova da Barquinha	6 756	6 650	827	815	4 884	4 809	1 045	1 026
Ourém	29 747	29 023	4 098	4 057	20 681	20 148	4 968	4 818
Lezíria do Tejo	223 889	219 374	25 606	25 326	164 046	160 618	34 237	33 430
Almeirim	18 526	18 185	2 145	2 127	13 545	13 276	2 835	2 783
Alpiarça	7 580	7 417	772	770	5 617	5 492	1 191	1 154
Benavente	19 182	18 832	2 693	2 663	13 666	13 411	2 824	2 758
Cartaxo	16 945	16 532	2 156	2 119	12 001	11 697	2 788	2 716
Chamusca	14 199	13 938	1 398	1 386	10 697	10 494	2 104	2 057
Coruche	24 213	23 775	2 404	2 386	18 317	17 959	3 492	3 430
Golegã	6 813	6 635	621	613	5 084	4 955	1 107	1 067
Rio Maior	17 140	16 807	2 066	2 042	12 278	12 031	2 796	2 734
Salvaterra de Magos	18 748	18 339	2 545	2 515	13 378	13 068	2 825	2 756
Santarém	54 891	53 744	6 081	6 016	40 206	39 345	8 604	8 383

4.3.3.5. Prestações familiares

Segundo a análise do IIES (Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade) /MSSFC (Ministério da Segurança Social, da Família e da Criança) para a evolução dos indicadores referentes às *prestações familiares*, a conjugação dos efeitos induzidos pelo 6º escalão (agregados familiares com rendimentos superiores a 5 SMN – salários mínimos nacionais) e pela alteração do método de apuramento do rendimento (de rendimento do agregado, para rendimento *per capita*), determinou, de Outubro a Dezembro 2003 um decréscimo do número de descendentes abrangidos, bem como uma redução de 12% no valor médio pago por descendente.

Gráfico XXXIII – Número de descendentes com processamento de subsídio familiar/abono de família em 2002 e 2003, em Portugal



Fonte: MSSFC/IIES

Quadro LIV – Montante líquido processado em 2003 por centro distrital e tipo de subsídio

	Subsídio Familiar / Abono de Família	Bonificação por Crianças e Jovens Deficientes	Assistência a 3.ª pessoa
total	525 345	35 011	8 549
Aveiro	38 591	3 621	542
Beja	5 546	293	90
Braga	50 274	2 616	817
Bragança	5 467	491	114
Castelo Branco	7 899	524	135
Coimbra	16 698	1 235	261
Évora	6 517	306	148
Faro	20 789	947	233
Guarda	7 432	540	123
Leiria	23 399	1 097	379
Lisboa	125 833	6 220	1 679
Portalegre	4 916	302	110
Porto	100 361	9 418	1 955
Santarém	17 262	1 200	360
Setúbal	24 968	1 170	314
Viana Castelo	11 395	1 274	166
Vila Real	10 199	789	189
Viseu	18 069	983	291
R. A. Açores	14 875	838	326
R. A. Madeira	14 855	1 147	317

nota Montantes processados ao longo do ano (não inclui os montantes processados correspondentes a períodos diferentes do mês de referência)

Fonte: MSSFC/IIES

O valor processado pelo centro distrital de Santarém representou, em 2003, 3.3% do total processado a nível nacional, o que o coloca numa posição intermédia.

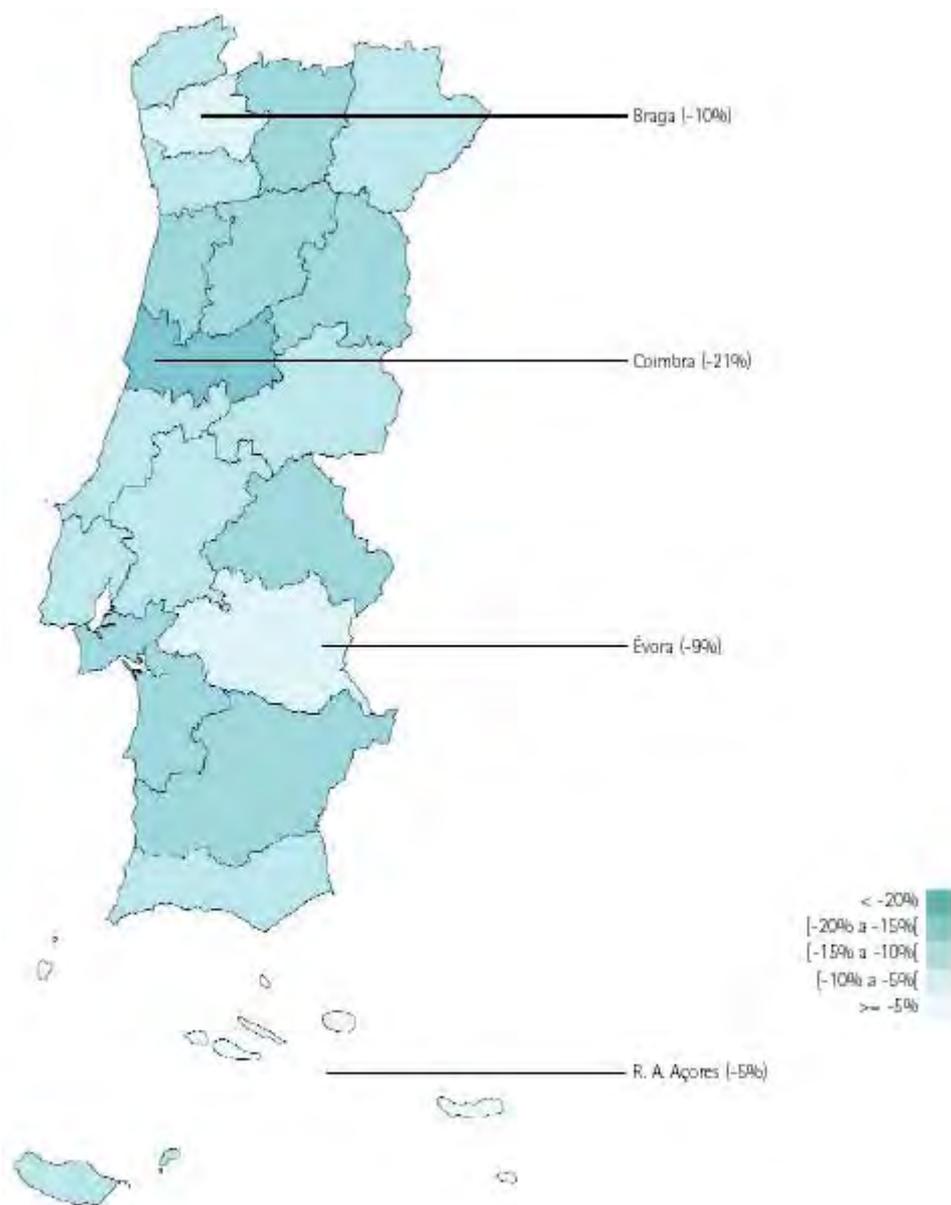
Em 2003, 65.116 descendentes tinham processamento. No entanto, em Dezembro do mesmo ano, contabilizavam-se 49.990 com processamento de subsídio familiar/abono de família no distrito de Santarém, o que equivale a 3.5% do número total de descendentes. Refira-se que entre o total de descendentes do ano de 2003 e o número apurado em Dezembro de 2003 houve uma diferença negativa de 23.2%.

Quadro LV – Descendentes com abono de família em Dezembro de 2003

	n.º	%
total	1 416 333	100%
Aveiro	105 024	7,4%
Beja	14 807	1,0%
Braga	145 794	10,3%
Bragança	15 153	1,1%
Castelo Branco	21 780	1,5%
Coimbra	43 185	3,0%
Évora	18 931	1,3%
Faro	52 642	3,7%
Guarda	19 780	1,4%
Leiria	67 868	4,8%
Lisboa	312 441	22,1%
Portalegre	12 412	0,9%
Porto	283 553	20,0%
Santarém	49 990	3,5%
Setúbal	66 213	4,7%
Viana do Castelo	31 169	2,2%
Vila Real	25 008	1,8%
Viseu	47 575	3,4%
R. A. Açores	43 952	3,1%
R. A. Madeira	39 056	2,8%

Fonte: MSSFC/IIES

Figura XXIV – Variação do número com processamento de subsídio familiar/abono de família em Dezembro de 2003 face a Dezembro de 2002, por centro distrital

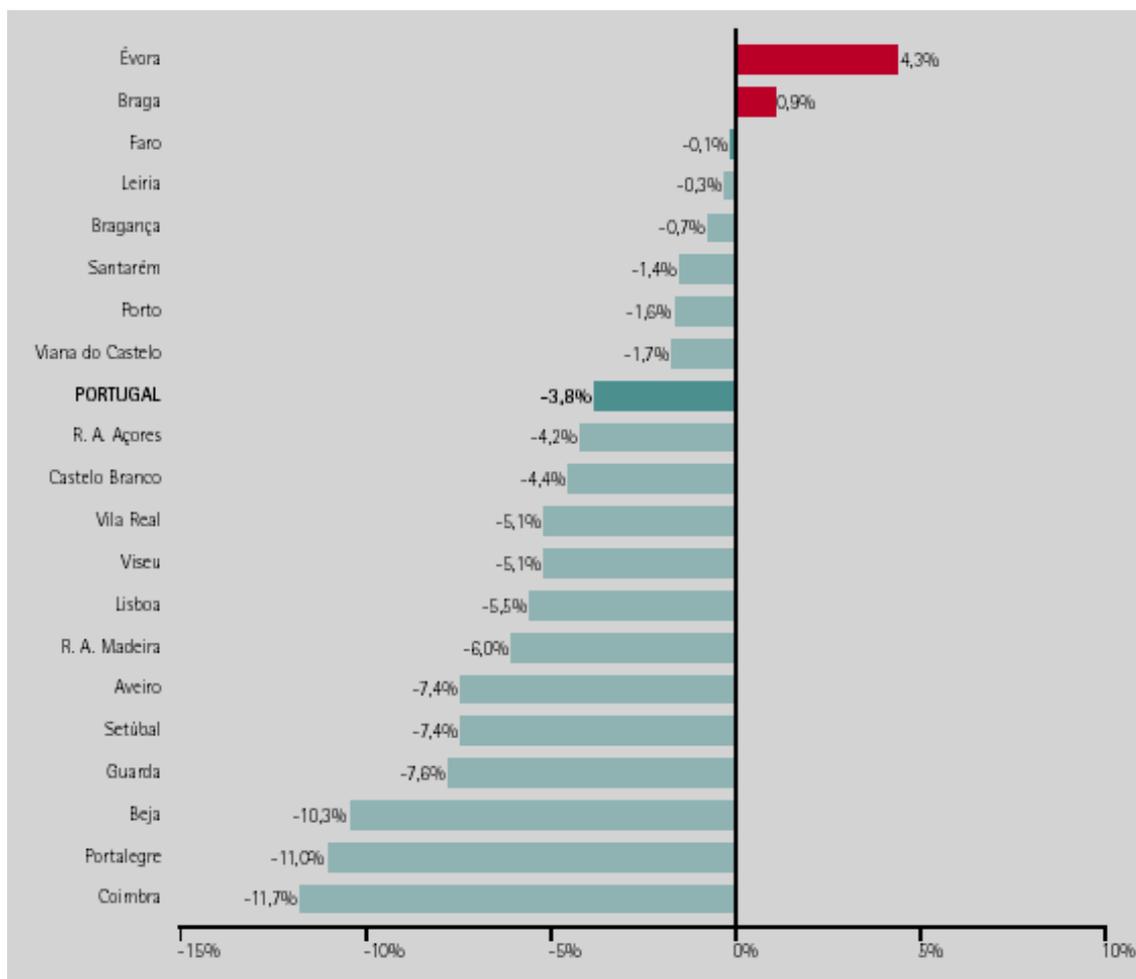


Fonte: MSSFC/IES

A cartografia da variação do número de descendentes contemplados revela que houve um decréscimo real a nível distrital no número de descendentes, o que vem na sequência da alteração de regime.

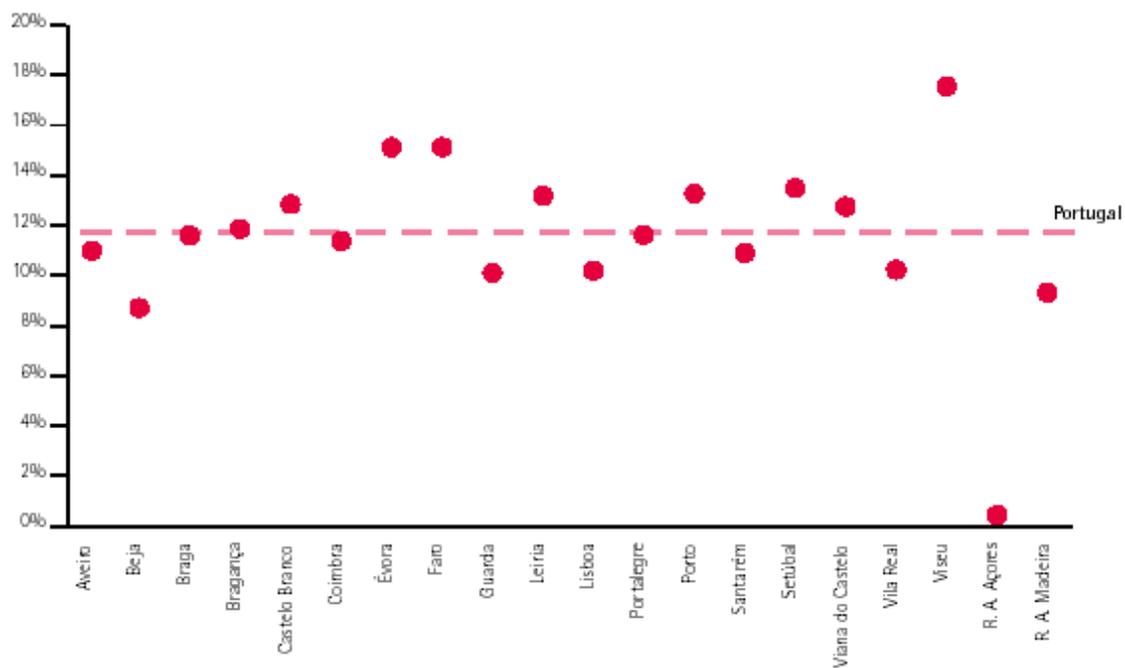
Comparando os dados de 2003 com os de 2002 relativamente ao valor processado em período homólogo – Dezembro, apenas 2 distritos tiveram aumento do valor líquido das prestações (Évora e Braga). Santarém teve numa quebra de 1.4%.

Figura XXV – Variação do valor líquido processado de subsídio familiar/abono de família em Dezembro de 2003 face a Dezembro de 2002 por centro distrital



Fonte: MSSFC/IIES

Gráfico XXXIV – Variação do valor médio processado por descendente de subsídio familiar/abono de família em Dezembro de 2003 face a Dezembro de 2002 por centro distrital



Fonte: MSSFC/IIES

No distrito, a variação do valor médio processado por descendente em 2003 foi de cerca de 11%, próximo da variação média nacional (12%, + 2.94€), o que significa que em Santarém não houve crescimento.

Quadro LVI – Valor líquido processado e valor médio processado por descendente de abono de família em Dezembro de 2003

	Valor líquido processado (€)	Valor médio processado por descendente (€)
total	39 845 614	28,13
Aveiro	2 850 437	27,14
Beja	404 240	27,30
Braga	4 033 673	27,67
Bragança	444 246	29,32
Castelo Branco	605 786	27,81
Coimbra	1 161 786	26,90
Évora	527 087	27,84
Faro	1 584 416	30,10
Guarda	557 384	28,18
Leiria	1 813 170	26,72
Lisboa	9 193 018	29,42
Portalegre	346 194	27,89
Porto	7 849 065	27,68
Santarém	1 356 048	27,13
Setúbal	1 826 996	27,59
Viana do Castelo	897 137	28,78
Vila Real	751 195	30,04
Viseu	1 378 437	28,97
R. A. Açores	1 152 325	26,22
R. A. Madeira	1 112 974	28,50

Fonte: MSSFC/IIES

Face ao valor médio processado por descendente de subsídio familiar/abono de família, o distrito registou uma diferença negativa pouco significativa de 1%.

A principal conclusão é que devido à alteração do regime de atribuição de prestações familiares, houve um decréscimo considerável do número de descendentes abrangidos enquanto que as prestações familiares não registaram crescimento. Relativamente ao valor líquido processado para este tipo de subsídio, deu-se uma quebra.

Em Santarém, as despesas com o subsídio de prestações familiares coloca-o numa posição intermédia.

Em termos gerais, verifica-se uma poupança real da despesa com a função *prestações familiares*, por outro lado, os montantes médios mensais são muito baixos, quando é necessário criar incentivos para o aumento da taxa de natalidade.

4.3.3.6. Desemprego

Quadro LVII – Montante líquido processado com prestações de desemprego e valor médio mensal processado por beneficiário em 2003 por centro distrital e tipo de subsídio

	milhares €				€	
	Subsídio de Desemprego	Subsídio Social de Desemprego Inicial	Subsídio Social de Desemprego Subsequente	Prolongamento do Subsídio Social de Desemprego	total	Valor Médio Mensal Processado por Beneficiário
total	1 104 119	234 479	101 864	1 253	1 441 715	484,68
Aveiro	69 084	10 301	6 808	80	86 273	448,85
Beja	9 399	10 186	916	70	20 571	347,03
Braga	96 029	15 500	12 302	49	123 880	459,67
Bragança	4 948	4 327	624	2	9 901	370,42
Castelo Branco	17 082	4 260	1 770	43	23 155	388,36
Coimbra	30 008	6 267	2 784	6	39 065	409,32
Évora	12 742	7 372	939	75	21 128	407,81
Faro	24 605	15 815	1 344	89	41 853	406,78
Guarda	10 032	3 062	1 758	20	14 872	379,51
Leiria	30 962	7 818	2 895	53	41 728	465,61
Lisboa	364 419	39 760	20 549	x	424 728	629,32
Portalegre	7 698	7 209	681	-	15 588	325,63
Porto	252 221	46 895	32 120	394	331 630	474,64
Santarém	34 455	11 543	2 760	60	48 818	458,34
Setúbal	79 651	17 905	6 449	168	104 173	496,45
Viana Castelo	12 975	5 007	1 700	-	19 682	375,53
Vila Real	9 934	5 007	1 319	6	16 266	375,20
Viseu	19 944	9 669	2 312	91	32 016	363,58
R. A. Açores	7 618	3 285	692	7	11 602	398,52
R. A. Madeira	10 313	3 291	1 142	40	14 786	423,99

nota Montantes processados ao longo do ano

Fonte: MSSFC/IIES

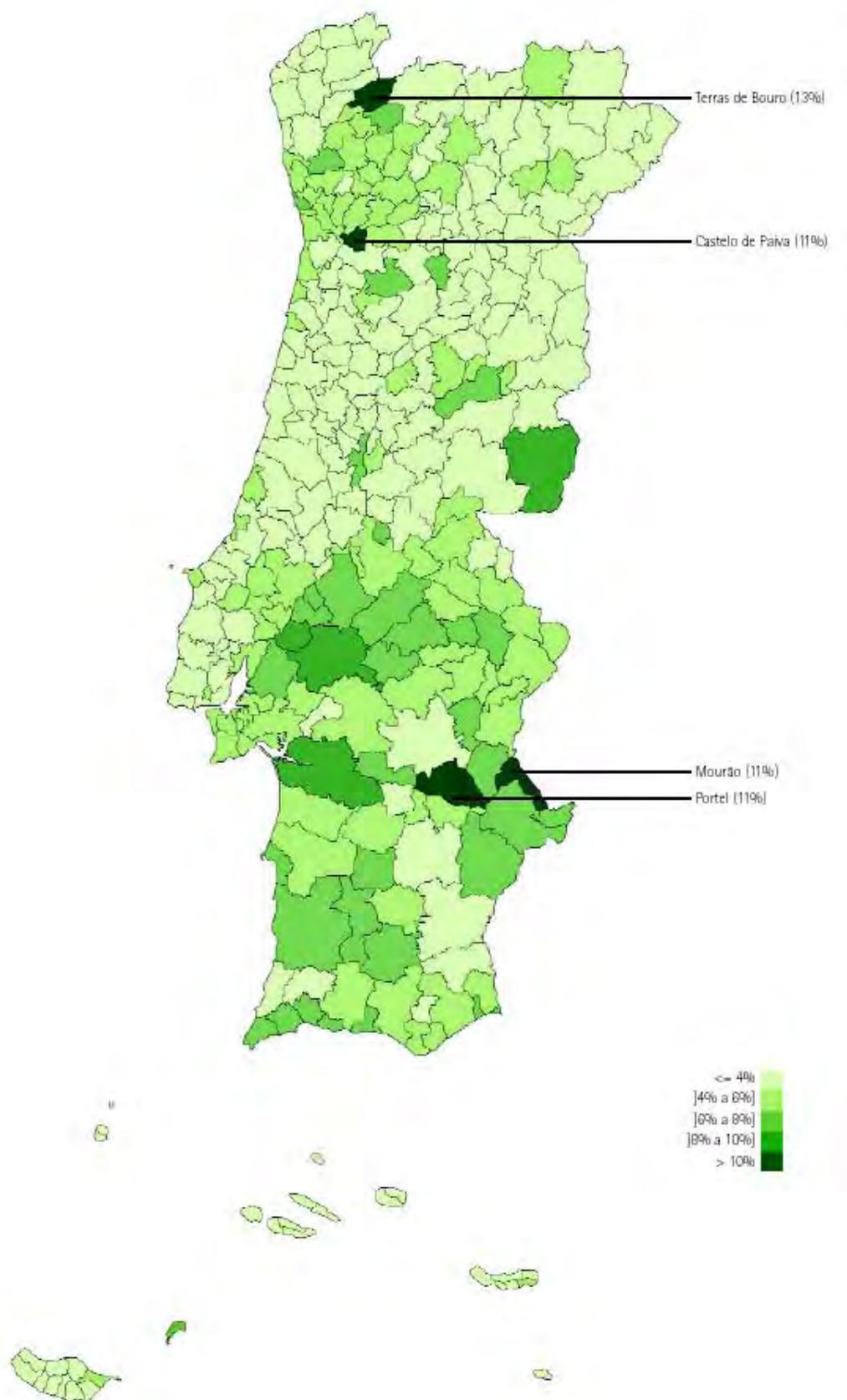
Em 2003, o total de prestações de desemprego do distrito, face ao total do montante líquido processado para o país foi de 3,4%. Quanto ao valor médio processado por beneficiário foi de 458,34 Euros, inferior ao valor médio nacional em 26,34 Euros. Analisemos um outro indicador que poderá ajudar a focalizar a tendência de desenvolvimento do desemprego no espaço.

Quadro LVIII – Novos beneficiários em 2003 face à população activa por distrito

Faro	5,9%
Beja	5,7%
Porto	5,7%
Portalegre	5,6%
Braga	5,6%
Évora	5,4%
Setúbal	5,3%
Santarém	5,3%
Castelo Branco	4,9%
PORTUGAL	4,7%
Lisboa	4,2%
Vila Real	4,2%
Viseu	4,1%
Aveiro	4,1%
Leiria	3,9%
Bragança	3,9%
Guarda	3,8%
Viana do Castelo	3,7%
Coimbra	3,2%
Açores	2,8%
Madeira	2,6%

Fonte: MSSFC/IES

Figura XXVI – Novos beneficiários com prestações de desemprego em 2003 face à população activa por concelho de residência



Fonte: MSSFC/IES

Em 2003, o distrito apresentou uma percentagem de novos beneficiários face à população activa de 5.3%, enquanto que em Portugal era de 4.7%. Este valor elevado de novos desempregados (10.252) está influenciado pelos valores atingidos nos concelhos da Lezíria do Tejo, muito embora no Médio Tejo também sejam consideráveis. Todos os distritos do Alentejo tiveram um peso superior à média nacional.

Poder-se-á concluir que os concelhos com maior debilidade económica foram mais facilmente atingidos pelo desemprego, pela falta de dinamismo do sector económico nestes concelhos. No entanto, os problemas económicos ressentiram-se também em termos sociais no distrito de Setúbal, bastante industrializado, em que houve, certamente, reestruturações internas com redução de efectivos e encerramento de algumas unidades. Refira-se ainda o Porto que registou uma taxa elevada de novos desempregados.

Pelos dados do MSSFC/IIES, em 2003, o total de beneficiários com prestações de desemprego, face à população activa foi no país de 10.3%, o que representa um aumento de 2.4 pontos percentuais em relação a 2002 (7.9%). Foi sobretudo na região a sul do Tejo e nos distritos de Braga e Porto, que se registou um maior peso dos novos beneficiários de prestações de emprego, face à população activa.

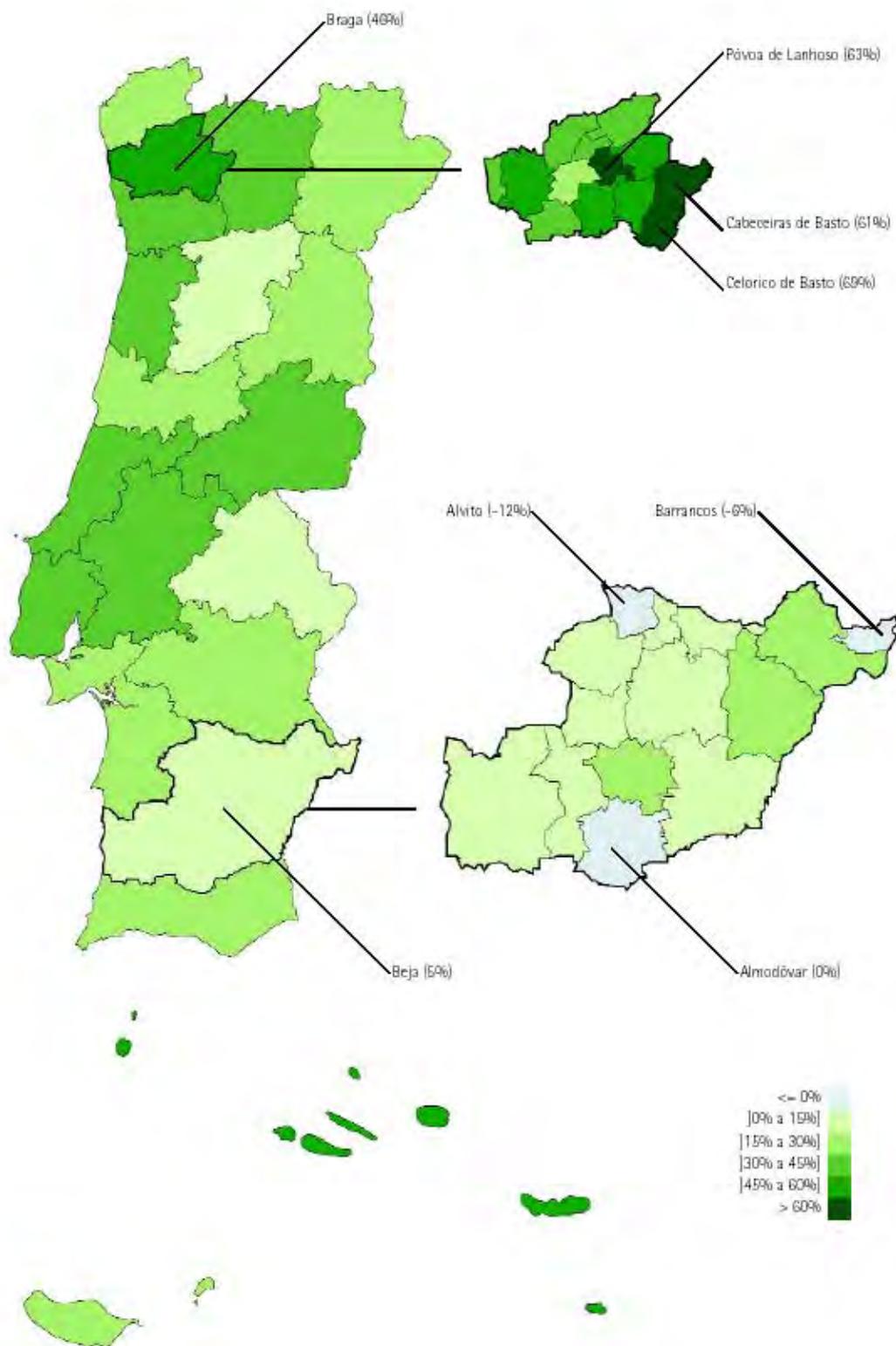
Quadro LIX - Crescimento do valor médio da remuneração de 2003 face a 2002

Santarém	+12,9%
Faro	+8,8%
Bragança	+6,4%

Fonte: MSSFC/IIES

Santarém teve o maior crescimento no valor médio da remuneração (+12.9%), o que evidencia que os novos beneficiários são mais qualificados, bem como a falta de flexibilidade do mercado de trabalho para absorver esta mão-de-obra melhor qualificada. Constata-se portanto, uma tendência para a reconversão da qualificação da mão-de-obra desempregada.

Figura XXVII – Variação (%) do número de beneficiários com prestações de desemprego em 2003 face a 2002 por centro distrital



Fonte: MSSFC/IIES

Embora o valor médio processado por beneficiário tenha sido inferior ao valor médio nacional em 5.4%, o distrito de Santarém registou o maior crescimento face a 2002 evidenciando uma nova mão-de-obra qualificada sem colocação no mercado de trabalho. O número de beneficiários também cresceu bastante, influenciado sobretudo pela contribuição dos concelhos da Lezíria do Tejo.

O volume da despesa com prestações de desemprego e o número de beneficiários variam em função da conjuntura económica, o que explica que as despesas com as prestações de desemprego apresentem uma evolução ascendente, colocando em maior susceptibilidade de pobreza um maior contingente de residentes, sobretudo os que pertencem a grupos sociais mais fragilizados, como os que têm 55 e mais anos, por ser mais difícil nestas idades conseguir uma nova colocação no mercado de trabalho e ao processo de reformas antecipadas, os que têm baixas qualificações e de certa forma, as mulheres.

4.3.3.7. Rendimento Social de Inserção (RSI)

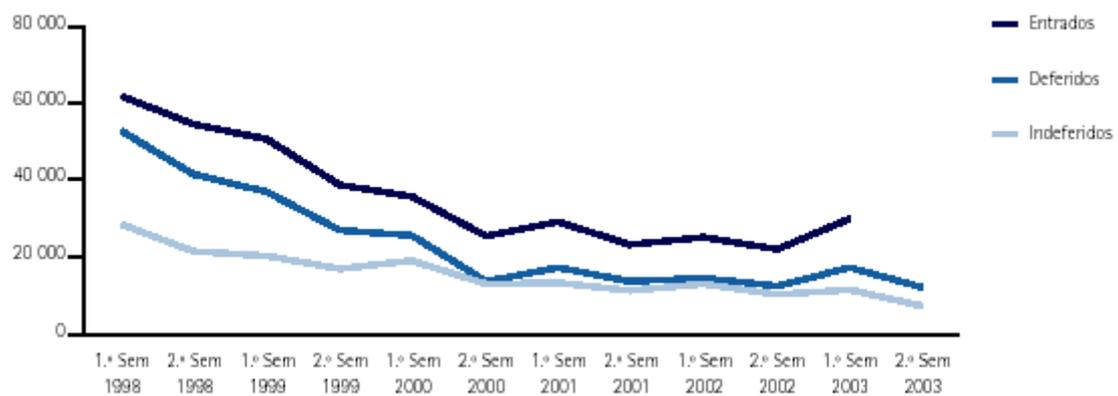
Esta medida tem como finalidade assegurar a satisfação das necessidades básicas dos indivíduos. Foi criado em 1997, tendo registado, ao nível dos seus beneficiários um crescimento acelerado até 1999⁵³.

Em 20 de Junho de 2003 entrou em vigor o RSI, em substituição do RMG. As alterações introduzidas nos critérios de selecção dos beneficiários, geraram grande polémica, uma vez que a fórmula de cálculo *exclui* famílias sem qualquer fonte de receitas. Esta situação acontece porque se considera o total dos rendimentos do agregado familiar, independentemente da sua origem ou natureza, nos 12 meses anteriores à data da apresentação do requerimento de atribuição, o que não contempla a situação actual e real do indivíduo/família no momento do requerimento, o que contribui para aumentar as desigualdades sociais emergentes de *novos pobres*.

De acordo com o MSSFC/IIES, entre 1998 e 2003, 294.895 famílias beneficiaram do RSI (ex-RMG).

⁵³ BARRETO, António (org.) *et al, op. cit.*, p. 52.

Gráfico XXXV – Evolução dos requerimentos entrados, deferidos e indeferidos de 1998 a 2003 por semestre



Fonte: MSSFC/IES

Quadro LX - Beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido, segundo o Sexo e Idade, Taxa de RSI em 2003

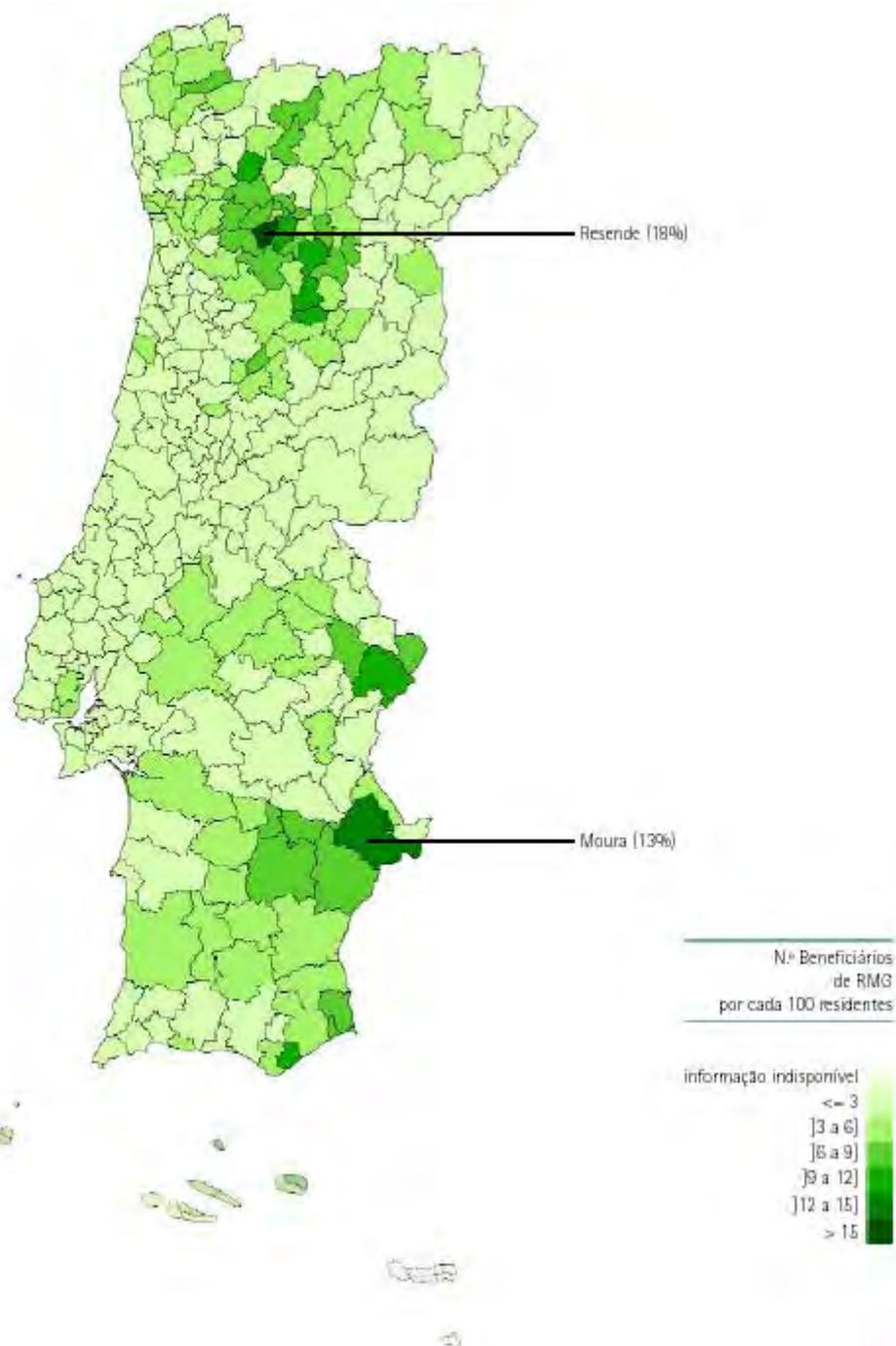
NUTS CONCELHOS	Total	Habitantes	Taxa RSI
	Nº		%

Continente	342 164	10.001.074	3,4
Distrito	12 482	475.364	2,6
Centro	58 457	2.354.552	2,5
Médio Tejo	5 511	234.532	2,3
Abrantes	1 252	42.235	3,0
Alcanena	277	14.600	1,9
Constância	159	3.815	4,2
Entroncamento	382	18.174	2,1
Ferreira do Zêzere	266	9.422	2,8
Mação	92	8442	1,1
Ourém	737	46.216	1,6
Sardoal	81	4.104	2,0
Tomar	1 491	43.006	3,5
Torres Novas	623	36.908	1,7
Vila Nova da Barquinha	243	7.610	3,2
Alentejo	30 674	767.983	4,0
Lezíria do Tejo	6 971	240.832	2,9
Almeirim	769	21.957	3,5
Alpiarça	162	8.024	2,0
Benavente	731	23.257	3,1
Cartaxo	663	23.389	2,8
Chamusca	640	11.492	5,6
Coruche	838	21.332	3,9
Golegã	166	5.710	2,9
Rio Maior	540	21.110	2,6
Salvaterra de Magos	681	20.161	3,4
Santarém	1 781	65.563	2,7

Fonte: Ministério da Segurança Social e do Trabalho, Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade (IIES).

Nota: O total para Portugal inclui beneficiários do rendimento mínimo garantido com residência não determinada.

Figura XXVIII – Beneficiários de RMG relativamente à população residente em 2003 por concelho de residência



Fonte: MSSFC/IIES

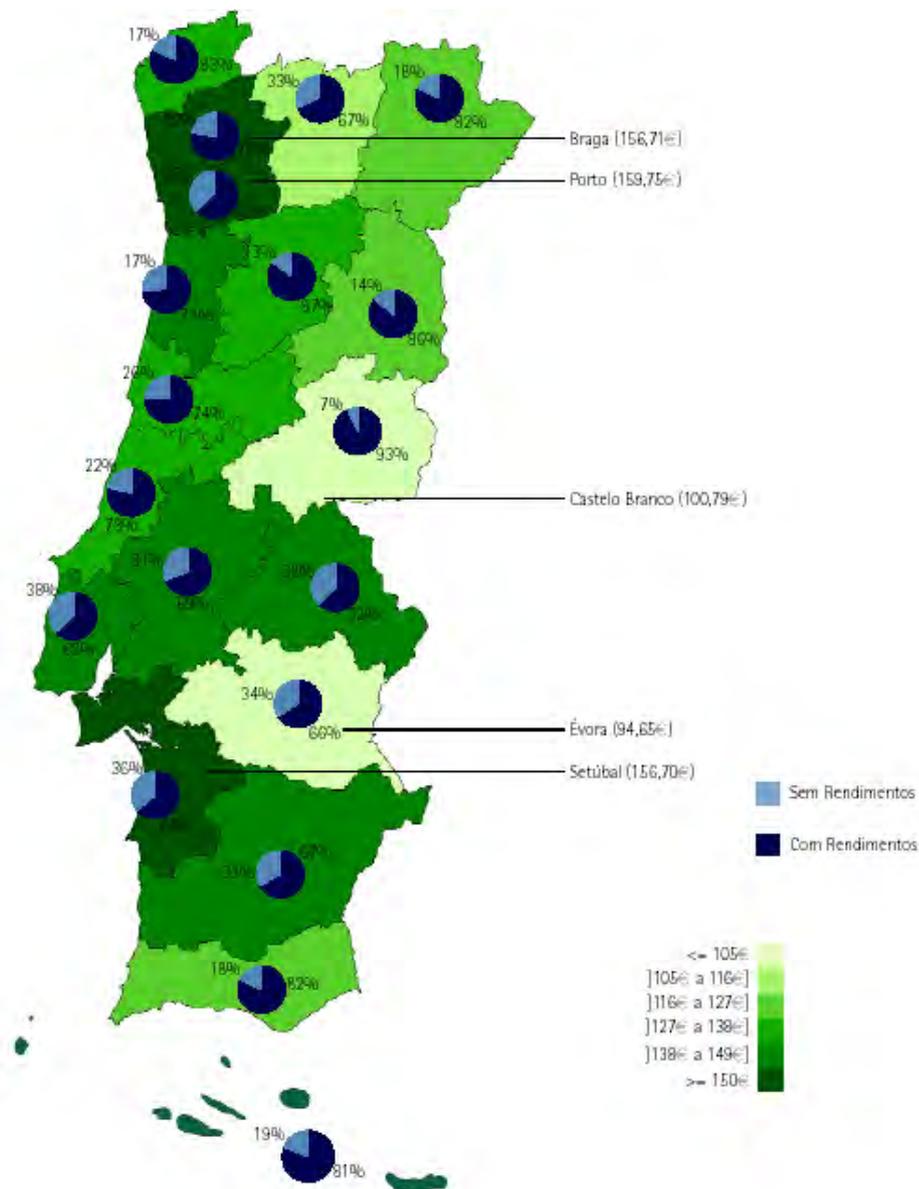
Como se pode verificar, foram em especial os concelhos da Lezíria do Tejo, com características mais rurais que tiveram uma taxa mais elevada. Os concelhos com uma maior incidência de RSI em 2003 foram a Chamusca (5.6%), Constância (4.2%), Coruche (3.9%). Com um peso inferior revelaram-se os concelhos de Mação (1.1%), Ourém (1.6%) e Alcanena (1.9%).

No Centro Distrital de Segurança Social de Santarém, segundo os dados disponíveis do MSSFC/IIES, o número de beneficiários de RSI representava 2.1% da população residente. Apesar de partirem da mesma fonte de informação, os dados do INE ampliam

o número de beneficiários pelo que a sua taxa de RSI passa para 2,6. Aqui, a questão da metodologia influencia definitivamente os resultados. No entanto, optando pelos resultados obtidos a partir do INE, por se encontrarem mais desagregados, verifica-se que 2.6% da população do distrito estava abrangida pelo RSI, tendo um peso inferior em 0.8% relativamente ao Continente.

A análise da taxa de RSI por concelho, revela, como já se mencionou, uma grande incidência nos concelhos da Lezíria do Tejo, que está afectada ao Alentejo, o qual registou uma elevada taxa de incidência de 4.0%.

Figura XXIX – Valor médio mensal de prestação pago por família em euros, e peso das famílias com e sem rendimentos em 2003 por centro distrital



Fonte: MSSFC/IES

Os beneficiários de RSI do distrito encontram-se num escalão de 138€ a 149€, sendo a maioria 69% com rendimentos e 31% sem rendimentos.

Quadro LXI – “Famílias de RMG” em 2003 por centro distrital e escalão de valores da prestação

	[n.º]							
	0€ a 50€	50€ a 100€	100€ a 200€	200€ a 300€	300€ a 400€	400€ a 500€	>= 500€	total
total	30 411	17 003	43 585	15 102	9 751	3 203	2 022	121 077
Aveiro	1 984	1 033	2 492	855	578	172	142	7 256
Beja	1 371	310	695	283	250	148	177	3 234
Braga	1 237	798	2 241	835	474	173	117	5 875
Bragança	411	179	375	98	44	22	21	1 150
Castelo Branco	313	207	274	85	37	7	0	923
Coimbra	1 154	708	1 672	456	243	97	57	4 387
Évora	688	186	248	96	69	25	17	1 329
Faro	1 959	710	1 473	623	381	125	88	5 359
Guarda	537	297	553	203	78	27	13	1 708
Leiria	654	339	603	205	114	52	25	1 992
Lisboa	6 358	2 643	8 914	2 969	2 105	714	407	24 110
Portalegre	755	186	498	220	197	85	66	2 007
Porto	5 818	4 649	13 521	4 801	3 203	878	513	33 383
Santarém	1 095	762	1 775	536	368	131	71	4 738
Setúbal	1 665	789	1 787	726	644	240	149	6 000
Viana do Castelo	790	536	1 242	331	157	50	33	3 139
Vila Real	1 480	535	1 216	354	165	41	22	3 813
Viseu	1 791	1 883	3 398	1 181	517	162	76	9 008
R. A. Açores	351	253	608	245	127	54	28	1 666

nota Famílias com pelo menos um processamento no ano

Fonte: MSSFC/IES

O número de *famílias de rmg* do distrito de Santarém tem o peso de 3.9% sobre o total nacional, sendo que os escalões de rendimento 100€ a 200€ e de 0€ a 50€ são os que agregam maior número de beneficiários.

A função *exclusão social* da protecção social foi ampliada e completada pela medida instituída com o RMG – actual RSI, apesar das deficiências do sistema.

A taxa de incidência de RSI é inferior à nacional em 0.8%. Registavam-se no distrito 12.482 beneficiários (3.6% do total do Continente), tendo apresentado maior peso os concelhos da Lezíria do Tejo, com características mais rurais.

Potencialidades

- As infra-estruturas de acção social no distrito ultrapassam os valores médios nacionais, colocando-o bem posicionado, tendo este nível sido atingido sobretudo com a contribuição dos equipamentos de apoio à terceira idade.
- A taxa de incidência de RSI é inferior à nacional em 0.8%.

Constrangimentos

- Protecção social concentrada no apoio à primeira infância e terceira idade, ficando o restante grupo etário com grandes carências de intervenção, em especial até aos 16 anos, devido à integração precoce na vida activa.

Oportunidades

- Maior intervenção de agentes sociais locais na área do planeamento da saúde.
- Diminuição da população em idade activa, conduz à necessidade do reforço institucional na área da multiculturalidade e de integração das minorias étnicas, já que constituem um contingente de mão-de-obra importante.
- Disponibilidade de recursos humanos qualificados não colocados no mercado de trabalho.

Ameaças

- As despesas com a função *saúde* estão acima da média nacional. Destaque-se o aspecto evidenciado pela associação entre a maior concentração proporcional de beneficiários e os concelhos que revelam maior interioridade.
 - Elevado número de pensionistas, designadamente por velhice e uma pensão mensal média por pensionista inferior a 7.4% comparativamente à média nacional, aumentando a vulnerabilidade à pobreza.
- O envelhecimento demográfico que é bastante acentuado no distrito de Santarém, conduz à redução da relação entre população em idade activa e pensionistas, o que se traduz numa redução do PIB e um aumento da despesa com as pensões, até porque o montante médio tende a aumentar com o alargamento da vida activa.
- A conjugação das variáveis demográficas e territoriais, bem como a estrutura económica parecem influenciar a distribuição das despesas em protecção social com as pensões, pelo que os concelhos do interior, de cariz mais rural, apresentam a maior concentração neste tipo de despesa.

Ameaças

■ Embora o valor médio de subsídio de desemprego processado por beneficiário tenha sido inferior ao valor médio nacional em 5.4%, o distrito de Santarém registou o maior crescimento face a 2002 evidenciando uma nova mão-de-obra qualificada sem colocação no mercado de trabalho. O número de beneficiários também cresceu bastante, influenciado sobretudo pela contribuição dos concelhos da Lezíria do Tejo.

O volume da despesa com prestações de desemprego e o número de beneficiários variam em função da conjuntura económica, o que explica que as despesas com as prestações de desemprego apresentem uma evolução ascendente, colocando em maior susceptibilidade de pobreza um maior contingente de residentes, sobretudo os que pertencem a grupos sociais mais fragilizados, como os que têm 55 e mais anos, por ser mais difícil nestas idades conseguir uma nova colocação no mercado de trabalho e ao processo de reformas antecipadas, os que têm baixas qualificações e de certa forma, as mulheres.

4.3.4 – Habitação, Consumo e Bem-Estar

Neste capítulo irão ser avaliadas as condições de alojamento da população e o consumo dos agregados familiares, enquanto indicadores do nível de vida, bem-estar e desenvolvimento da população. A forma como o meio está organizado, as condições de alojamento, influenciam a vivência e as práticas sociais e poderão potenciar a reprodução das “bolsas de pobreza”, a degradação do parque habitacional, a desertificação de áreas territoriais.

Por outro lado, a análise dos comportamentos de consumo permite revelar a estrutura do orçamento familiar, ao permitir uma hierarquização das principais rubricas de consumo em função do seu peso relativo e identificar perfis de pobreza. A sua distribuição no espaço permitirá apreender lógicas de consumo e especificidades, bem como cruzar com dados de outras variáveis determinantes da estrutura de consumo. Neste estudo propunha-se apenas avaliar o consumo de produtos alimentares, cuidados médicos e de bens culturais do distrito de Santarém que, no entanto, irá ter apenas incidência a nível de NUTS II, já que não existe informação disponível a um nível mais desagregado. Um grande défice que se verifica é a inexistência de estudos e de levantamento de dados sobre, neste caso, o consumo local, o que revela a falta de reconhecimento da importância destas questões sociais que apenas podem ser abordadas de forma pouco credível dada a abrangência das várias regiões.

Neste estudo, não se pretende analisar as estruturas de consumo, mas apenas fazer uma breve caracterização do consumo no distrito.

4.3.4.1 - Alojamentos

Quadro LXII – Tipologia dos Alojamentos Familiares, 2001

Zona Geográfica Alojamentos	Alojamentos Familiares							
	Total Geral	Clássicos	Alojamentos Não Clássicos					Outros
			Total	Barracas	Casas rudimentares de madeira	Móveis	Improvizados	
Portugal	5054922	5019425	27319	11540	2689	882	9082	3126
DISTRITO	235624	234562	1062	373	148	40	372	128
Médio Tejo	128444	127952	492	162	64	14	193	58
Abrantes	22688	22609	79	26	9	2	28	14
Alcanena	7240	7212	28	7	4	1	14	2
Constância	1898	1887	11	7	2	-	1	1
Entroncamento	8708	8658	50	18	9	-	16	7
Ferreira do Zêzere	6708	6698	10	2	1	1	4	2
Mação	6471	6465	6	1	2	-	2	1
Sardoal	2725	2722	3	2	1	-	-	-
Tomar	24021	23871	150	50	21	8	55	16
Torres Novas	18269	18209	60	26	2	-	27	5
Vila Nova da Barquinha	3789	3761	28	6	11	-	7	4
Ourém	25927	25860	67	17	2	2	39	7
Lezíria do Tejo	107180	106610	570	211	84	26	179	70
Almeirim	9974	9921	53	20	6	1	13	13
Alpiarça	3667	3641	26	10	5	1	9	1
Benavente	11495	11440	55	15	5	7	21	7
Cartaxo	11280	11211	69	16	15	3	28	7
Chamusca	5920	5903	17	9	-	-	6	2
Coruche	11301	11177	124	65	25	3	28	3
Golegã	2906	2897	9	2	-	1	5	1
Rio Maior	10374	10321	53	22	1	3	14	13
Salvaterra de Magos	9497	9449	48	15	17	1	8	7
Santarém	30766	30650	116	37	10	6	47	16

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação - 2001 (Resultados Definitivos)

O distrito de Santarém, de acordo com os dados do INE possui um parque habitacional⁵⁴ que representa 4.5% do existente em Portugal. O Médio Tejo contribui com 53.2% dos alojamentos, destacando-se Ourém, Tomar, Abrantes e Torres Novas por serem os maiores centros urbanos e a Lezíria do Tejo com 46.8%, fortemente

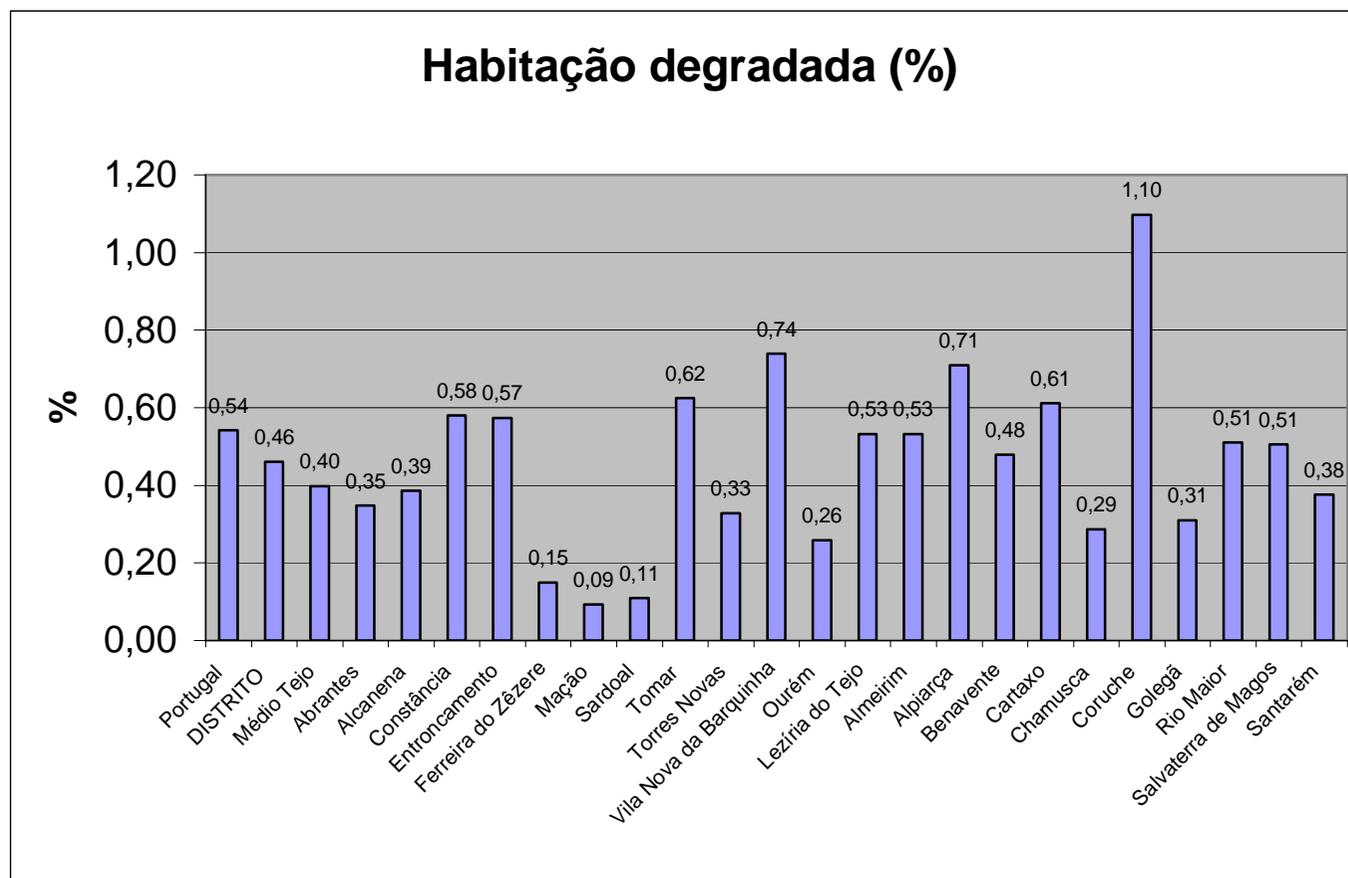
⁵⁴ Neste estudo, apenas são considerados os alojamentos familiares

influenciada pelo concelho de Santarém, capital de distrito, com um peso bastante assimétrico em relação aos restantes concelhos.

Os alojamentos clássicos⁵⁵ no distrito, representam 99.5% do total de alojamentos familiares, pelo que se deduz que a habitação precária corresponde a uma dimensão muito reduzida, mas não menosprezável, até porque significa que ainda existiam em 2001, 1.056 indivíduos/famílias a residir em habitação precária, principalmente em barracas e habitações improvisadas, pelo que se irá aprofundar um pouco mais esta situação.

⁵⁵ O conceito de *alojamento clássico*, de acordo com o INE, é a divisão ou conjunto de divisões e seus anexos que, fazendo parte de um edifício com carácter permanente ou sendo estruturalmente separados daquele, pela forma como foi construído, reconstruído ou reconvertido se destina à habitação permanente de uma família, não estando no momento censitário a servir totalmente para outros fins.

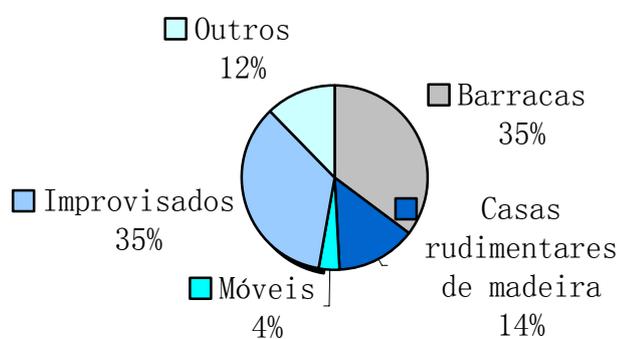
Gráfico XXXVI – Habitação degradada no total de alojamentos familiares em Portugal, Distrito e concelhos (2001)



A análise do gráfico revela que o distrito de Santarém, como já se evidenciou possui um contingente de habitação degradada inferior à realidade nacional, muito embora esta comparação seja feita em termos macro, já que a nível micro, a realidade revela bastantes assimetrias no desenvolvimento.

Os concelhos de Coruche, Vila Nova da Barquinha e Alpiarça têm um peso superior deste tipo de alojamentos. Mação, Sardoal e Ferreira do Zêzere têm menor incidência de alojamentos não clássicos.

Gráfico XXXVII – Alojamentos não clássicos por tipo de alojamento no distrito de Santarém (2001)



No total de alojamentos não clássicos do distrito, as categorias “barracas” e “improvisados” têm um peso *ex aequo* de 35%. Por terem um maior peso requerem maior atenção por parte das políticas locais de intervenção social para a erradicação das habitações precárias e realojamento subsequente.

O distrito está bem dotado em termos de alojamento. As maiores carências de intervenção registam-se ao nível da habitação degradada, apesar de esta não assumir grande amplitude no distrito (o que pode constituir uma vantagem).

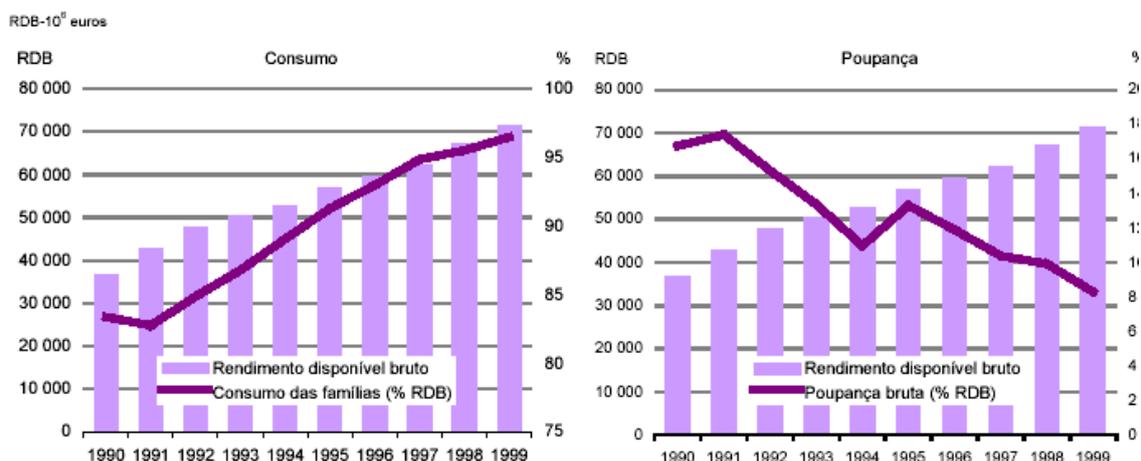
4.3.4.2 – Consumo e bem-estar

Lamenta-se que os níveis de afectação dos indicadores disponíveis para avaliar esta variável, além de estarem desactualizados, sejam apenas para NUTS II, pelo que, apesar de não serem muito significativos, fez-se apenas uma breve referência por forma a contextualizar pelo menos a região em que o distrito estava inserido na data de realização do Inquérito aos Orçamentos Familiares (IOF). A falta de elementos estatísticos impediu qualquer quantificação mais rigorosa sobre a verdadeira dimensão sobre o consumo de bens na população do distrito.

Em termos diacrónicos, a grande constatação, como se pode ler em *Portugal Social*⁵⁶, que decorre da década em análise é: «o crescente aumento do grau de endividamento das famílias, resultante desta expansão do crédito, constitui, de facto, outro factor de agravamento da vulnerabilidade da situação económica e financeira das famílias, originando agravamentos sensíveis no peso dos encargos financeiros, de natureza fixa e não compreensível, nos orçamentos familiares, e dando lugar a restrições adicionais às possibilidades de consumo de outros bens e serviços e, portanto, do seu bem-estar.». O endividamento crescente das famílias reduziu a sua capacidade de poupança, atingindo mesmo em 2001 valores próximos do total do seu rendimento disponível.

Esta evolução revela uma melhoria significativa do bem-estar das famílias em termos materiais. No entanto, esta evolução esconde bastantes dificuldades acrescidas de gestão dos orçamentos familiares e conseqüentemente maior vulnerabilidade à exclusão social, condicionando o crescimento das classes médias, aumentando o fosso entre os grupos sociais.

Gráfico XXXVIII – Consumo e poupança em percentagem do Rendimento Disponível Bruto (RDB)



Fonte: INE – Contas Nacionais

Relativamente às despesas e aos orçamentos familiares, devido às restrições de análise para a unidade territorial em estudo, apresenta-se apenas uma pequena síntese que permita evidenciar os principais resultados do instrumento de recolha de dados que se privilegiou (IOF, 2000).

A evolução da estrutura das despesas dos agregados familiares portugueses ao longo da década de 90 revelou um aumento da classe de despesa “habitação, despesas com água,

⁵⁶ *Portugal Social 1991-2001*, INE, Lisboa, 2003.

electricidade, gás e outros combustíveis” em detrimento da classe “produtos alimentares e bebidas não alcoólicas”. Na terceira ordem de grandeza surgem os “transportes”.

A região de Lisboa e Vale do Tejo assumiu algumas diferenças regionais. A principal classe de despesa foi “produtos alimentares e bebidas não alcoólicas”, seguido pelos gastos de “habitação, despesas com água, electricidade, gás e outros combustíveis” e “transportes”. Destaca-se também o facto desta região ter apresentado as posições relativas mais elevadas em quatro das doze classes da COICOP, que foram as referentes a “lazer, distração e cultura” (5,5%), “ensino” (1,7%), “hotéis, restaurantes, cafés e similares” (11%) e “outros bens e serviços” (6,4%).

Considerando a evolução global do país em termos de despesa média dos agregados familiares entre 1995 e 2000, foi o Alentejo que registou maior recuperação face à média nacional.

Concretamente em 2000, para além da região Norte, também Lisboa e Vale do Tejo (+9,7%) apresentou uma média de despesa superior à média nacional.

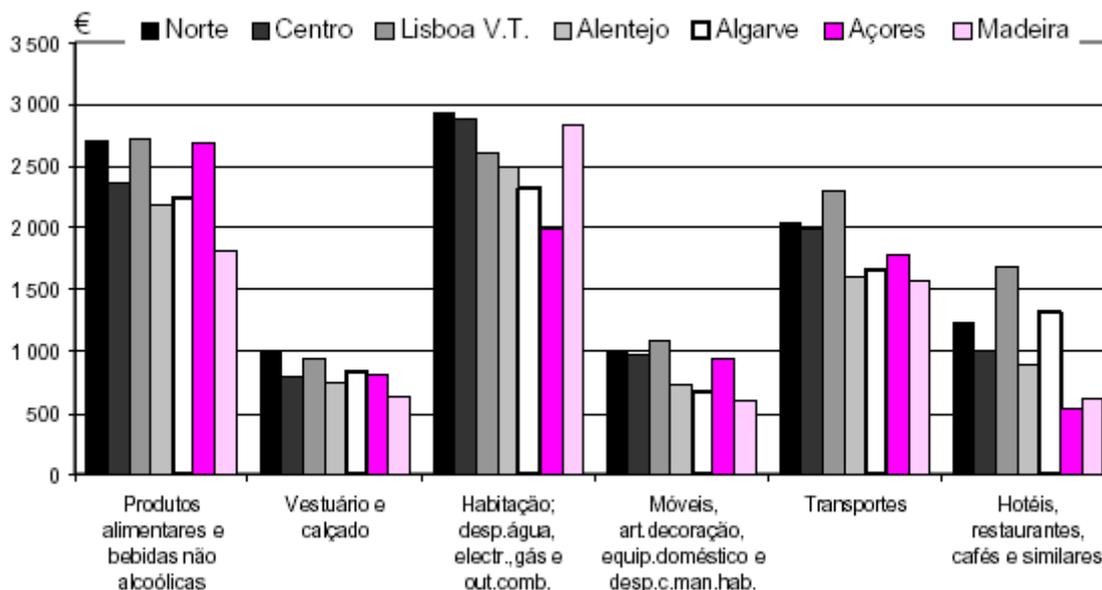
Quadro LXIII – Estrutura da despesa média anual dos agregados, em 2000, por classes da COICOP e regiões – NUTS II

Ano: 2000 Unidade: %

Classes de despesa (COICOP)	Portugal	Continente	Norte	Centro	Lisboa V.Tejo	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
01 Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	18,7	18,6	19,2	18,5	17,9	19,9	19,0	23,3	18,0
02 Bebidas alcoólicas, tabaco	2,8	2,8	3,4	2,3	2,5	2,9	3,1	3,8	2,6
03 Vestuário e calçado	6,6	6,6	7,1	6,3	6,3	6,7	7,1	6,9	6,3
04 Habitação; despesas com água, electricidade, gás e outros combustíveis	19,8	19,7	20,8	22,7	17,2	22,6	19,6	17,2	28,1
05 Móveis, artigos de decoração, equipam. doméstico e despesas correntes de manutenção da habitação	7,2	7,2	7,1	7,7	7,2	6,6	5,6	8,2	6,0
06 Saúde	5,2	5,2	4,6	5,2	5,6	5,3	6,0	5,8	5,4
07 Transportes	15,0	15,0	14,6	15,6	15,1	14,6	14,1	15,4	15,5
08 Comunicações	3,3	3,2	2,9	2,9	3,6	3,8	3,4	3,8	3,5
09 Lazer, distração e cultura	4,8	4,8	4,5	4,4	5,5	3,3	4,1	5,2	3,4
10 Ensino	1,3	1,3	1,1	0,8	1,7	0,8	0,9	0,6	0,9
11 Hotéis, restaurantes, cafés e similares	9,5	9,6	8,7	7,9	11,1	8,1	11,1	4,6	6,2
12 Outros bens e serviços	6,1	6,1	6,1	5,6	6,4	5,4	6,0	5,2	4,1

Fonte: INE/Inquérito aos Orçamentos Familiares, 2000

Gráfico XXXIX – Valores da despesa média anual dos agregados familiares nas principais classes de despesa, por regiões, em 2000



Fonte: INE/Inquérito aos Orçamentos Familiares, 2000

Na região de Lisboa e Vale do Tejo, as famílias dedicam proporcionalmente mais recursos aos bens essenciais como a alimentação, habitação e transportes. No entanto, o destaque das classes de “lazer, distração e cultura”, “ensino”, “hotéis, restaurantes, cafés e similares” e “outros bens e serviços” face às restantes regiões, evidencia grupos sociais com maiores rendimentos económicos e um desenvolvimento da classe média urbana face às restantes regiões. Este quadro está, contudo, fortemente influenciado pela Área Metropolitana de Lisboa.

4.3.4.3 - Consumo de Bens Culturais

Publicações Periódicas em 2002

Nuts	Exemplares Vendidos		
	Total	Semanários	Mensários
Médio Tejo	3 411 271	1 097 794	1 995 895
Abrantes	97 046
Alcanena	...	-	...
Constância	...	-	...
Entroncamento	65 680	...	-
Ferreira do Zêzere	...	-	-
Ourém	2 230 521	...	1 916 945
Sardoal	-	-	-
Tomar	436 464
Torres Novas	494 800	...	-
Vila Nova da Barquinha	...	-	...
Lezíria do Tejo	2 418 516	1 963 584	188 504
Almeirim	...	-	-
Alpiarça	...	-	...
Azambuja	...	-	...
Benavente	-
Cartaxo	...	-	-
Chamusca	1 022 604
Coruche	...	-	-
Golegã	...	-	-
Rio Maior	101 380	...	-
Salvaterra de Magos	-
Santarém	690 588	...	152 360

Fonte: INE, Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio

Bibliotecas em 2002

Nuts	Utilizadores	
	Para Consulta	Para empréstimo
Médio Tejo	264 949	76 078
Abrantes	174 521	34 017
Alcanena	500	80
Constância	5 142	4 528
Entroncamento	15 467	6 404
Ferreira do Zézere	1 000	500
Ourém	17 639	9 173
Sardoal	10 880	2 545
Tomar	20 387	13 152
Torres Novas	17 109	2 678
Vila Nova da Barquinha	2 304	3 001
Lezíria do Tejo	455 184	40 171
Almeirim	16 671	3 925
Alpiarça	7 642	3 574
Azambuja	23 504	232
Benavente	50 819	5 248
Cartaxo	13 615	2 283
Chamusca	1 088	720
Coruche	237 451	4 051
Golegã	551	366
Rio Maior	59 096	3 471
Salvaterra de Magos	3 674	91
Santarém	41 153	16 210

Fonte: INE, Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio

Nota: A informação sobre bibliotecas inclui bibliotecas de livre acesso que não controlam os utilizadores para consultã.

Museus e Galerias de Arte em 2002

Nuts	Museus		Galerias de Arte e Outros Espaços	
	Nº	Visitantes	Nº	Visitantes
Médio Tejo	5	158 475	15	177 658
Abrantes	-	-	2	...
Alcanena	-	-	2	...
Constância	1	...	1	...
Entroncamento	-	-	1	...
Ferreira do Zêzere	-	-	1	...
Ourém	1	...	2	...
Sardoal	-	-	3	2 030
Tomar	2	...	1	...
Torres Novas	1	...	-	-
Vila Nova da Barquinha	-	-	2	...
Lezíria do Tejo	3	...	13	37 267
Almeirim	-	-	1	...
Alpiarça	-	-	1	...
Azambuja	-	-	-	-
Benavente	1	...	2	...
Cartaxo	-	-	1	...
Chamusca	-	-	1	...
Coruche	1	...	1	...
Golegã	-	-	1	...
Rio Maior	-	-	1	...
Salvaterra de Magos	-	-	1	...
Santarém	1	...	3	11 981

Fonte: INE, Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio

Notas: Os dados de museus apresentados correspondem aos que, no ano de referência, cumpriam os seguintes critérios: existência de, pelo menos, uma sala ou espaço de exposição; abertura ao público, permanente ou sazonal; existência de, pelo menos, um conservador ou técnico superior (incluindo pessoal dirigente); existência de um orçamento e existência de um inventário.

Existem galerias de arte que não têm controlo de entradas e não conseguem estimar o valor, pelo que não apresentam dados para o número de visitantes.

Potencialidades

- O distrito de Santarém possui um contingente de habitação degradada inferior à realidade nacional.
- Mação, Sardoal e Ferreira do Zêzere têm menor incidência de alojamentos não clássicos.

Constrangimentos

- Os concelhos de Coruche, Vila Nova da Barquinha e Alpiarça têm um peso superior em alojamentos não clássicos, denotando grave precarização em termos do seu parque habitacional.

Oportunidades

- À data de realização do IOF (2000) o distrito encontrava-se afecto à região de Lisboa e Vale do Tejo, cuja estrutura de consumo evidencia a existência de agregados com maior capacidade económica face às restantes regiões, muito embora o comportamento seja influenciado por uma multiplicidade de factores.

Ameaças

- No total de alojamentos não clássicos do distrito, as categorias “barracas” e “improvisados” têm um peso *ex aequo* de 35%. Pelo que requerem maior atenção por parte das políticas locais de intervenção social para a erradicação das habitações precárias e re-alojamento subsequente dos seus residentes.

4.4 – Estrutura Material

4.4.1 – Emprego⁵⁷ e Condições de Trabalho

Esta variável está fortemente associada ao problema da inclusão ou exclusão social, uma vez que a condição dos indivíduos e das famílias perante o trabalho condiciona não só a sua participação na comunidade, bem como a sua capacidade para garantir os bens essenciais de sobrevivência. Situações de inactividade decorrentes de doença, invalidez, velhice ou desemprego sobretudo de longa duração, pode originar ou agravar processos de empobrecimento⁵⁸.

O mercado de trabalho evoluiu para formas mais flexibilizadas, mas também para a sua precariedade, instituídas pelas alterações ao Código de Trabalho. De uma situação de relativa estabilidade que decorreu do pós 25 de Abril, de uma certa rigidez, passou-se para alguma dinamização e instabilidade.

Segundo a análise de Manuel Mira Godinho e Cristina Sousa, o panorama tecnológico da indústria portuguesa confirma que «a par de um esforço de investimento», se detecta nas maioria das empresas «um *stock* de capital relativamente pouco rejuvenescido e pouco penetrado pelas novas tecnologias de produção, de logística automatizada e de comunicação»⁵⁹. Maria João Major e José Almeida da Silva referem, no capítulo sobre a situação económico-financeira da indústria, «que existe uma percentagem relativamente elevada de casos de empresas com capitais próprios negativos, isto é, em situação de falência técnica»⁶⁰.

As organizações enquadram-se numa nova realidade, com novos desafios e paradigmas que requerem estratégias cada vez mais sofisticadas capazes de competir numa situação de mudança, de instabilidade, de incerteza.

Isto remete-nos para a questão de saber até que ponto as organizações terão capacidade de alterar identidades e serem agentes de alterações estruturais de fundo, ultrapassar o conservadorismo e participarem activamente no processo de inovação e de imporem o dinamismo necessário, sem agravamento da susceptibilização de situações de pobreza.

Emprego e produtividade estão fortemente associados, pelo que a formação contínua dos efectivos quer activos, quer inactivos afigura-se essencial não só para colmatar possíveis deficiências do sistema de ensino e/ou adquirir mais competência e competitividade por forma a facilitar integração no mercado de trabalho dos indivíduos que se encontram em situação de inactividade.

Questões como a requalificação do mercado de emprego, os regimes de mobilidade e carreiras socio-profissionais, bem como as novas lógicas de estruturação das classes e desigualdades sociais necessitam de serem discutidas, de forma a não criar maiores assimetrias sociais decorrentes de novas lógicas de desenvolvimento.

⁵⁷ **Emprego**, conforme definição do INE “compreende todas as pessoas (tanto trabalhadores por conta de outrem como trabalhadores por conta própria) que exercem uma actividade produtiva abrangida pela definição de produção dada pelo sistema.

⁵⁸ ALMEIDA, João Ferreira, *op cit.*, p. 28.

⁵⁹ LANÇA, Isabel Salavisa, GODINHO, Manuel Mira, OLIVEIRA, Luísa, CARVALHO, Helena, CALAPEZ, Teresa, SOUSA, Cristina, HILL, Andrew, MAJOR, Maria João, da SILVA, José Almeida, *op. cit.*, p. 99.

⁶⁰ LANÇA, Isabel Salavisa, GODINHO, Manuel Mira, OLIVEIRA, Luísa, CARVALHO, Helena, CALAPEZ, Teresa, SOUSA, Cristina, HILL, Andrew, MAJOR, Maria João, da SILVA, José Almeida, *op. cit.*, p. 115.

Para fazer face a situações decorrentes do desajustamento de perfis e falta de qualificação técnica, legitimou-se a precarização da mão-de-obra por um lado e, sobrecarregou-se o sistema de protecção social por outro.

Refira-se aqui a opinião de João Ferreira Almeida de que, mesmo a população activa está sujeita a situações de vulnerabilidade perante a empresa, como algumas categorias sociais que se encontram em maior risco, como por exemplo, certos trabalhadores por conta própria isolados, trabalhadores com contratos temporários, trabalhadores que auferem baixos salários e trabalhadores com salários em atraso⁶¹.

Os principais problemas relacionados com esta temática são, portanto, o desemprego, a precarização dos vínculos laborais e o nível dos rendimentos do trabalho, de que depende a capacidade para adquirir bens e serviços que assegurem as necessidades mínimas.

4.4.1.1 – Estrutura da população activa

Este *item* visa integrar um conjunto de informação respeitante ao tecido social da população activa.

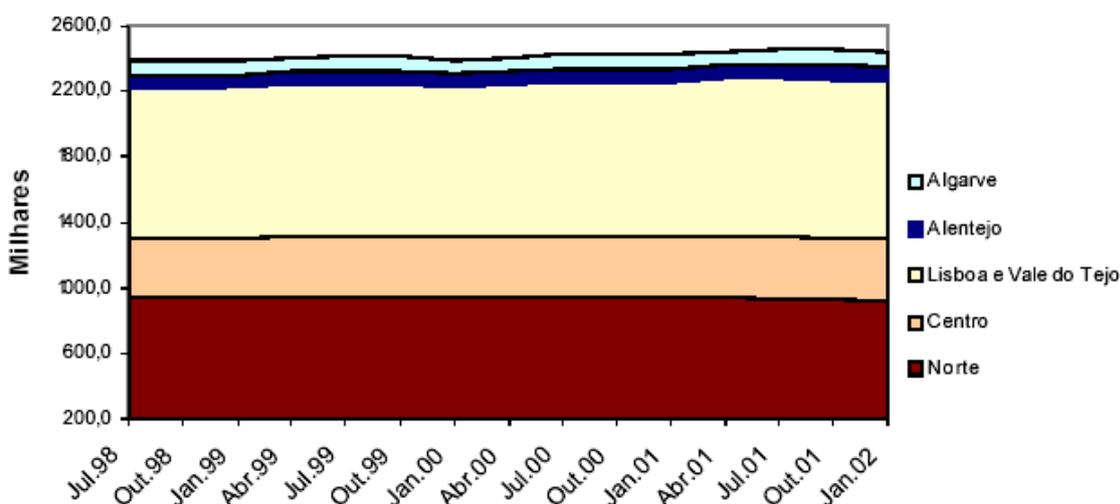
Os valores dos quadros e gráficos a seguir apresentados reportam ao INE e foram tratados de forma a obter a informação pretendida.

A **taxa de actividade** é um indicador privilegiado para conhecer a incidência do emprego na estrutura social.

De acordo com a análise do DEEP/MSST ao emprego, verificou-se de 1998 a 2002 uma descida do nível de emprego que se estendeu a todo o território nacional, sendo de destacar a região do *Algarve* com menos 4.7%.

A região *Norte* registou um nível de emprego inferior (-1.7%), observando-se nas restantes regiões variações positivas, destacando-se o *Algarve* com (+ 9.2%).

Gráfico XL – Evolução do emprego por NUT II



⁶¹ ALMEIDA, João Ferreira, *op cit.*, p. 29.

Em termos de crescimento, verificou-se que em Portugal se registou uma subida gradual da taxa de actividade no período de 1998 a 2001 [Quadro LXIV], sendo que os mais idosos e os mais jovens registaram maior dificuldade de integração na vida activa. São também notórias as grandes assimetrias em termos de género, uma vez que as mulheres registavam taxas bastante inferiores às dos homens, apenas no grupo etário dos 15 aos 24 anos essa discrepância não é tão acentuada.

Quadro LXIV – População Empregada e relação Emprego – População por Grupo Etário e Sexo

Portugal	1998			1999			2000			2001		
	HM	H	M									
Pop. Empregada (Milhares)	4738,6	2628,3	2110,5	4825,3	2651,4	2173,8	4908,5	2694,8	2213,8	4989,1	2734,2	2254,9
15 – 24	687,9	378,0	310,2	686,6	382,5	304,1	663,5	378,9	284,7	660,8	378,5	282,3
25 – 44	2355,4	1279,5	1076,5	2406,2	1299,2	1107,2	2246,7	1321,3	1145,9	2517,6	1348,3	1169,3
45 – 54	899,3	504,8	394,6	929,9	516,1	414,0	958,4	529,2	429,1	983,2	537,1	446,1
55 e mais	789,8	460,3	329,6	802,6	453,9	348,7	818,5	464,8	353,8	827,6	470,4	357,2
Relação Emprego-População (%)	47,5	54,8	40,8	48,3	55,1	42,0	49,0	55,9	42,7	49,6	56,4	43,0
15 – 24	42,7	46,5	38,8	43,2	47,6	38,7	42,7	48,2	37,1	43,5	49,2	37,7
25 – 44	82,2	90,6	74,1	82,9	90,7	75,3	83,9	90,9	77,1	84,2	91,2	77,5
45 – 54	74,9	87,7	63,1	75,8	87,8	64,9	77,1	88,7	66,4	77,9	88,5	68,1
55 e mais	30,9	41,4	22,9	31,4	41,0	24,1	31,8	41,8	24,2	31,8	41,9	24,2

FONTE: INE, Inquérito ao Emprego; (OEFP)

De acordo com dados mais recentes, verifica-se que a população com emprego no 1º trimestre de 2004 em relação ao trimestre homólogo, apenas registou um ligeiro decréscimo face ao trimestre anterior.

A “Indústria, construção, energia e água” regista a maior diminuição do emprego (-4.6% em termos homólogos e -1.9% na variação trimestral); aumento do emprego no sector “Serviços” (+3.6% na variação homóloga e +0.9% na trimestral).

Para o 2º trimestre de 2004 a taxa de actividade foi de 52,1%, o que representou um crescimento de 0,1% em termos homólogos.

Quadro LXV – População com Emprego – Indicadores Globais, em Portugal (2003-2004)

milhares

	2003				2004
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	1º Trimestre
população com emprego	5 105	5 118	5 131	5 118	5 107
Homens	2 773	2 783	2 797	2 796	2 788
Mulheres	2 332	2 335	2 334	2 323	2 319
15 - 24 anos	555	531	523	506	497
25 - 44 anos	2 592	2 622	2 639	2 643	2 655
45 e + anos	1 958	1 964	1 969	1 969	1 955
Agricultura, silvicultura e pesca	641	657	646	625	618
Indústria, const., energia e água	1 673	1 677	1 634	1 627	1 596
Serviços	2 792	2 784	2 850	2 867	2 893
Tempo completo	4 495	4 514	4 540	4 534	4 526
Tempo parcial	611	603	590	585	581
Trabalhador por conta outrem	3 721	3 727	3 753	3 744	3 739
Contrato sem termo	2 943	2 958	2 982	2 987	2 980
Contrato com termo	591	584	582	568	573
Outros	187	185	189	189	187
Trabalhador por conta própria	1 277	1 288	1 275	1 270	1 266
Outros	107	103	102	105	102
Taxa de emprego (%)					
15 - 64 anos	68,0	68,1	68,1	67,8	67,7
Homens	74,7	74,8	74,9	74,7	74,3
Mulheres	61,5	61,5	61,4	61,2	61,2
15 - 24 anos	40,0	38,6	38,3	37,3	36,8
Homens	44,4	42,6	42,2	40,8	40,5
Mulheres	35,4	34,5	34,2	33,6	32,9
55 - 64 anos	51,9	51,7	51,7	51,3	50,3
Homens	61,6	62,3	62,7	61,9	60,4
Mulheres	43,3	42,4	42,0	41,9	41,4
disparidade entre sexos (M-H)					
15 - 64 anos	-13,2	-13,3	-13,5	-13,5	-13,1
15 - 24 anos	-9,0	-8,1	-8,0	-7,2	-7,6
55 - 64 anos	-18,3	-19,9	-20,7	-20,0	-19,0

Fonte: DEEP/MSST, Boletim Estatístico, Junho 2004

Para uma percepção mais completa das características da *taxa de actividade total*⁶² a nível do distrito de Santarém dever-se-á confrontar com os dados referentes às diferentes regiões, em especial com o Centro e Alentejo em que se encontra agregado à data de referência dos valores mais recentes disponíveis. A região Centro representa 25% do total da população com emprego, enquanto que o Alentejo tem um a contribuição de 7% para a população activa do país.

⁶² *Taxa de actividade total*, de acordo com o INE, é uma taxa que permite definir o peso da população activa sobre o total da população.

Quadro LXVI – População com Emprego, por regiões – NUTS II

milhares

	2003								2004	
	1º Trimestre		2º Trimestre		3º Trimestre		4º Trimestre		1º Trimestre	
	v.a.	%								
população com emprego	5 105	100	5 118	100	5 131	100	5 118	100	5 107	100
15 - 24 anos	555	11	531	10	523	10	506	10	495	10
55 e + anos	912	18	912	18	914	18	906	18	892	17
Norte	1 793	35	1 793	35	1 793	35	1 795	35	1 797	35
15 - 24 anos	234	13	228	13	223	12	216	12	215	12
55 e + anos	266	15	266	15	269	15	269	15	269	15
Centro	1 301	25	1 290	25	1 286	25	1 283	25	1 268	25
15 - 24 anos	118	9	111	9	113	9	112	9	111	9
55 e + anos	340	26	335	26	335	26	333	26	321	25
Lisboa	1 279	25	1 288	25	1 299	25	1 292	25	1 293	25
15 - 24 anos	122	10	115	9	113	9	104	8	96	7
55 e + anos	189	15	192	15	190	15	188	15	188	15
Alentejo	329	6	341	7	344	7	342	7	340	7
15 - 24 anos	33	10	31	9	29	9	29	8	30	9
55 e + anos	61	18	63	19	63	18	61	18	58	17
Algarve	190	4	191	4	193	4	191	4	194	4
15 - 24 anos	18	10	17	9	17	9	16	8	16	8
55 e + anos	33	18	33	17	33	17	33	17	34	17
Açores	102	2	101	2	102	2	104	2	104	2
15 - 24 anos	16	16	16	16	15	15	16	16	16	15
55 e + anos	10	10	9	9	10	9	10	9	10	9
Madeira	111	2	114	2	113	2	111	2	112	2
15 - 24 anos	14	13	14	12	13	12	13	12	13	12
55 e + anos	14	12	13	12	14	12	13	12	13	11

nota: série revista tendo por referência as estimativas da população calculadas a partir dos resultados definitivos dos Censos 2001, recalibrada segundo a nova nomenclatura das regiões (NUTS 2002).

Fonte: DEEP/MSST, Boletim Estatístico, Junho 2004

Ao nível mais desagregado só foi possível apurar dados com referência ao Recenseamento Geral da População 2001, pelo que a “taxa de actividade total” naquele ano, no distrito de Santarém situava-se em 46,2%. Este valor está desigualmente distribuído por género, a “taxa de actividade total” nos homens é superior à das mulheres em 14,6%.

Quando comparado com os valores nacionais, verifica-se que a nível distrital é inferior à média em 3,4%, distribuído por sexo em 2,9 pontos percentuais negativos para os “homens” e 3,6 pontos percentuais negativos para as “mulheres”, ou seja a proporção de população residente no distrito empregada pelo total da população residente é inferior à média nacional.

A situação do emprego em 2001 para os concelhos do distrito apresenta uma distribuição com estrutura homóloga em termos de género (o Entroncamento apresenta o menor diferencial no emprego por género), mas com algumas diferenças intra-regionais, evidentes entre o Médio Tejo com valores quase todos abaixo da média distrital, excepto Alcanena, Entroncamento e Ourém, e a Lezíria do Tejo em que todos os concelhos têm um peso superior à média distrital, excluindo a Golegã.

No geral, os concelhos onde o emprego assume maior peso em relação à população total residente são Benavente (52,4%), Entroncamento (49,9%) e Salvaterra de Magos (49,2%). Com menor percentagem de emprego, situam-se os concelhos de Sardoal (38,8%), Ferreira do Zêzere (36,6%) e Mação (36,2%).

Quadro LXVII – População total residente, população activa e Taxa de Actividade Total, por género, no distrito de Santarém (2001)

Zona Geográfica	População Total Residente			População Activa			Taxa de Actividade Total		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
DISTRITO	454527	215113	230972	206111	114998	91113	46,2	53,5	39,4
Médio Tejo	226090	108734	117356	100137	56404	43733	44,3	51,9	37,3
Abrantes	42235	20486	21749	18516	10551	7965	43,8	51,5	36,6
Alcanena	14600	7125	7475	7096	3949	3147	48,6	55,4	42,1
Constância	3815	1846	1969	1716	977	739	45,0	52,9	37,5
Entroncamento	18174	8825	9349	9075	4832	4243	49,9	54,8	45,4
Ferreira do Zêzere	9422	4504	4918	3453	2104	1349	36,6	46,7	27,4
Mação	8334	4047	4395	3055	1789	1266	36,2	44,2	28,8
Ourém	46216	22042	24174	24412	14045	10367	52,8	63,7	42,9
Sardoal	4104	1999	2105	1593	925	668	38,8	46,3	31,7
Tomar	43006	20499	22507	18182	10185	7997	42,3	49,7	35,5
Torres Novas	36908	17703	19205	16814	9306	7508	45,6	52,6	39,1
Vila Nova da Barquinha	7610	3705	3905	3291	1889	1402	43,2	51,0	35,9
Lezíria do Tejo	219995	106379	113616	105974	58594	47380	48,2	55,1	41,7
Almeirim	21957	10490	11467	10733	5871	4862	48,9	56,0	42,4
Alpiarça	8024	3873	4151	3825	2118	1707	47,7	54,7	41,1
Benavente	23257	11497	11760	12176	6676	5500	52,4	58,1	46,8
Cartaxo	23389	11414	11975	11340	6355	4985	48,5	55,7	41,6
Chamusca	11492	5558	5934	5343	3065	2278	46,5	55,1	38,4
Coruche	21332	10329	11003	10007	5646	4361	46,9	54,7	39,6
Golegã	5710	2694	3016	2506	1404	1102	43,9	52,1	36,5
Rio Maior	21110	10364	10746	9946	5679	4267	47,1	54,8	39,7
Salvaterra de Magos	20161	9761	10400	9910	5433	4477	49,2	55,7	43,0
Santarém	63563	30399	33164	30188	16347	13841	47,5	53,8	41,7

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação - 2001 (Resultados Definitivos)

Relativamente à taxa de actividade⁶³ da população do distrito, os valores reflectem a estrutura da população activa distrital, com um valor de 69,1%. A Lezíria do Tejo apresenta um diferencial positivo de 1% relativamente ao Médio Tejo. A situação de emprego a nível concelhio tem distribuição homóloga à taxa de actividade total. O Entroncamento continua a ser o concelho com menor diferencial entre “homens” e “mulheres” (11,6%), ou seja, este *gap* reduzido evidencia sobretudo o aumento da taxa de participação feminina no mercado de trabalho.

A nível concelhio, com menor peso de emprego na população em idade activa, encontram-se Ferreira do Zêzere (61,1%), Vila Nova da Barquinha (64,3%) e Sardoal (65,0%). Com maior número de pessoas com emprego relativamente à população em idade activa, distinguem-se Alcanena (73,4%), Alpiarça (74,3%) e Ourém (82,2%).

⁶³ *Taxa de Actividade*, de acordo com o INE, é a taxa que permite definir a relação entre a população activa e a população em idade activa (com 15 e mais anos de idade).

Quadro LXVIII - População total residente, população activa e Taxa de Actividade, por género, no distrito de Santarém (2001)

Zona Geográfica	População Residente					População com Actividade Económica						Taxa de Actividade			
	Total		15 a 65 anos			15 a 60 anos			Mais de 60 anos			Total			
	HM	H	HM	H	M	HM	H	HM	H	HM	H	M	HM	H	M
DISTRITO	454527	215113	298210	148163	150047	194485	107776	11626	7222	206111	114998	91113	69,1	77,6	60,7
Médio Tejo	226090	108734	145880	72469	73411	95027	53352	5110	3052	100137	56404	43733	68,6	77,8	59,6
Abrantes	42235	20486	26724	13481	13243	17504	9959	1012	592	18516	10551	7965	69,3	78,3	60,1
Alcanena	14600	7125	9672	4873	4799	6672	3684	424	265	7096	3949	3147	73,4	81,0	65,6
Constância	3815	1846	2624	1302	1322	1656	936	60	41	1716	977	739	65,4	75,0	55,9
Entroncamento	18174	8825	12446	6131	6315	8758	4665	317	167	9075	4832	4243	72,9	78,8	67,2
Ferreira do Zêzere	9422	4504	5656	2848	2808	3262	1977	191	127	3453	2104	1349	61,1	73,9	48,0
Mação	8442	4047	4386	2395	1991	2644	1561	411	228	3055	1789	1266	69,7	74,7	63,6
Ourém	46216	22042	29699	14515	15184	19302	10993	5110	3052	24412	14045	10367	82,2	96,8	68,3
Sardoal	4104	1999	2452	1260	1192	1519	885	74	40	1593	925	668	65,0	73,4	56,0
Tomar	43006	20499	27454	13528	13926	17212	9613	970	572	18182	10185	7997	66,2	75,3	57,4
Torres Novas	36908	17703	24036	11960	12076	16001	8822	813	484	16814	9306	7508	70,0	77,8	62,2
Vila Nova da Barquinha	7610	3705	5117	2571	2546	3141	1818	150	71	3291	1889	1402	64,3	73,5	55,1
Lezíria do Tejo	219995	106379	152330	75694	76636	99458	54424	6516	4170	105974	58594	47380	69,6	77,4	61,8
Almeirim	21957	10490	15917	7863	8054	10029	5395	704	476	10733	5871	4862	67,4	74,7	60,4
Alpiarça	8024	3873	5146	2606	2540	3559	1950	266	168	3825	2118	1707	74,3	81,3	67,2
Benavente	23257	11497	17161	8600	8561	11494	6238	682	438	12176	6676	5500	71,0	77,6	64,2
Cartaxo	23389	11414	16962	8455	8507	10750	5975	590	380	11340	6355	4985	66,9	75,2	58,6
Chamusca	11492	5558	7397	3704	3693	4935	2800	408	265	5343	3065	2278	72,2	82,7	61,7
Coruche	21332	10329	13985	7004	6981	9199	5088	808	558	10007	5646	4361	71,6	80,6	62,5
Golegã	5710	2694	3733	1786	1947	2356	1304	150	100	2506	1404	1102	67,1	78,6	56,6
Rio Maior	21110	10364	14651	7302	7349	9414	5321	532	358	9946	5679	4267	67,9	77,8	58,1
Salvaterra de Magos	20161	9761	14279	7111	7168	9395	5101	515	332	9910	5433	4477	69,4	76,4	62,5
Santarém	63563	30399	43099	21263	21836	28327	15252	1861	1095	30188	16347	13841	70,0	76,9	63,4

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação - 2001 (Resultados Definitivos)

A taxa de actividade é um indicador muito amplo que necessita de estar articulado com outras variáveis a fim de evidenciar a estrutura de emprego, como é o caso da idade, pelo que de seguida se fará uma breve análise da [taxa de actividade por escalão etário](#) a nível distrital.

Verifica-se que o maior número de população activa se situa no grupo etário dos 25 aos 44 anos, seguidos pelo grupo dos 45 aos 54 anos com um peso bastante inferior, os grupos extremos mais jovens e mais idosos encontram maior dificuldade de integrarem a população activa, no entanto, há que considerar que uma elevada taxa de actividade jovem poderá estar associada a maiores níveis de abandono escolar.

Os “homens” do grupo 15 a 24 anos têm um maior contributo para o total da população activa, o que faz reduzir a importância relativa do peso dos homens dos outros grupos etários comparativamente à categoria “mulheres” de 25 a 44 anos, pelo que a

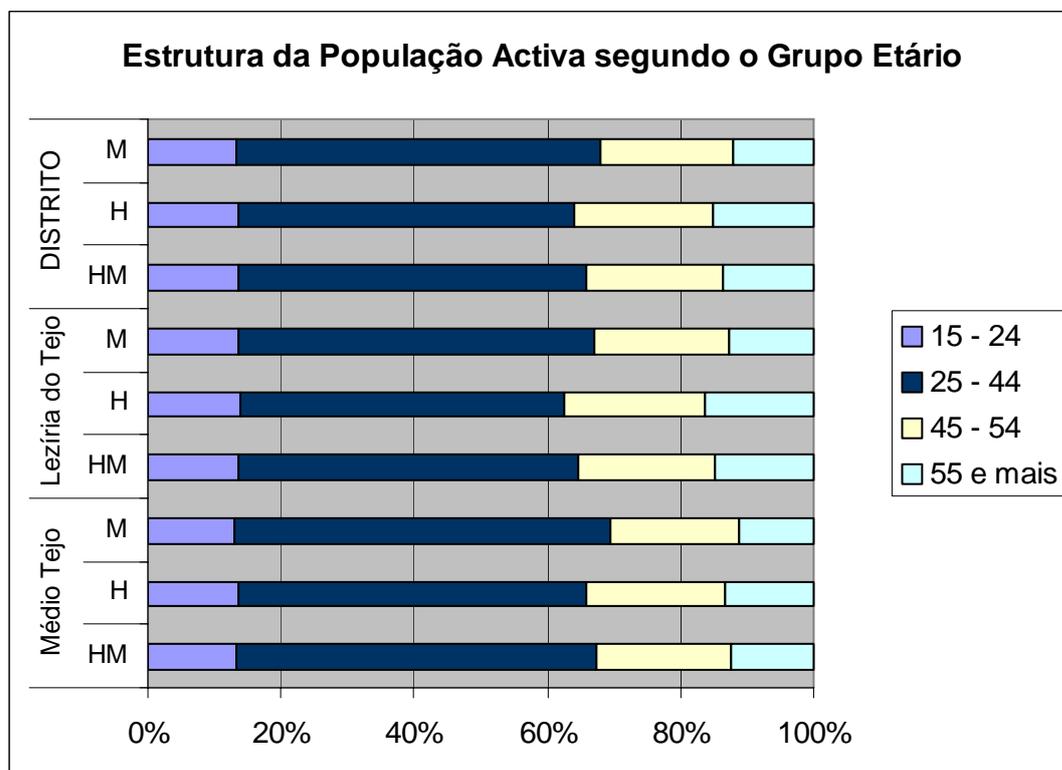
representação gráfica [Gráfico XLI] parece evidenciar o contributo de “mulheres” nas diferentes áreas geográficas em análise.

Quadro LXIX – População Activa e Taxa de Actividade por Grupo Etário e Género (2001)

	Médio Tejo			Lezíria do Tejo			DISTRITO		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Pop. Activa (Nº)	100137	56404	43733	115793	64321	51472	215930	120725	95205
15 – 24	13297	7640	5657	15813	8848	6965	29110	16488	12622
25 – 44	54102	29430	24672	59016	31453	27563	113118	60883	52235
45 – 54	20339	11762	8577	23930	13531	10399	44269	25293	18976
55 e mais	12399	7572	4827	17034	10489	6545	29433	18061	11372
Taxa de Actividade (%)	68,6	77,8	59,6	76,0	85,0	67,2	72,4	81,5	63,5

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação - 2001 (Resultados Definitivos)

Gráfico XLI – Estrutura da População Activa no Distrito segundo o Grupo Etário (2001)



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação - 2001 (Resultados Definitivos)

O emprego também varia bastante em função do sector de actividade, pelas diferentes capacidades de absorção de mão-de-obra, pelo que faremos uma análise dos resultados das [taxas de emprego por sector de actividade](#).

A partir dos dados recolhidos, foi possível apurar que o terceiro sector preenche o maior número de postos de trabalho no distrito, sendo repartido de forma quase equitativa entre os “serviços de natureza social” e os “serviços relacionados com a área económica”, com uma ligeira predominância destes últimos; o sector secundário ocupa a segunda posição e o primário a última posição em termos de emprego.

A nível do sector primário, a Lezíria do Tejo representa 10% do total do emprego, o que é bastante significativo se compararmos com o Médio Tejo que evidencia uma estrutura completamente diferente, representando este sector apenas 3,6%.

Os concelhos que evidenciam uma maior dependência da estrutura de emprego em relação ao sector primário são Coruche (21,1%), Chamusca (18,2%) e Almeirim (15,8%), os concelhos com menor incidência deste sector são Entroncamento (0,5%), Vila Nova da Barquinha (2,0%) e Alcanena (2,2%).

O sector secundário está representado no Médio Tejo com 35% e na Lezíria do Tejo com 31,8%. Este sector, a nível concelhio tinha maior incidência em 2001, em Alcanena (52,5%), Ourém (42,4%) e Salvaterra de Magos (39,8%) e apresentava menor representatividade nos concelhos de Entroncamento (17,1%), Vila Nova da Barquinha (24,4%) e Golegã (27,1%).

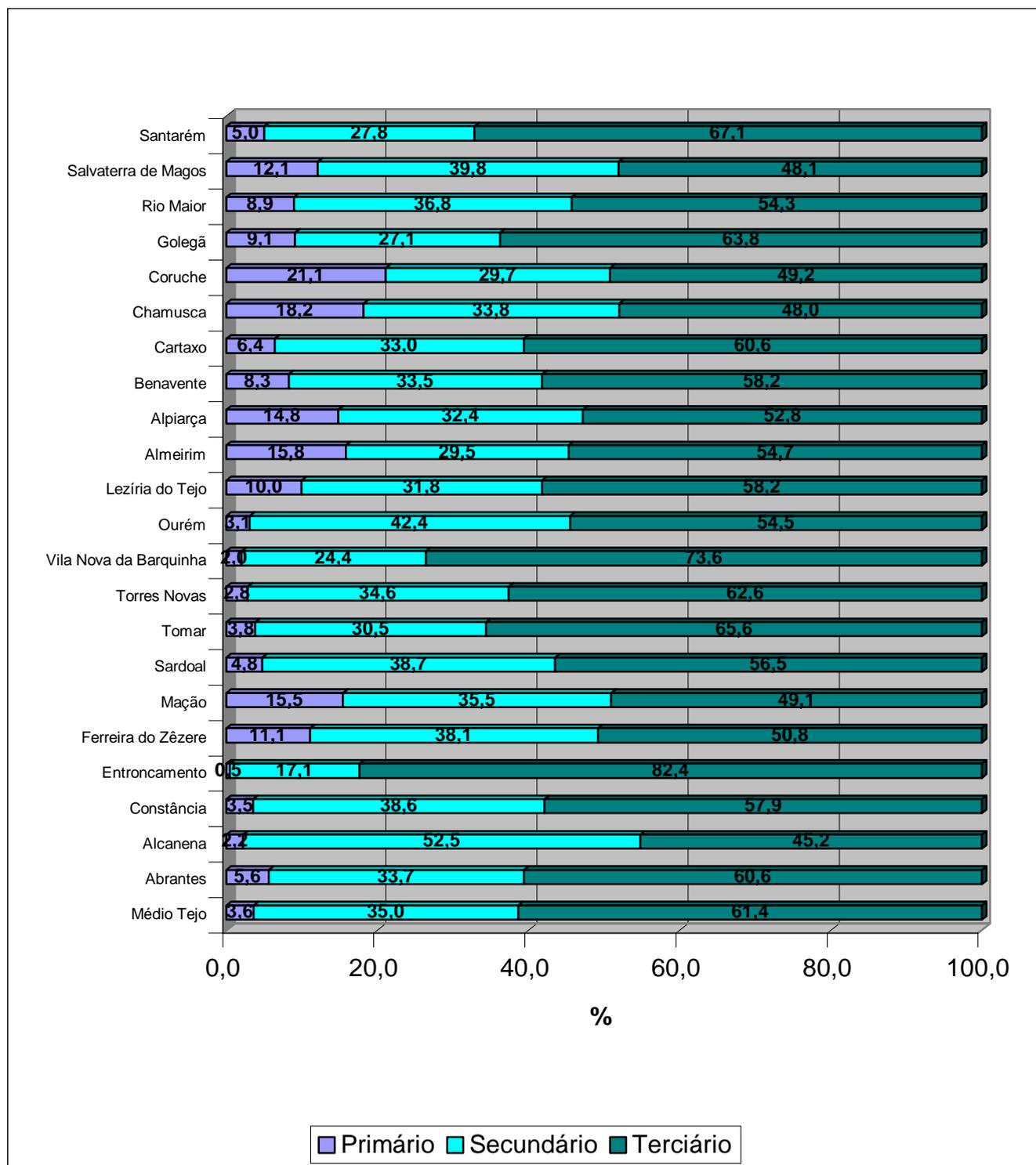
O sector dominante, o terciário, apresentava a seguinte distribuição: no Médio Tejo com 61,4% e na Lezíria do Tejo com 58,2%. Fazendo uma comparação inter-concelhia, destacam-se pelo maior número de empregados originários do sector terciário, o Entroncamento (82,4%), Vila Nova da Barquinha (73,6%) e Santarém (67,1%), pelo contrário, nos concelhos de Alcanena (45,2%), Salvaterra de Magos (48,1%) e Mação (49,1%) dispunham de menor número de residentes com emprego neste sector.

Quadro LXX – Taxas de Actividade por Sector de Actividade (2001)

Zona Geográfica Sector de Actividade	Total	Primário	Secundário	Terciário		
				Total	Serviços de Natureza Social	Serviços Relacionados com Actividade Económica
Médio Tejo	93724	3,6	35,0	61,4	27,9	33,4
Abrantes	16936	5,6	33,7	60,6	31,3	29,4
Alcanena	6699	2,2	52,5	45,2	16,8	28,5
Constância	1619	3,5	38,6	57,9	35,9	22,0
Entroncamento	8352	0,5	17,1	82,4	42,1	40,3
Ferreira do Zézere	3284	11,1	38,1	50,8	20,7	30,1
Mação	2899	15,5	35,5	49,1	26,4	22,6
Sardoal	1505	4,8	38,7	56,5	33,8	22,7
Tomar	16736	3,8	30,5	65,6	30,7	34,9
Torres Novas	15863	2,8	34,6	62,6	27,0	35,6
Vila Nova da Barquinha	3029	2,0	24,4	73,6	37,4	36,2
Ourém	19701	3,1	42,4	54,5	20,0	34,5
Lezíria do Tejo	106375	10,0	31,8	58,2	24,5	33,7
Almeirim	9757	15,8	29,5	54,7	24,1	30,6
Alpiarça	3431	14,8	32,4	52,8	25,3	27,5
Benavente	11272	8,3	33,5	58,2	21,9	36,3
Cartaxo	10528	6,4	33,0	60,6	24,1	36,6
Chamusca	4795	18,2	33,8	48,0	22,8	25,2
Coruche	8867	21,1	29,7	49,2	20,0	29,2
Golegã	2294	9,1	27,1	63,8	30,8	33,0
Rio Maior	9306	8,9	36,8	54,3	19,3	35,0
Salvaterra de Magos	8733	12,1	39,8	48,1	18,1	30,0
Santarém	28163	5,0	27,8	67,1	31,0	36,1

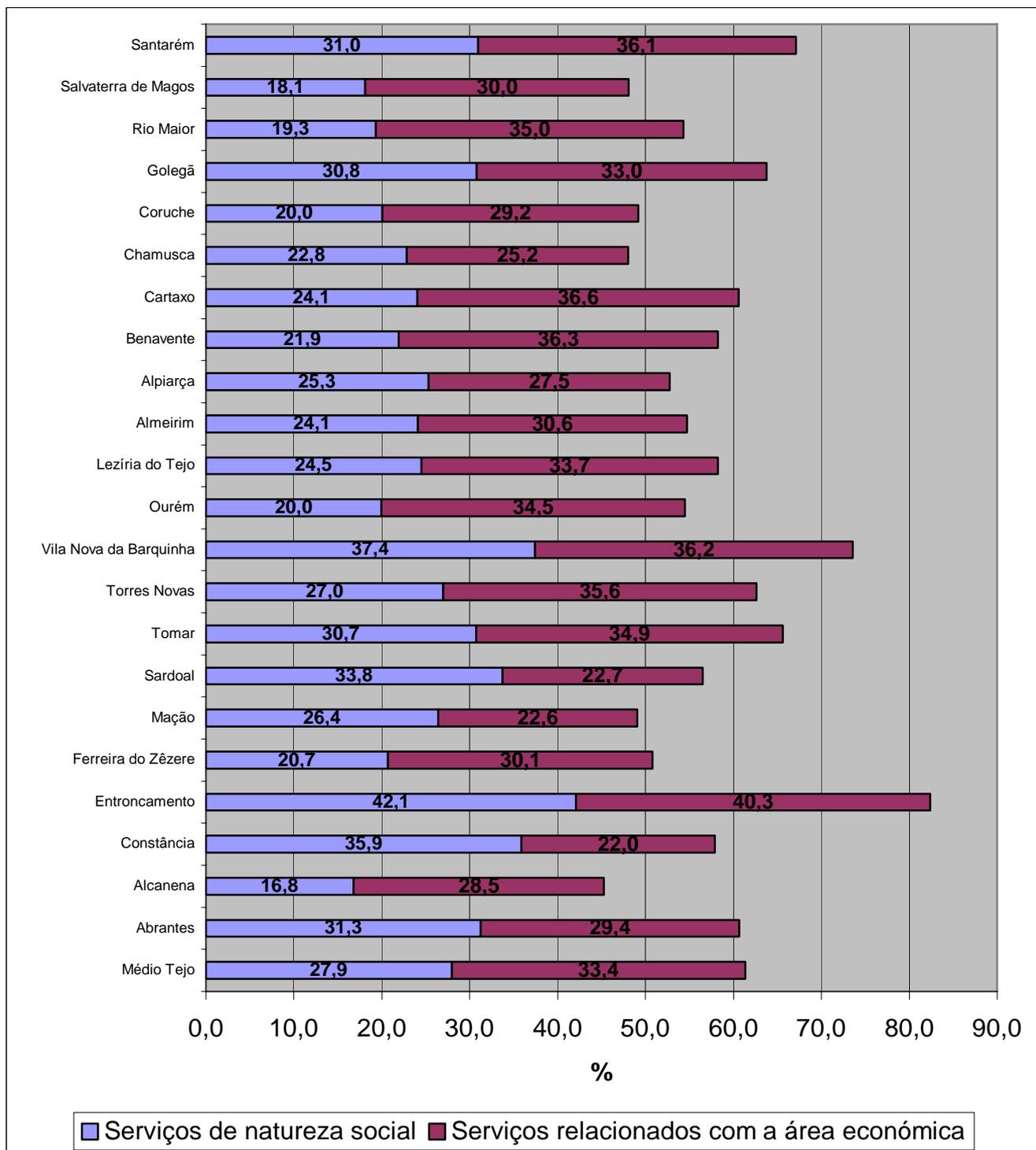
Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação - 2001 (Resultados Definitivos)

Gráfico XLII – Distribuição da população empregada por Sector de Actividade, no Distrito (2001)



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação - 2001 (Resultados Definitivos)

Gráfico XLIII - Distribuição das Taxas de Actividade no Sector Terciário no Distrito (2001)



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação - 2001 (Resultados Definitivos)

A **situação profissional** da população empregada é outro indicador importante para o conhecimento da estrutura de emprego no distrito. Verificou-se, então, que o número total de população empregada que trabalha “por conta de outrem” constitui a

esmagadora maioria desta população, em segundo lugar surgiam os que pertencem à categoria “empregador”, mas em número bastante mais reduzido, os que trabalham “por conta própria” ocupavam a terceira posição em termos de situação na profissão.

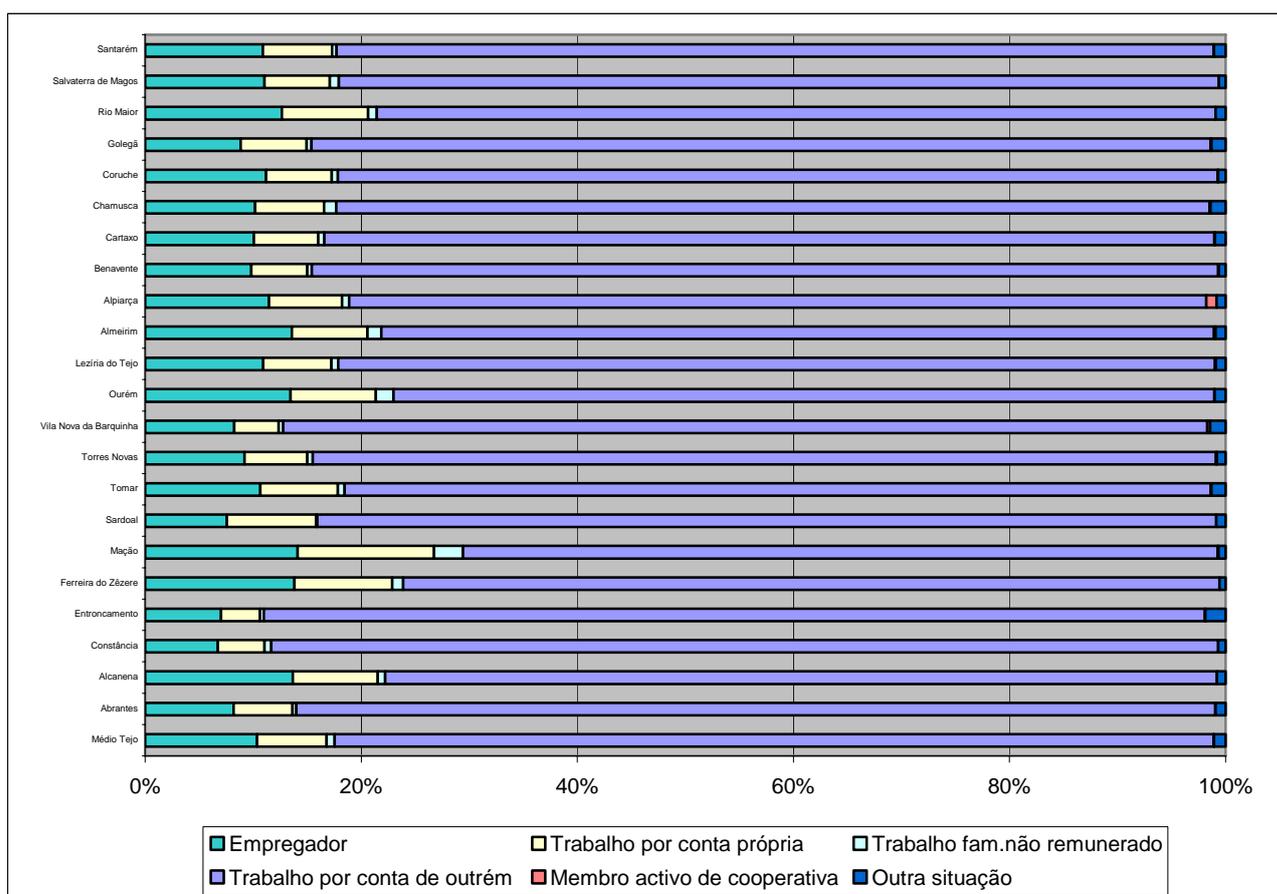
Os concelhos com maior índice de “trabalho por conta de outrem” são o Entroncamento, Constância, Vila Nova da Barquinha e Abrantes; na categoria “empregador” destaca-se Almeirim, Ourém, Mação, Ferreira do Zêzere e Alcanena e na categoria “trabalho por conta própria” destacam-se Ourém, Rio Maior, Alpiarça, Almeirim, Mação, Ferreira do Zêzere e Alcanena. Refira-se ainda a existência da categoria “membro activo de cooperativa” como se pode constatar na tabela e gráfico seguintes.

Quadro LXLXXI – População residente empregada por Situação na Profissão, no Distrito (2001)

Zona Geográfica							
Situação na Profissão	Total	Empregador	Trabalho por conta própria	Trabalho fam. não remunerado	Trabalho por conta de outrem	Membro activo de cooperativa	Outra situação
Médio Tejo	93724	9714	6040	699	76228	45	998
Abrantes	16936	1386	922	61	14406	7	154
Alcanena	6699	916	526	47	5157	-	53
Constância	1619	109	70	10	1419	-	11
Entroncamento	8352	588	301	29	7274	3	157
Ferreira do Zêzere	3284	454	297	33	2481	-	19
Mação	2899	409	366	78	2024	3	19
Sardoal	1505	114	124	2	1252	-	13
Tomar	16736	1785	1201	102	13421	7	220
Torres Novas	15863	1462	917	81	13263	14	126
Vila Nova da Barquinha	3029	250	124	13	2591	8	43
Ourém	19701	2650	1558	321	14964	6	202
Lezíria do Tejo	106375	11639	6696	670	86319	87	964
Almeirim	9757	1324	683	125	7521	14	90
Alpiarça	3431	393	232	23	2722	32	29
Benavente	11272	1108	585	45	9456	6	72
Cartaxo	10528	1060	626	59	8674	7	102
Chamusca	4795	489	305	54	3875	5	67
Coruche	8867	993	539	51	7217	5	62
Golegã	2294	203	140	10	1909	2	30
Rio Maior	9306	1178	742	75	7225	1	85
Salvaterra de Magos	8733	965	529	71	7114	-	54
Santarém	28163	3072	1797	118	22866	12	298

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação - 2001 (Resultados Definitivos)

Gráfico XLIV – Distribuição da população empregada por Situação na Profissão, no Distrito (2001)



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação - 2001 (Resultados Definitivos)

Se cruzarmos a distribuição sectorial pela situação na profissão, na sub-região do Médio Tejo regista-se que no “sector primário” a maior parte da população empregada neste sector (13,2%) pertencia à categoria “trabalho familiar não remunerado”; no sector secundário 37,2% são trabalhadores “por conta própria”, ultrapassando mesmo os trabalhadores “por conta de outrem” (35,6%); no sector terciário têm maior peso os “trabalhadores familiares não remunerados” (76,7%) que passa os trabalhadores “por conta de outrem” em 14,9%.

Na Lezíria do Tejo, o “sector primário” empregava a maior parte da população em situação de “trabalho familiar não remunerado” ; o “sector secundário” ocupava 42,5% da população empregada neste sector em situação de “membro activo de cooperativa”, o sector terciário ocupava também a maior parte dos empregados em regime de “trabalhador familiar não remunerado”.

Esta distribuição revela estruturas algo diferentes entre as duas sub-regiões compreendidas, sendo a Lezíria do Tejo mais dependente do sector primário, de estrutura marcadamente familiar o que acontece também no sector terciário. Enquanto que o sector secundário está fortemente ligado às cooperativas.

No Médio Tejo, a estrutura de emprego é mais apoiada pelos sectores terciário e secundário, em que predominam as micro empresas de cariz familiar, o que é indiciado pelo facto de em termos de situação na profissão, ser preponderante o trabalho familiar não remunerado.

Reportando a 2000⁶⁴, existia no distrito uma proporção de 85,1 empresas com menos de 10 pessoas ao serviço por cada 100 empresas existentes no distrito. Sendo um número bastante elevado, contudo, no contexto do Continente, apenas ultrapassa a média nacional em 2%, pelo que se afigura uma debilidade transversal a todo o território nacional.

Quadro LXXII – Proporção de população residente no Distrito, empregada por Sector de Actividade e Situação na Profissão (2001)

Zona Geográfica	Total	Primário	Secundário	Terciário		
				Serviços de Natureza Social	Serviços Relacionados com Actividade Económica	
Situação na Profissão	Total					
Médio Tejo	93724	3,6	35,0	61,4	27,9	33,4
Empregador	9714	6,1	37,2	56,7	5,8	50,9
Trabalho por conta própria	6040	10,8	30,8	58,4	7,6	50,8
Trabalho fam.não remunerado	699	13,2	10,2	76,7	32,0	44,6
Trabalho por conta outrém	76228	2,7	35,6	61,8	31,8	30,0
Membro activo de cooperativa	45	-	31,1	68,9	26,7	42,2
Outra situação	998	2,8	14,7	82,5	70,3	12,1
Abrantes	16936	5,6	33,7	60,6	31,3	29,4
Empregador	1386	11,3	33,0	55,6	6,3	49,3
Trabalho por conta própria	922	8,0	26,9	65,1	9,4	55,6
Trabalho fam.não remunerado	61	18,0	8,2	73,8	13,1	60,7
Trabalho por conta outrém	14406	4,9	34,6	60,5	34,6	25,8
Membro activo de cooperativa	7	-	42,9	57,1	14,3	42,9
Outra situação	154	3,2	9,7	87,0	79,2	7,8
Alcanena	6699	2,2	52,5	45,2	16,8	28,5
Empregador	916	5,2	46,3	48,5	2,7	45,7
Trabalho por conta própria	526	11,0	27,8	61,2	7,6	53,6
Trabalho fam. não remunerado	47	6,4	25,5	68,1	23,4	44,7
Trabalho por conta outrém	5157	0,8	56,8	42,5	19,6	22,8
Membro activo de cooperativa	-	-	-	-	-	-
Outra situação	53	1,9	18,9	79,2	66,0	13,2
Constância	1619	3,5	38,6	57,9	35,9	22,0
Empregador	109	4,6	28,4	67,0	6,4	60,6
Trabalho por conta própria	70	7,1	28,6	64,3	8,6	55,7
Trabalho fam. não remunerado	10	30,0	10,0	60,0-		60,0
Trabalho por conta outrém	1419	3,0	40,2	56,7	39,6	17,1
Membro activo de cooperativa	-	-	-	-	-	-
Outra situação	11	9,1	18,2	72,7	54,5	18,2
Entroncamento	8352	0,5	17,1	82,4	42,1	40,3
Empregador	588	1,7	20,1	78,2	11,6	66,7
Trabalho por conta própria	301	1,0	23,6	75,4	15,0	60,5
Trabalho fam. não remunerado	29	-	3,4	96,6	31,0	65,5
Trabalho por conta outrém	7274	0,4	16,8	82,8	45,0	37,8

⁶⁴ Departamento de Estudos, Prospectiva e Planeamento/MSST – Quadros de Pessoal 2000.

Membro activo de cooperativa	3	-	-	100,0	66,7	33,3
Outra situação	157	-	10,8	89,2	75,2	14,0
Ferreira do Zézere	3284	11,1	38,1	50,8	20,7	30,1
Empregador	454	11,7	45,6	42,7	3,5	39,2
Trabalho por conta própria	297	18,2	35,0	46,8	4,4	42,4
Trabalho fam. não remunerado	33	27,3	6,1	66,7	21,2	45,5
Trabalho por conta outrém	2481	10,0	37,7	52,2	25,3	27,0
Membro activo de cooperativa	-	-	-	-	-	-
Outra situação	19	-	10,5	89,5	84,2	5,3
Mação	2899	15,5	35,5	49,1	26,4	22,6
Empregador	409	28,1	38,6	33,3	2,7	30,6
Trabalho por conta própria	366	41,8	27,3	30,9	3,0	27,9
Trabalho fam. não remunerado	78	60,3	7,7	32,1	24,4	7,7
Trabalho por conta outrém	2024	6,4	37,7	55,9	35,1	20,8
Membro activo de cooperativa	3	33,3	-	66,7	66,7	-
Outra situação	19	10,5	10,5	78,9	68,4	10,5
Sardoal	1505	4,8	38,7	56,5	33,8	22,7
Empregador	114	7,9	54,4	37,7	1,8	36,0
Trabalho por conta própria	124	31,5	33,9	34,7	7,3	27,4
Trabalho fam. não remunerado	2	-	-	100,0	50,0	50,0
Trabalho por conta outrém	1252	1,8	37,7	60,5	39,3	21,2
Membro activo de cooperativa	-	-	-	-	-	-
Outra situação	13	7,7	53,8	38,5	30,8	7,7
Tomar	16736	3,8	30,5	65,6	30,7	34,9
Empregador	1785	5,0	33,9	61,1	8,1	53,0
Trabalho por conta própria	1201	7,0	34,2	58,8	8,0	50,8
Trabalho fam. não remunerado	102	17,6	11,8	70,6	19,6	51,0
Trabalho por conta outrém	13421	3,3	30,1	66,6	35,2	31,3
Membro activo de cooperativa	7	-	42,9	57,1	42,9	14,3
Outra situação	220	2,3	15,5	82,3	68,6	13,6
Torres Novas	15863	2,8	34,6	62,6	27,0	35,6
Empregador	1462	7,2	30,2	62,6	5,7	56,9
Trabalho por conta própria	917	12,1	29,9	58,0	7,3	50,7
Trabalho fam. não remunerado	81	12,3	14,8	72,8	21,0	51,9
Trabalho por conta outrém	13263	1,6	35,7	62,7	30,3	32,4
Membro activo de cooperativa	14	-	57,1	42,9	7,1	35,7
Outra situação	126	2,4	15,1	82,5	69,8	12,7
Vila Nova da Barquinha	3029	2,0	24,4	73,6	37,4	36,2
Empregador	250	3,2	24,8	72,0	11,2	60,8
Trabalho por conta própria	124	5,6	25,8	68,5	9,7	58,9
Trabalho fam. não remunerado	13	15,4	7,7	76,9	7,7	69,2
Trabalho por conta outrém	2591	1,7	24,6	73,7	40,8	32,9
Membro activo de cooperativa	8	-	-	100,0	25,0	75,0
Outra situação	43	2,3	14,0	83,7	76,7	7,0
Ourém	19701	3,1	42,4	54,5	20,0	34,5
Empregador	2650	4,3	45,3	50,4	3,8	46,6
Trabalho por conta própria	1558	13,8	33,1	53,1	5,5	47,7
Trabalho fam. não remunerado	321	11,2	7,8	81,0	46,7	34,3

Trabalho por conta outrém	14964	1,6	43,9	54,5	23,2	31,3
Membro activo de cooperativa	6	-	-	100,0	50,0	50,0
Outra situação	202	5,4	17,3	77,2	63,9	13,4
Lezíria do Tejo	106375	10,0	31,8	58,2	24,5	33,7
Empregador	11639	18,2	28,4	53,4	6,1	47,3
Trabalho por conta própria	6696	18,7	23,9	57,5	7,1	50,4
Trabalho fam. não remunerado	670	29,0	10,9	60,1	11,5	48,7
Trabalho por conta outrém	86319	8,1	33,2	58,7	28,0	30,7
Membro activo de cooperativa	87	19,5	42,5	37,9	13,8	24,1
Outra situação	964	4,6	15,5	80,0	66,4	13,6
Azambuja	9229	7,6	32,1	60,3	23,3	37,0
Empregador	854	14,4	34,4	51,2	6,8	44,4
Trabalho por conta própria	518	21,6	22,8	55,6	5,8	49,8
Trabalho fam. não remunerado	39	23,1	7,7	69,2	17,9	51,3
Trabalho por conta outrém	7740	5,8	32,7	61,5	26,0	35,5
Membro activo de cooperativa	3	33,3	-	66,7	-	66,7
Outra situação	75	8,0	20,0	72,0	60,0	12,0
Almeirim	9757	15,8	29,5	54,7	24,1	30,6
Empregador	1324	32,1	23,3	44,6	5,3	39,4
Trabalho por conta própria	683	24,2	19,5	56,4	7,9	48,5
Trabalho fam. não remunerado	125	50,4	9,6	40,0	9,6	30,4
Trabalho por conta outrém	7521	11,8	32,0	56,3	28,5	27,7
Membro activo de cooperativa	14	7,1	64,3	28,6	7,1	21,4
Outra situação	90	5,6	11,1	83,3	72,2	11,1
Alpiarça	3431	14,8	32,4	52,8	25,3	27,5
Empregador	393	34,1	27,5	38,4	3,3	35,1
Trabalho por conta própria	232	19,0	21,1	59,9	9,9	50,0
Trabalho fam. não remunerado	23	30,4	17,4	52,2	-	52,2
Trabalho por conta outrém	2722	11,4	34,1	54,5	29,9	24,5
Membro activo de cooperativa	32	43,8	50,0	6,3	-	6,3
Outra situação	29	-	17,2	82,8	62,1	20,7
Benavente	11272	8,3	33,5	58,2	21,9	36,3
Empregador	1108	11,9	28,2	59,8	5,8	54,1
Trabalho por conta própria	585	11,1	27,9	61,0	9,6	51,5
Trabalho fam. não remunerado	45	33,3	2,2	64,4	13,3	51,1
Trabalho por conta outrém	9456	7,6	34,7	57,7	24,4	33,3
Membro activo de cooperativa	6	-	16,7	83,3	33,3	50,0
Outra situação	72	0,0	25,0	72,2	52,8	19,4
Cartaxo	10528	6,4	33,0	60,6	24,1	36,6
Empregador	1060	11,9	31,4	56,7	7,5	49,2
Trabalho por conta própria	626	12,3	29,2	58,5	6,9	51,6
Trabalho fam. não remunerado	59	11,9	15,3	72,9	16,9	55,9
Trabalho por conta outrém	8674	5,3	33,8	60,9	26,9	34,0
Membro activo de cooperativa	7	-	71,4	28,6	-	28,6
Outra situação	102	1,0	15,7	83,3	66,7	16,7
Chamusca	4795	18,2	33,8	48,0	22,8	25,2
Empregador	489	23,1	30,1	46,8	4,7	42,1
Trabalho por conta própria	305	19,7	28,9	51,5	3,3	48,2
Trabalho fam. não remunerado	54	27,8	7,4	64,8	-	64,8

Trabalho por conta outrém	3875	17,5	35,5	47,0	26,0	21,0
Membro activo de cooperativa	5	20,0	20,0	60,0	20,0	40,0
Outra situação	67	4,5	10,4	85,1	77,6	7,5
Coruche	8867	21,1	29,7	49,2	20,0	29,2
Empregador	993	28,6	24,3	47,1	3,7	43,4
Trabalho por conta própria	539	21,0	20,0	59,0	6,1	52,9
Trabalho fam. não remunerado	51	25,5	11,8	62,7	17,6	45,1
Trabalho por conta outrém	7217	20,1	31,5	48,4	23,0	25,4
Membro activo de cooperativa	5	-	20,0	80,0	20,0	60,0
Outra situação	62	16,1	9,7	74,2	62,9	11,3
Golegã	2294	9,1	27,1	63,8	30,8	33,0
Empregador	203	23,2	26,6	50,2	5,9	44,3
Trabalho por conta própria	140	14,3	17,9	67,9	11,4	56,4
Trabalho fam. não remunerado	10	20,0	-	80,0	10,0	70,0
Trabalho por conta outrém	1909	7,3	28,4	64,3	34,0	30,2
Membro activo de cooperativa	2	-	-	100,0	100,0	-
Outra situação	30	3,3	-	96,7	83,3	13,3
Rio Maior	9306	8,9	36,8	54,3	19,3	35,0
Empregador	1178	21,5	27,1	51,4	4,2	47,3
Trabalho por conta própria	742	29,1	19,8	51,1	5,0	46,1
Trabalho fam. não remunerado	75	32,0	0,9	58,7	10,7	4,8
Trabalho por conta outrém	7225	4,7	40,5	54,8	22,9	31,9
Membro activo de cooperativa	1	-	100,0	-	-	-
Outra situação	85	2,4	22,4	75,3	58,8	16,5
Salvaterra de Magos	8733	12,1	39,8	48,1	18,1	30,0
Empregador	965	19,0	33,4	47,7	5,9	41,8
Trabalho por conta própria	529	14,4	23,6	62,0	7,2	54,8
Trabalho fam. não remunerado	71	28,2	12,7	59,2	19,7	39,4
Trabalho por conta outrém	7114	10,9	42,3	46,8	20,3	26,5
Membro activo de cooperativa	-	-	-	-	-	-
Outra situação	54	9,3	14,8	75,9	55,6	20,4
Santarém	28163	5,0	27,8	67,1	31,0	36,1
Empregador	3072	9,6	28,3	62,0	7,9	54,1
Trabalho por conta própria	1797	0,2	25,5	57,7	7,5	50,3
Trabalho fam. não remunerado	118	16,1	15,3	68,6	8,5	60,2
Trabalho por conta outrém	22866	3,5	28,2	68,4	35,5	32,8
Membro activo de cooperativa	12	-	25,0	75,0	41,7	33,3
Outra situação	298	3,0	15,1	81,9	70,5	11,4

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação - 2001 (Resultados Definitivos)

4.4.1.2 – Desemprego

O abrandamento da actividade económica tem impacto a nível do crescimento de emprego e reflecte-se nas taxas de desemprego.

A taxa de desemprego⁶⁵ é uma medida demasiado agregada que esconde situações muito diversas. Existem **categorias que estão mais vulneráveis**⁶⁶ como as mulheres, os jovens, os idosos, os desempregados de longa duração, dando origem a outras formas de marginalidade e exclusão social. As mulheres são particularmente afectadas pelo desemprego, como reflexo pela preferência de contratação de homens porque tendem a assegurar uma taxa de absentismo inferior à da mulher. As mulheres mais jovens sentem dificuldades acrescidas, tal como os jovens que pretendem entrar na vida activa e os que ainda têm uma experiência profissional reduzida. Os idosos são uma categoria social em que o desemprego tem consequências muito pesadas, pois é difícil conseguirem novo emprego e as possibilidades de reconversão de actividade são restritas ou mesmo inviáveis. Os desempregados de longa duração (superior a um ano) sofrem particularmente consequências sobre o nível de vida e padrões de consumo.

A fim de melhor conhecer a estrutura da população desempregada, foi analisada a sua distribuição por sexo e nível etário.

A nível nacional, de acordo com os dados mais recentes facultados pelo INE, relativos ao desemprego, no 2º trimestre de 2004 a taxa de desemprego situava-se em 6,3%, o que representou um crescimento da população desempregada de 4,2% face ao período homólogo. Em relação ao trimestre anterior manteve-se estável o número de desempregados.

Quadro LXXIII – Taxa de Desemprego por NUTS II (2003-2004)

Taxa de Desemprego por NUTS II * (%)	2º Trimestre 2003	1º Trimestre 2004	2º Trimestre 2004
Portugal	6,1	6,4	6,3
Norte	6,5	7,0	7,3
Centro	3,4	4,2	4,0
Lisboa	8,2	7,7	7,3
Alentejo	7,4	8,1	8,8
Algarve	6,8	6,0	5,1
R.A. Açores	2,9	3,6	3,1
R.A. Madeira	3,5	2,8	2,7

* NUTS – 2002

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego – 2º Trimestre 2004

Segundo os dados do INE, atendendo à distribuição da taxa de desemprego por região de residência da população, verifica-se que as regiões Alentejo (8,8%), Lisboa (7,3%) e Norte (7,3%) mantêm as taxas mais elevadas do país. As taxas de desemprego mais baixas continuam a observar-se nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira (3,1% e 2,7%, respectivamente).

⁶⁵ *Taxa de desemprego*, é definida pelo INE como a taxa que permite definir o peso da população desempregada sobre o total da população activa.

⁶⁶ ALMEIDA, João Ferreira, *op cit.*, p. 34.

Face ao trimestre anterior e com excepção do Norte e Alentejo, todas as restantes regiões apresentam decréscimos nas taxas de desemprego.

Na comparação com o período homólogo, sobressai o caso da região Norte que passa de uma taxa de 6,5% para 7,3%. Também o Alentejo apresenta uma taxa acrescida de 1,4 pontos percentuais. Refira-se que estas duas regiões são as únicas cujas taxas de desemprego aumentaram face aos dois períodos de análise considerados.

Quadro LXXIV – População Desempregada e Taxa de Desemprego da população residente, por género e escalão etário (2001)

	Médio Tejo			Lezíria do Tejo			DISTRITO		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Pop. Desempregada (Nº)	6413	2415	3998	9418	3392	6026	15831	5807	10024
15 – 24	1642	657	985	2197	888	1309	3839	1545	2294
25 – 44	3016	911	2105	4027	1219	2808	7043	2130	4913
45 – 54	1742	843	899	3174	1276	1898	4916	2119	2797
55 e mais	13	4	9	20	9	11	33	13	20
Taxa de Desemprego (%)	6,4	4,3	9,1	8,1	5,3	11,7	7,3	4,8	10,5
15 – 24	12,3	8,6	17,4	13,9	10	18,8	13,2	9,4	18,2
25 – 44	5,6	3,1	8,5	6,8	3,9	10,2	6,2	3,5	9,4
45 – 54	8,6	7,2	10,5	13,3	9,4	18,3	11,1	8,4	14,8
55 e mais	0,1	0,1	0,2	0,1	0,1	0,2	0,1	0,1	0,2

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação - 2001 (Resultados Definitivos)

A nível distrital a população desempregada era em 2001 (de acordo com dados disponíveis neste nível de desagregação) 15.831 indivíduos, 5.807 homens e 10.024 mulheres, em que as mulheres surgem como o segmento da população mais afectado pelo desemprego. Em termos absolutos o grupo dos 25 aos 44 anos está mais vulnerável a situações de desemprego. Sendo aliás neste grupo que o diferencial de género é maior, reflectindo o afastamento da mulher em relação ao mercado de emprego sobretudo em idade fértil e com maior probabilidade de ter crianças pequenas.

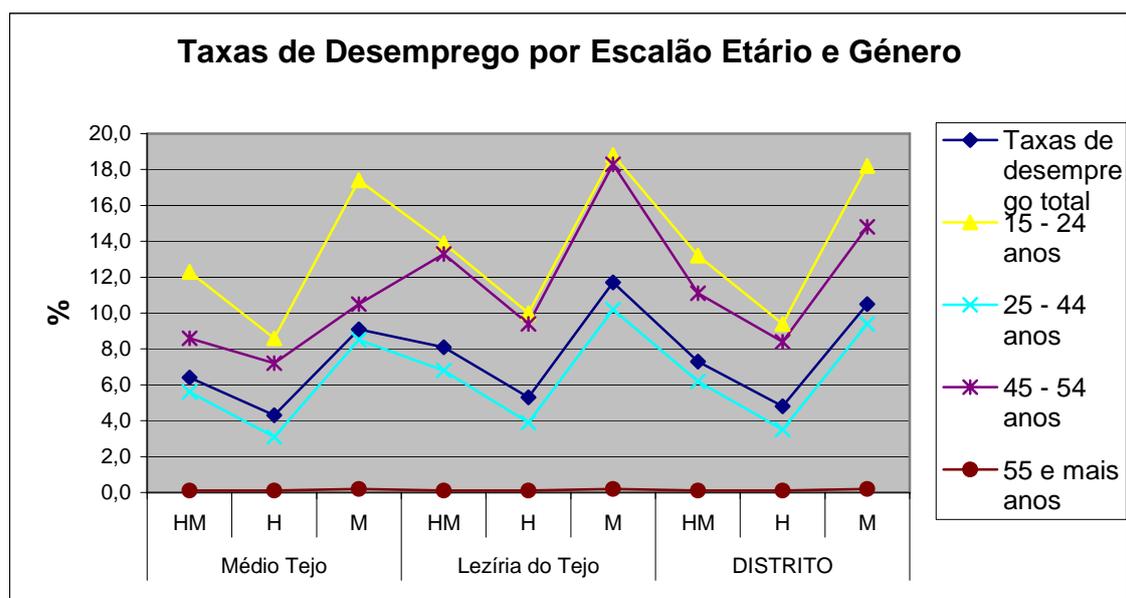
A taxa de desemprego no distrito era de 7,3%, 4,8% para os homens e 10,5% para as mulheres. Será interessante no futuro confrontar estes dados com o volume de contratos a prazo de modo a apreender a maior ou menor instabilidade do emprego. O que para o presente trabalho não foi possível obter, em tempo útil, devido, uma vez mais, por um lado à desagregação da informação e, por outro, ao acesso à informação disponível.

Quando comparadas as taxas de desemprego com as de Portugal (OEFPIEFP) para o mesmo período em análise, verifica-se que o distrito possui uma taxa de desemprego superior em 3,2% para o total de desempregados, +1,6% para os homens e +5,4% para as mulheres, indiciando o forte peso do desemprego feminino no distrito. A análise por género e grupo etário mostra que as mulheres e os indivíduos mais jovens (15-24 anos) constituem os segmentos da população mais afectados pela situação de desemprego. No

entanto, tem que se considerar na análise que esta faixa da população abrange os estudantes, o que vai esbater o significado do desemprego jovem.

As duas sub-regiões agregadas ao distrito têm distribuição homóloga, no entanto o valor da taxa de desemprego é superior na Lezíria do Tejo em 1,7% e no escalão etário 45-54 anos é superior em 4,7% nesta sub-região reflectindo o mais baixo dinamismo desta sub-região.

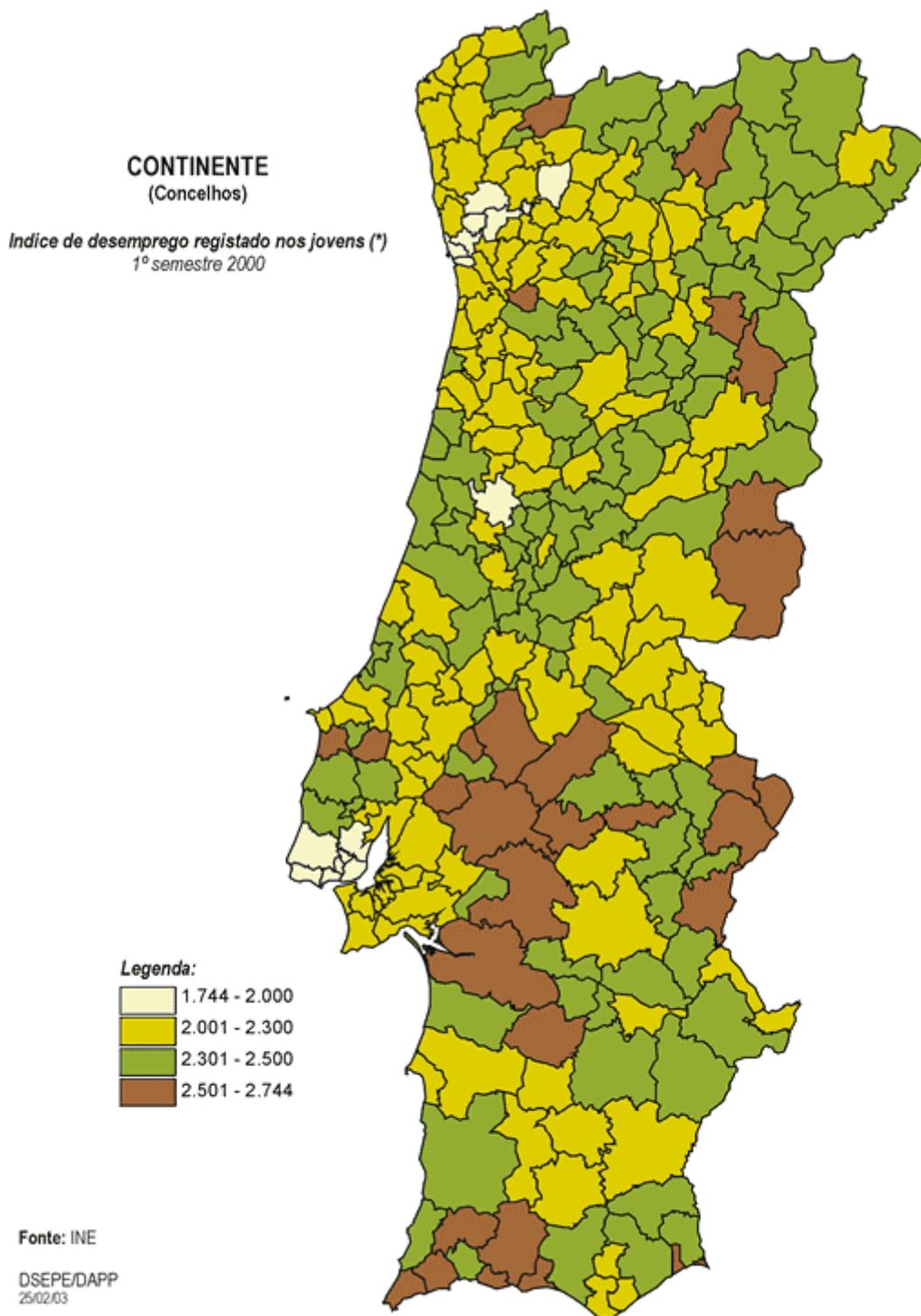
Gráfico XLV – Taxas de Desemprego por Escalão Etário e Género no Distrito (2001)



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação - 2001 (Resultados Definitivos)

Dado o peso do desemprego na população mais jovem, apresenta-se de seguida um cartograma do índice de desemprego nos jovens no 1º semestre de 2000, onde é possível avaliar o desemprego nos concelhos do distrito com referência ao país. Verifica-se que os concelhos do distrito com maior índice de desemprego jovem são a Chamusca, Alpiarça, Salvaterra de Magos e Coruche.

Figura XXX – Cartografia do índice de Desemprego nos Jovens



(*) Este índice foi construído tendo em conta o volume do desemprego médio registado no 1º semestre de 2000, em cada Concelho, onde se valorizam essencialmente as características relacionadas com os jovens. Este índice resulta do somatório do peso dos que têm menos de 25 anos, do peso das mulheres, dos que estão desempregados há menos de 1 ano e dos que têm uma habilitação inferior ao ensino secundário

Já se assinalou a associação entre o fenómeno do emprego e a actividade económica e crê-se que o distrito tem um mercado de trabalho com fraco dinamismo resultante de uma deficiente estrutura económica. Daí nasce a dificuldade de absorver a mão-de-obra disponível, pelo que há necessidade de desenvolver o tecido económico e a capacidade produtiva em particular, através do reforço das potencialidades endógenas.

Estrutura da População Desempregada, por Tipos de Desemprego, em 2002

TIPOS DE DESEMPREGO	Lisboa e Vale do Tejo					Portugal				
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Média Anual	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Média Anual
	Milhares									
População Desempregada	105,0	110,3	113,7	135,9	116,2	238,4	243,0	276,1	331,8	272,3
Desempregado à Procura de 1º Emprego	16,7	13,2	15,6	12,7	14,6	37,6	31,2	49,5	53,7	43,0
Desempregado à Procura de Novo Emprego	88,3	97,1	98,1	123,2	101,7	200,7	211,8	226,5	278,1	229,3
Desempregado há menos de 1 ano	63,7	64,9	64,9	83,5	69,1	144,8	147,0	168,8	212,1	168,2
Desempregado há 1 ano ou mais	40,8	44,7	47,8	51,8	46,2	89,2	92,9	104,9	117,7	101,2

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

Notas: O Inquérito ao Emprego, de onde provém a informação apresentada neste quadro, é um inquérito por amostragem pelo que as estimativas obtidas envolvem uma margem de erro. O erro relativo de amostragem (coeficiente de variação) é diminuto na maioria das variáveis consideradas nesta publicação (<10%), mas pode ser esporadicamente elevado, nomeadamente nalgumas variáveis de menor expressão quantitativa, onde poderá ultrapassar ligeiramente o limiar dos 20% (assinalado a itálico).

Esta informação foi aferida à nova série de estimativas da população calculada com base no Recenseamento da População de 2001, o que impossibilita a sua total comparação com a informação equivalente divulgada em anteriores edições dos Anuários Regionais. Para informação mais detalhada, ver a publicação "Estatísticas do Emprego, série retrospectiva 1998-2001".

O total da população desempregada não corresponde à soma dos desempregados por duração de desemprego, uma vez que inclui os indivíduos desempregados que já não estão à procura de emprego porque já arranaram e vão começar a trabalhar nos próximos três meses.

4.4.1.3 – Emprego e remunerações

Segundo os dados mais recentes apurados pelo INE relativos ao índice de custo do trabalho (2º trimestre de 2004), verificou-se face ao trimestre homólogo, uma descida dos custos do trabalho na generalidade dos sectores de actividade económica observados, de forma mais acentuada nas “actividades financeiras” (-7,6%) e na “electricidade, gás e água” (-5,3%). A actividade “alojamento e restauração” (+5,9%) apresentou um ritmo de acréscimo dos custos do trabalho superior ao observado no mesmo período de 2003 (+4,9%). Ainda, e para o sector “transportes, armazenagem e comunicações”, verificou-se uma variação homóloga de 0,3%, superior em 1,7 pontos percentuais à observada no 2º trimestre de 2003.

A nível de NUTS II, o Índice de Custo de Trabalho - ICT, excluindo a Administração Pública, atingiu os níveis mais expressivos nas regiões Centro (107,2), Algarve (106,5), Região Autónoma da Madeira (104,7) e Lisboa (104,0) superando o indicador agregado (102,1). Abaixo deste mantiveram-se as regiões Norte (101,4), Alentejo (99,3) e Região Autónoma dos Açores (99,1).

À excepção da Região Autónoma da Madeira (+1,5%) e da região Centro (+0,1%), que apresentaram variações homólogas superiores à do indicador agregado (-1,8%), as restantes regiões registaram decréscimos nos custos do trabalho face ao mesmo período do ano anterior, destacando-se as regiões de Lisboa (-4,1%), do Alentejo (-2,3%) e do Algarve (-2,1%).

Gráfico XLVI – Índice do Custo do Trabalho, sem Administração Pública, por região – 2º trimestre de 2004



Fonte: INE, Índice de Custo do Trabalho – 2º trimestre de 2004

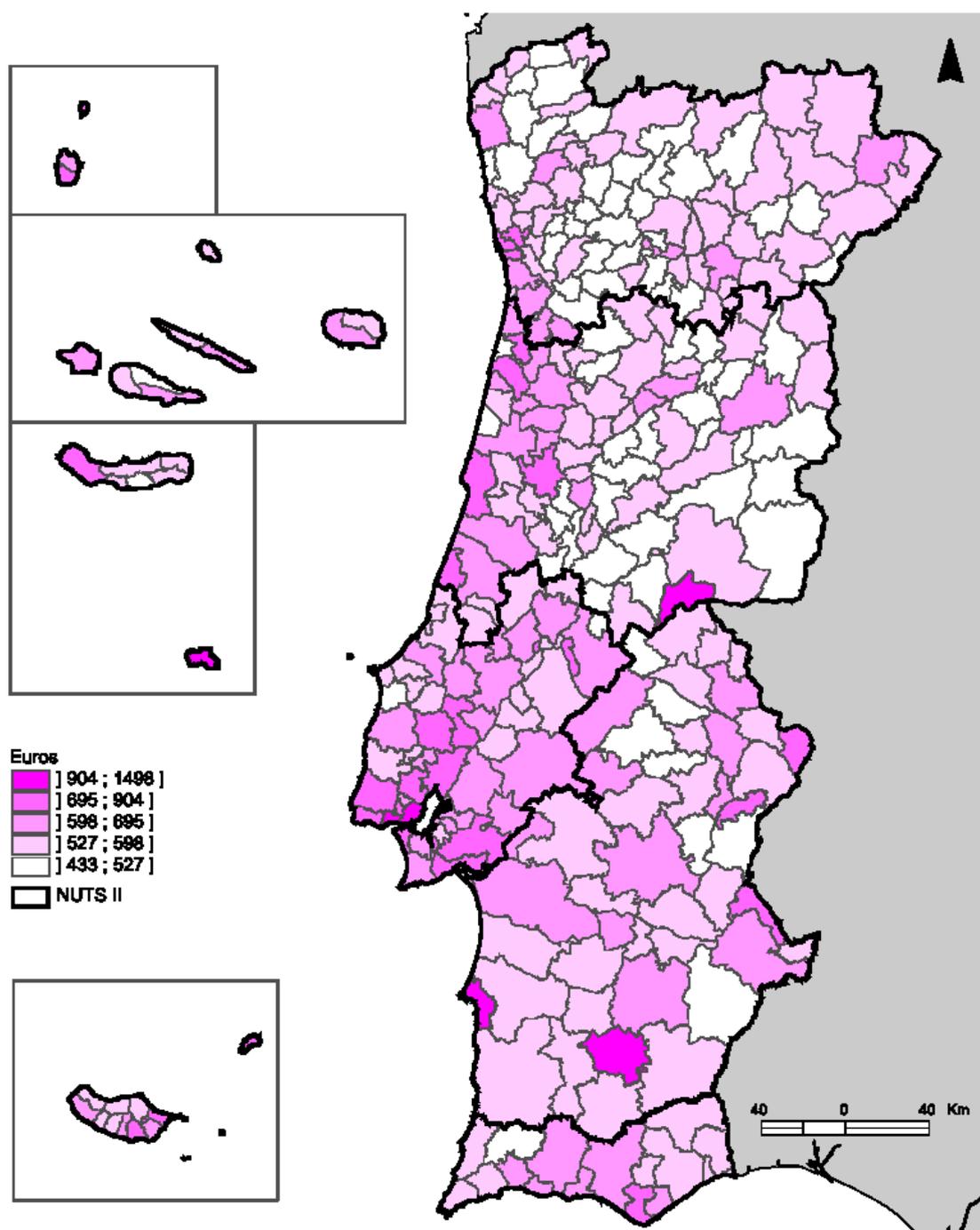
Para análise das remunerações no Distrito recorreu-se aos Quadros de Pessoal do Ministério do Trabalho e da Segurança Social e do Trabalho, cuja publicação mais recente reporta a 2000. A nossa unidade de observação irá ser limitada aos trabalhadores por conta de outrém (TCO). Em Portugal, existiam cerca de 2 milhões, dos quais 41%

eram do sexo feminino, sendo o Algarve a região onde aquela percentagem assumia maior expressividade (45,6%) enquanto, no outro extremo, se situavam os Açores (35,2%). A este nível, o máximo concelhio registava-se em Belmonte (região Centro) com 67,2% e o mínimo em Cinfães (região Norte) com apenas 11,3% dos TCO a pertencerem ao sexo feminino.

Em 2000, o ganho médio mensal nacional dos TCO presentes nos *Quadros de Pessoal* era de 729 euros, mais 4% face ao ano anterior (recorde-se que o nível de crescimento médio dos preços no consumidor neste período foi de 2,9%).

Territorialmente, os ganhos médios mensais mais elevados concentravam-se, essencialmente, no litoral do país, nomeadamente nos concelhos centrais das áreas metropolitanas. Estas diferenças salariais em termos médios, de acordo com o INE, são o reflexo da conjugação de diferentes especializações dos concelhos a nível dos sectores de actividade, das profissões e da dimensão dos estabelecimentos, não derivando directamente do facto de as remunerações para empregos “equivalentes” serem mais elevadas no litoral do que no interior. Resumindo, tal facto é um reflexo da actividade económica e das dinâmicas concelhias.

Figura XXXI – Ganho Médio Mensal dos TCO, por concelho (2000)



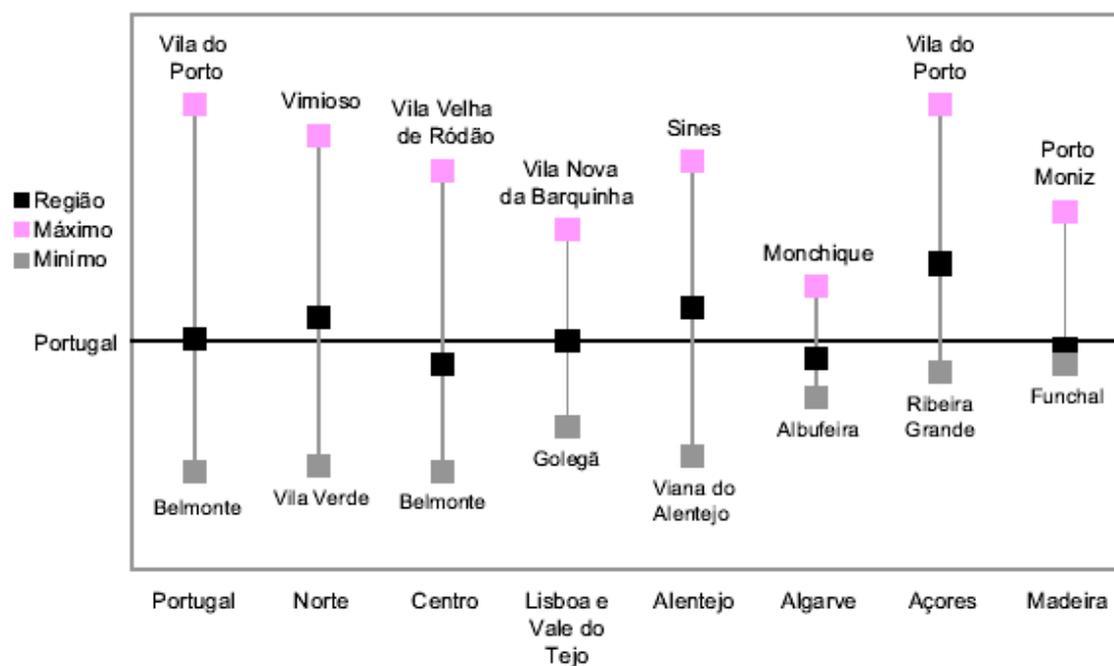
Fonte: INE, Anuários Estatísticos Regionais / DEEP, MSST

Em 2000, ao nível nacional, a análise por género evidencia que o ganho médio das mulheres (605 euros) representava 74% do dos homens (818 euros). Esta disparidade era mais significativa no sector terciário (71%). Em termos regionais, o Centro registava o maior diferencial de ganho médio mensal (72%), seguido de Lisboa e Vale do Tejo e Alentejo (ambos com 73%).

Ao nível nacional, o ganho médio mensal aumentava com a dimensão do estabelecimento, sendo que o valor, de acordo com a análise do INE, para os estabelecimentos com mais de 500 trabalhadores era mais do dobro do valor dos micro-estabelecimentos (menos de 10 trabalhadores). Esta evolução no mesmo sentido entre os escalões de dimensão dos estabelecimentos e a remuneração média mensal era extensível a todas as regiões.

Em virtude dos resultados da análise da distribuição das remunerações médias mensais, o INE fez a ponderação dos ganhos médios mensais por escalões de dimensão dos estabelecimentos, através do qual foi possível constatar que os Açores eram a região que registava a maior disparidade de remunerações médias mensais entre os diversos escalões de dimensão, com um coeficiente de variação ponderado de 0,40, quando ao nível nacional este coeficiente era de 0,27. No extremo oposto, a região Centro registava o menor nível de disparidade, com um coeficiente de 0,23.

Gráfico XLVII - Disparidades⁶⁷ de Ganhos Médios Mensais entre escalões de dimensão dos estabelecimentos, Portugal e NUTS II (2000)

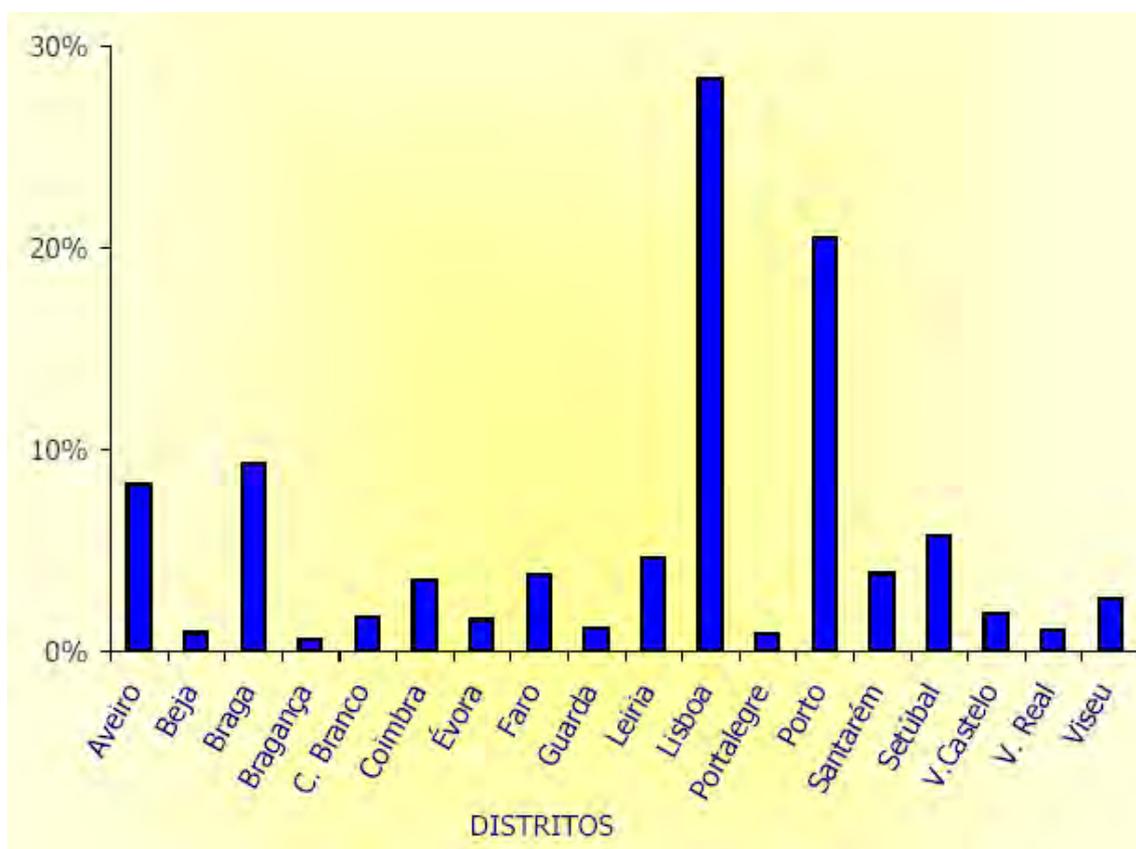


Fonte: INE, Anuários Estatísticos Regionais / DEEP, MSST

A nível distrital o número de TCO ao serviço, em 2000, era de 90.891 pessoas, o que representa 3,8% do total das pessoas ao serviço nos estabelecimentos do Continente.

⁶⁷ A disparidade foi calculada com base nos coeficientes de variação ponderados (pelo peso do emprego dos diversos escalões de dimensão no total do emprego da respectiva unidade territorial).

Gráfico XLVIII – Distribuição percentual dos Trabalhadores por Conta de Outrém, segundo o Distrito (Outubro 2000)



Fonte: DEEP – MSST

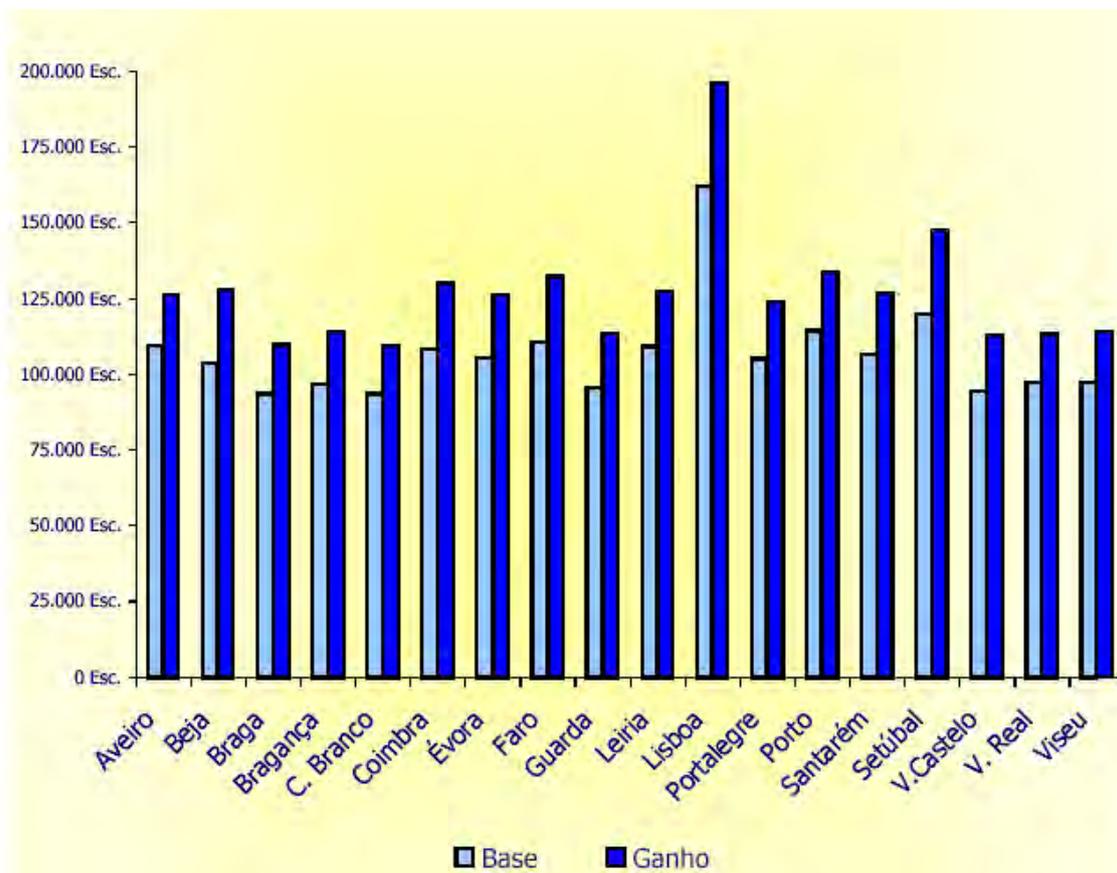
- Quadros de Pessoal 2000

Tendo como fonte os já referidos *Quadros do Pessoal* publicação editada pelo Departamento de Estudos, Estatística e Planeamento, os TCO's auferiam, em 2000, o ganho médio mensal de 632,77 euros.

Não foi possível obter dados para este indicador a nível concelhio. Se compararmos com os outros distritos, Santarém ocupa uma posição intermédia, sendo apenas de destacar Lisboa por apresentar o maior diferencial positivo face ao distrito.

Quando comparado com a média nacional, o distrito revela um afastamento do nível médio salarial em 96,23 euros, mas, por se tratar de uma média não estão patentes as assimetrias distritais, além de que está sub-avaliado pela contribuição dos valores elevados de Lisboa e Setúbal.

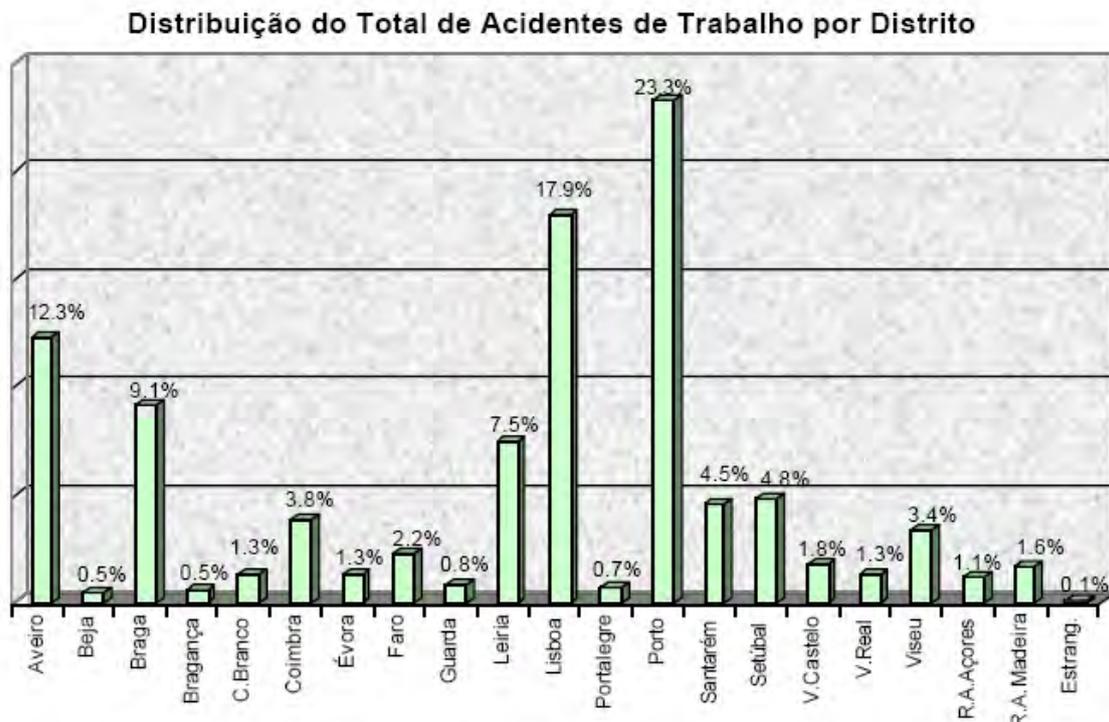
Gráfico XLIX – Remunerações Médias Mensais, base e ganho, segundo o distrito (Outubro 2000)



Fonte: DEEP – MSST

- Quadros de Pessoal 2000

4.4.1.4 - Acidentes de trabalho

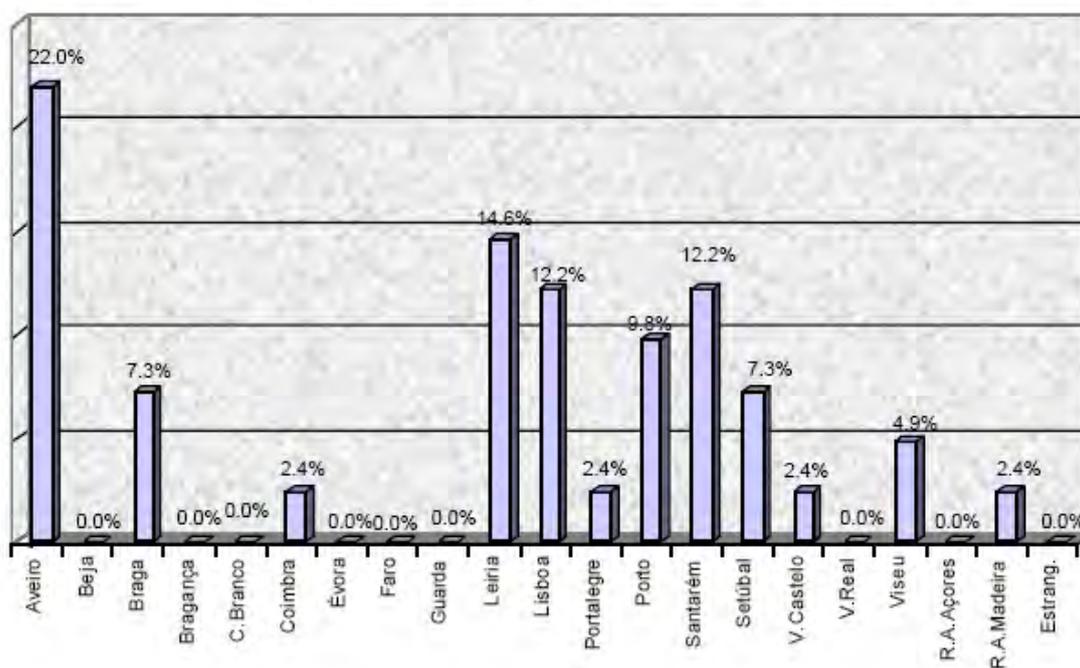


(4^a Trimestre de 2000)

Fonte: DETEFP – Departamento de Estatística do Trabalho, Emprego e Formação Profissional

Através da análise do gráfico acima verifica-se que os distritos do Porto (23,3%), Lisboa (17,9%), Aveiro (12,3%) e Braga (9,1%) são os que apresentam um maior registo de acidentes. Ao contrário, os distritos de Beja, Bragança e Portalegre são os que apresentam valores mais baixos de sinistralidade laboral.

Distribuição dos Acidentes de Trabalho Mortais por Distrito



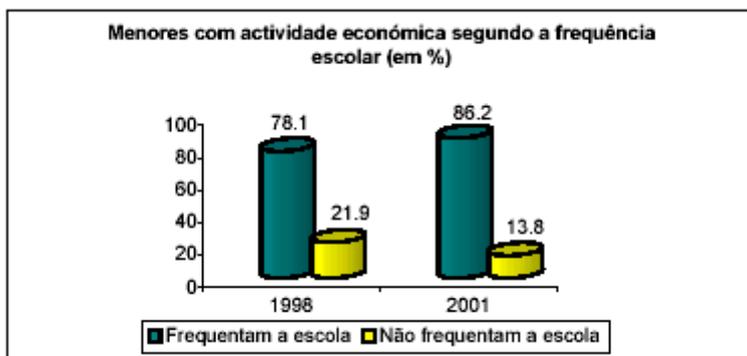
3

(4º Trimestre de 2000)

Fonte: DETEFP – Departamento de Estatística do Trabalho, Emprego e Formação Profissional

Podemos constatar que os distritos que registam um maior número de casos de mortalidade por acidente de trabalho são os distritos de Aveiro e Leiria com 22% e 14,6% respectivamente.

4.4.1.5 - Trabalho Infantil



Fonte: SIETI- Sistema de Informação Estatística sobre Trabalho Infantil

No que respeita à distribuição do trabalho infantil por regiões, a região Norte do País regista mais casos de menores que trabalham (57%), em seguida está a região centro com 26%.



Quanto às causas apontadas pelos menores no exercício de uma actividade económica, ocorreram alterações de 1998 para 2001.

Em 2001 54,5% das respostas indicam que os menores trabalham por vontade própria e 6,5% que trabalham para aprender uma profissão. Ao passo que em 1998, no conjunto, estes motivos reuniam 33% das respostas

Em 1998, a grande percentagem das respostas dizia respeito a motivos de índole económico (45,8%), quer no que diz respeito às necessidades do agregado familiar (28,3%), ou por não haver mais ninguém para exercer essas tarefas (17,5%). Em 2001, estes motivos foram apontados somente por 19,1% dos menores.

Potencialidades

- A população empregada está maioritariamente representada no sector terciário, seguido pelo sector secundário e primário. Verificou-se que a Lezíria do Tejo, em termos relativos, tem uma estrutura mais dependente do sector primário comparativamente ao Médio Tejo, que tem maior representatividade relativa dos sectores secundário e terciário comparativamente à Lezíria do Tejo, ou seja, a estrutura do tecido produtivo é bastante diversificada, já que a Lezíria do Tejo é uma região mais agrícola e o Médio Tejo é mais industrializado, o que poderá ser bastante vantajoso pela complementaridade económica que se pode explorar.
- Santarém não se afasta muito dos padrões nacionais em termos de remuneração de assalariados salvo quando comparado com distritos como Lisboa ou Setúbal.

Constrangimentos

- A composição social e profissional da população activa residente no distrito tem um peso mais forte no sector masculino. Continua a verificar-se um diferencial bastante acentuado a nível de género, uma vez que as mulheres não têm ainda um papel activo no mercado de emprego equitativo ao dos homens.
- Forte peso do desemprego feminino no distrito. As mulheres e os indivíduos mais jovens (15-24 anos) constituem os segmentos da população mais vulneráveis à situação de desemprego.
- A Lezíria do Tejo reflecte um menor dinamismo do mercado de trabalho.

Oportunidades

■ As debilidades existentes em termos de emprego estão associados à falta de dinamismo e modernização da actividade económica, por isso, há necessidade de dinamizar a estrutura económica e o nível de produtividade regionais para apoiar o desenvolvimento económico e social do distrito. A existência de um mercado de trabalho mais flexível e dinâmico é fundamental para elevar os padrões de vida das pessoas que residem no distrito.

Ameaças

■ As taxas de actividade por grupo etário indiciam que o maior número de população activa se situa no grupo etário dos 25 aos 44 anos, seguidos pelo grupo dos 45 aos 54 anos com um peso bastante inferior, os grupos extremos mais jovens e mais idosos encontram maior dificuldade de integrarem a população activa. No entanto, há que considerar que uma elevada taxa de actividade jovem poderá estar associada a maiores níveis de abandono escolar, já que entre os 15 e os 24 anos estão abrangidos uma faixa considerável de estudantes, seria interessante ponderar e verificar a alteração na distribuição dos resultados num outro estudo.

■ O cruzamento dos dados referentes à situação profissional e sector de actividade, permitiu apreender alguma precarização do emprego no sector primário e a existência de micro-empresas de estrutura familiar.

4.4.2 – Produto e Rendimento

Pretende-se conhecer o nível de desenvolvimento do distrito através dos padrões de vida da sua população, do seu grau de rendimento e da sua capacidade de consumo.

A avaliação da capacidade produtiva da mão-de-obra, bem como o poder de compra da população residente impõe uma breve contextualização da situação económica nacional. Em termos de conjuntura económica, o *indicador de confiança* segundo o INE/Inquérito de Conjuntura aos Consumidores, apresentou uma evolução positiva em Agosto 2004 face ao mês anterior, mantendo o movimento ascendente iniciado em Maio do corrente ano. Com efeito, em todas as componentes do indicador, as expectativas sobre o desemprego e sobre a situação económica e financeira das famílias e do país, bem como a oportunidade de aforro, apresentam-se menos pessimistas do que as formuladas no passado mais recente.

A localização dos grupos sociais em situação de maior carência económica, depende da estrutura da distribuição espacial dos níveis e do tipo de rendimento. O baixo nível das pensões combinado com a perda de poder de compra coloca em risco de pobreza uma parte significativa dos seus titulares.

4.4.2.1 – Produto Interno Bruto (PIB)

O PIB pretende medir a distribuição do resultado da actividade produtiva do conjunto das unidades produtivas observáveis, ou seja, representa a produção total da economia.

A nível concelhio não é possível apurar dados para este indicador devido à metodologia de recolha de elementos pelo INE, uma vez que o tipo de amostragem deixaria de ter qualquer representatividade a esse nível e, portanto, os resultados não teriam qualquer significado fidedigno.

Tomou-se por referência os dados nacionais, regionais⁶⁸ e diferentes sub-regiões, por forma a melhorar os parâmetros de comparação intra-regionais.

O PIB nacional, em 2001, foi de 122.801 milhões de euros. A região de Lisboa e Vale do Tejo obteve um valor de 55.157 milhões de euros, o que representa 44,9% do PIB total nacional. Note-se que a representatividade deste valor está fortemente influenciado pela contribuição da Grande Lisboa, que se destaca das demais. As duas sub-regiões do distrito têm a mais fraca contribuição em termos de PIB comparativamente às outras sub-regiões da NUT II, com 2,0% e 2,2% do PIB nacional, respectivamente, para Médio Tejo e Lezíria do Tejo, o que representa 4,5 e 5,1 milhões de euros do total de PIB com referência à estrutura regional.

⁶⁸ À data de recolha dos dados as duas sub-regiões que compõem o distrito ainda estavam afectas à região de Lisboa e Vale do Tejo.

Quadro LXXV – Produto Interno Bruto a preços de mercado, por NUTS III, 2000-2001

NUTS	PIB		PIB <i>per capita</i>	
	2000	2001	2000	2001
	Milhões de Euros		Milhares de Euros	
Portugal	115 548	122 801	11,3	11,9
Lisboa e Vale do Tejo	51 679	55 157	15,0	15,8
Oeste	3 486	3 851	8,9	9,7
Grande Lisboa	36 752	39 068	19,4	20,6
Península de Setúbal	6 585	6 988	9,3	9,7
Médio Tejo	2 323	2 463	10,3	10,9
Lezíria do Tejo	2 533	2 788	10,5	11,5

Fonte: INE, Contas Regionais.

Notas: Dados provisórios.

As variáveis expressas em unidades monetárias são apresentadas a preços correntes.

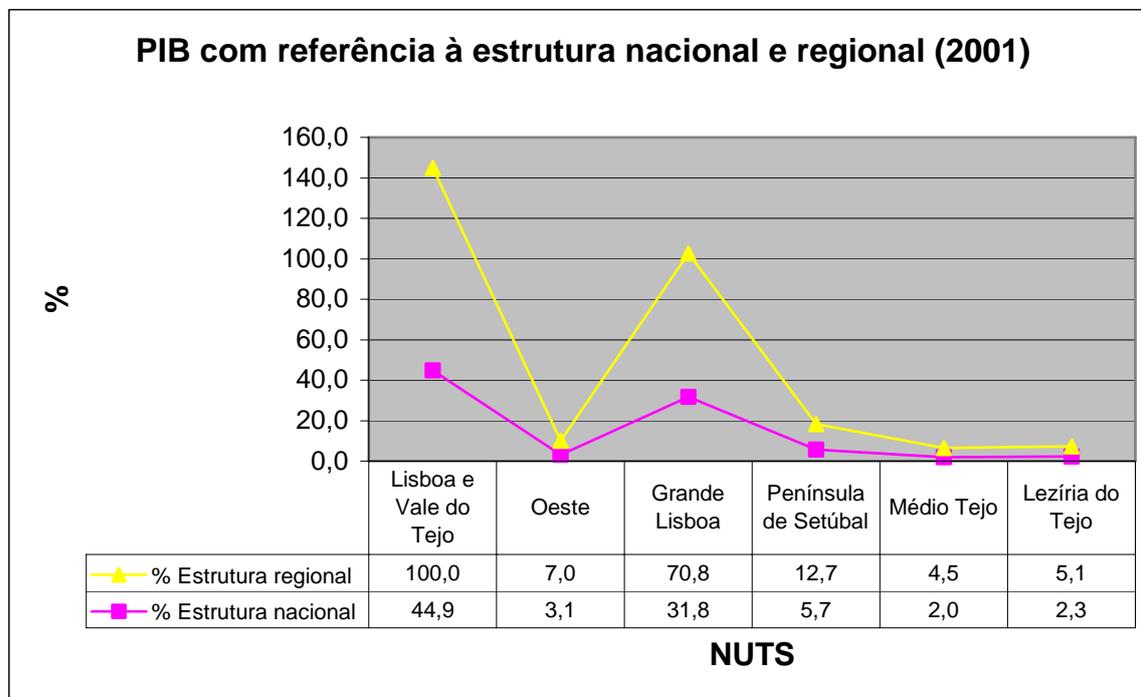
As contas regionais foram elaboradas em Escudos e convertidas no final em Euros através da taxa de conversão fixa 1 EURO=200,482 PTE .

Quadro LXXVI – PIB a preços de mercado por região por NUTS I, II e III (2001)

Regiões	Em valor	% Estrutura nacional	% Estrutura regional
Norte	34.937	28,5	100,0
Minho-Lima	1.858	1,5	5,3
Cávado	3.517	2,9	10,1
Ave	4.663	3,8	13,3
Grande Porto	15.532	12,6	44,5
Tâmega	3.232	2,6	9,2
Entre Douro e Vouga	2.839	2,3	8,1
Douro	1.720	1,4	4,9
Alto Trás-os-Montes	1.577	1,3	4,5
Centro	17.090	13,9	100,0
Baixo Vouga	4.182	3,4	24,5
Baixo Mondego	3.702	3,0	21,7
Pinhal Litoral	2.943	2,4	17,2
Pinhal Interior Norte	952	0,8	5,6
Dão-Lafões	2.147	1,7	12,6
Pinhal Interior Sul	321	0,3	1,9
Serra da Estrela	323	0,3	1,9
Beira Interior Norte	907	0,7	5,3
Beira Interior Sul	819	0,7	4,8
Cova da Beira	795	0,6	4,6
Lisboa e Vale do Tejo	55.157	44,9	100,0
Oeste	3.851	3,1	7,0
Grande Lisboa	39.068	31,8	70,8
Península de Setúbal	6.988	5,7	12,7
Médio Tejo	2.463	2,0	4,5
Lezíria do Tejo	2.788	2,3	5,1
Alentejo	5.043	4,1	100,0
Alentejo Litoral	1.103	0,9	21,9
Alto Alentejo	1.113	0,9	22,1
Alentejo Central	1.755	1,4	34,8
Baixo Alentejo	1.072	0,9	21,3
Algarve	4.797	3,9	100,0
R. A. Açores	2.230	1,8	100,0
R. A. Madeira	3.219	2,6	100,0
Extra-regio	328	0,3	
PORTUGAL	122.801	100,0	

Fonte: INE, Contas Regionais.

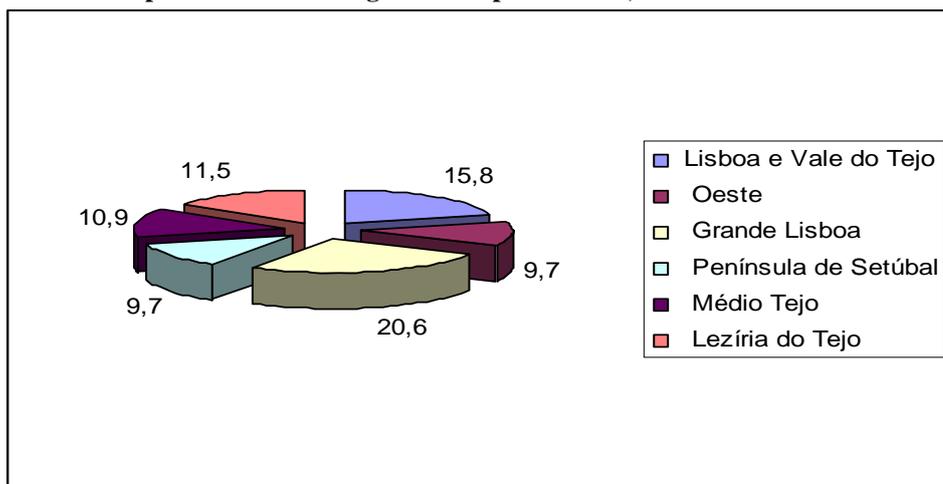
Gráfico L – PIB com referência à estrutura nacional e regional (2001)



Fonte: INE, Contas Regionais.

O PIB por habitante, em 2001, registou no país um resultado médio de 11,9 milhares de euros. A região de Lisboa e Vale do Tejo, como seria de esperar, obteve um valor superior com 15,8 milhares de euros. Do total das diferentes regiões, destaca-se a Grande Lisboa com 20,6 milhares de euros, seguido pela Lezíria do Tejo com 11,5, o Médio Tejo com 10,9 e o Oeste e Península de Setúbal *ex aequo* com 9,7 milhares de euros. Em 2001, em termos de PIB per capita, o distrito estava 0,7 milhares de euros abaixo da média nacional. Tal observação da actividade económica com o volume da população residente, significa que o PIB é mais elevado quando se ponderam os dados com o volume da população residente.

Gráfico LI – PIB por habitante na região de Lx por NUTS I, II e III



2001

Fonte: INE, Contas Regionais

Em termos de **crescimento do PIB** de 2000 para 2001, o valor foi positivo para todas as unidades territoriais em análise.

O crescimento do PIB da região de Lisboa e Vale do Tejo teve uma proporção de 48,0% no total do crescimento do PIB nacional. Destaque para a Grande Lisboa que teve o maior contributo em termos de crescimento anual de 66,6%. A Lezíria do Tejo e o Médio Tejo foram as sub-regiões que registaram menor crescimento (7,3% e 4,0% respectivamente).

Quadro LXXVII – Crescimento do Produto Interno Bruto a preços de mercado, por NUTS III (2000-2001)

NUTS	PIB	PIB <i>per capita</i>
	2001-2000	2001-2000
	Milhões de Euros	Milhares de Euros
Portugal	7 253	0,63
Lisboa e Vale do Tejo	3 478	0,88
Oeste	365	0,81
Grande Lisboa	2 316	1,12
Península de Setúbal	403	0,43
Médio Tejo	140	0,58
Lezíria do Tejo	255	1,00

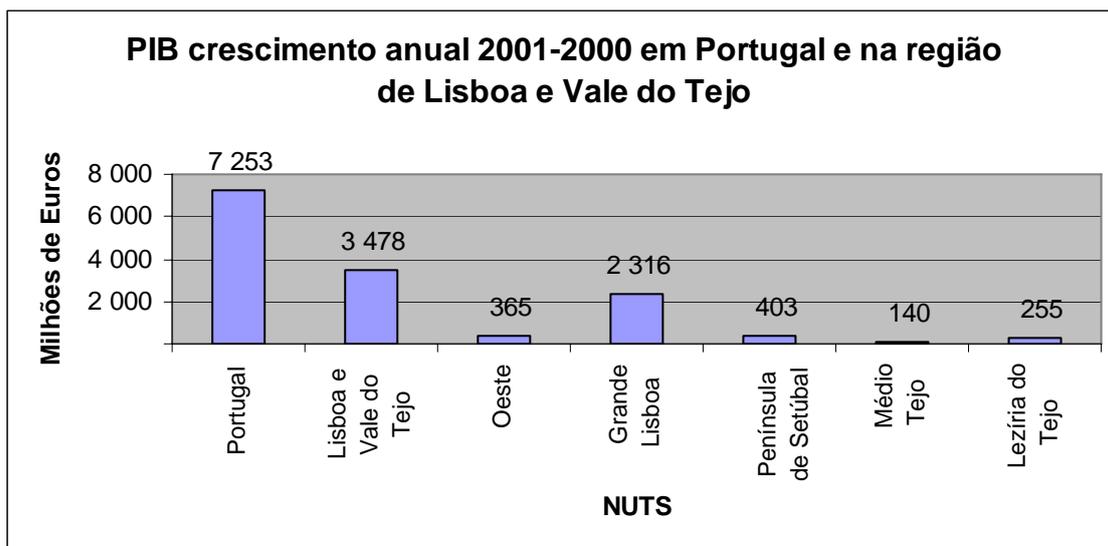
Fonte: INE, Contas Regionais.

Notas: Dados provisórios.

As variáveis expressas em unidades monetárias são apresentadas a preços correntes.

As contas regionais foram elaboradas em Escudos e convertidas no final em Euros através da taxa de conversão fixa 1 EURO=200,482 PTE

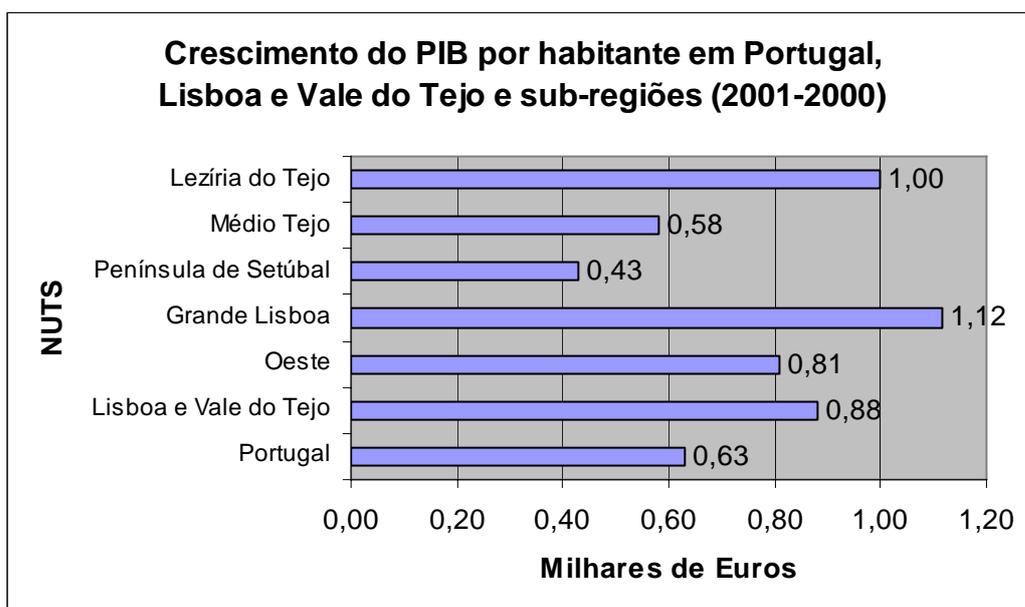
Gráfico LII – PIB crescimento anual em Portugal e na região de Lisboa e Vale do Tejo (2001-2000)



Fonte: INE, Contas Regionais

A **evolução do PIB por habitante** a nível nacional foi de 0,63 milhares de euros, tendo a região afectada registado um crescimento superior (0,88). Quando comparados em termos nacionais verifica-se que o Médio Tejo (0,58) apresentava valor inferior à média nacional, enquanto que a Lezíria do Tejo se encontrava substancialmente acima (1,00). Quando o parâmetro de comparação passa para o nível regional, apenas a Lezíria do Tejo (1,00) se encontra acima do PIB por habitante da região de Lisboa e Vale do Tejo (0,88), ficando a sub-região Médio Tejo bastante aquém desta região com 0,58. A nível de sub-região, apenas a Península de Setúbal registou um PIB *per capita* inferior (0,43). A relação entre o PIB e a população residente reflecte o comportamento positivo deste indicador na Lezíria do Tejo.

Gráfico LIII – Crescimento do PIB por habitante em Portugal, Lisboa e Vale do Tejo e sub-regiões (2001-2000)



Fonte: INE, Contas Regionais.

A tendência evidenciada em termos globais do PIB a nível distrital caracteriza-se por uma dinâmica económica, em que a Lezíria do Tejo apresenta um maior contributo para a actividade produtiva do distrito, tendo a sub-região Médio Tejo revelado um menor dinamismo da sua estrutura produtiva. Esta tendência é mais evidenciada quando se pondera a população residente.

A sub-região Lezíria do Tejo registou um PIB por habitante superior à média nacional, enquanto que o Médio Tejo foi inferior e ficou bastante aquém dos valores regionais devido ao peso da Grande Lisboa. Apesar disso, ainda obtêm alguma representatividade regional em termos de comportamento distrital da evolução do PIB de 2000 para 2001.

4.4.2.2 – Rendimento

O nível de rendimento das famílias é estruturalmente afectado por uma multiplicidade de variáveis de cariz socio-económico. A inflação é uma variável que importa referenciar de forma particular por variar com a conjuntura económica e afectar de forma desigual os grupos sociais, alterando a sua posição relativa pela variação diferenciada que introduzem no poder de compra dos indivíduos/família. Esta situação é mais penalizante para uma parte significativa da sociedade portuguesa com fontes de receitas exclusivas (salários, pensões), que não conseguem repor o poder de compra perdido. Nos anos entre 1994 e 2004, a taxa de inflação subiu em Portugal 42%. Registando-se um valor de 2,5 em Julho 2004. O Banco Central Europeu não prevê sinais de pressões inflacionistas a longo-prazo na Zona Euro. No entanto, o aumento do preço dos combustíveis tem vindo a impulsionar a inflação. Seria importante a análise da evolução dos salários reais e as variações de poder de compra que estes tipos de rendimento têm sofrido, com vista a averiguar em que medida o processo inflacionista tem contribuído para acentuar ou esbater o empobrecimento relativo dos seus titulares.

Para avaliar o nível de rendimentos das famílias a um nível mais desagregado optou-se por observar o *poder de compra* das unidades observáveis que, como se sabe, afecta de forma diferenciada os titulares dos rendimentos, em especial os que auferem salários mais baixos ou são beneficiários de pensões ou subsídios sociais. Recorreu-se também à análise do *Rendimento Disponível Bruto*, muito embora, apenas para uma melhor contextualização a nível de NUTS II já que é o nível de informação mais desagregado disponível.

O *poder de compra* do distrito é de 3,67%, em que o Médio Tejo tem um contributo de 1,78% e a Lezíria do Tejo de 1,89%. A nível concelhio destacam-se os concelhos de Santarém (0.5934%) e Tomar (0.3583%) com maior percentagem de poder de compra e os concelhos de Sardoal (0.0239%) e Constância (0.0265%) no sentido oposto. A análise do indicador *per capita* revela um tipo de estrutura algo diversificado: o distrito obtém um valor médio de 81,04%, ou seja, abaixo da média nacional; os concelhos que mais se aproximam, pela maior capacidade de poder de compra por habitante são Santarém com 96,15% e Benavente com 95,27%. Os concelhos com menor poder de compra por habitante são Mação (48,06%) e Ferreira do Zêzere (52,61%). Saliente-se o valor do Entroncamento (126,38%), bastante acima da média nacional em termos de poder de compra da sua população. Este concelho no *ranking* nacional obteve a 15ª posição ao nível do poder de compra concelhio *per capita*.

A sub-região Médio Tejo tem um poder de compra por habitante superior à região a que está afectada, ou seja Centro em 1,22 p.p. e está 0,3 p.p. acima da média distrital. Quanto

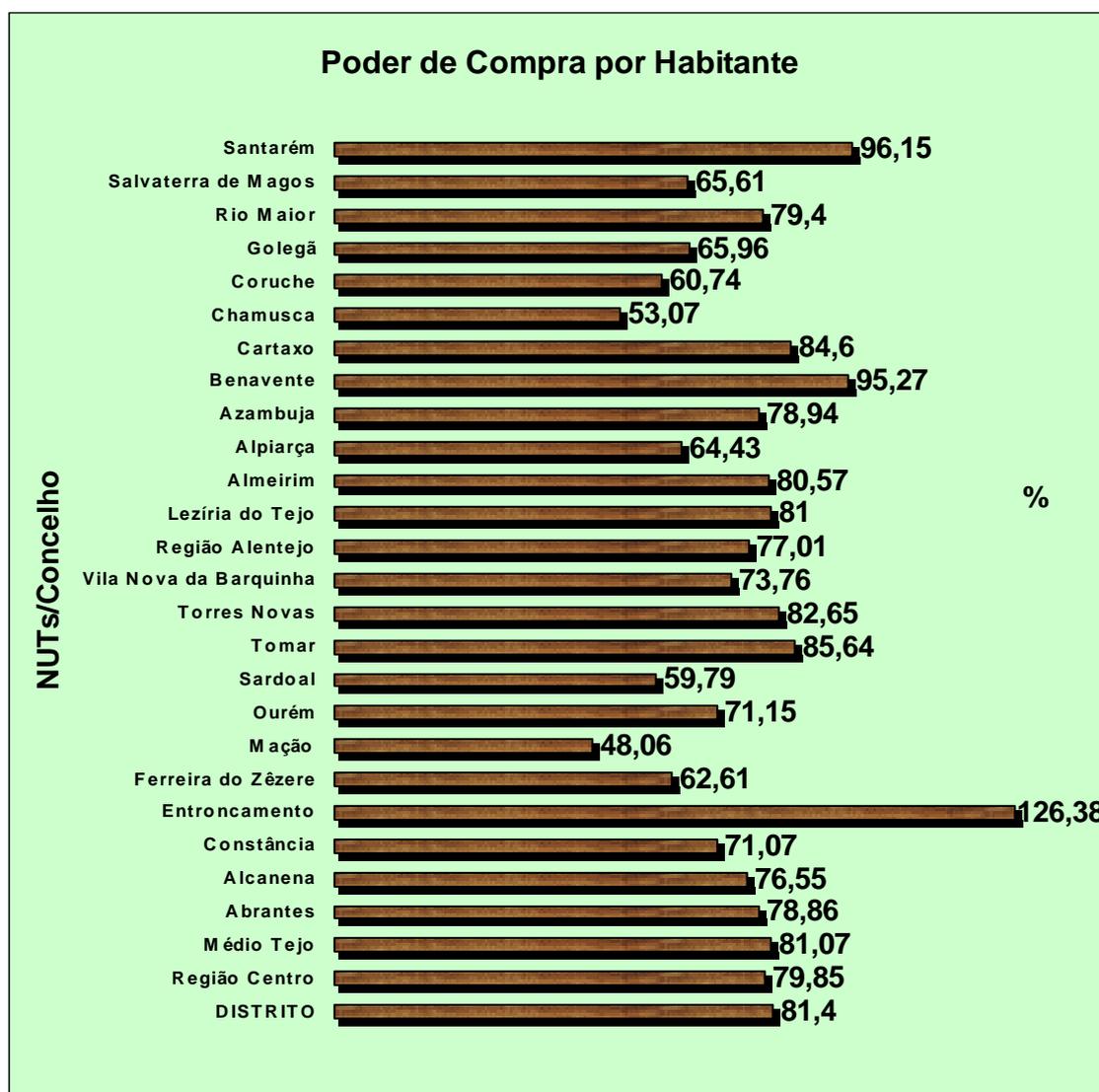
ao poder de compra da Lezíria do Tejo, este é inferior em 0,07% ao Médio Tejo e superior à sua região de referência (o Alentejo) em 3,99%, encontrando-se, contudo, abaixo do nível médio distrital em 0,04%.

Quadro LXXVIII – Percentagem de poder de compra concelhio, distrital e por NUTS II de referência (2002)

<u>Concelhos / Regiões</u>	<u>% de Poder de Compra</u>	<u>Concelhos / Regiões</u>	<u>Indicador per Capita</u>
DISTRITO	3.67	DISTRITO	81.04
Região Centro	18.21	Região Centro	79.85
Médio Tejo	1.78	Médio Tejo	81.07
Abrantes	0.3259	Abrantes	78.86
Alcanena	0.1085	Alcanena	76.55
Constância	0.0265	Constância	71.07
Entroncamento	0.2190	Entroncamento	126.38
Ferreira do Zêzere	0.0483	Ferreira do Zêzere	52.61
Mação	0.0399	Mação	48.06
Ourém	0.3159	Ourém	71.15
Sardoal	0.0239	Sardoal	59.79
Tomar	0.3583	Tomar	85.64
Torres Novas	0.2970	Torres Novas	82.65
Vila Nova da Barquinha	0.0545	Vila Nova da Barquinha	73.76
Região Alentejo	5.74	Região Alentejo	77.01
Lezíria do Tejo	1.89	Lezíria do Tejo	81.00
Almeirim	0.1715	Almeirim	80.57
Alpiarça	0.0500	Alpiarça	64.43
Azambuja	0.1589	Azambuja	78.94
Benavente	0.2110	Benavente	95.27
Cartaxo	0.1914	Cartaxo	84.60
Chamusca	0.0595	Chamusca	53.07
Coruche	0.1269	Coruche	60.74
Golegã	0.0367	Golegã	65.96
Rio Maior	0.1623	Rio Maior	79.40
Salvaterra de Magos	0.1279	Salvaterra de Magos	65.61
Santarém	0.5934	Santarém	96.15

Fonte: INE, Estudos sobre o Poder de Compra Concelhio, 2002.

Gráfico LIV – Poder de Compra por Habitante por NUTS/Concelho (2002)



Fonte: INE, Estudos sobre o Poder de Compra Concelhio, 2002.

Um outro indicador a que se recorreu para avaliar o rendimento das famílias foi o *Rendimento Disponível Bruto (RDB)*. Apesar de apenas dispor de dados para as NUTS II, será importante analisar este indicador para contextualizar a dinâmica em que se inseria o distrito em 2001, ainda afecto à região de Lisboa de Vale do Tejo (LVT).

Segundo os dados disponíveis, a LVT obteve a melhor classificação face às restantes NUTS II, representando 41,6% do RDB nacional. Por habitante a LVT conheceu também a melhor posição com 1,8 milhares de euros acima do RDB *per capita* nacional.

De 2000 para 2001, a LVT cresceu 2.217 milhões de euros em termos de RDB e 0,5 milhares de euros de RDB *per capita*. Este crescimento foi generalizado a todas as restantes regiões.

Importa referir que o nível de agregação deste indicador permite a existência de assimetrias não observáveis, pelo que deverá ser utilizado com bastante precaução em qualquer tipo de análise ou extrapolação para o distrito, pelo que apenas foi considerado para integração territorial.

Quadro LXXIX – Rendimento Disponível Bruto das Famílias, por NUTS II, 2000-2001

NUTS	RDB		RDB <i>per capita</i>	
	2000	2001	2000	2001
	Milhões de euros		Milhares de euros	
Portugal	77 411	82 395	7,6	8,0
Norte	23 266	24 499	6,4	6,7
Centro	12 076	12 794	6,9	7,2
Lisboa e Vale do Tejo	32 066	34 283	9,3	9,8
Alentejo	3 434	3 651	6,5	7,0
Algarve	2 991	3 315	7,9	8,6
Açores	1 528	1 636	6,4	6,9
Madeira	1 855	2 034	7,7	8,5
Extra-Regio	196	183		

Fonte: INE, Contas Regionais.

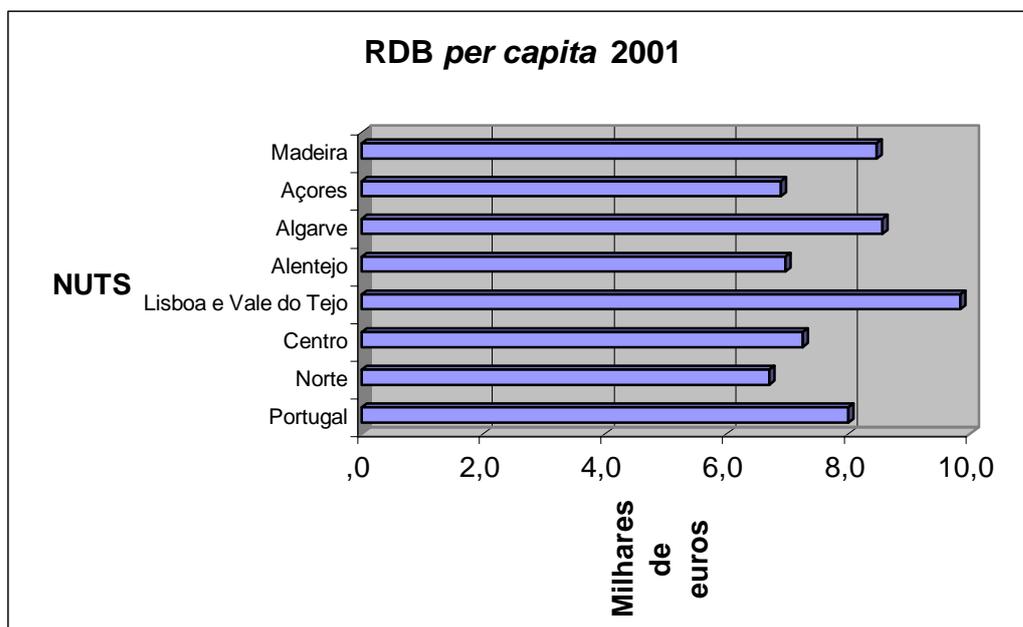
Notas: Dados provisórios.

As variáveis expressas em unidades monetárias são apresentadas a preços correntes.

As contas regionais foram elaboradas em Escudos e convertidas no final em Euros através da taxa de conversão fixa 1 EURO=200,482 PTE - de acordo com o regulamento (CE) n° 2866/98.

Pelas razões explicitadas nas notas gerais, a informação deste quadro ainda respeita a anterior delimitação das NUTS.

Gráfico LV – Distribuição do RDB *per capita* por NUTS II (2001)



Fonte: INE, Contas Regionais

A estrutura de rendimentos das famílias da população residente no distrito dispõe de escassos dados disponíveis para uma análise mais fina, que não é possível realizar devido por um lado ao tempo disponível para realização deste trabalho e por outro à acuidade dos dados disponíveis. Este tipo de análise exigiria também o conhecimento das fontes de rendimento e a sua distribuição por escalão.

A tendência evidenciada pela análise do poder de compra dos habitantes mostra que o distrito se encontra abaixo da média nacional em 18,96%. No entanto, tomando por referência as áreas territoriais a que estão afectas as sub-regiões, a análise é positiva. Contudo, é de destacar a influência que o dinamismo económico tem na distribuição deste índice, já que os concelhos com maior poder de compra *per capita* possuem igualmente maior dinamismo económico.

O distrito de Santarém estava, em 2001, integrado na região com maior RDB familiar. No entanto, não é possível aferir a importância relativa do RDB a nível de NUTS III e concelhos.

Potencialidades

- Tomando por referência as áreas territoriais a que estão afectas as sub-regiões, a análise é positiva.
- Através da análise da distribuição da do poder de compra do distrito, verifica-se que os Concelhos de Santarém e Tomar apresentam uma percentagem mais elevada deste indicador.
- Ao analisarmos este indicador *per capita*, verificamos que os concelhos que apresentam um maior poder de compra por habitante são Entroncamento, Santarém e Benavente. Conclui-se assim, que estes concelhos possuem um maior dinamismo económico.

Oportunidades

- O distrito de Santarém estava, em 2001, integrado na região com maior RDB familiar.
- Através de uma dinamização da estrutura económica dos concelhos que apresentam menor poder de compra *per capita*, pode verificar-se um acréscimo do poder de compra por habitante.

Constrangimentos

- O poder de compra por habitante, no distrito, encontra-se 18,96% abaixo da média nacional, sendo que os concelhos com menos poder de compra por habitante são Mação e Ferreira do Zêzere.

Ameaças

- Destaque-se a influência que o dinamismo económico tem na distribuição do poder de compra, já que os concelhos com índice *per capita* mais elevado, possuem igualmente maior dinamismo económico. Poderá constituir uma verdadeira ameaça para o nível de vida das famílias se não houver uma maior dinamização da estrutura económica do distrito.

4.4.3 – Tecido Económico e Empresarial

O conhecimento da actividade económica do distrito é fundamental quando se procura *incluir* a população desfavorecida na sociedade de pertença. Pelo impacto que tem a nível do mercado regional de emprego, o conhecimento consistente da realidade permite a definição de estratégias de actuação, enquadradas no contexto socio-económico, para o desenvolvimento regional e erradicação da pobreza.

Portugal de acordo com dados da ONU, encontra-se na cauda da Europa face aos seus parceiros comunitários, com um índice médio de pobreza de 22%, 7% acima da média europeia.

Por outro lado, as situações de recessão afectam de forma diferenciada as actividades económicas e as regiões, principalmente as zonas mais industrializadas em que não é fácil utilizar esquemas de subsistência alternativos⁶⁹.

A fonte de informação privilegiada para a recolha de dados foi o INE e o DEEP/MSST (Quadros de Pessoal) para determinação do tecido produtivo distrital e da sua dinâmica económica.

4.4.3.1 – Associações Empresariais

A NERSANT é a associação empresarial regional mais representativa e tem como missão o desenvolvimento e dinamização do tecido empresarial do distrito de Santarém, intervindo, quer a nível individual, quer em parceria com outras entidades junto dos agentes económicos.

A NERSANT procede à definição de projectos estruturantes para a sua área de intervenção.

Tem sede em Torres Novas e desenvolveu a sua cobertura regional através da criação de infra-estruturas locais (Benavente, Abrantes, Santarém, Cartaxo, Ourém). Estes núcleos estão instalados nos Centros de Dinamização Empresarial, dirigidos pela Nersant e pelas Câmaras Municipais.

Uma das estratégias de intervenção mais relevantes desta associação empresarial, é a internacionalização dos negócios das empresas suas associadas, designadamente em Moçambique, Angola, Cabo Verde, Brasil, Espanha e França, o que tem permitido o aumento do volume de negócios dessas unidades empresariais.

A NERSANT assegura também o apoio à expansão e modernização das empresas através de um conjunto de serviços: Apoio Técnico, Feiras Anuais, Conferências e Seminários, Protocolos de Cooperação com Organismos e Institutos Públicos, Instituições Financeiras, Estabelecimentos de Ensino e Investigação e outras associações empresariais. A NERSANT assegura também a representação dos seus associados em organizações associativas de âmbito nacional e internacional.

Para além desta, existem outras associações empresariais de âmbito mais restrito:

- ACITOFEBE – Associação Comercial e Industrial dos Concelhos de Tomar, Ferreira do Zêzere e Vila Nova da Barquinha;
- ADIRN – Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte;

⁶⁹ ALMEIDA, João Ferreira, *op cit.*, p. 69.

- AECAL – Associação de Empresários do Concelho de Abrantes Limítrofes;
- Associação Comercial dos Retalhistas dos Concelhos de Torres Novas, Entroncamento, Alcanena e Golegã;
- Associação Comercial de Santarém;
- Associação Comercial dos Concelhos de Abrantes, Constância e Sardoal;
- Associação Comercial e Industrial de Rio Maior;
- Associação Comercial Industrial e de Serviços dos Concelhos de Torres Novas, Entroncamento, Alcanena e Golegã;
- Associação dos Comerciantes do Concelho de Coruche.

Esta é a estrutura associativa de âmbito regional e local de apoio à actividade económica do distrito que procura dinamizar e modernizar a actividade empresarial e promover o crescimento económico.

4.4.3.2 – Estrutura empresarial

O **parque empresarial** do distrito de Santarém possui 55.841 empresas, tendo a Lezíria do Tejo maior representatividade com 55,9% do total de empresas existentes no distrito e o Médio Tejo possui 44,1% das empresas do distrito.

A nível concelhio, destacam-se os concelhos de Santarém com 14,7% das empresas, Ourém com 10,1% e Tomar com 8,8% pelo maior contributo, constituindo os maiores pólos de concentração empresarial do distrito. No sentido oposto, emergem os concelhos de Constância com 0,6%, Sardoal com 0,7% e Golegã com 1,4%.

A análise dos dados revela bastantes disparidades no nível de desenvolvimento empresarial. Embora a sub-região da Lezíria do Tejo tenha maior número de empresas, essa superioridade deve-se, sobretudo, ao enorme contributo de Santarém pela concentração local de empresas, não emergindo qualquer outro pólo de dimensão próxima. Relativamente ao Médio Tejo, apesar de continuar a haver assimetrias, surgem diferentes pólos, ou seja, o nível de concentração empresarial é menor nesta sub-região.

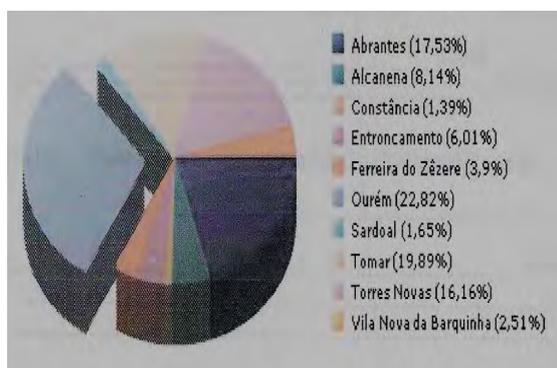
Quadro LXXX – Número de empresas por concelho e sub-região (2002)

<i>LEZÍRIA DO TEJO</i>	<i>31.224</i>	<i>MÉDIO TEJO</i>	<i>24.617</i>
Almeirim	3.306	Abrantes	4.315
Alpiarça	1.174	Alcanena	2003
Benavente	2.678	Constância	342
Cartaxo	2.858	Entroncamento	1.480
Chamusca	1.579	Ferreira do Zêzere	961
Coruche	2.844	Ourém	5.618
Golegã	760	Sardoal	407
Rio Maior	3.239	Tomar	4.896
Salvaterra de Magos	2.391	Torres Novas	3.978
Santarém	8.235	Vila Nova da Barquinha	617

Fonte: INE/DRE-LVT (ME)

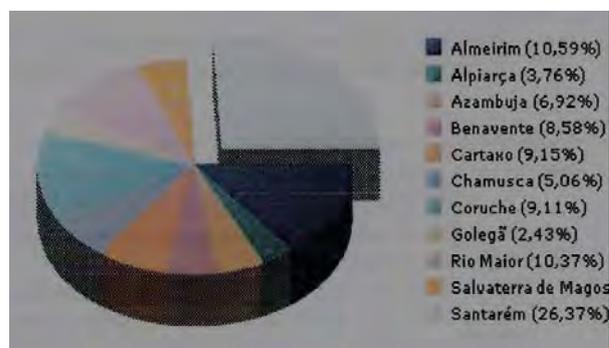
Gráfico LVI - Número de empresas por concelho e sub-região (2002)

MÉDIO TEJO



Fonte: INE/DRE-LVT (ME)

LEZÍRIA DO TEJO



A distribuição das **empresas**⁷⁰ por actividade económica, de acordo com os dados do INE revela que no distrito, o “Comércio por Grosso e a Retalho; Rep. de Veículos Automóveis, Motociclos e de Bens de Uso Pessoal e Doméstico” representavam 35,5% das empresas, a “Construção” 18,0% e “Agricultura, Produção Animal, Caça e

⁷⁰ **Empresa**, segundo o INE é “a mais pequena combinação de unidades jurídicas, que constitui uma unidade organizacional de produção de bens e serviços usufruindo de uma certa autonomia de decisão, nomeadamente quanto à afectação dos seus recursos correntes. Uma empresa exerce uma ou várias actividades, num ou vários locais. Uma empresa pode corresponder a uma única entidade jurídica”.

Silvicultura” e “Pesca” com uma participação de 15,1% para o parque empresarial existente no distrito.

O Médio Tejo também tem uma maior representatividade no “Comércio por Grosso e a Retalho; Rep. de Veículos Automóveis, Motociclos e de Bens de Uso Pessoal e Doméstico”, seguido pela “Construção” e “Indústrias Transformadoras”. A Lezíria do Tejo tem uma distribuição empresarial por CAE um pouco distinta revelando outro tipo de dinâmica económica, aliás, já constatada anteriormente. Assim, a principal actividade económica segue a tendência já evidenciada pelo “Comércio por Grosso e a Retalho; Rep. de Veículos Automóveis, Motociclos e de Bens de Uso Pessoal e Doméstico”, em segundo lugar surge a “Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura” e “Pesca” que distingue e caracteriza esta sub-região e, a “Construção”.

A nível concelhio, todos os concelhos pertencentes à sub-região Médio Tejo têm como principal actividade económica as classes A+B, ou seja, o “Comércio por Grosso e a Retalho; Rep. de Veículos Automóveis, Motociclos e de Bens de Uso Pessoal e Doméstico”, apenas Ferreira do Zêzere tem a “Construção” como principal actividade económica, a segunda actividade económica com maior representatividade é a “Construção”, exceptuando Alcanena (“Indústrias Transformadoras”), Constância e Entroncamento (“Alojamento e Restauração (Restaurantes e Similares)), Ferreira do Zêzere (“Comércio por Grosso e a Retalho; Rep. de Veículos Automóveis, Motociclos e de Bens de Uso Pessoal e Doméstico”), a terceira posição pertence em maioria à classe “Indústrias Transformadoras” com a excepção de Abrantes, Alcanena, Ferreira do Zêzere e Torres Novas para “Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura” e “Pesca” e o Entroncamento para a área dos serviços “Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços Prestados às Empresas”.

- Os concelhos da Lezíria do Tejo têm a sua actividade económica concentrada no “Comércio por Grosso e a Retalho; Rep. de Veículos Automóveis, Motociclos e de Bens de Uso Pessoal e Doméstico”.
- Em Alpiarça e Chamusca tem maior peso a “Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura” e “Pesca”, a segunda actividade mais representativa, “Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura” e “Pesca”, no entanto, em Alpiarça e Chamusca têm predominância, nesta posição, o “Comércio por Grosso e a Retalho; Rep. de Veículos Automóveis, Motociclos e de Bens de Uso Pessoal e Doméstico” e Benavente e Salvaterra de Magos na “Construção”.
- A terceira actividade económica de maior relevo, a “Construção” apresenta alguns desvios como é o caso de Benavente e de Salvaterra de Magos, em que a “Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura” e “Pesca” ocupam a terceira posição na distribuição das empresas segundo a actividade económica, devido à excepcional qualidade do seu solo vocacionado para a actividade agrícola.

Quadro LXXXI – Empresas com Sede no Distrito, segundo a CAE-Rev.2, em 31.12.2002

NUTS	Total	A+B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L a Q
CONCELHOS	Nº											
Portugal	1.085.004	85.789	1.896	113.446	393	184.735	374.014	95.826	32.032	36.932	105.964	53.977
DISTRITO	52.493	7.945	152	4.893	13	9.466	18.617	3.762	1.254	1.294	3.171	2.081
Centro	259.799	30.366	684	26.148	82	51.698	86.749	21.208	7.376	7.512	17.149	10.827
Médio Tejo	24.067	2.014	25	2.447	8	4.669	8.847	2.275	680	697	1.375	1.030
Abrantes	4.206	487	1	380	2	774	1.445	425	112	167	218	195
Alcanena	1.976	174	7	402	2	162	795	130	56	54	130	64
Constância	337	43	4	34	1	47	100	52	7	12	17	20
Entroncamento	1.461	39	-	107	1	149	625	176	41	45	161	117
Ferreira do Zêzere	948	154	-	85	-	270	265	77	29	19	23	26
Mação	928	157	-	113	-	170	317	62	42	21	25	21
Ourém	5.524	352	9	636	-	1.401	1.931	494	166	121	232	182
Sardoal	396	47	-	50	-	86	117	36	12	12	15	21
Tomar	4.760	329	4	389	-	994	1.772	483	128	154	300	207
Torres Novas	3.853	342	-	310	2	702	1.568	328	110	97	231	163
Vila Nova da Barquinha	606	47	-	54	-	84	229	74	19	16	48	35
Alentejo	87.526	18.665	283	6.590	16	13.659	27.453	8.200	2.108	2.277	4.834	3.441
Lezíria do Tejo	28.426	5.931	127	2.446	5	4.797	9.770	1.487	574	597	1.796	1.051
Almeirim	3.242	823	-	205	1	625	1.037	204	52	51	141	103
Alpiarça	1.165	348	-	62	1	246	318	73	24	18	47	28
Benavente	2.635	324	1	200	-	482	906	249	97	45	201	130
Cartaxo	2.796	573	1	250	-	434	934	198	72	61	159	114
Chamusca	1.532	444	3	124	-	349	367	93	33	25	54	40
Coruche	2.808	843	9	162	-	410	889	149	55	48	143	100
Golegã	750	187	1	48	-	150	220	59	19	12	32	22
Rio Maior	3.139	915	23	282	-	357	951	224	96	51	163	77
Salvaterra de Magos	2.341	425	4	166	2	627	708	153	64	35	92	65
Santarém	8.018	1.049	85	779	1	994	3.021	619	183	251	664	372

Fonte: INE, Ficheiro de Unidades Estatísticas (FUE).

Nota: Os valores apresentados dizem respeito a Empresas em Nome Individual e a Sociedades em Actividade.

CAE

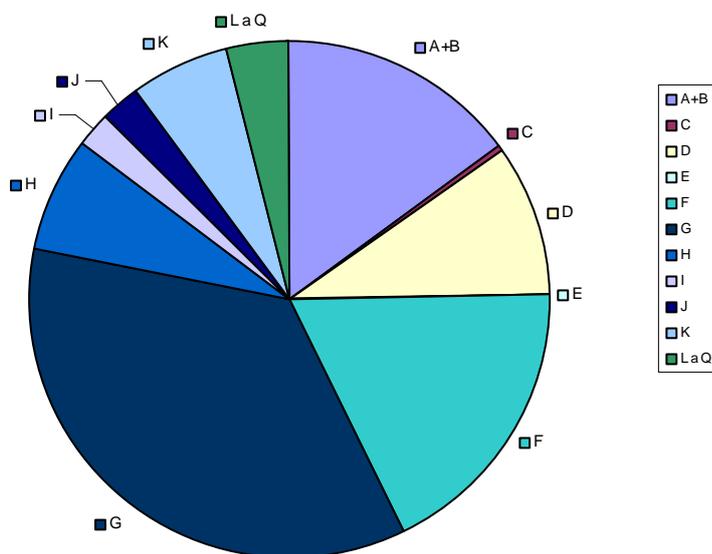
A - Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura
 B – Pesca
 C - Indústrias Extractivas
 D - Indústrias Transformadoras
 E - Produção e Distribuição de Electricidade, de Gás e de Água
 F – Construção
 G - Comércio por Grosso e a Retalho; Rep. de Veículos Automóveis, Motociclos e de Bens de Uso Pessoal e Doméstico
 H - Alojamento e Restauração (Restaurantes e Similares)

CAE

I - Transportes, Armazenagem e Comunicações
 J - Actividades Financeiras
 K - Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços Prestados às Empresas
 L - Administração Pública, Defesa e Segurança Social Obrigatória
 M - Educação
 N - Saúde e Acção Social
 O - Outras Actividades de Serviços Colectivos, Sociais e Pessoais
 P - Famílias com Empregados Domésticos
 Q - Organismos Internacionais e outras Instituições Extra-Territoriais

Gráfico LVII – Distribuição das Empresas com Sede no Distrito, segundo a CAE-Rev.2, em 31.12.2002

Distribuição das Empresas distritais a 31 Dezembro 2002, por Actividade Económica



Fonte: INE, Ficheiro de Unidades Estatísticas (FUE).

No que se refere às sociedades⁷¹ por actividade económica no distrito, observou-se que, em 2002:

- Era no “Comércio por Grosso e a Retalho; Rep. de Veículos Automóveis, Motociclos e de Bens de Uso Pessoal e Doméstico”, tal como acontecia com a distribuição das empresas distritais, que se registava o maior número de sociedades. Destacam-se a seguir as actividades “Indústrias Transformadoras” e “Construção”.
- Relativamente às empresas, a maior diferença verificada é na actividade económica pertencente à categoria “Indústrias Transformadoras” que tem menor peso a nível da actividade principal das empresas distritais.

A nível das sub-regiões, relativamente à ordem de importância das actividades económicas:

- Tanto o Médio Tejo, como a Lezíria do Tejo, têm em comum a primeira posição, ocupada, na data em análise, pelo “Comércio por Grosso e a Retalho; Rep. de Veículos Automóveis, Motociclos e de Bens de Uso Pessoal e Doméstico”,
- Quanto à segunda e terceira posições, estas encontram-se invertidas pelas NUTS III uma vez que no Médio Tejo as actividades de maior importância que se

⁷¹ *Sociedade*, segundo o INE, são criadas por actos legais, visando a prática de actos comerciais, industriais e outros.

seguem são “Indústrias Transformadoras” e “Construção” e na Lezíria do Tejo são “Construção” e “Indústrias Transformadoras”.

Quadro LXXXII - Sociedades com Sede no Distrito, segundo a CAE-Rev.2, em 31.12.2002

NUTS	Total	A+B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L a Q
CONCELHOS	Nº											
Portugal	312.000	7.693	907	43.148	369	39.668	98.269	29.039	19.341	2.071	49.456	22.039
DISTRITO	13.020	986	69	1.688	12	1.672	4.173	964	903	62	1.268	760
Centro	61.779	2.297	296	10.060	78	8.661	19.895	4.790	4.699	317	6.912	3.774
Médio Tejo	5.897	236	15	921	8	886	1.968	462	441	23	571	366
Abrantes	964	69	1	108	2	120	342	84	65	5	91	77
Alcanena	622	11	3	200	2	33	223	35	37	1	58	19
Constância	79	9	4	19	1	6	16	9	4	-	7	4
Entroncamento	426	2	-	45	1	46	148	43	28	-	66	47
Ferreira do Zêzere	202	19	-	25	-	65	45	14	18	-	11	5
Mação	187	11	-	44	-	30	59	10	21	-	8	4
Ourém	1.496	27	3	268	-	335	424	110	118	7	135	69
Sardoal	114	13	-	16	-	21	28	10	9	-	10	7
Tomar	1.047	42	4	122	-	157	378	86	84	4	98	72
Torres Novas	854	41	-	105	2	92	329	62	70	6	90	57
Vila Nova da Barquinha	93	3	-	13	-	11	35	9	8	-	5	9
Alentejo	17.828	2.375	148	2.034	14	1.833	5.623	1.573	1.206	87	1.798	1.137
Lezíria do Tejo	7.123	750	54	767	4	786	2.205	502	462	39	697	394
Almeirim	649	91	-	65	1	92	220	39	35	5	68	33
Alpiarça	237	53	-	19	-	43	63	14	18	-	20	7
Benavente	770	70	1	86	-	97	241	67	72	4	91	41
Cartaxo	702	67	1	89	-	72	251	59	47	5	62	49
Chamusca	242	59	1	36	-	25	57	14	17	2	21	10
Coruche	570	120	5	47	-	64	191	22	33	4	53	31
Golegã	121	21	1	15	-	13	38	7	9	1	8	8
Rio Maior	729	68	14	110	-	73	242	43	72	6	72	29
Salvaterra de Magos	509	68	2	47	2	130	134	27	43	1	45	10
Santarém	2.131	133	29	253	1	177	768	210	116	11	257	176

Fonte: INE, Ficheiro de Unidades Estatísticas (FUE).

Notas: Os quadros foram obtidos a partir do FUE do INE que contém dados físicos (número de Empresas / Sociedades) reportados a Dezembro de 2002 e económicos (Pessoas e Volume de Vendas) relativos a Dezembro de 2001. Os valores apresentados dizem respeito a Sociedades em Actividade. O desfasamento, de pelo menos dois anos, entre o registo de uma nova unidade legal no FUE e o carregamento de dados de natureza económica, pode originar o aparecimento de Sociedades com valores nulos nos campos Número de Pessoas ao Serviço e ao Volume de Vendas.

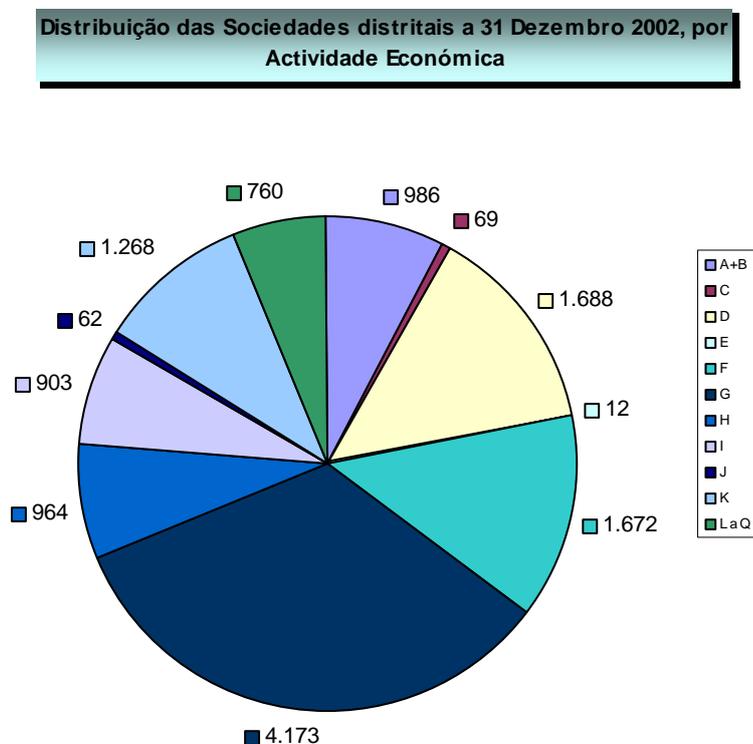
CAE

- A - Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura
- B - Pesca
- C - Indústrias Extractivas
- D - Indústrias Transformadoras
- E - Produção e Distribuição de Electricidade, de Gás e de Água
- F - Construção
- G - Comércio por Grosso e a Retalho; Rep. de Veículos Automóveis, Motociclos e de Bens de Uso Pessoal e Doméstico

CAE

- I - Transportes, Armazenagem e Comunicações
- J - Actividades Financeiras
- K - Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços Prestados às Empresas
- L - Administração Pública, Defesa e Segurança Social Obrigatória
- M - Educação
- N - Saúde e Acção Social
- O - Outras Actividades de Serviços Colectivos, Sociais e Pessoais
- P - Famílias com Empregados Domésticos

Gráfico LVIII – Distribuição das Sociedades com Sede no Distrito, segundo a CAE-Rev.2, em 31.12.2002



Fonte: INE, Ficheiro de Unidades Estatísticas (FUE).

As empresas do distrito por **volume de vendas** do concelho apresentam uma distribuição que reflecte o número de empresas por concelho, sobressaindo Abrantes, Alcanena e Ourém no Médio Tejo e Santarém, Benavente e Rio Maior na Lezíria do Tejo. Refira-se que Alcanena em termos comparativos não tem um grande número de empresas (3.6%) mas destaca-se pela sua rentabilidade, dado o volume de negócios implícito.

Os concelhos com mais baixos resultados em termos de vendas são Vila Nova da Barquinha, Sardoal e Golegã.

O Médio Tejo obteve um maior volume de vendas do que a Lezíria do Tejo em 813.118,43 euros.

Em 2002, apenas 7 concelhos apresentavam um volume de vendas das suas empresas superior a 500.000,00 euros.

Quadro LXXXIII – Volume de vendas por concelho e sub-região (2002)

LEZÍRIA DO TEJO		3.243.875,53	MÉDIO TEJO		4.056.933,96
Almeirim	318.280,70		Abrantes	1.020.377,27	
Alpiarça	80.253,19		Alcanena	939.421,37	
Benavente	573.511,12		Constância	36.819,25	
Cartaxo	379.838,00		Entroncamento	221.119,29	
Chamusca	71.744,06		Ferreira do Zêzere	101.555,76	
Coruche	221.950,09		Ourém	682.949,62	
Golegã	36.107,98		Sardoal	26.256,52	
Rio Maior	492.545,99		Tomar	455.137,83	
Salvaterra de Magos	155.108,11		Torres Novas	552.125,88	
Santarém	914.536,29		Vila Nova da Barquinha	21.231,17	

Fonte: INE/DRE-LVT (ME)

Gráfico LIX - Volume de vendas por concelho e sub-região (2002)



Fonte: INE/DRE-LVT (ME)

Em termos de criação de emprego, as empresas do distrito tinham, em 2002, 78.997 pessoas ao serviço, em que o Médio Tejo contribuiu com 50,9% dos postos de trabalho e a Lezíria do Tejo com 49,1%.

A distribuição do número do pessoal ao serviço das empresas pelos diferentes concelhos revela que não se efectuou de forma homogénea. Na sub-região do Médio Tejo destacam-se pelo contingente de efectivos, Ourém, Abrantes e Torres Novas, contrastando com concelhos com fraco número de pessoal ao serviço como é o caso de

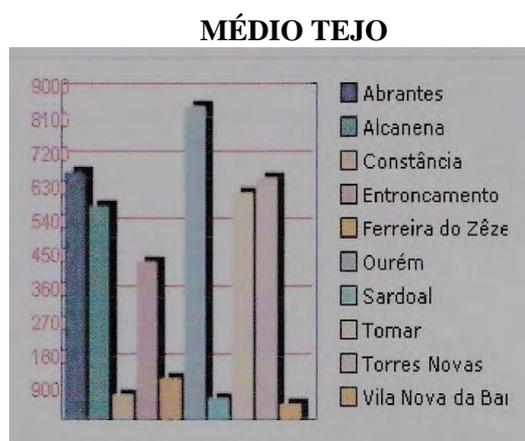
Vila Nova da Barquinha, Golegã e Sardoal. Na Lezíria do Tejo destacam-se pelo número de postos de trabalho gerados, as empresas dos concelhos de Santarém bastante acima de todos os restantes concelhos e o concelho de Golegã pelo reduzido número de postos de trabalho existentes.

Quadro LXXXIV – Pessoal ao serviço por concelho e sub-região (2002)

<i>LEZÍRIA DO TEJO</i>		<i>38.786</i>	<i>MÉDIO TEJO</i>		<i>40.211</i>
Almeirim	3.982	Abrantes	6.639		
Alpiarça	1.599	Alcanena	5.731		
Benavente	6.118	Constância	633		
Cartaxo	3.887	Entroncamento	4.204		
Chamusca	1.303	Ferreira do Zêzere	1.084		
Coruche	2.651	Ourém	8.408		
Golegã	488	Sardoal	543		
Rio Maior	4.439	Tomar	6.076		
Salvaterra de Magos	2.409	Torres Novas	6.495		
Santarém	11.910	Vila Nova da Barquinha	398		

Fonte: INE/DRE-LVT (ME)

Gráfico LX - Pessoal ao serviço por concelho e sub-região (2002)



Fonte: INE/DRE-LVT (ME)

Os Censos (2001) do INE, permitem conhecer a estrutura de distribuição do **emprego no distrito pelas diferentes actividades económicas**, tendo-se verificado que era em “Indústrias Transformadoras” que se concentrava o maior número de trabalhadores ao serviço, seguido por “Comércio por Grosso e a Retalho; Rep. de Veículos Automóveis, Motociclos e de Bens de Uso Pessoal e Doméstico” e “Construção”.

Confrontando com o número de empresas existentes no distrito, verifica-se que apesar de a indústria transformadora não dominar a actividade económica das empresas do distrito, não obstante, ter peso nas sociedades existentes, revelou-se como a actividade económica que ocupa maior número de pessoas. Quanto à actividade relacionada com o comércio e reparações e a construção contam com a segunda e terceira posição pelo número de trabalhadores, o que é compreensível em virtude da estrutura empresarial por actividade económica.

Em 2001, as sub-regiões afectas ao distrito tinham distribuição homóloga nas principais actividades económicas com maior número de trabalhadores empregados, que corresponde a igual distribuição distrital.

Quadro LXXXV – Pessoal ao Serviço nas Sociedades com Sede no Distrito, segundo a CAE-Rev.2, em 31.12.2001

NUTS	Total	A+B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	La Q
CONCELHOS	Nº											
Portugal	2.662.344	40.765	14.461	850.788	18.299	313.975	580.822	170.118	177.030	76.030	301.027	119.029
DISTRITO	88.680	5.339	766	31.272	164	13.250	19.799	4.249	4.676	433	5.836	3.211
Centro	468.963	12.718	3.825	203.323	797	61.236	100.273	19.879	21.220	2.103	26.957	16.632
Médio Tejo	45.066	1.334	151	17.727	154	7.515	9.113	2.009	2.958	107	2.273	1.725
Abrantes	7.292	362	...	2.057	...	2.023	1.464	422	91	33	422	294
Alcanena	6.126	16	26	3.598	...	241	1.004	94	713	...	375	56
Constância	698	503	...	63	43	23	5	-	7	12
Entroncamento	4.171	...	-	2.456	...	412	735	101	140	-	161	135
Ferreira do Zêzere	1.223	168	-	379	-	343	213	57	12	-	21	30
Mação	986	15	-	467	-	156	190	27	112	-	15	4
Ourém	10.281	105	57	3.535	-	2.187	2.029	658	569	17	605	519
Sardoal	541	70	-	167	-	151	88	28	13	-	11	13
Tomar	6.998	349	48	2.185	-	1.253	1.918	294	222	5	307	417
Torres Novas	7.297	231	-	2.750	...	733	1.509	270	1.178	...	354	220
Vila Nova da Barquinha	439	7	-	97	-	109	110	62	15	-	10	29
Alentejo	111.127	11.025	2.655	33.011	35	13.719	27.594	6.585	4.087	1.016	7.286	4.114
Lezíria do Tejo	43.614	4.005	615	13.545	10	5.735	10.686	2.240	1.718	326	3.563	1.486
Almeirim	4.898	465	-	1.024	...	1.112	1.101	214	98	...	711	127
Alpiarça	1.541	364	-	224	-	447	351	51	49	-	42	13
Azambuja	4.445	216	68	2.125	-	224	708	...	606	...	70	113
Benavente	6.734	576	...	2.747	-	684	1.269	220	368	...	731	111
Cartaxo	4.428	315	...	1.777	-	379	1.239	247	105	...	183	148
Chamusca	1.410	292	...	414	-	241	248	56	32	...	79	18
Coruche	3.156	685	15	731	-	521	830	72	52	19	136	95
Golegã	546	116	...	138	-	104	137	...	6	...	15	11
Rio Maior	4.992	256	277	2.045	-	335	1.214	179	396	11	180	99
Salvaterra de Magos	2.974	308	...	656	...	822	602	93	134	...	136	145
Santarém	12.935	628	280	3.789	...	1.090	3.695	813	478	...	1.350	719

Fonte: INE, Ficheiro de Unidades Estatísticas (FUE).

Notas: Os quadros foram obtidos a partir do FUE do INE que contém dados físicos (número de Empresas / Sociedades) reportados a Dezembro de 2002 e económicos (Pessoas ao Serviço e Volume de Vendas) relativos a Dezembro de 2001. Os valores apresentados dizem respeito a Sociedades em Actividade. O desfasamento, de pelo menos dois anos, existente entre o registo de uma nova unidade legal no FUE e o carregamento de dados de natureza económica, pode originar o aparecimento de Sociedades com valores nulos nos campos relativos ao Número de Pessoas ao Serviço e ao Volume de Vendas.

... Dado confidencial

- Resultado nulo

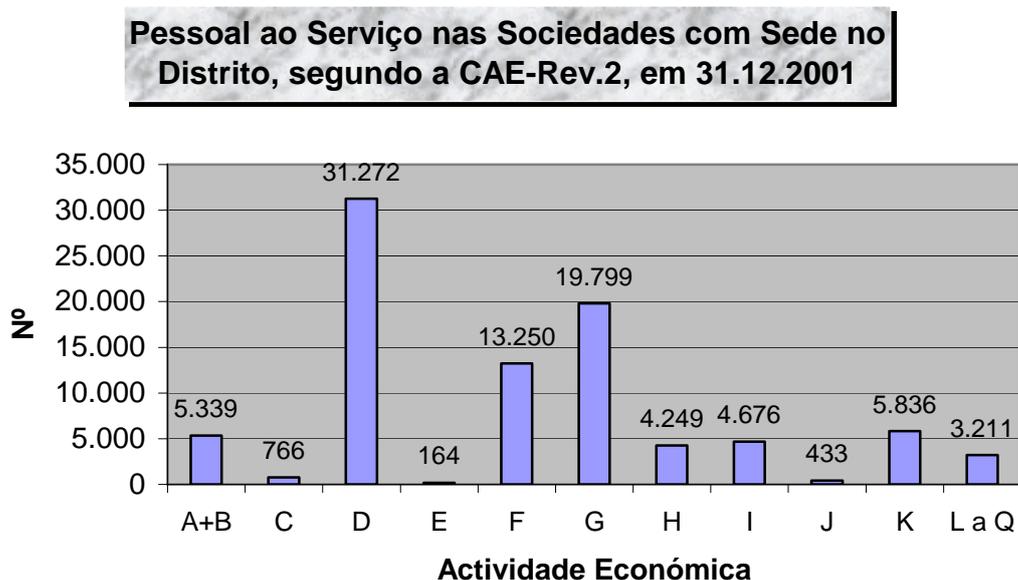
CAE

- A - Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura
- B – Pesca
- C - Indústrias Extractivas
- D - Indústrias Transformadoras
- E - Produção e Distribuição de Electricidade, de Gás e de Água
- F – Construção
- G - Comércio por Grosso e a Retalho; Rep. de Veículos Automóveis, Motociclos e de Bens de Uso Pessoal e Doméstico
- H - Alojamento e Restauração (Restaurantes e Similares)

CAE

- I - Transportes, Armazenagem e Comunicações
- J - Actividades Financeiras
- K - Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços Prestados às Empresas
- L - Administração Pública, Defesa e Segurança Social Obrigatória
- M - Educação
- N - Saúde e Acção Social
- O - Outras Actividades de Serviços Colectivos, Sociais e Pessoais
- P - Famílias com Empregados Domésticos
- Q - Organismos Internacionais e outras Instituições Extra-Territoriais

Gráfico LXI - - Pessoal ao Serviço nas Sociedades com Sede no Distrito, segundo a CAE-Rev.2, em 31.12.2001



Fonte: INE, Ficheiro de Unidades Estatísticas (FUE).

Tomando por referência o ano de 2003, as “novas” sociedades⁷² constituídas, assim definidas, por terem sido criadas neste ano, foram no total 853 unidades, o que representa 3,4% do total de sociedades constituídas no ano a que se reportam os dados. Para uma melhor avaliação da criação de “novas” sociedades foi feita a comparação com o número de unidades existentes, dando origem à taxa de constituição de sociedades, que, em 2003, foi de 6,6%. Este indicador foi construído através do rácio entre o número de sociedades constituídas em 2003 e o total de sociedades existentes em 31 de Dezembro de 2002. Tendo por referência a estrutura nacional, os resultados obtidos revelam menor actividade empresarial face à média do país em 1,4%. Esta mesma tendência se verifica em relação à estrutura regional, já que ficou aquém das regiões a que está afecto o Centro e o Alentejo, com - 1,2% e - 2,1% respectivamente. Tomando por referência a estrutura regional, o Médio Tejo criou 8,6% das “novas” sociedades da região a que se encontra afecto naquela data, o Centro, enquanto que a Lezíria do Tejo contribuiu com 30,9% do total de sociedades criadas. Desta distribuição, conclui-se que reportando às NUTS II de pertença, o Médio Tejo possui um dinamismo reduzido em termos de criação de novas sociedades, contrariamente à Lezíria do Tejo que se destaca no Alentejo, pelo contingente de “novas” sociedades que foram constituídas.

Em termos sectoriais, as sociedades cuja actividade pertenciam à categoria “Comércio por Grosso e a Retalho; Rep. de Veículos Automóveis, Motociclos e de Bens de Uso Pessoal e Doméstico”, constituíam 30,6% das novas unidades criadas, o que se enquadra na estrutura económica do distrito. A categoria “Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços Prestados às Empresas” constitui 16,9% do total de sociedades criadas no ano em análise, esta é uma actividade emergente que, confirmando-se esta

⁷² Não foi possível obter dados homólogos para a constituição de *empresas*, pelo que todos os dados se reportam apenas a *sociedades*.

tendência evolutiva, poderá introduzir uma nova dinâmica empresarial, que já se tinha destacado em Entroncamento, onde esta actividade tinha alguma dimensão. Entre as diferentes actividades a que se dedicam as sociedades constituídas recentemente, dá-se último destaque à “Construção” com 13,5% da vocação económica destas “novas” sociedades.

No total da contribuição concelhia para os resultados distritais, os concelhos que se destacam pelo número de sociedades constituídas são Santarém (148), Ourém (132) e Benavente (81); o menor contributo foi dado por Constância (7), Sardoal (7) e Golegã (7).

Quadro LXXXVI – Sociedades Constituídas por NUTS I, II, III e concelhos distritais, segundo a CAE, Rev.2, em 2003

NUTS	Total	A+B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L a Q
CONCELHOS	Nº											
Portugal	24.890	612	32	2.084	61	2.970	7.351	2.308	1.129	138	5.715	2.490
DISTRITO	853	47	1	66	-	115	261	83	59	9	144	68
Centro	4.796	141	7	445	10	704	1.462	463	283	36	808	437
Médio Tejo	413	6	1	37	-	71	124	42	30	4	66	32
Abrantes	53	2	-	5	-	7	16	6	2	1	10	4
Alcanena	25	1	-	3	-	2	7	3	4	-	5	-
Constância	7	1	-	-	-	1	-	3	-	-	1	1
Entroncamento	40	-	-	5	-	1	13	5	2	-	8	6
Ferreira do Zêzere	14	-	-	-	-	3	5	1	1	-	4	-
Mação	16	-	-	-	-	5	6	3	1	-	1	-
Ourém	132	-	1	9	-	39	34	12	12	3	17	5
Sardoal	7	-	-	1	-	3	2	-	1	-	-	-
Tomar	62	2	-	6	-	8	16	6	3	-	9	12
Torres Novas	65	-	-	7	-	7	29	4	5	-	10	3
Vila Nova da Barquinha	8	-	-	1	-	-	2	2	-	-	2	1
Alentejo	1.549	238	4	96	1	158	427	135	84	9	261	136
Lezíria do Tejo	440	41	-	29	-	44	137	41	29	5	78	36
Almeirim	39	2	-	-	-	3	12	8	1	1	5	7
Alpiarça	15	4	-	2	-	1	4	-	1	-	2	1
Benavente	81	4	-	8	-	6	31	4	10	2	12	4
Cartaxo	53	-	-	3	-	8	22	4	2	-	9	5
Chamusca	16	3	-	2	-	2	1	1	2	-	4	1
Coruche	29	5	-	-	-	-	10	5	2	-	5	2
Golegã	7	2	-	-	-	-	2	1	-	-	1	1
Rio Maior	45	5	-	4	-	6	11	4	3	-	11	1
Salvaterra de Magos	46	4	-	7	-	8	8	3	4	-	7	5
Santarém	148	14	-	3	-	17	47	15	6	2	29	15

Fonte: Gabinete de Política Legislativa e Planeamento - Ministério da Justiça.

CAE

- A - Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura
- B - Pesca
- C - Indústrias Extractivas
- D - Indústrias Transformadoras
- E - Produção e Distribuição de Electricidade, de Gás e de Água
- F - Construção

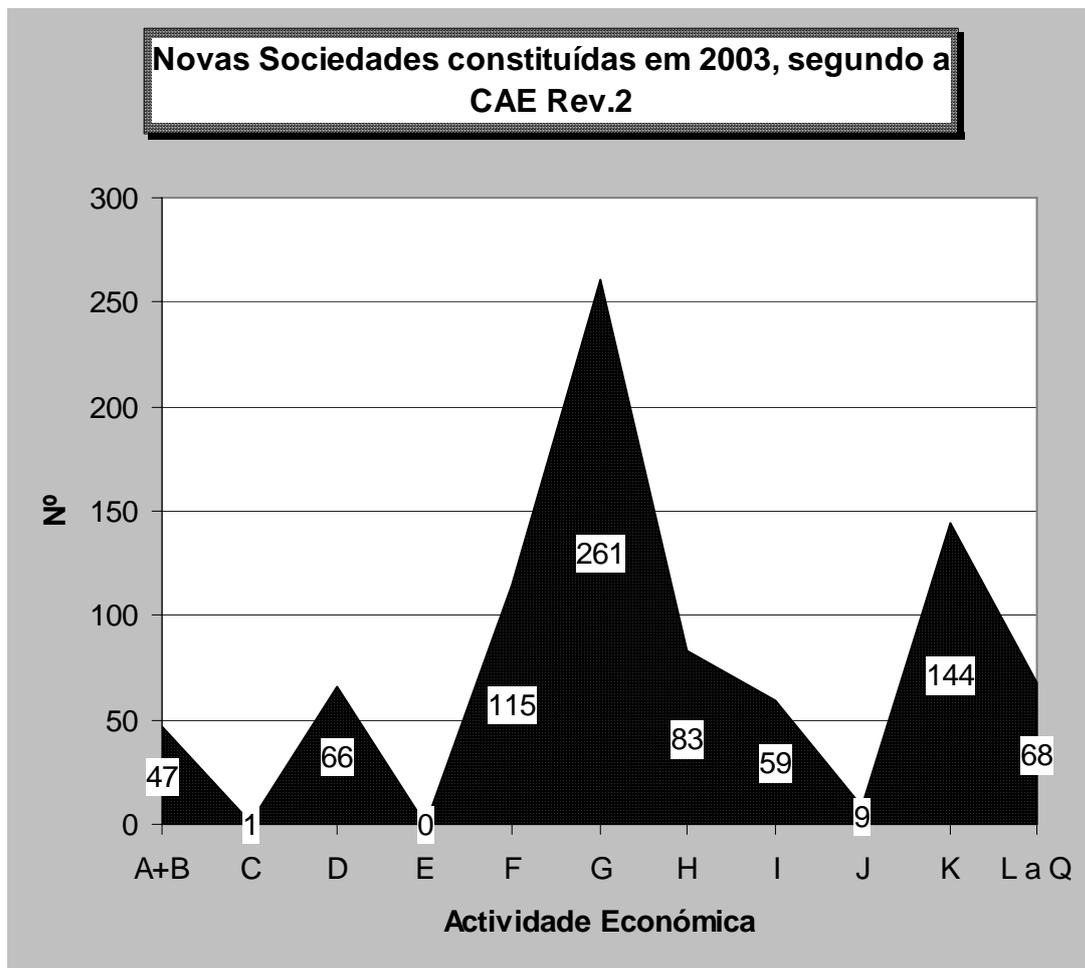
CAE

- I - Transportes, Armazenagem e Comunicações
- J - Actividades Financeiras
- K - Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços Prestados às Empresas
- L - Administração Pública, Defesa e Segurança Social Obrigatória
- M - Educação
- N - Saúde e Acção Social

G - Comércio por Grosso e a Retalho; Rep. de Veículos Automóveis,
Motociclos e de Bens de Uso Pessoal e Doméstico
H - Alojamento e Restauração (Restaurantes e Similares)

O - Outras Actividades de Serviços Colectivos, Sociais e Pessoais
P - Famílias com Empregados Domésticos
Q - Organismos Internacionais e outras Instituições Extra-Territoriais

Gráfico LXII – Sociedades Constituídas no Distrito, segundo a CAE, Rev.2, em 2003



Fonte: Gabinete de Política Legislativa e Planeamento - Ministério da Justiça.

Potencialidades

- O Médio Tejo, apesar das assimetrias existentes, possui diferentes pólos empresariais/industriais, ou seja, o nível de concentração é menor do que na Lezíria do Tejo.
- Destaque para Santarém, Ourém e Tomar pela importância dos seus parques empresariais/industriais.
- A distribuição das empresas por actividade económica, revela que no distrito, as actividades com maior peso na economia local são “Comércio por Grosso e a Retalho; Rep. de Veículos Automóveis, Motociclos e de Bens de Uso Pessoal e Doméstico”, a “Construção” e a “Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura” e “Pesca”.
- As sociedades concentravam a sua actividade económica no “Comércio por Grosso e a Retalho; Rep. de Veículos Automóveis, Motociclos e de Bens de Uso Pessoal e Doméstico”, tal como acontecia com a distribuição das empresas distritais, “Indústrias Transformadoras” que sobressaem comparativamente às empresas e “Construção”.
- A existência de diferentes vocações económicas no distrito, em que o Médio Tejo é mais industrializado e a Lezíria do Tejo mais agrícola, poderá ser uma mais-valia pela diferenciação em termos de especialização económica e diversidade produtiva, muito embora ambas as sub-regiões tenham como actividade principal o comércio.

Constrangimentos

- O nível de desenvolvimento empresarial revela a existência de acentuadas disparidades intra-regionais, evidenciadas pela forte concentração em apenas um número reduzido de pólos empresariais/industriais, muito embora tenham o benefício da complementaridade. Esta situação é mais acentuada na Lezíria do Tejo, em que Santarém surge como o único pólo existente de dimensões equiparáveis.
- Os concelhos com menor dinamismo em termos de volume de vendas são Vila Nova da Barquinha, Sardoal e Golegã, que necessitam de algum investimento económico.
- Tomando por referência a estrutura regional, o Médio Tejo possui um dinamismo reduzido em termos de criação de novas sociedades.

Potencialidades

- Apesar do volume de vendas variar com os concelhos mais desenvolvidos em termos económicos, contrariamente a esta tendência, verificou-se que Alcanena tem uma grande rendibilidade do volume de negócios.
- O Médio Tejo apresenta uma posição vantajosa por apresentar maior volume de vendas do que a Lezíria do Tejo.
- A actividade económica que ocupa maior número de pessoas, apesar de não ser a principal do distrito, é a indústria transformadora.
- A Lezíria do Tejo, destaca-se no Alentejo, pelo contingente de “novas” sociedades constituídas.

Oportunidades

■ Estrutura associativa de apoio ao desenvolvimento e modernização da actividade empresarial, tendo como principal instituição polarizadora a Nersant e a existência de várias associações comerciais. Este associativismo poderá exercer um efeito de congregação de práticas de dinamização do tecido económico e empresarial distrital.

Será de todo o interesse estabelecer parcerias de desenvolvimento comunitário e económico entre o *Terceiro Sector* e as empresas/indústrias locais, bem como promover e reforçar o Mercado Social de Emprego e incentivar a inserção profissional em especial dos desempregados de longa duração tendo em vista a sua reabilitação social e profissional, bem como dos beneficiários de *RSI* e de todos os que se encontram em situação de *exclusão*.

■ Emergência da actividade económica dos serviços.

■ Santarém, Ourém e Benavente com maior dinamismo na criação de “novas” sociedades.

Ameaças

■ O número de postos de trabalho existentes está associado à distribuição geográfica das empresas / indústrias, que por ser bastante concentrada, exige alguma mudança em termos de planeamento estratégico da localização e implementação de empresas/indústrias, tendo em vista um modelo de desenvolvimento sustentado do distrito.

■ Fraco dinamismo empreendedor de Constância, Sardoal e Golegã.

Capítulo 5

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegados a este ponto, cumpre reflectir sobre os resultados desta primeira parte do estudo na qual foram analisadas algumas variáveis centrais para uma visão compreensiva das dimensões estruturantes da problemática da pobreza. O objectivo central não foi, contudo, quantificar ou cartografar a população carenciada do distrito. Foi sim, a caracterização socio-económica do distrito, através de várias dimensões estruturantes do fenómeno da pobreza e exclusão social.

A análise das diferentes temáticas foram abordadas na perspectiva do desenvolvimento social através da definição de estratégias e prioridades de intervenção social, por isso se optou por uma metodologia de articulação entre a investigação e acção com o objectivo de promover a inovação de estratégias numa perspectiva de “rede”, através da adequação aos contextos sociais e económicos específicos, e contribuir para o “desbloqueamento” político através da sua *inclusão*, da sua participação e responsabilização no processo de desenvolvimento comunitário a nível local, como *parceiro* no combate à pobreza e exclusão social.

A REAPN procurou, desta forma, integrar num dos seus eixos de intervenção – a investigação, a disponibilização de informação relevante para a gestão de ONG's de solidariedade social. Os diferentes indicadores foram seleccionados em função, por um lado, da sua pertinência funcional e, por outro lado, em função da sua disponibilidade. A sua distribuição permite aferir situações de maior ou menor vulnerabilidade à pobreza e exclusão social no distrito e, por isso, os dados obtidos devem ser utilizados de forma flexível e instrumental nas diferentes dimensões deste fenómeno.

Portanto, o objectivo principal não foi quantificar a pobreza, como se evidenciou, mas criar um instrumento de trabalho para quantificar as dimensões demográfica, social e material através de unidades observáveis de modo a apreender a realidade distrital e as oportunidades e/ou problemas que decorrem e emergem das dinâmicas demográficas, sociais e económicas nacionais e locais.

Uma dificuldade sentida e que, de certa forma, poderia inviabilizar a estrutura seleccionada, foi a quase inexistência e exiguidade de dados a nível concelhio para alguns indicadores, bem como a escassez e praticamente ausência de estudos regionais actualizados. Para além dos dados estatísticos de âmbito nacional, não foi possível apurar, em tempo útil, alguns dados desagregados ao nível distrital e concelhio para alguns indicadores e outros são mesmo inexistentes, pelo que se optou para alguns pela referência aos dados regionais (NUTS II). Aliás, a dificuldade de obtenção de dados estatísticos ao nível desejado, é quase transversal a todas as variáveis. Existe falta de recursos materiais e humanos para que os dados sejam recolhidos, tratados e divulgados, conseqüentemente existe falta de estudos nestas áreas, permanecendo uma grande lacuna de conhecimento da amplitude de determinados problemas sociais. Seria de todo o interesse garantir o acesso rápido à informação estatística actualizada e sistematizada ao nível local, de forma a se promover mais e melhor investigação social.

Face a todas as limitações apontadas não foi possível realizar uma caracterização exaustiva do distrito, no entanto, foram identificadas algumas condições em que a pobreza e exclusão social se produz e reproduz.

O estudo realizado teve por objectivo, por um lado conhecer o meio envolvente e o tecido institucional de solidariedade social (a realizar posteriormente) e por outro lado observar a influência do contexto na estratégia institucional, até que ponto o sistema sociocultural reflecte a adaptação à envolvente, assim como a integração das suas subculturas (a realizar posteriormente). É desta interacção que resulta um bom ou mau desempenho, um ajustamento a necessidades reais ou disfuncionalidades de gestão que se traduzem em práticas ineficazes.

O trabalho já realizado permite novos conhecimentos, a nível distrital, da sua caracterização a nível das dimensões demográfica, social e económica, tendo-se procurado evidenciar, em função da estrutura obtida para cada variável, as dinâmicas de desenvolvimento e as potencialidades e constrangimentos locais através de um diagnóstico estratégico realizado por áreas temáticas.

O conhecimento local ao nível das variáveis seleccionadas era praticamente inexistente, não havia qualquer tipo de abordagem ao nível distrital, o que existe e em alguns casos está em fase de execução são estudos a nível concelhio no âmbito de CLAS/CIES. Crê-se que desta forma se preenche uma lacuna no conhecimento da realidade com a qual as ONG's trabalham, com a possibilidade de conhecimento das estruturas da sociedade de pertença. As situações de maior vulnerabilidade nos diferentes domínios são evidenciadas e são adiantadas algumas necessidades de intervenção social. A análise dos elementos estatísticos obtidos, pela sua natureza quantitativa, permitiu estabelecer uma ligação entre a investigação e a prática pela possibilidade de ser utilizada como instrumento para a tomada de decisões e a acção.

Com a segunda parte do trabalho, para o qual já se fez o enquadramento teórico, espera-se obter novos conhecimentos interessantes para a gestão de ONG's solidariedade social de forma a maximizar a sua eficácia, de acordo com a problemática e o modelo de análise explicitados.

Seria de todo o interesse, num outro âmbito, concretizar um estudo com o objectivo de cartografar as situações identificadas de pobreza e exclusão social e de vulnerabilidade a estes fenómenos.

Para dar uma visão global das conclusões, o distrito de Santarém, do ponto de vista das diferentes dimensões abordadas apresenta características que são o reflexo da situação estrutural do país e das mutações sociais registadas. O distrito beneficia, por um lado, de algumas vantagens face aos padrões nacionais e ou regionais, como seja, o ligeiro aumento da natalidade, o crescimento acentuado da taxa de imigração e algum dinamismo favorável por parte de alguns concelhos como Entroncamento, Benavente e Ourém, boa rede de infra-estruturas e de recursos hospitalares e farmacêuticas, baixa taxa de mortalidade infantil, grande investimento da sub-região de saúde de Santarém, reduzida taxa de analfabetismo no Entroncamento, boa taxa de sucesso escolar no secundário, boa rede de infra-estruturas de acção social, em especial de apoio à terceira idade, fraca taxa de incidência de RSI, disponibilidade de recursos humanos qualificados, fraco contingente de habitação degradada, alguma disseminação dos pólos empresariais/industriais, existência de diferentes vocações económicas no distrito, com o Médio Tejo mais industrializado e a Lezíria do Tejo, mais agrícola, Alcanena possui uma grande rendibilidade do seu volume de negócios, a Lezíria do Tejo destaca-se pelo contingente de “novas” sociedades constituídas.

Subsistem, contudo, alguns pontos menos positivos que traduzem diferenças estruturais que se prendem com as características socio-económicas e das dinâmicas territoriais em

que o distrito se encontra afecto, como sejam os aspectos do acentuado envelhecimento populacional na base e no topo da pirâmide, distribuição assimétrica da população residente, baixa densidade populacional, crescimento populacional muito fraco, crescimento ténue da mortalidade, fraco dinamismo demográfico, diminuição da população activa, baixa representatividade da população jovem, eixos problemáticos de análise litoral/interior e urbano/rural estruturantes das dinâmicas demográficas, desertificação das zonas rurais, isolamento das populações mais idosas, inexistência de Centro de Saúde ou Extensão em 11 freguesias do Médio Tejo e 15 da Lezíria do Tejo, horário de atendimento muito reduzido em algumas Extensões de Centros de Saúde, elevada taxa de suicídio, forte dependência, em termos de recursos médicos, das infra-estruturas hospitalares, graves carências de escolarização e qualificação, insuficiência da rede pré-escolar, elevada taxa de analfabetismo, grande défice de frequência do ensino superior, problema do insucesso escolar e retenção dos efectivos escolares na escolaridade obrigatória, protecção social concentrada no apoio à primeira infância e terceira idade, despesas elevadas com a função saúde, elevado número de pensionistas, grande crescimento da mão-de-obra desempregada, em especial da mão-de-obra qualificada, existência de “bolsas” locais de precarização do parque habitacional, diferencial acentuado da população activa em termos de género, forte peso do desemprego feminino, a Lezíria do Tejo reflecte um menor dinamismo no mercado de trabalho, os grupos sociais mais jovens e mais idosos encontram maior dificuldade em integrarem a população activa, precarização do emprego no sector primário, grande contingente de micro-empresas de estrutura familiar, fraco poder de compra dos residentes, acentuadas disparidades intra-regionais a nível do desenvolvimento empresarial, o Médio Tejo possui um dinamismo reduzido na criação de “novas” sociedades.

Constata-se, portanto, que apesar do distrito de Santarém, em termos gerais, se situar num patamar intermédio de desenvolvimento, persistem acentuadas assimetrias que importa colmatar. Nesta linha, o estudo de investigação reveste-se da maior importância, a fim de potenciar e agilizar a alteração do meio no que se refere aos factores susceptíveis de gerar pobreza, o que se consegue com a criação de ferramentas de trabalho, como este estudo, que apesar de modesto nos seus objectivos, permite um conhecimento aprofundado a nível municipal e institucional.

No início do presente estudo tinha-se colocado duas hipóteses que serviriam de fio condutor da pesquisa realizada. Questionava-se, por um lado, se o sistema sociocultural das ONG's de Solidariedade Social reflecte a adaptação à envolvente, assim como a integração das suas subculturas, por outro lado, pretendia-se saber como é que o conhecimento aprofundado das características socio-económicas do meio poderão afectar a eficácia organizacional.

As respostas a estas questões fazem parte da segunda parte deste estudo, pelo que se faz desta forma a transição da caracterização socio-económica do meio para a caracterização do tecido institucional do distrito de Santarém através da realização de uma investigação empírica aprofundada sobre o tecido institucional de solidariedade social a nível local.

O que se pretende, em última análise, com este estudo (I e II partes), é contribuir para promover por um lado a coesão interna da área geográfica correspondente à delimitação administrativa do distrito de Santarém e, por outro lado, criar uma sinergia colectiva por parte do tecido institucional de solidariedade social através de uma atitude participativa e pró-activa, em interacção com o meio envolvente, para a promoção de acções e projectos a realizar que visem alcançar progressos qualitativos nos padrões de vida

comunitários e o desenvolvimento social local com o objectivo de racionalizar os meios disponíveis para a erradicação da pobreza e exclusão social.

Esta primeira parte do estudo, pela identificação tanto de potencialidades emergentes, como de estrangimentos reais, pretende ser um instrumento dinâmico para o processo de intervenção social através do planeamento e concretização de estratégias mais adequadas à realidade económica e social.

Glossário

Alojamento: Local distinto e independente que, pelo modo como foi construído, reconstruído, ampliado ou transformado, se destina a habitação, na condição de, no momento de referência não estar a ser utilizado totalmente para outros fins.

Por distinto e independentemente pretende-se significar o seguinte: Distinto – significa que é cercado por paredes de tipo clássico ou de outro tipo, que é coberto e permite que um indivíduo ou grupo de indivíduos possa dormir, preparar refeições e abrigar-se das intempéries, separados de outros membros da colectividade.

Independente – significa que os seus ocupantes não têm que atravessar outras unidades de alojamento para entrar ou sair da unidade de alojamento onde habitam.

Os alojamentos familiares podem ser de dois tipos: alojamento familiar clássico e alojamento familiar não clássico.

Crescimento populacional: Diferença entre os efectivos populacionais em dois momentos do tempo.

Densidade Populacional: Intensidade do povoamento expressa pela relação entre o número de habitantes de uma área territorial determinada e a superfície desse território (habitualmente expressa em número de habitantes por quilómetro quadrado).

Desemprego de Longa Duração: Trabalhador sem emprego, disponível para o trabalho e à procura de emprego há 12 meses ou mais.

Nos casos dos desempregados inscritos nos Centros de Emprego, a contagem do período de tempo de procura de emprego (12 meses ou mais) é feita a partir da data de inscrição nos Centros de Emprego.

Esperança de Vida à Nascença: Número médio de anos que uma pessoa à nascença pode esperar viver, mantendo-se as taxas de mortalidade por idades observadas no momento.

Família Clássica: Conjunto de pessoas que residem no mesmo alojamento e que têm relações de parentesco (de direito ou de facto) entre si, podendo ocupar a totalidade ou parte do alojamento. Considera-se igualmente qualquer pessoa independente que ocupe parte ou a totalidade de uma unidade de alojamento.

Índice de Envelhecimento: Relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos.

Taxa de Abandono Escolar: Total de indivíduos (com 10-15 anos) que não concluíram o 3º ciclo e não se encontram a frequentar a escola, por cada 100 indivíduos no mesmo grupo etário.

Taxa de Actividade: Taxa que permite definir o peso da população activa sobre o total da população.

Taxa de Analfabetismo: Taxa definida tendo como referência a idade a partir da qual um indivíduo, que acompanhe o percurso normal do sistema de ensino, deve saber ler e escrever. Considera-se que essa idade corresponde aos 10 anos, equivalente à conclusão do ensino básico primário.

Taxa de Desemprego: Taxa que permite definir o peso de população desempregada sobre o total da população activa.

Taxa de Emigração: Número de emigrantes permanentes observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de emigrantes permanentes por 1000 habitantes).

Taxa de Imigração: Número de imigrantes permanentes observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de imigrantes permanentes por 1000 habitantes).

Taxa de Mortalidade: Número de óbitos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de óbitos por 1000 habitantes).

Taxa de Natalidade: Número de nados vivos ocorridos durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de nados vivos por 1000 habitantes)

Siglas (Abreviaturas)

CCDRLVT	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo
CRAS	Centro Regional de Alcoologia do Sul
DGS	Direcção Geral da Saúde
EMV	Esperança Média de Vida
EMVC	Esperança Média de Vida Corrigida
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
IIES	Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade
INE	Instituto Nacional de Estatística
MSSFC	Ministério da Segurança Social, da Família e da Criança
MSST	Ministério da Segurança Social e do Trabalho
PIDDAC	Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central
PME'S	Pequenas e Médias Empresas
POS	Programa Operacional de Saúde
SAP'S	Serviços de Atendimento Permanente
SNS	Serviço Nacional de Saúde

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, João Ferreira *et al.*, *Exclusão Social: Factores e Tipos de Pobreza em Portugal*, Oeiras, Celta, 1994

ALMEIDA, Vanessa; *Natalidade Mortalidade e Esperança de Vida à Nascimento nos Concelhos Portugueses, uma correcção pela estrutura etária*, Cadernos Regionais – Região Centro, 2001, nº 12, INE-DRC

BARRETO, António (org), *A Situação Social em Portugal 1960-1999*, Lisboa, ICS, 2000

BOUDON, Raymond; BERNARD, Phillippe; CHERKAOUI, Mohamed e LÉCUYER, Bernard Pierre, *Dicionário de Sociologia*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1990

CAPUCHA, Luís (coord.) *et al.*, *ONG's de Solidariedade Social – Práticas e Disposições*, Porto, REAPN, 1996

CCDRLVT, *A Região de Lisboa e Vale do Tejo em Números*, Lisboa, Março de 2004, p. 2.

CIES – CLAS de Santarém, *Diagnóstico Social do Concelho de Santarém – Rede Social*, Novembro 2003

DEEP/MSST, Boletim Estatístico, Junho 2004

Departamento de Estudos, Prospectiva e Planeamento/MSST – Quadros de Pessoal 2000

DRUCKER, Peter, *Concept of the Corporation*, 1946.

Exame, nº 56, Novembro, 1993. Publicado originalmente na *Harvard Business Review*, 1993, nº3, “The Post-Capitalist Executive: an Interview with Peter F. Drucker”

Governo Civil de Santarém, Gabinete de Estudos Regionais *Os Municípios do Distrito de Santarém em Factos e Números*, nº2, 1ªed, 1996

Governo Civil de Santarém, GER – Gabinete de Estudos Regionais, *As Freguesias do Distrito de Santarém - Algumas referências e principais indicadores territoriais, sociais e económicos*, Março 2001

INE *Inquérito à Protecção Social*, 2000

INE *Inquérito à Protecção Social*, 2001

INE, “Novas Estimativas Intercensitárias, Portugal, NUTS II, NUTS III e Concelhos, 1991-2000”, in *Destaque do INE*, 9 de Maio 2002

INE, *Anuário Estatístico*, 2002

INE, *Anuário Estatístico*, 2002

INE, *Anuários Estatísticos Regionais*, 2003

INE, *Cadernos Regionais - Região Centro*, 2001

INE, *Censos 1991 – XIII Recenseamento Geral da População e Habitação*, 1991

INE, *Censos 2001 – XIV Recenseamento Geral da População e Habitação*, 2001

INE, *Contas Nacionais*, 1990-2000

INE, *Contas Regionais*, 2001

INE, *Estatísticas da Saúde*, 2002

INE, *Estatísticas demográficas 2002*, Lisboa

INE, *Estatísticas Migratórias – Emigração*, 2003

INE, *Estimativas da população residente, em 31 de Dezembro 2001*

INE, *Estudos sobre o Poder de Compra Concelhio*, 2002.

INE, *Ficheiro de Unidades Estatísticas (FUE)*, 2002

INE, *Índice de Custo do Trabalho*, 2º trimestre de 2004

INE, *Inquérito ao Emprego*, 2º Trimestre 2004

INE, *Inquérito aos Orçamentos Familiares*, 2000

INE, *O envelhecimento em Portugal – Situação demográfica e socio-económica recente das pessoas idosas*, Serviço de Estudos sobre População do Departamento de Estatísticas Censitárias e da População, 2002

INE, *Recenseamento Geral da População e Habitação - 1991 (Resultados Definitivos)*

INE, *Recenseamento Geral da População e Habitação - 2001 (Resultados Definitivos)*

INE/OEFP, *Inquérito ao Emprego*

INS/CRAS, 1999 (dados dos Inquéritos Nacionais de Saúde)

LANÇA, Isabel Salavisa, GODINHO, Manuel Mira, OLIVEIRA, Luísa, CARVALHO, Helena, CALAPEZ, Teresa, SOUSA, Cristina, HILL, Andrew, MAJOR, Maria João, da SILVA, José Almeida, *A Indústria Portuguesa – Especialização Internacional e Competitividade*, Oeiras, Celta Editora, 2001

Ministério da Educação, Departamento de Avaliação, Prospectiva e Planeamento - Estatísticas preliminares, 2002/2003

Ministério da Educação, *Os Números da Educação no Recenseamento – Análise comparada dos dados de 1991 e 2001: tendência e prospectiva*, Lisboa, 2002

Ministério da Solidariedade Social e do Trabalho, DEPP, *Carta Social*, 2001

NAZARETH, J. Manuel, *Introdução à Demografia, Teoria e Prática*, Lisboa, Editorial Presença, 1996

Portugal Social 1991-2001, INE, Lisboa, 2003

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van, *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Publicações Gradiva, 1992

Internet :

<http://www.cras.min-saude.pt>

<http://www.drel.min-edu.pt>

<http://www.dre-lvt.pt>

<http://www.gov-civil-santarem.pt>

<http://www.ine.pt>

<http://www.seg-social.pt>

<http://www.cnasti.pt>

Anexos

DOENÇAS DE DECLARAÇÃO OBRIGATÓRIA

DESIGNAÇÃO	CÓDIGO (CID - 10)	DESIGNAÇÃO	CÓDIGO (CID - 10)
Botulismo	A05.1	Malária	B50 a B54
Brucelose	A23	Meningite meningocócica	A39.0
Carbúnculo	A22	Infecção meningocócica (exclui meningite meningocócica, A39.0)	A39
Cólera	A00	Meningite por <i>Haemophilus influenza</i>	G00.0
Difteria	A36	Infecção por <i>Haemophilus influenza</i> (exclui meningite por <i>Haemophilus influenza</i> , G00.0)	A49.2
Doença de Creutzfeldt Jakob (encefalopatia espongiforme subaguda)	A81.0	Parotidite epidémica	B26
Doença de Hansen (lepra)	A30	Peste	A20
Doença de Lyme	A69.2	Poliomielite aguda	A80
Doença dos legionários	A48.1	Raiva	A82
Equinococose	B67	Rubéola (exclui rubéola congénita, P35.0)	B06
Febre amarela	A95	Rubéola congénita	P35.0
Febre escaro-nodular	A77.1	Sarampo	B05
Febre Q	A78	Shigelose	A03
Febres tifóide e paratifóide	A01	Sífilis congénita	A50
Outras salmoneloses	A02	Sífilis precoce	A51
Hepatite aguda A	B15	Tétano (exclui tétano neonatal, A33)	A34, A35
Hepatite aguda B	B16	Tétano neonatal	A33
Hepatite aguda C	B17.1	Tosse convulsa	A37
Hepatite viral não especificada	B19	Triquiníase	B75
Outras hepatites virais agudas (exclui a hepatite C, B17.1)	B17	Tuberculose do sistema nervoso	A17
Infecções gonocócicas	A54	Tuberculose miliar	A19
Leishmaniose visceral	B55	Tuberculose respiratória	A15, A16
Leptospirose	A27		